

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Políticas

CRESCIMENTO E QUEDA DOS HOMICÍDIOS EM SP ENTRE 1960 E 2010

**Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e
das carreiras no crime**

Bruno Paes Manso

Junho de 2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Políticas

CRESCIMENTO E QUEDA DOS HOMICÍDIOS EM SP ENTRE 1960 E 2010

**Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e
das carreiras no crime**

Bruno Paes Manso

*Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciências Políticas da
Universidade de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de Doutor*

Orientador: Leandro Piquet Carneiro

Junho de 2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus três orientadores que me ajudaram ao longo do mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo: professor Lúcio Kowarick, que me orientou durante o mestrado; professor Oliveiros S. Ferreira, orientador na primeira tentativa de concluir o doutorado, tarefa que, por motivos pessoais, não consegui finalizar; e, principalmente, ao professor Leandro Piquet Carneiro, atual orientador. É preciso paciência para orientar um jornalista na elaboração de uma tese de ciências políticas, o que ele teve de sobra.

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

A tese descreve o processo de crescimento e de queda dos homicídios em São Paulo entre os anos de 1960 e 2010. Com auxílio das ferramentas teóricas da criminologia do desenvolvimento e da teoria de ação situacional, que vem sendo debatida por criminologistas como Wikström, Sampson e Laub, a tese foca a investigação nas escolhas homicidas ao longo desses anos, sempre considerando o contexto em que foram tomadas.

Por meio de uma análise qualitativa, a tese tenta demonstrar os mecanismos sociais que causaram o movimento da curva de homicídios na capital e Região Metropolitana de São Paulo. Entre 1960 e 1999, os homicídios cresceram e os casos se concentraram em bairros e cidades das periferias. A partir de 2000, os homicídios começaram a cair quase ininterruptamente em São Paulo. A tese descreve como essas escolhas começam e se multiplicam principalmente a partir do momento em que os homicídios passam a ser vistos e praticados como um instrumento de controle por determinados grupos de indivíduos, inclusive pelas autoridades de segurança pública.

Depois, a tese descreve o funcionamento do mecanismo multiplicador dos homicídios que passa a funcionar nessas comunidades, onde homicídios provocam novos homicídios.

Finalmente, conforme os homicídios se multiplicam, nessas mesmas comunidades, todos passam a perder, inclusive os próprios autores, que se tornam vítimas de vinganças. Quando os homicídios são vistos como ações prejudiciais e incapazes de garantir o controle social, políticas de controle da violência têm maiores chances de serem bem-sucedidas. É o que ocorre em São Paulo.

Palavras-chave: Homicídio; Violência; Vingança; Círculo vicioso; Primeiro Comando da Capital (PCC)

ABSTRACT

This thesis describes the process of growth and decline of homicide in São Paulo between 1960 and 2010. With assistance of the theoretical tools of developmental criminology and situational theory of action, which has been debated by criminologists as Wikström, Sampson and Laub, the thesis focuses on the choices of murderous over the years, always considering the context in which they were taken.

Through a qualitative analysis, the thesis attempts to demonstrate the social mechanisms that caused the movement of the curve of homicides in the São Paulo capital and the metropolitan area. Between 1960 and 1999, homicides increased and the cases were concentrated in neighborhoods and cities from the suburbs. Since 2000, the homicide rate began to fall almost continuously in Sao Paulo. The thesis describes how these choices start and multiplicam mainly from the time the murders began to be seen and practiced as an instrument of control by certain groups of individuals, including the public security authorities.

Then, the thesis describes the operation of the multiplier mechanism of homicides that starts to work in these communities, where homicides cause new murders.

Finally, as the murders multiply, these same communities, all start to lose with the murders, including the authors themselves, who become victims of revenge. When the killings are seen as harmful actions and unable to ensure social control, political and society control of violence are more likely to succeed. This is what happens in Sao Paulo.

Keywords: Homicide; Violence; Revenge; Vicious circle; First Capital Command (PCC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: TEORIA DO CRESCIMENTO E QUEDA DOS HOMICÍDIOS....	5
1.1) A definição de crime – uma teoria geral.....	6
1.1.2) Teoria da ação situacional.....	8
1.2) A teoria da ação situacional e os homicídios.....	11
1.2.1) Homicídios.....	12
1.2.1.1) O significado do homicídio.....	14
1.2.1.2) A mudança no significado do homicídio em São Paulo.....	16
1.3) O começo do crescimento dos homicídios – a nova escolha assassina em São Paulo.....	17
1.4) A disseminação dos homicídios – círculo vicioso e a engrenagem da violência.....	22
1.5) O aumento da propensão individual ao homicídio.....	27
1.6) A diminuição dos homicídios.....	30
1.6.1) Instituições de segurança e políticas penitenciárias.....	34
1.6.2) PCC não é causa, mas consequência.....	37
CAPÍTULO 2: MÉTODO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	40
2.1) Análise longitudinal e qualitativa.....	44
2.2) Revisão bibliográfica – explicações sobre violência.....	49

2.2.1) Explicações sobre a queda – causas distantes e imediatas..58

CAPÍTULO 3: HOMICÍDIOS ENDÊMICOS E EPIDÊMICOS EM SÃO PAULO E NO BRASIL..... 66

3.1) Homicídios em São Paulo na primeira metade do século – antes da epidemia..... 68

3.2) Os números da epidemia e características dos homicídios.....74

3.2.1) A concentração territorial dos homicídios.....77

3.2.2) Concentração humana.....80

3.2.3) A intenção de matar.....84

3.2.4) Meios e procedimentos para a prática dos homicídios.....85

3.2.5) Perfil dos agressores.....88

3.2.6) Motivos dos homicídios.....91

CAPÍTULO 4: A LÓGICA DO EXTERMÍNIO – ESQUADRÃO DA MORTE E A PARTICIPAÇÃO DAS POLÍCIAS.....101

4.1) O começo dos homicídios – o Esquadrão da Morte e a moral do extermínio.....110

4.1.1) A carreira criminal descontrolada individual e institucional dos homicídios.....120

4.2) Policiais militares – homicídios nos territórios.....126

4.2.1) A carreira do policial matador.....134

CAPÍTULO 5: OS HOMICÍDIOS COMO MEIO DE CONTROLE – OS JUSTICEIROS, O UNIVERSO CRIMINAL (OU MUNDO DO CRIME) E AS ENGRENAGENS DA VIOLÊNCIA.....	150
5.1) O contexto e a carreira dos justiceiros.....	157
5.1.1) O fim do justiceiro e a ampliação da atividade criminal.....	172
5.2) Círculos viciosos.....	179
5.2.1) Os círculos de vingança e o primeiro homicídio como ponto de inflexão.....	189
5.3) Estrutura do crime em São Paulo.....	218
5.3.1) Crack, desordem e as chacinas.....	226
CAPÍTULO 6: A DIMINUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO.....	236
6.1) A transformação das instituições e do contexto.....	241
6.1.1) Mudanças no mundo do crime: arma em casa e futuro na prisão.....	244
6.2) Transformação na moral dos indivíduos.....	252
6.3) Primeiro Comando da Capital.....	259
6.4) Por que a queda ocorreu nos anos 2000.....	265
CONCLUSÃO.....	269
BIBLIOGRAFIA.....	277

INTRODUÇÃO

Nas últimas cinco décadas, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) intercalou períodos de crescimento e queda nas taxas de homicídios. O aumento nas taxas de homicídios, iniciado nos anos 1960, acelerou seu ritmo de crescimento em meados dos anos 1970 até chegar ao ápice em 1999; desde então, na última década, teve início o movimento de queda acentuada que se manteve até 2010 (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000; WAISELFISZ, 2011; PERES et al., 2011). O trabalho pretende descrever os mecanismos sociais que causaram esse movimento na curva de homicídios em São Paulo explicando, primeiro, a rápida disseminação das escolhas homicidas e, depois, a retração e a diminuição dessas escolhas. Para alcançar esse objetivo, a tese parte de uma abordagem qualitativa, na qual são observadas as escolhas homicidas e a trajetória das carreiras criminais dos indivíduos que praticaram homicídios em diferentes períodos da violência na RMSP. Esse enfoque permite analisar a visão de mundo dos homicidas no período e contexto em que essas decisões foram tomadas. A tese busca ligar, portanto, os indivíduos ao contexto da ação para compreender o processo de percepção e de escolha daqueles que praticaram homicídios em São Paulo, esforço que remonta aos estudos de Shaw e MacKay (1931), da escola de sociologia urbana de Chicago, sobre delinquência juvenil e suas relações com o território. O trabalho parte do postulado de que todas as ações dependem de quais alternativas uma pessoa percebe no contexto em que vive e de quais escolhas elas fazem (WIKSTRÖM, 2009a: 83). Se a correlação entre as características do contexto das comunidades e o nível de crimes é bem documentada na criminologia, o mecanismo social que liga os aspectos do contexto das comunidades aos atos do agressor ainda é pouco compreendido (SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003: 120).

Para facilitar a compreensão do processo ocorrido na RMSP entre as décadas de 1960 até 2010, a tese vai dividir as transformações em três fases: a primeira é marcada pelo começo da ascensão da violência, principalmente nas periferias da RMSP. Nesse período, é possível observar mudanças significativas no comportamento de vários agentes sociais. A prática do

homicídio ganha um novo significado quando essas ações passam a ser vistas como um instrumento de controle empregado por diversos agentes como as polícias, justiceiros e grupos criminais.

A segunda fase se caracteriza pela disseminação territorial da prática do homicídio por parte de grupos de policiais militares, justiceiros e pelos grupos de criminosos comuns. Nessa fase ocorre também uma disseminação territorial do fenômeno. Os homicídios, na medida em que se disseminam, engendram ciclos ampliados de violência. Vistos inicialmente como meio de controle da desordem, novos crimes passam a ser praticados como respostas “necessárias” às agressões sofridas. A motivação pode ser diversa, como vingança, demonstração de força, “limpeza social”, controle de território, ou punição, mas o resultado comum é a generalização da prática de crimes letais concentrada entre grupos de homens jovens. Esse processo de crescimento dos assassinatos é analisado nos capítulos 4 e 5.

Finalmente, a terceira fase corresponde à estabilização e queda dos homicídios. Começa a operar nesse processo uma clara transformação das preferências e mesmo da *moral* dos indivíduos que vivem e que testemunham o cotidiano de violência. Uma série de fatores afeta a *carreira criminal* dos indivíduos envolvidos em casos de homicídios, definindo aqui um ciclo de redução da violência. A estrutura de oportunidades nas áreas mais violentas da cidade é modificada de forma a permitir que os indivíduos enxerguem outras saídas para as situações de conflito que não a violência. Nessa fase as instituições de segurança (polícias), penais (justiça) e das políticas carcerárias são as principais forças intervenientes. O papel dessas instituições será analisado no capítulo 6.

Os objetos considerados nessa tese são todos de difícil observação e mesmo mensuração, mas em todas as etapas da pesquisa procurei por fatos objetivos e mensuráveis para tentar analisar os mecanismos difusos capazes de descrever o crescimento e a queda dos homicídios em São Paulo (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Seguir uma teoria com princípios claros, a partir de dados e informações que possam ser conferidos e checados, foi a maneira de buscar uma explicação científica para o tema. A explicação, dessa forma, fica

sujeita a ser contestada objetivamente, com a apresentação de novos dados ou a correção dos dados mostrados, além do apontamento de equívocos na interpretação da teoria. Descrever os mecanismos causais das escolhas homicidas não significa que a tese busque apontar as causas da queda e o peso de cada uma das variáveis nesse movimento, tarefas que vêm sendo executadas com modelos quantitativos bastante sofisticados. Focar a investigação em torno da escolha homicida significa sintonizar a análise nos acontecimentos cotidianos que giram em torno dessas escolhas, nos valores, preferências e moral dos homicidas, para compreender como esses fatores e o contexto social imediato parametrizam as ações individuais. A tese busca compreender quais os aspectos do contexto e como os indivíduos modelam suas decisões e criam situações mais ou menos indutoras de homicídios.

A tese está dividida em seis capítulos. O primeiro busca explicar a teoria do crescimento e da queda dos homicídios aqui usada. As ferramentas da teoria da ação situacional permitem selecionar os aspectos mais relevantes ocorridos nos últimos 50 anos capazes de explicar como as escolhas homicidas se tornaram atraentes e se disseminaram até chegar ao ponto mais alto da curva, em 1999. A partir desse ano, as taxas de homicídios iniciam uma queda vertiginosa ao longo de uma década. A tese apresenta hipóteses sobre esse movimento e as avalia empiricamente. O segundo capítulo explica o método usado nesta análise e faz uma revisão bibliográfica sobre o debate no Brasil em torno da redução dos homicídios em São Paulo. O terceiro capítulo analisa as características do homicídio ocorrido em São Paulo nos últimos 50 anos: perfil de vítimas e autores, onde ocorriam, quando cresceram e diminuíram, entre outros dados. No quarto capítulo, a discussão sobre o começo do crescimento dos homicídios e sobre a atuação do esquadrão da morte e da Polícia Militar em São Paulo nos anos 1960, 1970 e 1980. No capítulo quinto, a ação dos justiceiros em parceria com as polícias nas periferias, a ampliação do universo criminal, os círculos de vinganças e a disseminação dos homicídios. Finalmente, no capítulo sexto, se discute a reversão da tendência e a redução dos homicídios em São Paulo. Nos últimos três capítulos, são analisadas também as carreiras criminais de homicidas que atuaram em diferentes períodos.

CAPÍTULO 1 – TEORIA DO CRESCIMENTO E QUEDA DOS HOMICÍDIOS

Antes de descrever o processo que leva ao crescimento e à queda dos homicídios é preciso definir os conceitos que permitem demonstrar o funcionamento dos mecanismos sociais a serem explicados nesta tese. Em primeiro lugar, deve-se esclarecer os conceitos sobre crime e homicídio que estão sendo usados. A dificuldade dos pesquisadores e dos criminologistas em definir o que é o crime acabou sendo um obstáculo para o aprofundamento das teorias sobre o comportamento criminal.

Como mostram Gottfredson e Hirschi (1990) na revisão bibliográfica que fazem sobre o crime, as ciências sociais foram dominadas nas últimas décadas por um tipo de abordagem positivista, cuja característica é começar a investigação perguntando a respeito das causas do crime, antes de descrever o objeto estudado (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: XIV-XV). Os autores mostram como a dificuldade na definição do que é o crime decorre das próprias características do objeto de estudo. Para os criminologistas, de uma maneira geral, não eram os pesquisadores que definiam e determinavam a natureza do que é crime, mas o Estado, que acabava cumprindo essa tarefa por meio de seus atos políticos e de suas leis. Como a definição do que é crime variava de Estado para Estado, de cultura para cultura, esses criminologistas acabaram tendo problemas para controlar as variáveis dependentes de seus modelos teóricos (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 3-4).

Gottfredson e Hirschi vão afirmar que a dificuldade na definição do conceito de crime permitiu a cada disciplina positivista buscar respostas sobre as causas do crime, de acordo com o enfoque que interessava para cada campo de pesquisa. A sociologia, por exemplo, vai orientar o pesquisador a olhar para a classe social, cultura e organização da sociedade; a psicologia direciona o olhar para personalidade, enquanto a biologia observa a hereditariedade. No geral, essa visão disciplinar positivista enfatiza o determinismo e a causalidade. As causas do crime, para os positivistas, estão além do controle do criminoso e cada campo de conhecimento vai investigar de acordo com o interesse de sua disciplina. É na tentativa de criar uma

alternativa ao modelo positivista que surge o debate que busca o desenvolvimento de uma estrutura conceitual que permita juntar o contexto social e as características individuais para compreender as escolhas criminais. Tarefa que vai ser buscada também por outros pesquisadores, a partir da ideia de que entender as circunstâncias da escolha e da ação do indivíduo, em determinado contexto, pode ser um método capaz de chegar a explicações mais precisas sobre o comportamento criminal (SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003: 2).

Na busca de escrever uma teoria geral sobre o crime, Gottfredson e Hirschi tentam mudar o enfoque da análise usada pelas teorias positivistas partindo para uma definição própria de crime. Os autores propõem uma releitura dos clássicos, cujos “insights” podem ser reaproveitados para se elaborar uma definição do comportamento criminoso, ao mesmo tempo consistentes com as teses e resultados de pesquisas do positivismo moderno (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 5). A teoria clássica começa com uma teoria do comportamento humano e só depois vai discutir o crime. Para os clássicos, o indivíduo escolhe de acordo com o autointeresse, em busca da recompensa para evitar a punição. Se uma ação criminal ocorre, portanto, assim como ocorre com todos os tipos de ação, isso se deve ao balanço favorável feito pelo indivíduo que a praticou na análise de custo/benefício, levando em consideração o sistema de sanções locais. Segundo os clássicos, quando as sanções em dada sociedade são vistas como frágeis ou inexistentes, é maior a tendência do indivíduo em escolher pela prática de um crime. Assim, a diferença entre um criminoso e um não criminoso não estaria relacionada a uma especial propensão do indivíduo, mas dependeria da forma como cada sujeito enxerga as possibilidades de sanções locais (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 13). É por esse motivo que as teorias clássicas também são chamadas de teorias de controle, enfatizando a prevenção ao crime por meio das sanções ao criminoso.

1.1) A definição de crime - uma teoria geral

O crime, nesse sentido, para os clássicos, não deve ser distinguido de outros tipos de comportamentos. São escolhas morais, que satisfazem os desejos universais do ser humano. Em termos de causas, é igual a qualquer outro tipo de comportamento. Os atos criminais, no entanto, passam a se diferenciar das outras formas de comportamento pela introdução da sanção política: prazer e dor manipulados pelo Estado para coibir comportamentos proibidos. Já os desviantes se distinguiriam de outras formas de comportamento pela introdução da noção de sanção de grupos ou sanção social: dor e prazer manipulados pela opinião pública. Esses últimos são comportamentos que podem ser incentivados ou coibidos na sociedade, sem que haja necessidade de sanção do Estado, mas do grupo, que provoca no indivíduo sentimentos como vergonha e orgulho. Gottfredson e Hirschi apontam um elemento comum no crime, no comportamento desviante e no pecado, afirmando que a tendência a tratá-los como um fenômeno com causas distintas é um dos principais erros intelectuais do pensamento positivista. Segundo afirmam, as evidências são consistentes com a visão de que comportamentos criminais, desviantes e pecaminosos são atalhos para a obtenção do prazer ou benefício para o autor da ação. Em todos esses casos, os benefícios imediatos tendem a causar custos de longo prazo. Eles florescem na ausência de consequências negativas ou na ausência de controles sociais (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 13-14).

Na visão dos autores, ao contrário dos positivistas, examinando os atos criminosos, desviantes e pecaminosos é possível observar que eles compartilham uma estrutura comum e que, portanto, existe a possibilidade de estarem relacionados também a uma causa comum. Os ganhos e as perdas podem ser medidos em termos materiais ou simbólicos, assim como as sanções podem ser físicas, políticas, religiosas ou sociais. Isso também significa que os indivíduos que perseguem esse tipo de comportamento tendem a ter algo em comum, algo que os levam a escolher vantagens de curto prazo em detrimento aos custos de longo prazo. Esse é o ponto de partida para Gottfredson e Hirschi criarem uma teoria geral do comportamento criminoso. O comportamento criminoso é uma ação moral, que pode ser definida como um ato de força ou uma fraude tomada na busca dos próprios interesses do autor

da ação (WIKSTRÖM & TREIBER, 2009)¹. A propensão ao crime dos indivíduos é maior quanto menor for seu nível de autocontrole (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 15-16).

O que falta para os clássicos, segundo Gottfredson e Hirschi, é uma teoria que leve em conta a ideia de autocontrole individual. Um contexto pode ser mais ou menos propenso ao crime, mas sempre existirão os que optam ou não pela carreira criminal. Assim, o baixo autocontrole não vai levar necessariamente o indivíduo ao crime. É preciso analisar as sanções sociais existentes, contrapor às circunstâncias do contexto e a outras propriedades do indivíduo, como sua moral, para entender as escolhas tomadas. O que Gottfredson e Hirschi afirmam, no entanto, é que o autocontrole determina a propensão individual ao crime. Segundo os autores, uma das principais características das pessoas com baixo autocontrole é a tendência a responder estímulos tangíveis no ambiente imediato para ter uma orientação concreta do aqui e agora. A gratificação do desejo tem que ser em curto prazo, algo que a ação criminal, desviante ou pecaminosa permite obter. Pessoas com autocontrole elevado tendem a postergar a gratificação, fazer planos que levam em conta os ganhos no futuro. Já os indivíduos com baixo autocontrole tendem a ser mais impulsivos, insensíveis, pessoas físicas (em oposição às mentais), não são verbais e que gostam dos riscos. Por esses motivos tem propensão mais elevada ao crime (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 89).

1.1.2) Teoria da ação situacional

¹ A definição de crime como “ação moral” é usada por Wikström na teoria da ação situacional a partir dos conceitos da teoria geral do crime de Gottfredson e Hirshi. Quando define o crime como uma “ação moral”, Wikström considera que o autor do crime é guiado a partir do que considera certo e errado a fazer em dadas circunstâncias. Tanto para Wikström como para Gottfredson e Hirshi, se o indivíduo vai ou não cometer um crime, isso depende da propensão individual para praticar atividades criminosas e ao contexto em que age. Para Gottfredson e Hirshi, porém, o termo “moral” é usado de forma mais restritiva. Os autores usam o termo para definir o conjunto de normas sociais, controladas pelos demais, mas não puníveis por lei. Para os autores, a sanção moral controla comportamentos desviantes, enquanto a sanção política controla comportamentos ilegais. A tese vai usar o termo moral no sentido da teoria da ação situacional, a ser explicado na tese.

Esse conceito do comportamento criminal contido na teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi já permite levar o indivíduo para o contexto em que ele age e interage, permitindo identificar as variáveis que determinam suas escolhas. As escolhas pela ação criminosa, desviante ou pecaminosa são comportamentos esperados de indivíduos com baixo autocontrole, que valorizam satisfação no presente em detrimento a ganhos futuro. Essas escolhas individuais dependem das sanções previstas nesse contexto, que podem ser mais ou menos favoráveis a certos tipos de comportamento. Essa definição do comportamento criminal, que junta indivíduo, contexto e circunstância em uma dada trajetória para analisar escolha e a ação individual, possibilita transpor as rígidas fronteiras analíticas que dominam os estudos criminológicos. Os limites das teorias positivistas e clássicas e as possibilidades apontadas pela teoria geral do crime levaram criminologistas a desenvolverem estruturas teóricas que buscam juntar esses olhares (SAMPSON; LAUB, 1995 e 2006; SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003 e 2006; e WIKSTRÖM et al., 2000; WIKSTRÖM; BOUHANA, 2008; WIKSTRÖM, 2009a; WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b). A teoria da ação situacional, proposta pelos autores, nada mais é do que o resultado desse esforço para superar a divisão entre explicações individuais e ambientais da ação moral, propondo um mecanismo situacional (um processo de percepção-escolha) que liga a pessoa e seu contexto à sua ação.

Segundo a teoria, todas as ações podem ser vistas como o resultado de quais alternativas uma pessoa percebe em determinado contexto e quais escolhas ela faz (WIKSTRÖM, 2009a: 253-254). Essa estrutura teórica orienta a investigação qualitativa ao permitir identificar escolhas a partir de trajetórias individuais de vidas em diferentes períodos e nos diversos contextos em que as escolhas são tomadas. De acordo com essa teoria, o crime é considerado uma ação moral, ou seja, uma ação que parte de uma escolha guiada pela avaliação do que é certo ou errado a fazer em uma circunstância particular (WIKSTRÖM, 2009a: 254; WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 77; WIKSTRÖM et al., 2000: 60). Isso significa considerar que os crimes são praticados porque, em determinado período, esse tipo de ação passa a ser visto por certos indivíduos como a alternativa mais viável entre as demais existentes. Existe,

assim, um cálculo nessa escolha, mesmo considerando que os ganhos materiais não são necessariamente determinantes e que o peso das escolhas motivadas pelas emoções individuais ou pelos ganhos simbólicos pode ser decisivo. A ação criminal é tomada por aqueles que, no cálculo de ganhos e perdas, considerando o contexto em que a escolha é tomada, creem nas vantagens materiais ou simbólicas dessa alternativa.

A complexidade e as sutilezas por trás desses cálculos também são levadas em consideração pela teoria. No que diz respeito às diferenças entre indivíduos, a propensão para praticar um crime vai depender da moralidade individual (regras morais individuais relevantes e emoções individuais) e da capacidade em exercer autocontrole. Os valores com os quais esse indivíduo cresceu podem estimular ou coibir certos tipos de ação. Caso tenha sido educado com base em valores contrários ao crime e tenha elevado grau de autocontrole, suas escolhas tendem a seguir as crenças com as quais cresceu. Caso tenha baixo autocontrole, esses mesmos valores individuais podem ser preteridos pela possibilidade de satisfazer o desejo de prazer em curto prazo. Essa combinação de autocontrole e de valores herdados determina as posições individuais (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 91).

Já a influência do contexto vai depender das regras morais vigentes (relacionadas aos controles sociais existentes no cotidiano em que ele vive) e das oportunidades, conflitos e provocações locais, que podem estimular ou coibir determinadas escolhas e ações. É o contexto moral que define o leque de alternativas disponíveis ao indivíduo na hora da escolha (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 91). Um contexto moral pode, por exemplo, ser mais tolerante às ações violentas e a determinados tipos de comportamentos criminais. O contexto moral é mais tolerante ao homicídio quanto mais frágeis forem os controles das instituições de segurança (formada pelas forças de segurança e do Judiciário) e da sociedade contra esse tipo de crime. A fragilidade no controle político e social pode ser detectada quando há ineficiência ou conivência das polícias na coibição desses crimes; as investigações policiais para descobrir os autores do crime são mal feitas; criminosos conseguem estabelecer a lei do silêncio, dificultando a ação das instituições de segurança. Esse contexto moral, onde os controles sociais aos

homicídios são mais frouxos, permite que as escolhas homicidas sejam tomadas com menores riscos de represálias.

Ao mesmo tempo, nesse contexto, devem ser observadas as oportunidades de conflitos e de provocações para a prática de crimes. Para que uma ação criminosa ocorra, é preciso que existam mercadorias, serviços, vítimas e oportunidades para o crime ser praticado. Todos são elementos que variam de tempos em tempos, de lugar para lugar, são circunstanciais e também devem ser levados em consideração para se analisar as diferenças entre taxas de crime (HINDELANG; GOTTFREDSON; GAROFALO, 1978; COHEN; FELSON, 1979). Novas variáveis entram na equação que determina as escolhas criminais, além do contexto moral e dos controles. No caso dos homicídios, por exemplo, é importante estar atento à quantidade de armas de fogo em circulação, de vendedores varejistas de droga em determinado território e do nível de competitividade entre eles. São fatores que podem aumentar a oportunidade de conflitos, tornando mais fácil a prática do homicídio, e de provocações. São também, por esse motivo, variáveis importantes na determinação das escolhas. Da mesma maneira, o contexto pode variar de acordo com a quantidade de homicidas e de pessoas vistas como potenciais homicidas em circulação, indivíduos capazes de provocar reações violentas daqueles que temem ser mortos por eles.

É por isso que a motivação para cometer um crime ou para matar só pode ser compreendida como um conceito situacional, já que as preferências morais e os desejos pessoais sempre devem ser considerados em relação a um determinado contexto. É na interação entre o indivíduo com os demais, em uma dada situação, que se cria a motivação capaz de levá-lo a cometer um homicídio.

1.2) A teoria da ação situacional e os homicídios

A teoria da ação situacional tem implicações diretas e profundas para a compreensão da ação criminal ao aproximar a investigação do momento da escolha homicida, o que se torna uma ferramenta teórica de grande utilidade para tema que confunde os analistas justamente pela dificuldade em

compreender as escolhas homicidas e suas transformações. Assim como as demais ações, o crime e os homicídios são escolhas morais, ou seja, escolhas tomadas de acordo com as alternativas vigentes no contexto local, em que se leva em consideração o certo e o errado. Trata-se de um pressuposto que exige clareza, já que os homicídios são crimes que costumam ser associados à irracionalidade (COSTA, 1986: 29), relacionada ao excesso de álcool e drogas que embaralham o juízo do autor.

Quando se parte do pressuposto de que os homicídios são um tipo de ação moral, a tarefa de explicar as razões do homicida se torna mais complicada. O investigador precisa compreender e explicar o processo que leva os homicídios a serem aceitos e escolhidos por um número crescente de pessoas em determinado contexto. Do ponto de vista teórico, em primeiro lugar, mesmo considerando que a teoria da ação situacional serve para analisar todos os tipos de crimes, é preciso diferenciar as motivações por trás dos homicídios dolosos e de crimes contra o patrimônio e de outros crimes contra a pessoa, como estupros e latrocínios (roubos seguido de morte). As motivações por trás dos homicídios dolosos são aparentemente tão amplas e complexas que a compreensão dessas escolhas parece tarefa capaz de inviabilizar qualquer tipo de investigação que tente decifrá-las. As entrevistas com homicidas e a investigação de suas trajetórias tornaram possível, no entanto, diferenciar e classificar os homicídios ocorridos em diferentes contextos e períodos em São Paulo. A partir desta análise e com ajuda das ferramentas da teoria de ação situacional, a tese conseguiu identificar os mecanismos sociais que provocaram o crescimento e a propagação desse tipo de crime na RMSP.

1.2.1) Homicídios

Os homicídios diferem dos outros tipos de crime em muitos aspectos. Em primeiro lugar, há uma variedade mais ampla de motivações capazes de induzir as escolhas homicidas, desde ciúmes, raiva, paranoia, vingança e ganância. Depois, mesmo com ausência de sanções legais, as pessoas têm pouco a ganhar ao tirar a vida de terceiros. É uma situação completamente

diferente do roubo, por exemplo, que proporciona ganhos patrimoniais e objetivos ao autor do crime. No caso do homicídio, normalmente a ação está mais relacionada à eliminação da dor do que a um ganho efetivo. Finalmente, homicídios são crimes graves. A maioria dos indivíduos valoriza a vida mais do que qualquer outro bem e aceita qualquer sacrifício ou medida para preservá-la. Como resultado, as pessoas podem também admitir medidas extremas para preservá-las (FLAHERTY; SETHI, 2008: 2).

É a investigação sobre o momento da escolha homicida e das variáveis que caracterizam o indivíduo inserido em determinado contexto que permitem compreender melhor os mecanismos que levam ao crescimento e à queda dos homicídios. Algumas condições devem estar presentes para que o homicídio ocorra: deve haver interação entre a vítima e o agressor; o agressor deve ter os meios para tirar a vida da vítima; o agressor não deve ter freios suficientes para prevenir o crime; a vítima não deve conseguir pensar em maneiras alternativas para escapar das ameaças do agressor. Finalmente, o agressor deve acreditar que o homicídio é a melhor alternativa para lidar com o conflito em que se envolveu em dado contexto. Dado o grau de controle e as oportunidades existentes para a prática homicida, a motivação que leva a essa escolha continua sendo o principal mistério por trás da ação.

A motivação pode ser abstrata, relacionada a ganhos simbólicos incompreensíveis para aqueles que não sentem as mesmas emoções. Esses homicídios, no entanto, podem ser separados objetivamente em categorias que permitem ao investigador identificá-los com potencial para se propagar e provocar novas escolhas homicidas, dos casos extraordinários, reprovados socialmente e que não tendem a influenciar e provocar novas escolhas homicidas. O que se observa é que os homicídios se tornam atraentes quando os ganhos com a ação passam a serem considerados compensadores. A tese pretende demonstrar que os homicídios começam a se propagar em São Paulo justamente quando ganham um novo significado e se transformam em escolhas atraentes e toleradas pela sociedade e pelas instituições de segurança.

1.2.1.1) O significado do homicídio

Wikström e Treiber (2009b: 86) divide as motivações da violência em duas categorias principais: a instrumental e a expressiva. A violência instrumental é aplicada para se obter resultados que vão além da agressão, como adquirir bens materiais de terceiros durante um roubo. Os homicídios podem ser classificados da mesma maneira. Existem os homicídios instrumentais, praticados para se alcançar um fim que pode ser conquistado mais facilmente com a eliminação de outra pessoa. Como nos casos de latrocínio, um roubo que deu errado, a vítima reage e acaba sendo morta para que o bem seja roubado. Outro exemplo seria o de um parente que é assassinado para a obtenção da herança de terceiros. São ocorrências em que o homicídio é necessário para se alcançar um fim que vai além da morte da vítima. Como a vítima era um obstáculo para se conquistar o objetivo, teve que ser eliminada. As pessoas podem também cometer violência ou praticar o homicídio como uma forma de se expressar. Isso requer que ela tenha o desejo de ferir ou matar alguém que não gosta ou que seja provocada a agir dessa maneira como forma de se posicionar individualmente ou perante terceiros (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 86). No geral, contudo, cada homicídio acaba tendo suas próprias razões instrumentais e expressivas, cujas misturas podem pender mais para um lado ou outro.

Mais do que gerar prazer, no entanto, os homicídios, no geral, são formas de eliminar em curto prazo o sofrimento do agressor (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990: 18-19). Grande sensibilidade a esse tipo de recompensa ou insensibilidade ao sentimento dos outros (falta de empatia) pode provocar esses tipos de ação (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 86). Em ambos os tipos de homicídios, tanto o instrumental como o expressivo, o efeito de álcool ou drogas pode ser determinante na decisão de praticar o homicídio por reduzir o tempo de horizonte do agressor ao aqui e agora. Traz aparente benefício em curto prazo, mas enormes perdas e punições no futuro.

Mais importante do que saber o tipo de homicídio, contudo, para pensarmos a respeito de uma grande quantidade de homicídios, é fundamental compreender os significados que essa ação passa a ter nos períodos e

contextos em que ocorrem. O significado dos homicídios pode ser compreendido a partir da análise das escolhas homicidas feitas por aqueles que matam. O começo do crescimento dos homicídios em São Paulo está relacionado ao novo significado que o homicídio passou a ter na RMSP a partir de meados de 1960. É nesse período em que os homicídios passam a ser vistos como um instrumento de controle do crime, numa sociedade em transição acelerada e por isso fragilizada. O medo e a construção social da imagem do “bandido” respalda a transformação da moral dos indivíduos, que passam a tolerar os homicídios quando as vítimas são supostos “bandidos”. Essas ações homicidas são praticadas inicialmente por integrantes da Polícia Civil, que no final dos anos 1960 criam o esquadrão da morte. É dentro das instituições encarregadas de coibir os homicídios, portanto, que os homicídios começam a ser praticados e propagados como instrumento eficiente de controle de crimes, em geral por servirem para exterminar aqueles que os cometem.

Nos anos 1970, grupos de extermínios passam a se propagar dentro da Polícia Militar. Seguindo as técnicas e ensinamentos desenvolvidos durante o combate à guerrilha urbana, os policiais militares passam ao patrulhamento ostensivo para matar nos territórios com o objetivo de fazer limpeza social (CRUZ-NETO; MINAYO, 1994: 204). Nos bairros violentos, diante da atuação violenta dos militares, as mesmas técnicas de limpeza social são usadas pelos justiceiros – seguranças privados, moradores das periferias, que matam bancados por comerciantes supostamente em defesa dos “trabalhadores”, com a conivência e/ou a parceria dos policiais militares. Consolida-se a opção praticar homicídios como solução de controle ao crime e de limpeza social. Quando os militares e justiceiros entram em cena, os homicídios tornam-se instrumentos de controle territorial, agindo em diferentes bairros, normalmente nas periferias da RMSP. Os homicídios se tornam uma ação tolerada e estimulada por integrantes de certos grupos diante de determinados contextos e vítimas, que se organizam para matar. Esse novo significado começa a se consolidar inicialmente dentro das instituições de segurança que deveriam trabalhar para coibi-las. Enquanto são tolerados pelas instituições, os

homicídios não param de crescer, induzidos por mecanismos sociais capazes de multiplicar as escolhas homicidas.

1.2.1.2) A mudança no significado do homicídio em São Paulo

Pesquisas quantitativas sobre os homicídios em São Paulo ajudam a compreender a diferença da escolha homicida no período em que estes crimes ocorriam em patamares relativamente baixos e estáveis – até pouco depois da primeira metade do século passado – dos anos em que São Paulo enfrentou crescimento permanente nas taxas. Os números da Fundação Seade com dados de causas de morte, que eram medidos pelo governo desde 1900 na capital paulista, ajudam a ter uma ideia do nível de violência na capital naquele período. Entre os anos 1920 e 1960, a cidade que se industrializava manteve patamares mais baixos que 5 casos por 100 mil habitantes. Nesse período, a população de São Paulo se multiplicou por seis e passou de 580 mil habitantes para 3,8 milhões. Mesmo assim, apesar da violência sempre presente e descrita nas páginas dos jornais da época, os níveis de homicídios eram mantidos em controle. Entre 1960 e 1975, a grande cidade industrial já passava a assumir patamares mais elevados de violência, entre 5 a 10 casos por 100 mil habitantes, acelerando a partir de 1975, quando em 1999, segundo os mesmos dados, a cidade alcança 65 homicídios por 100 mil habitantes. Dados da Saúde Pública confirmam essa mesma tendência (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000: 52-53).

Tipos diferentes de homicídio ocorreram em São Paulo ao longo desse século e do século passado. Apontar os aspectos que tornam essas escolhas diferentes ajuda a compreender porque certas ações violentas são mais propensas a se disseminar e a contagiar outras pessoas. Dois estudos importantes sobre os homicídios em São Paulo em períodos distintos ajudam a iniciar a discussão. Pode-se ver que as mortes expressivas, ligadas a problemas familiares ou à honra de seus integrantes, foram predominantes na capital paulista desde antes do começo do século passado até meados dos anos 1970 (FAUSTO, 1984). A alegação de adultério, passível de dúvidas, é usada como estratégia de defesa por parte dos autores de homicídios

passionais. São tipos de escolhas vistas como inaceitáveis por serem claramente desproporcionais, ao punir a mulher com a morte, e incompreensíveis, por atingirem integrantes da família. São, na verdade, tragédias pessoais por si só autocontroláveis política e socialmente, com alto potencial de gerar ganhos escassos e danos excessivos para o homicida. Como escolhas danosas, costumam ser praticadas excepcionalmente por indivíduos mais sensíveis emocionalmente, com baixo autocontrole, que são levados a escolher soluções que causam alívio em curto prazo e prejudicam toda a vida que resta. Quando eles próprios não se matam.

Pode-se dizer que esses tipos de homicídios, que marcaram a primeira metade do século, em geral, têm baixa capacidade de contágio por serem escolhas altamente condenáveis política e socialmente. Além do rígido controle social, os homicídios de pessoas conhecidas são também escolhas altamente condenáveis do ponto de vista moral. Por mais grave que seja a razão do conflito, sempre haverá formas alternativas de solucionar uma rusga com um parente ou mesmo com um vizinho conhecido. É preciso haver uma grande transformação no significado do homicídio para que esses crimes passem a se propagar rapidamente na RMSP.

1.3) O começo do crescimento dos homicídios – a nova escolha assassina em SP

Para se compreender o crescimento dos homicídios na RMSP é preciso confrontar a dinâmica do crescimento da curva de homicídios com as características das escolhas homicidas no período. Essas escolhas ganham um novo significado no começo dos anos 1960 e a partir de então os homicídios se disseminam em velocidade alta principalmente depois dos anos 1970, quando se populariza e passa a ser usado como instrumento para controlar a desordem territorial dos bairros da periferia da RMSP. O processo de contágio continua nesses territórios, alcançando principalmente homens jovens das periferias, principais autores e vítimas dos homicídios. Nos bairros em que esses homicídios se concentraram, os jovens se autodenominavam “sobreviventes” quando passavam dos 25 anos. No final dos anos 1960, os

homicídios passam a ser praticados porque são vistos como uma forma de controle eficaz contra o aumento dos crimes de roubo ou até mesmo o tráfico de drogas. A moral dos indivíduos em relação aos homicídios se transforma quando esse tipo de ação, em vez de provocar os crimes passionais, passa a ser praticada para exterminar bandidos.

Primeiro os policiais civis, por meio do esquadrão da morte; depois os militares e justiceiros são os representantes mais citados pela literatura nessa fase em São Paulo (CALDEIRA, 2000; ADORNO e CARDIA, 1997; ADORNO, 1998; PINHEIRO, 1979, 1991a, 1991b, 1997; PAIXÃO, 1988). Essas novas escolhas entram em cena quando a figura do bandido, em oposição ao trabalhador, torna-se ameaçadora a ponto de seu extermínio ser desejado ou tolerado (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; ADORNO E CARDIA, 1997; CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2000; BICUDO, 2002; SILVA, 2004). Os homicídios passam a ser apresentados e praticados como um instrumento de controle. Essa pretensa finalidade social dos homicídios, que seriam praticados em nome de uma sociedade mais segura, permite que eles se tornem uma ação moralmente tolerada e menos controlada socialmente.

A prática do homicídio como forma de limpeza social começa a ser usada sistematicamente em São Paulo com a formação do esquadrão da morte no final dos anos 1960, liderado pelo então delegado de polícia Sérgio Paranhos Fleury, que passa a comandar também o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e as técnicas usadas contra os criminosos comuns acabam sendo reaproveitadas no combate à guerrilha urbana durante a ditadura militar. A partir de meados dos anos 1970, com a fragilização desses grupos guerrilheiros, derrotados pelo aparato de repressão do Regime Militar, que contou com a participação decisiva das polícias paulistas, as técnicas violentas e extralegais são reinventadas e aplicadas no combate ao crime comum. A Polícia Militar, ainda submetida ao controle do Estado Maior do Exército, vai atuar no patrulhamento ostensivo das periferias de São Paulo. No combate ostensivo ao crime comum, “os bandidos” se transformam nos inimigos da vez a ser combatidos. Com homens espalhados territorialmente nas periferias de norte a sul da RMSP, integrantes da PM elevam os homicídios ilegais a uma nova escala. Paralelamente, nos anos que se

seguem, os justiceiros, espécies de seguranças privados que surgem no começo dos anos 1980, começam a matar com o respaldo de comerciantes e industriais dos bairros de periferia. Contam com a conivência e a parceria dos policiais civis e militares das localidades em que atuam. É nesse período, quando os policiais militares responsáveis pelo controle dos homicídios em São Paulo passam a usar os homicídios para exercer o controle territorial da desordem, que a violência e os homicídios começam a se territorializar nas periferias de São Paulo.

A investigação de saúde pública joga luz ainda sobre as mudanças no perfil das escolhas homicidas ao longo do tempo em São Paulo. As taxas de homicídios na cidade começam a mudar de perfil, principalmente depois da primeira metade dos anos 1970, quando deixam de se tornar um crime relacionado às questões privadas para se transformar em um instrumento de controle para lidar com as inseguranças e incertezas das ruas. Essa mudança pode ser detectada ao observar os dados do município de São Paulo. Entre 1960 e 1975, a maior parte dos homicídios ocorria dentro das residências: em 1960, eram 55%; em 1965, 64%; em 1970, 42% e em 1975, 45% (MELLO JORGE, 1979; GAWRYSZEWSKI, 2002: 65). Mello Jorge, que cita estudos americanos em que 68% dos crimes ocorrem dentro de casa, levanta a hipótese de esses crimes estarem relacionados com conflitos entre amigos e parentes (MELLO JORGE, 1981: 187). Como já foi discutido, era esse o perfil dos homicídios em São Paulo na primeira metade do século. Nos anos 1980 e 1990, os homicídios vão se caracterizar justamente por serem crimes que ocorrem nas vias públicas, sempre em proporções acima dos 60%, (MELLO JORGE; GAWRYSZEWSKI, 2000; GAWRYSZEWSKI, 2002), com os corpos das vítimas amanhecendo em meio ao público depois de serem alvejados normalmente de madrugada. Quando os homicídios passam a se vincular ao contexto inseguro das ruas de São Paulo, ou seja, quando os homicídios passam a ser vistos e praticados com o objetivo de tentar controlar a desordem urbana das periferias, a curva de homicídios cresce aceleradamente. Em 2000, esse padrão de homicídios em vias públicas está consolidado. Como mostra Gawryszewski, no ano 2000, 69% das vítimas foram assassinadas em vias

públicas e apenas 9,9% em suas residências. Os homicídios em bares foram 4,3% (GAWRYSZEWSKI, 2002: 65).

O surgimento da solução homicida e a tolerância a essa alternativa podem ser definidos como o momento inicial da transformação do contexto moral urbano e do processo de crescimento dos homicídios. É o momento inicial por representar a ruptura dos indivíduos com o contexto moral até então vigente. Isso não ocorre em total confronto com a regra moral mais ampla que estabelece as normas sociais a serem respeitadas, entre elas a de não matar. Existe claramente um processo de racionalização ou a criação de mecanismos para superar uma regra moral como essa. Bandura (2004) explica que fazer pessoas agirem contra os seus padrões morais estabelecidos não é uma conquista que se alcança mudando padrões ou alterando os indivíduos em um nível profundo, mas pode ocorrer pela “redefinição cognitiva da moralidade” (BANDURA, 2004: 124). Nesse processo, é fundamental a construção social do inimigo como “um monstro a ser parado, não importa os meios”. É assim que ocorre o “desengajamento moral” do indivíduo, capaz de explicar a ação dos terroristas, objeto de estudo de Bandura (2004), mas também os homicídios em São Paulo. No caso da RMSP, os homicídios começam a partir da construção social da figura do bandido, capaz de transformar as mortes em uma atitude desejável numa sociedade que se sente vulnerável. A construção da imagem do bandido está bem documentada no trabalho em que Caldeira (2000) explica como “fala do crime” contribui para esse processo.

São discursos que descrevem o outro como inimigo irrecuperável. Matar alguém deixa de ter uma carga negativa e insuportável; passa a ser uma ação moralmente aceita, em conexão com os valores morais estabelecidos. O surgimento de grupos sociais que se articulam para colocar em prática essa escolha e eliminar do mundo os novos inimigos, dentro das próprias instituições responsáveis por controlar a violência, é o que inicia a escalada dos homicídios. A imagem dos bandidos como pessoas indesejáveis é construída de acordo com o contexto vigente. Os homicídios se legitimam por ser o meio mais eficiente para se eliminar do mundo pessoas que devem desaparecer.

O respaldo e a cumplicidade de integrantes das instituições de segurança transforma o contexto moral desses territórios, que se tornam altamente indutores de homicídios. Isso ocorre porque os controles institucionais e sociais de homicídios estão claramente fragilizados. Essa condição aumenta as oportunidades para se escolher os homicídios como forma de lidar com a violência local, o que passa a ser feito pelos justiceiros e comerciantes. Os conflitos decorrentes das escolhas assassinas crescentes provocam novas ações homicidas. Testemunhas evitavam denunciar o homicídio à Justiça, já que eram ameaçados pelos próprios policiais e demais matadores. A lei do silêncio passa a vigorar e a resposta por meio da violência privada passa a ser uma alternativa cada vez mais atraente, conforme a Justiça fica menos acessível. No leque de alternativas à disposição nesse contexto onde as próprias instituições de segurança matam, o homicídio torna-se a escolha mais atraente e supostamente eficaz. A defesa da ação dos justiceiros e dos policiais matadores, aliás, era feita em programas de rádios da época com mais de 1 milhão de ouvintes (SILVA, 2004: 117-118)². Como resultado, grupos com práticas e discursos semelhantes passavam a atuar em outros bairros com contextos semelhantes, tipificando e popularizando um comportamento que passa a ser praticado supostamente em nome da justiça e em defesa dos trabalhadores.

Existe, portanto, um momento na urbanização de São Paulo em que os homicídios deixam de ser vistos como um problema para se transformarem em um instrumento que supostamente permite lidar com os problemas advindos desse processo de urbanização. E essa solução passa a ser implementada por grupos sociais que se consolidam com um tipo ação e de discurso em defesa dos homicídios como meio de controle do crime. A omissão e a conivência das instituições de segurança permitem que essas escolhas se disseminem nas periferias da RMSP ao fragilizar os controles sociais da violência, criando um contexto indutor de homicídios. Essas ações aumentam com os justiceiros, apoiados por lideranças empresariais locais. É nesse contexto repleto de homicídios, com controles sociais fragilizados, que a prática homicida vai se

² Entrevista gravada, dada ao autor por Afanásio Jazadji em 2008.

propagar com velocidade capaz de provocar milhares de mortes no decorrer dos anos. A aceitação do homicídio como prática eficaz de controle do crime, portanto, por parte das instituições de segurança, cria mecanismos sociais que deflagram círculos viciosos de violência, tornando a escolha homicida mais recorrente para uma gama cada vez mais ampla de indivíduos e passível de ser empregada para resolver diferentes tipos de conflitos.

1.4) A disseminação dos homicídios – círculo vicioso e a engrenagem da violência

A maioria dos estudos que investigam as ações humanas tenta entender como as pessoas escolhem entre alternativas predeterminadas, como se fossem simples e se mostrassem claramente para todos (ver CLARKE; FELSON, 1993; GOTTFREDSON; HIRSHI, 1990). A teoria da ação situacional, por outro lado, argumenta que, antes do processo de escolha, a pessoa se engaja em um processo de percepção pelo qual identifica as alternativas viáveis para responder a uma tentação ou provocação (WIKSTRÖM & TREIBER, 2009b: 83). Para perceber a violência como uma alternativa viável, uma pessoa precisa desejar intencionalmente matar o outro, sem pensar que matá-lo é errado em determinado contexto; caso contrário, deve querer fortemente agir dessa forma mesmo se for errado, assumindo as consequências desse ato. O sentimento de medo e de desprezo pelos “bandidos” é uma emoção forte com a qual os policiais convivem diariamente, segundo narram em entrevistas.

Como profissionais despreparados para lidar com o crime comum em níveis crescentes, pressionados a tomarem atitudes imediatas para lidar com essa forte emoção cotidiana, eles escolhem os homicídios como solução ideal. Os homicídios são, aparentemente, uma medida eficaz, que apresenta resultados imediatos contra o perigo que eles encaram diariamente. São, portanto, condizentes com a demanda emocional dos indivíduos que os praticam. Ao mesmo tempo, na medida em que se tornam ações toleradas pelo Estado, o controle sobre sua prática se afrouxa e diminuem os riscos de punição daqueles que fazem essa escolha. O surgimento e a difusão dessas

condutas ilegais no âmbito das forças policiais contribuem para a criação de um contexto moral favorável à violência justamente nas áreas mais afetadas pelo crime.

Os efeitos das escolhas homicidas, contudo, ao contrário do que esperam os autores e aqueles que acreditam nos resultados sociais dos homicídios, em vez de coibirem a desordem, aumentam-na e disseminam os homicídios ao tornarem essa alternativa acessível e desejada para outros jovens que se sentem vulneráveis. Nesse contexto, de um lado, estão aqueles que enxergam na prática da limpeza social uma forma de lidar com a desordem provocada pelos “bandidos”. Nos anos 1970 e 1980, esses grupos estão representados pelos policiais e pelos justiceiros e empresários dos bairros violentos. De outro, estão aqueles que se sentem vulneráveis a esse extermínio, representados por uma nova geração de homens jovens, inseridos ou não na carreira criminal, boa parte deles filhos de migrantes das zonas rurais, moradores de periferias. Se, de um lado, os homicídios contra “bandidos” são moralmente tolerados, de outro, também passam a ser moralmente tolerados os homicídios contra potenciais matadores.

No dia a dia desses bairros violentos, o crescimento dos homicídios faz com que cada vez mais corpos sejam deixados no meio da rua, às vezes até por dias, antes de serem retirados pelos carros do Instituto Médico Legal (IML). A roda de moradores em torno dos corpos nas ruas transforma o homicídio em um acontecimento social, no qual se comenta e se especula as motivações do crime, os possíveis autores, tornando-se rituais cada vez mais habituais nas periferias. A morte passa a ser um assunto recorrente e o medo dela passa a ser uma sensação presente e justificada no cotidiano. Diante dos conflitos arriscados das periferias, a escolha homicida surge quase naturalmente como a favorita no leque de alternativas. O medo da morte, que passa a estar presente no dia a dia desses jovens, contribui para a criação de um mecanismo social indutor de novas escolhas homicidas. São alguns desses jovens urbanos, nascido nas periferias, em busca de uma identidade alternativa à dos pais, que escolhem ingressar nos anos 1980 e 1990 seguindo uma trajetória criminal marcada pelo risco e pelos homicídios. Eles crescem sob o risco da violência e do homicídio, o que justifica, moralmente, praticar homicídios para

que possam sobreviver. A moral do extermínio acaba provocando a moral da sobrevivência, ambas indutoras de escolhas assassinas.

Por serem conflitos que envolvem vizinhos (DHPP, 2006), essas ações tornam-se altamente contagiantes nos territórios onde ocorrem. Cada uma dessas novas agressões provoca a reação de terceiros, em um contexto em que a lei do silêncio se consolida porque as sanções sociais e políticas contra os homicidas estão enfraquecidas. Como resultado, o desejo de vingança pelos homicídios de parentes e amigos contamina emocionalmente aqueles que sofrem esse tipo de agressão, pedindo como resposta novas atitudes violentas já que restam poucas alternativas. Como resultado, um homicídio acaba provocando inúmeras mortes por causa das vinganças ininterruptas. Na pesquisa, foram encontradas disputas iniciadas com um homicídio que já duravam mais de uma década e haviam gerado sucessivas vinganças, situação encontrada em outras pesquisas feitas na periferia (ver HIRATA, 2010: 274-276). O risco real de ser assassinado, presente de forma cada vez mais ostensiva nesse cotidiano tolerante aos homicídios, vai transformar a forma como os indivíduos enxergam as escolhas presentes nesse contexto e multiplicar a cada ano as escolhas homicidas. Conflitos banais, como o galanteio à namorada de terceiros, brigas em bar, olhares enviesados, podem ser suficientes para despertar o medo da morte. É como se a vida das partes envolvidas entrasse em jogo, induzindo uma das partes a se ver forçada a escolher o homicídio para não morrer.

O efeito social multiplicador dos homicídios, portanto, além de criar círculos de vingança, passa a atuar de outra maneira: leva os vizinhos que convivem e se relacionam entre si a adotar uma atitude que Flaherty e Sethi (2008) vão definir como “preemptiva”, ou seja, um tipo de ação na qual “o indivíduo leva em consideração os homicídios ocorridos no passado na hora de decidir como agir” (FLAHERTY; SETHI, 2008: 2). As pessoas, como escrevem os autores, são capazes de darem passos drásticos para evitarem serem assassinadas. Por serem crimes interpessoais, nesse contexto indutor de homicídios, o homicídio provoca efeito poderoso nas emoções e na percepção da realidade daqueles que convivem com o homicida e com as mortes recorrentes. Em lugares onde os homicídios são frequentes e tolerados,

portanto, eles podem ser vistos como a defesa mais eficiente a uma ameaça quando o oponente pode ser um homicida em potencial. Por isso, o homicida potencial deve ser morto para que não mate. Essa situação torna fatal mesmo os conflitos corriqueiros, em que sobrevive quem mata primeiro. Mais diretamente, a decisão de matar é caracterizada por uma complementaridade estratégica: um aumento na probabilidade de ser assassinado aumenta o incentivo de essa pessoa matar primeiro para não morrer. O que significa que homicídios acabam inevitavelmente gerando homicídios, já que a avaliação de quem é ou não um homicida em potencial sempre estará influenciada pelo contexto emocional carregado dessas zonas altamente violentas.

A ideia de que dois indivíduos armados podem escolher atirar no outro simplesmente por medo de ser atingido vem desde Schelling (1960). Mesmo quando ambas as partes não querem que a violência ocorra, incertezas sobre os motivos ou intenções dos outros podem resultar em agressão mútua. Esse processo foi modelado formalmente pela teoria dos jogos como um jogo de coordenação com informação incompleta pelos autores Baliga e Sjöström (2004). Esse contexto gerado pelos homicídios passados, indutores de homicídios futuros, cujas escolhas são tomadas a partir do medo e da desconfiança mútua, é o que se verifica nos bairros de São Paulo com taxas de homicídios elevadas. Como será descrito por entrevistados, um olhar fixo, nesse contexto, não é necessariamente um motivo banal para o homicídio, porque passa a ser percebido como “legítima defesa”. Essa escolha é resultante do medo de morrer que tem aquele que mata. Como diversos indivíduos nesse contexto passam a ser vistos como homicidas em potenciais, também se multiplicam aqueles que se transformam em vítimas necessárias.

Nesse sentido, o crescimento dos homicídios em um contexto moralmente favorável cria mudanças no processo de percepção-escolha. É importante destacar, contudo, a diferença entre dois momentos. Há uma fase inicial, quando existe um julgamento moral a respeito de cometer ou não o homicídio. Nessa fase, o processo de percepção-escolha pode ser definido como (predominantemente) deliberado. Ocorre ainda no contexto onde os homicídios são ações incomuns, tornando a escolha homicida uma alternativa extrema porque altamente controlada e sujeita a sanções sociais e penais.

Como argumenta esta tese, a mudança nesse processo percepção-escolha ocorre quando o homicídio ganha um novo significado social. Pessoas que se sentem vulneráveis aos “bandidos” passam a tolerar seu extermínio, ação que é colocada em prática por determinados grupos. Em São Paulo, exigiram planejamento de policiais civis, que viajam ao Rio de Janeiro para se informarem sobre a formação do esquadrão da morte, que seria replicado em São Paulo. Na primeira fase do crescimento dos homicídios, quando a construção da figura do “bandido” como inimigo a ser exterminado, a deliberação por trás dessas ações fica evidente: os crimes ocorrem acompanhados de discursos dos seus integrantes, com comunicados ao público, objetos simbólicos como Bombril e flores deixados junto aos corpos, como se o autor tentasse explicar o objetivo do crime.

Em um segundo momento, conforme os homicídios se propagam, espalhando corpos nas ruas e confirmando a tolerância das instituições de segurança, esse tipo de ação tende a se tornar cada vez mais habitual. O homicídio deixa de surpreender ou chocar como antes. Em vez de exigir deliberação e planejamento, a ação homicida se banaliza por ser fortemente induzida pelo contexto tolerante. São iniciados círculos de homicídios e de vinganças ininterruptos, que provocam novos homicídios. Nessa segunda fase, com o círculo de violência em movimento, os homicídios passam a ser vistos como escolhas necessárias, diante dos riscos que eles acreditam correr. As escolhas para uma série de conflitos, dos mais graves aos banais, canalizam as escolhas individuais para o homicídio.

Nesse mecanismo social que passa a entrar em funcionamento nas periferias de São Paulo, portanto, homicídios provocam novos homicídios, no processo que Glaeser, Sacerdote e Scheinkman definem como o efeito social multiplicador nos homicídios (2002: 2-3). Segundo os autores, a escolha homicida é contagiosa porque exige também um novo tipo de estratégia daqueles que se sentem em risco ou ameaçados pelo potencial homicida. Como consequência, os resultados agregados desse fenômeno acabam sendo sempre maiores que a soma dos resultados individuais. Os hábitos morais violentos são formados quando os indivíduos aprendem a repetir comportamentos em um contexto particular no qual eles regularmente gastam

seu tempo. Atos de violência se tornam habituais se alguém regularmente gasta tempo em cenários que apresentam oportunidades de agir violentamente ou lida com fontes regulares de atritos (WIKSTRÖM & TREIBER, 2009b: 89). Em São Paulo, esses cenários de contágio de homicídios são os territórios violentos das periferias e das prisões, com taxas elevadas de homicídios. Menos nas prisões, pela maior facilidade das instituições controlarem esse tipo de crime.

1.5) O aumento da propensão individual ao homicídio

Considerando as transformações ocorridas entre 1960 e 2010 em São Paulo, também é possível compreender as escolhas individuais dos homicidas a partir das trajetórias percorridas pelas pessoas que viveram e praticaram homicídios nesses contextos violentos. Além de ajudar na compreensão do contexto das escolhas homicidas, as entrevistas com aqueles que matavam e que viviam em comunidades violentas de São Paulo foram fundamentais para entender as alternativas que estavam em jogo (na percepção dos homicidas) e como suas futuras escolhas acabam sendo afetadas. Afinal, o que leva o indivíduo a matar? Mesmo em um contexto social favorável à prática de homicídios, há os que ingressam nesse caminho e outros que ficam de fora. Como explicar por que algumas pessoas passam a matar enquanto outras não matam em um contexto favorável aos homicídios? A diferença entre os indivíduos é uma das razões – tanto a moral individual como o autocontrole. Mas o acaso também desempenha um papel preponderante, como pode ser visto em inúmeros casos. Em contexto onde conflitos banais podem provocar homicídios, mesmo o indivíduo que procura evitar conflitos e cuja moral é avessa à violência pode se envolver em um conflito cujo homicídio do outro passa a ser visto como questão de sobrevivência.

Nesse sentido, existem dois pontos importantes que devem ser levados em consideração no que diz respeito aos indivíduos. Em primeiro lugar, a moral individual de qualquer pessoa que passa a se enxergar sob o risco de ser assassinada tende a escolhas que garantam sua sobrevivência. No contexto violento, o indivíduo dos bairros com taxas elevadas de homicídios passa a

enxergar a morte do homicida em potencial como ação moralmente justificável. Assim, mesmo um indivíduo avesso à violência pode matar quando está diante do risco iminente de ser assassinado, num tipo de ação praticamente instintiva. Essa moral de sobrevivência em São Paulo vai ser formada pelo contexto violento, em que o controle social dos homicídios foi fragilizado pela moral do extermínio, que transforma homens jovens em homicidas em potencial. Nesse contexto de escolhas restritas, ocorrências inesperadas e imprevistas podem induzir ao crime mesmo pessoas avessas à violência. Eventos individuais marcantes ou aparentemente ameaçadores, portanto, podem ser determinantes para o ingresso no crime e na carreira homicida mesmo para aqueles menos propensos.

O segundo ponto a respeito das mudanças individuais é ainda mais relevante para compreender o processo de crescimento de homicídios em São Paulo. A partir da análise das trajetórias individuais, o primeiro homicídio tende a se tornar um ponto de inflexão na vida de quem o pratica e novas escolhas homicidas tendem a ser tomadas por esse indivíduo, numa sucessão de crimes que só acaba com a morte ou prisão do autor. Por isso, a figura dos homicidas contumazes está sempre presente no contexto de violência da RMSP – entre policiais, justiceiros e os jovens matadores envolvidos em rixas territoriais. Depois que o primeiro homicídio é praticado, em um contexto social favorável, naturalmente ocorre uma mudança no processo individual de percepção-escolha. Como os autores narram, depois do crime eles passam a temer a vingança dos inimigos. Vingança que tende a ser aplicada na mesma moeda. Como aumenta o risco de ser assassinado, muda-se a moral individual, a rotina, os grupos com o qual ele convive. Depois que matou o primeiro, portanto, como o homicida também passa a viver com o medo mais intenso da própria morte, vendo os fantasmas dos potenciais vingadores, aumentam as oportunidades e os motivos para se matar novamente.

Sampson e Laub (2006) analisaram o processo de desistência e persistência no crime levando em consideração conceitos como estabilidade e mudança ao longo do curso da vida. Essa perspectiva considera que a vida é quase sempre dinâmica e imprevisível e que induções externas a mudanças estão sempre presentes. Como mostram os autores, algumas mudanças na

vida resultam de chances ou eventos aleatórios; outras mudanças resultam de choques em níveis macros e sociais (guerras, depressões, revoluções). Segundo escrevem, a ideia de pontos de inflexão é decisiva para compreender a teoria. A desistência do crime pode ocorrer quando existe uma mudança na propensão criminal do indivíduo ou nas oportunidades de ocorrerem crimes naquele contexto. A análise deve se focar na situação e variação social no tempo que impede e facilita eventos criminais e na variação da propensão individual para a prática de crimes. A análise do curso da vida dos indivíduos permite contemplar a variação e as influências externas no curso do desenvolvimento que não podem ser previstas quando se foca somente nos traços individuais (heterogeneidade das pessoas) ou nas experiências passadas (dependência do contexto) (SAMPSON; LAUB, 2006: 33-35).

Para discutir a desistência ou a permanência na carreira criminal, Sampson e Laub (1995) apontaram o casamento, o trabalho e o serviço militar como pontos de inflexão – *turning points* – fundamentais no curso da vida (SAMPSON; LAUB, 1995: 9). Conforme os autores, o que transforma uma ocorrência em um ponto de inflexão é o fato de redirecionar todo o processo individual e dar novo curso à trajetória que vinha sendo seguida. Essas três situações reordenam os indutores criminais de curto prazo e redirecionam os compromissos com essa nova condição ao longo do tempo. No casamento, por exemplo, o que se pode observar é o crescimento dos laços sociais relacionados aos novos amigos e parentes. Conforme aumentam os investimentos nesses laços sociais, aumenta o incentivo para se evitar o crime porque novos laços e relações passam a estar em jogo. São assim criados sistemas interdependentes de obrigação e restrição, impondo custos significantes para transformar propensões criminais em atos. O casamento ainda tem o potencial a mudanças radicais nas atividades de rotina, especialmente quando relacionadas a certos parceiros. Essas mudanças podem diminuir as oportunidades e atritos em relação à rotina anterior. Os autores afirmam ainda que, assim como o casamento e o trabalho, o serviço militar muda as atividades cotidianas, oferece supervisão direta e suporte social e permite a possibilidade de mudança na identidade, numa espécie de redesenho da consciência (SAMPSON; LAUB, 1995: 140).

No caso dos homicídios, a análise ocorre no sentido oposto. O primeiro homicídio funciona como um ponto de inflexão ao induzir novas escolhas homicidas. Em um contexto violento, contribui para um redesenho na moral daquele que pratica o homicídio e uma mudança na percepção-escolha do indivíduo, provocando a persistência dessas ações violentas ao invés de incentivar a desistência. Isso ocorre porque aumenta tanto a propensão aos homicídios, como as oportunidades e os conflitos para se praticar novos homicídios. Essa mudança na percepção de mundo leva o assassino a estabelecer novas alianças e relacionamentos, rotinas e estratégias para prevenir os riscos mais altos que ele passa a ocorrer. O homicida precisa construir ou fortalecer laços com indivíduos também dispostos a matar como forma de se proteger. As alianças entre homens jovens do mesmo bairro, formando as chamadas “bancas” ou “famílias”, acabam sendo um traço bastante característico dessa cena violenta da São Paulo dos anos 1980 e 1990. Os chamados “aliados”, em oposição aos “inimigos”, se tornam parcerias para garantir a proteção do grupo na rotina perigosa do bairro violentos. Essas alianças inevitavelmente levam os indivíduos a matar os “inimigos” dos aliados, multiplicando seus conflitos pessoais e a rede de inimigos dispostos a matá-lo.

As consequências pessoais para aquele que pratica um homicídio, aliás, podem ser vistas em diferentes trajetórias a serem esmiuçadas nos próximos capítulos e em outros estudos. Conforme aumentam os inimigos, os homicídios deixam de ser uma escolha para serem vistos como uma “necessidade”. Dessa maneira, a partir da teoria da ação situacional dos fatos e das entrevistas em São Paulo, pode-se compreender que as mudanças no processo de percepção-escolha alteram a moral das pessoas que se sentem vulneráveis e os homicídios se propagam em contexto favorável a ele. Os próprios homicídios, que começam com a participação e conivência das instituições encarregadas de controlá-los, são indutores de novos homicídios, criando contextos repletos de conflitos e de oportunidades para o crime. Esses indivíduos, fortemente induzidos a matar pelo meio em que vivem, ao optarem pelo homicídio, tendem a matar novamente.

1.6) A diminuição dos homicídios

O mecanismo social que leva à queda dos homicídios deve ser analisado de forma longitudinal porque só pode ser compreendido se considerado o contexto de crescimento acelerado que o antecedeu. Isso ocorre porque a queda dos homicídios é também efeito do próprio processo de crescimento dos homicídios. Se a omissão e a conivência das instituições de segurança, juntamente à tolerância social, criaram as condições para os homicídios crescerem e se disseminarem, os efeitos dessas ações acabam sendo diferentes dos esperados. Em vez de controlar a desordem nos territórios, leva ao rápido crescimento dos homicídios e da desordem. Os efeitos de anos e anos de homicídios são perversos, provocando uma situação em que todos perdem com o crime. Até mesmo o assassino que, depois de matar, passa viver sob os fantasmas da vingança. Diante da crise e do amadurecimento da percepção de que todos perdem com a popularização dos homicídios, foram sendo criadas soluções sociais e institucionais de segurança que atuam em uma mesma direção, no sentido de controlar os homicídios. São as medidas institucionais que induzem as escolhas alternativas aos homicídios. Mas estas só acontecem porque os indivíduos querem trilhar esse novo caminho para seguirem vivos. Mais do que políticas públicas eficientes, a queda dos homicídios é acelerada em decorrência da nova moral de indivíduos que preferem evitar o conflito depois de décadas testemunhando os efeitos perversos da violência.

Esse movimento de crescimento acelerado e de queda acentuada tende a se repetir em outros locais com taxas elevadas de violência. Como mostram as curvas de homicídio, sete capitais brasileiras que registraram maiores taxas de crescimento de homicídios entre 1980 e 1999 foram também as que tiveram as principais quedas na última década, acumulando 52% entre 2000 e 2010. Além de São Paulo (-78,4%), houve queda expressiva de homicídios no Rio de Janeiro (-59%) e em Recife (-35,9%). As 39 cidades da RMSP registraram diminuição de 75,4% no mesmo período. Por outro lado, as 17 capitais que tinham taxas de homicídios mais baixas, registram altas de 150%, que continuaram a crescer ao longo desta década (WAISELFISZ, 2011: 23-24). Essa dinâmica dos homicídios reforça a ideia de que a tendência da curva epidêmica de homicídios em contextos urbanos é ter o formato de sino –

crece aceleradamente, mas depois cai para evitar o autoextermínio. Se o homicídio começa a ser praticado nesses contextos urbanos como suposto instrumento de controle e depois de autodefesa, a situação se transforma quando muitos passam a matar, já que não é mais possível controlar ninguém por meio do homicídio, muito menos se defender. Quando essa percepção social começa a ser formada, quando até os assassinos sabem que matam para depois serem assassinados, as políticas públicas para controlar os homicídios tendem a ser mais bem recebidas pelas populações afetadas pela violência.

A mudança da moral dos indivíduos que favorece a queda dos homicídios, portanto, é consequência da própria disseminação das escolhas assassinas. Em São Paulo, por exemplo, desde o final dos anos 1960, a crença na eficácia dos homicídios como meio de tentar controlar a violência provocou um rápido crescimento das taxas por causa da ação dos grupos de homicidas que passaram a atuar nas periferias. Dentro, inclusive, das próprias instituições de segurança. Mas para todos aqueles que testemunharam os efeitos maléficos dos homicídios nesses contextos, a estratégia inicial dos policiais e dos justiceiros de coibir a desordem se revelou um fracasso. Os homicídios, em vez de garantirem a ordem, espalham a desordem provocando imprevisibilidade, sofrimento, tragédias e injustiças nesses contextos. Sofrem as mães, irmãos, primos, amigos e a comunidade como um todo em consequência das perdas permanentes de parentes, alunos e colegas. Nos anos 1990, quando os homicídios em São Paulo haviam alcançado números recordes, os próprios homicidas explicaram em entrevistas que matavam por “necessidade”. Segundo diziam, eles estavam inseridos em disputas onde outros também queriam matá-los. Se mudassem de vida e aposentassem as armas, tornar-se-iam alvos fáceis. Mesmo para os matadores, nesse contexto, os homicídios provocavam a vingança dos inimigos e novos conflitos. Em outras palavras, o homicida, ao matar, provocaria em breve sua própria morte. Nenhum grupo se beneficiava com os homicídios em excesso, nem mesmo os homicidas, que também eram assassinados.

A própria vingança, portanto, que inicialmente exerceu um papel importante na multiplicação da violência ao criar um efeito multiplicador dos

homicídios, com o tempo se torna um instrumento de controle das ações homicidas. Conforme os homicídios se popularizam, os homicidas passam a temer a vingança e por isso são forçados a ponderar a respeito da escolha que fazem, já que correrão sérios riscos de também serem assassinados. O próprio homicida, portanto, por causa do risco de ser vingado, tende a preferir escolhas alternativas para evitar sofrer ele próprio a violência.

É nesse novo contexto de completo descontrole, em que todos admitem os efeitos perversos dos homicídios, incluindo os próprios homicidas, em que se ampliam as oportunidades para que ações de instituições do Estado e da sociedade revertam o crescimento dos homicídios com mais eficiência. As antigas divisões entre aqueles que merecem morrer se embaralham e não são mais confiáveis, incentivando medidas de controle. A nova transformação moral nos contextos violentos amplia as oportunidades para se tomar iniciativas para controlar os homicídios. Assim como no final dos anos 1970 e começo dos 1980 a capilaridade da Polícia Militar explica o crescimento generalizado dos homicídios nas periferias de São Paulo, por meio de grupos de matadores da instituição e da moral do extermínio, a mesma capilaridade deve explicar a queda. Afinal, o processo de declínio dos homicídios em São Paulo atinge amplamente os bairros violentos da RMSP. Só intervenções simultâneas, promovidas por instituições capazes de induzir escolhas em diferentes territórios das periferias, podem explicar esse processo. Essa capilaridade e a capacidade de gerir essas intervenções, além de novas medidas de ação, se concentraram em um primeiro momento na Polícia Militar. Como afirmam Wikström & Treiber (2009b: 89), hábitos são quebrados por mudanças salientes no contexto da ação, que causa a aparência de um fator de impedimento, que redireciona a atenção na direção das metas que as pessoas percebem. Para que as pessoas comecem a considerar alternativas pacíficas ao homicídio, portanto, além da transformação do contexto moral, foram necessárias intervenções para que os indivíduos enxergassem oportunidades para novas escolhas nesse contexto.

Assim como os hábitos morais violentos podem facilitar e perpetuar padrões persistentes de violência, a quebra desses padrões tem implicações nas oportunidades de praticar a violência em determinado contexto. Da mesma

forma, se os hábitos se transformam, as agressões diminuem e começam a transformar as expectativas dos moradores dos territórios violentos. Assim como um homicídio podia provocar uma série de novos homicídios, em decorrência dos círculos de vingança, sua redução podia significar a interrupção desse círculo. Dessa forma, também é possível falar do efeito multiplicador das escolhas não violentas, que passa a funcionar em São Paulo.

1.6.1) Instituições de segurança e políticas penitenciárias

Dois mudanças expressivas na política de segurança pública praticadas no Estado de São Paulo tiveram impacto profundo no universo criminal paulista e nos territórios violentos, contribuindo para ampliar as oportunidades de não matar e para mudar o cálculo daqueles que se relacionam nesse meio. A primeira foi a ampliação de vagas no sistema penitenciário e o aumento das prisões. Entre 1990 e 2010, houve crescimento de 720% na taxa de presos por 100 mil habitantes (NUNES DIAS, 2011: 104). Os detentos também passaram por mudanças nas condições do cumprimento das penas. Até 1997, quase metade dos presos estava em delegacias e carceragens da Secretaria de Segurança Pública, taxa que cai para menos de 10%. Essa medida diminui as chances de fuga e faz com que o preso venha a cumprir pena e conviver com outros presos (NUNES DIAS, 2011: 106). Conforme o aprisionamento se multiplica, o futuro com outros presos passa a fazer parte dos cálculos daqueles que participam do universo criminal. Os conflitos e os homicídios em excesso tornam-se cada vez mais uma grave ameaça a todos que se relacionam nesse meio. De fato, o que se enxerga na cena criminal paulista desde o começo dos anos 1990 é o fortalecimento de uma cultura de presídios que valoriza o “proceder” ou “procedimento”, o respeito às normas que permitem um convívio pacífico entre pessoas obrigadas a repartir o mesmo espaço no dia a dia (ver MARQUES, 2009 e BIONDI, 2009).

Essa produção de aprisionamento em larga escala é feita a partir do aumento dos flagrantes da Polícia Militar, que passa a seguir outra lógica de patrulhamento vinculada a um novo tipo de gestão de planejamento e de decisões. Em vez das patrulhas aleatórias dos anos 1970 e 1980, tanto a

distribuição do efetivo como as rondas e o patrulhamento passam a ter alvos específicos de acordo com o número de ocorrências policiais existentes em cada local. Essas ações são tomadas no sentido de diminuir a oportunidade de cometer crimes, especialmente homicídios. Recursos, homens e operações são direcionados aos locais mais perigosos, lugares apontados pelos novos softwares criminais como de maior incidência de homicídios. A busca por armas ilegais nos bairros com alta incidência de homicídios foi uma das maneiras encontradas pela PM para nortear as abordagens e lidar com o crime, o que gerou resultados significativos e aumentou as prisões em flagrantes. O efeito mais importante dessa política de controle de armas foi mudar o hábito dos habitantes dos territórios violentos que costumavam sair armados para evitar serem surpreendidos por inimigos. O crescimento real do risco do flagrante, com penas inafiançáveis, estimulou que as armas fossem deixadas em casa. Nesse novo contexto, com indivíduos desarmados cientes dos efeitos prejudiciais dos homicídios, aumentaram as oportunidades para fazer opções alternativas ao homicídio diante de conflitos que antes eram vistos como de vida ou morte.

Estudos quantitativos apontam a importância da política de desarmamento em São Paulo. Cerqueira (2010), por exemplo, calculou que para cada 18 armas que foram retiradas de circulação – por meio das abordagens dos policiais militares e das restrições à concessão de porte de armas – houve um homicídio a menos na cidade. A necessidade de se considerar temporadas na prisão durante a carreira criminal, onde vai conviver com outros detentos e prestar contas às lideranças locais, e os flagrantes em busca de armas ilegais que induziram os moradores de bairros violentos a deixarem as armas em casa, foram as duas mudanças de comportamento decorrentes de políticas públicas do final dos anos 1990. Foram mudanças que ajudaram a reverter as escolhas homicidas, induzindo ações não violentas em um novo contexto em que se buscavam oportunidades para não matar.

Mais do que quantificar o impacto de cada uma dessas medidas, no entanto, é interessante observar uma completa guinada nas políticas penais e penitenciárias a partir dos anos 1990, relacionadas a eventos aleatórios e a escolhas políticas. As guinadas nas políticas penais e carcerárias são

intensificadas depois do Massacre do Carandiru, em 1992, em que 111 presos morreram, e do episódio da Favela Naval, de 1997. O primeiro acelerou mudanças no sistema penitenciário; o segundo, nas PMs. Além disso, a redução dos homicídios em Nova York entre 1992 e 1997 levou a PM paulista, pela primeira vez, a assumir o paradigma de que os homicídios podiam ser coibidos em curto prazo por políticas de segurança pública. Para as Polícias Militar e Civil de São Paulo, saber que existiam medidas capazes de diminuir ações homicidas foi impactante e as levaram a mudar a forma de agir. Entre essas novas políticas de segurança se destacam a reformulação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), criado em 1996 com o objetivo de investigar homicídios e latrocínios, pessoas desaparecidas e proteger vítimas e testemunhas. O Plano de Combate aos homicídios foi posto em prática pelo Departamento a partir de abril de 2001. As principais estratégias utilizadas foram a identificação e aprisionamento de homicidas contumazes e investimentos em inteligência e tecnologia da informação, resultando num aumento de 770% no número de homicidas presos entre 2000 e 2004

É importante notar, contudo, que todas essas medidas que impactaram o universo criminal e estimularam a queda dos homicídios não reduziram as taxas de outras modalidades criminais, como roubos – aparente paradoxo que as próprias autoridades encontram dificuldades em responder. Como a tese demonstra, no entanto, são as próprias características da ação homicida, tipo de crime que, quando se dissemina, passa a prejudicar a todos os envolvidos, até mesmo os homicidas, que podem explicar a queda nas taxas. Como a tolerância moral em torno dos roubos e de outros tipos de crime não muda, proporcionando benefícios e prejuízos semelhantes para aqueles que querem ingressar nessa carreira, há maior resistência em abandonar esse tipo de prática, que está mais relacionada ao nível de emprego e de atividade econômica. Quando os empregos diminuem, os roubos tendem a aumentar (KAHN, 2004: 26). Tanto que, entre 2000 e 2010, apesar da queda drástica dos homicídios na capital e no Estado, os outros tipos de crime continuaram em ascensão. Os roubos, por exemplo, cuja taxa na capital era de 1.046 por 100 mil habitantes em 2000, alcançou o recorde da série feita pela Secretaria de

Segurança em 2003, com 1.247 roubos por 100 mil habitantes e a segunda maior marca em 2009, com 1.122 casos³. Também houve crescimento de furtos e roubos e furto de carros. Isso significa que, as ações que especialistas costumam apontar como responsáveis pela queda dos homicídios, não têm o mesmo efeito para outros tipos de crime.

O resultado mais importante dessas políticas penais e prisionais, portanto, é a reversão do “hábito homicida”, dado o aumento das oportunidades para se escolher soluções alternativas aos homicídios em um novo contexto moral avesso aos homicídios. Conforme as escolhas de não matar substituem as alternativas homicidas, o efeito multiplicador passa a entrar em ação em sentido inverso e contribui para a rápida desaceleração dos homicídios. Formas alternativas de mediar conflitos tornam-se cada vez mais habituais e os indivíduos são induzidos pelo contexto a escolher a opção de não matar.

1.6.2) PCC não é causa, mas consequência

O Primeiro Comando da Capital (PCC) deve ser compreendido a partir desse contexto saturado de homicídios, de comunidades repletas de conflitos deflagrados em busca de opções para diminuir esses conflitos. A fundação da facção, aliás, é uma tentativa de integrantes do universo criminal paulista de se organizarem para lidar com a desordem vigente nesse meio (JOZINO, 2004). Entre os 16 itens do estatuto, que chegou a ser publicado no Diário Oficial em 1997 depois de ser apreendido, o apelo ou a imposição à união entre os integrantes é mencionado em oito (MANSO, 2005: 83). A influência do PCC se concentra e emana fundamentalmente do interior das prisões de São Paulo; e passa a ter ascendência sobre o lado de fora dos presídios com o passar dos anos. Suas lideranças, despreparadas e com dificuldades de dar os rumos à facção, travam guerras sangrentas até pelo menos 2003.

O grande trunfo do PCC, portanto, surge da busca dos integrantes do universo criminal por formas de melhorar a vida nas prisões de São Paulo, que deve, necessariamente, fazer parte de sua carreira. Ironicamente, inclusive, a

³ Ver os números no site <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/trimestrais.aspx#>

prisão é chamada de “faculdade” (NUNES DIAS, 2011: 222). Quando os detidos chegam à prisão, eles precisam cumprir pena e conviver com as normas da facção, sendo mais vantajoso manter boas relações com esses presos, respeitando os procedimentos no crime que tendem a beneficiar o convívio de todos. A força da facção, portanto, é resultado das medidas e das omissões das políticas carcerária e penal do Estado que resultaram em aprisionamento em larga escala e induziram o convívio e a criação de meios de mediar conflitos. Mais do que causa da diminuição da violência, o PCC deve ser visto como consequência das ações e omissões das instituições do Estado.

Do lado de fora, a ação do PCC e sua relação com a queda dos homicídios pode ser compreendida com mais clareza. Sociólogos e antropólogos já vêm apontando a importância de se debater os efeitos dessa organização criminosa na diminuição dos homicídios em São Paulo (FELTRAN, 2008a; TELLES; HIRATA, 2007; NUNES DIAS, 2011; MARQUES, 2009; PERES et al., 2011; MIRAGLIA, 2011). Esses estudos mostraram a existência dos “debates”, instâncias informais de mediação de conflitos organizadas pela facção no interior e do lado de fora dos presídios, nas periferias da RMSP (FELTRAN, 2008a; HIRATA, 2010; MALVASI, 2012). Os debates são usados, inclusive, por habitantes de bairros violentos em busca da solução de impasses. “Ninguém mata sem a autorização do PCC em São Paulo” é uma frase bastante repetida em bairros das periferias que testemunharam a redução dos homicídios.

O que não significa que os debates e a facção tenham realmente capacidade para mudar comportamentos. O PCC, aliás, depois de disputas internas violentas entre 2002 e 2003, só começa a se estabilizar mais claramente nas periferias a partir de 2005/2006 (NUNES DIAS, 2011: 221). É nesse último ano que começa a ficar mais evidente a estratégia das novas lideranças de atuarem no comércio de drogas como estratégia de negócios. A atuação do PCC no atacado das drogas ajuda a diminuir a disputa entre as bocas varejistas nas periferias. Isso só ocorre mais claramente depois de 2005/2006, quando a queda dos homicídios em São Paulo já vinha em ritmo acelerado. Os debates, no entanto, não surgem como estratégia de uma liderança brilhante, com legitimidade para mudar comportamentos em

diferentes “quebradas” da RMSP pela atuação de uma rede complexa e sofisticada. O PCC nunca teve essa capilaridade. A diminuição dos conflitos e os debates, contudo, são efeitos dessa nova moral que incentiva o controle dos homicídios. Os moradores dos bairros violentos vão buscar ajuda com o PCC. Não são as lideranças da facção que impõem o armistício.

Se hoje o PCC é apontado como principal causador da queda dos homicídios pela população dos bairros violentos, isso apenas demonstra como o grupo simbolizou e ajudou, de alguma forma, a confecção desse novo contrato que pacificou a disputa entre homens e jovens que se matavam no contexto criminal. O PCC foi mais um instrumento de controle, usado pela sociedade saturada de violência, para ampliar as oportunidades de escolhas não violentas. As mudanças de comportamento não vieram de cima para baixo. Não foram ordens de cúpula implantadas nas favelas, mas moradores dos bairros violentos que buscaram nos traficantes armados auxiliares informais para mediar conflitos locais.

CAPÍTULO 2 - MÉTODO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A tese parte de uma base de dados qualitativa e de um olhar longitudinal sobre os homicidas e suas escolhas para compreender e descrever os mecanismos sociais que levaram ao crescimento e queda dos homicídios em São Paulo. Foram mais de 50 depoimentos gravados com os protagonistas da violência em diferentes períodos em São Paulo – pessoas com trajetórias individuais em contextos distintos de violência desde o final dos anos 1960 até os dias de hoje. Esse material consiste em pesquisas e entrevistas feitas para esta investigação desde 1999, além de incontáveis depoimentos feitos durante reportagens para o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde trabalho com o tema desde 2004. O trabalho como repórter no jornal, aliás, paralelo às pesquisas sobre as transformações do crime em São Paulo, foi fundamental para que eu pudesse me manter em contato quase diário com o campo, facilitando a compreensão das mudanças que ocorreram nesse contexto, cujas transformações ocorrem de forma extremamente rápida e em caráter quase permanente.

Entre os relatos a serem analisados, alguns entrevistados acompanharam a ação dos esquadrões da morte na década de 1960; o surgimento dos justiceiros e o aumento da violência praticada pela Polícia Militar nos anos 1970 e 1980; a transformação e a sofisticação das redes criminais, o crescimento das chacinas durante os anos 1980 e 1990; a expansão do tráfico, a chegada do crack nas periferias, o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) nos anos 1990 e a sua consolidação nos 2000, em contextos de crescimento e de queda abrupta nos índices de homicídios em São Paulo. Com a ajuda desses depoimentos, juntamente às pesquisas sobre a violência em São Paulo, incluindo dados fartamente produzidos e estudos quantitativos, além dos contatos com os protagonistas dos crimes e descrições sobre o contexto onde ocorrem, é possível descrever o mecanismo social que levou ao crescimento e depois à queda dos homicídios.

O instrumental oferecido pela teoria da ação situacional orienta a análise dessas informações. De acordo com a teoria, para compreender as escolhas

criminais o indivíduo deve ser analisado no contexto e nas circunstâncias em que age. Três variáveis são analisadas mais detidamente para se compreender os mecanismos causais de crescimento e queda dos homicídios: a moral capaz de justificar as escolhas assassinas e sua transformação ao longo desses 50 anos; o contexto em que agiam os homicidas, onde são considerados os controles sociais e institucionais aos homicídios e as alternativas de ação no momento da escolha homicida; e, finalmente, as oportunidades e conflitos capazes de provocar e induzir as escolhas assassinas. As trajetórias individuais vividas nos diferentes períodos e contextos ao longo desses 50 anos permitem identificar as transformações das variáveis analisadas, revelando como o processo de escolha homicida teve início, depois se disseminou até cair abruptamente na RMSP. A ação homicida nas instituições de segurança, por meio de policiais militares e civis, a parceria com os justiceiros, os círculos territoriais de violência, o crescimento do crime e do tráfico de drogas, são fatos que aparecem nas explicações dadas pelos homicidas para justificar suas escolhas. A tese não pretende se aprofundar nas análises das causas dessas transformações, mas identificar e descrever o mecanismo social que induz a essas escolhas.

A análise das trajetórias individuais ainda ajuda a revelar os efeitos dessas escolhas na vida dos homicidas e na de quem está próximo deles. Como explicam Sampson e Laub (1995; 2006), uma investigação longitudinal permite captar tanto o processo de ingresso como de abandono na vida do crime. Histórias da vida revelam, nas palavras do próprio criminoso, o contexto pessoal e situacional de seu comportamento e as amplas circunstâncias sociais e históricas relacionadas às suas escolhas. As trajetórias individuais podem ser usadas, por exemplo, para descobrir como as pessoas reagem a certos eventos de destaque na vida, o significado desses eventos para as pessoas envolvidas e como essas experiências estruturam decisões a serem tomadas depois. Essa informação é crucial para entender qual é a relação entre o crime e os controles sociais formais e informais nas escolhas individuais. Nesse sentido, as narrativas da história de vida expõem as escolhas e as ações humanas, revelando como concepções de si mesmos e dos outros mudam ao longo do tempo. A trajetória e os discursos individuais representam tanto a

visão que a pessoa carrega do passado, mas que também moldam ativamente as ações futuras (SAMPSON; LAUB, 2006: 58). As histórias de vida podem assim revelar complexos padrões de continuidade e de mudança no comportamento individual ao longo do tempo. Isso porque focam na vida toda e não somente em uma dimensão ou em um grupo de variáveis, revelando a interligação entre os eventos da vida e contextos situacionais.

Outra vantagem é que as histórias da vida revelam a complexidade do comportamento criminal. Múltiplos caminhos podem levar aos mesmos resultados e essas histórias expõem a heterogeneidade da experiência que pode levar a um resultado dado. A análise das trajetórias de vida ainda são importantes por evidenciar como estão estruturadas em um contexto histórico e social. Chances na vida e as visões de oportunidade para o crime vão depender das circunstâncias históricas e da localização desses indivíduos na estrutura social. Finalmente, uma última vantagem é que as histórias pessoais mostram o lado humano dos criminosos, diminuindo a distância com os não-criminosos. Quanto mais próximos estivermos do adulto homicida, menos ele será acusado de ter patologias e de agir por causas que não podemos explicar, a não ser pela irracionalidade. Dessa maneira, as histórias de vida podem garantir vozes humanas para contrabalancear o amplo espectro de pesquisas estatísticas na criminologia e na ciência social como um todo.

As experiências, habilidades, conhecimentos individuais, as características do contexto e circunstâncias no momento da ação, assim como o contexto moral vigente, podem ajudar a desvendar os mecanismos sociais que induzem à escolha assassina. Escolhas tomadas por indivíduos que devem ser compreendidos nos contextos em que fazem suas escolhas e agem. A busca por uma explicação mais precisa do mecanismo causal permite atuar de maneira mais focada no fenômeno e criar estratégias de prevenção mais eficazes, já que a prevenção requer mudança tanto nas causas como intervenção no processo causal. Trata-se de um método que permite aproximar a análise dos efeitos da interação do indivíduo que comete homicídios com o contexto onde ele age e com outros indivíduos que convivem com ele. Nesse sentido, identificamos questões que, caso respondidas, podem ajudar a

identificar o processo causal que explicaria os homicídios no ambiente das periferias de São Paulo. São elas:

- 1) Que tipo de valores morais e emoções morais respaldam percepções e escolhas relevantes para que indivíduos pratiquem homicídios? Essas emoções e valores estavam presentes nos contextos analisados?
- 2) Diante de determinadas circunstâncias, quais opções de ação são consideradas mais comuns nos diferentes contextos analisados? Essas opções variam conforme o grupo social?
- 3) Quais os tipos de conflitos e quais oportunidades aparecem nesses contextos que levam ao aumento da violência?

Essas perguntas direcionam o trabalho para uma investigação realista e científica dos processos mentais de indivíduos como a formação de opinião, o surgimento de determinadas emoções morais e o papel que estes fatos têm na tomada de decisão (WIKSTRÖM & BOUHANA, 2008: 2). Pertencimento a determinada classe social, nível educacional, personalidade são, sem dúvida, fatores importantes para a formação desses processos mentais que vão formar as crenças, intenções, objetivos, percepção de realidade, julgamentos e escolhas. Para compreender o mecanismo social dos homicídios em São Paulo, no entanto, as variáveis estruturais como classe e educação são deixadas de lado. No cotidiano dos bairros repletos de homicídios, investiga-se a vida e a moral cotidiana, riscos e conflitos permanentes, a relação entre a moral e a ação de grupos que praticam homicídios, o convívio diário com homicidas, o risco real de ser assassinado até por conflitos banais, todos fatores altamente indutores de escolhas homicidas.

Se um fato social como os homicídios implica em uma extensa corrente causal cujos elos podem estimular ou coibir esse tipo de ação – classe, pobreza, distribuição de renda, educação, etc. –, as ferramentas da teoria da ação situacional permitem direcionar a análise para a investigação dos primeiros elos dessa corrente, aqueles que estão mais próximos do instante da escolha homicida - como a moral individual, o autocontrole, o total de conflitos e de oportunidades existentes no contexto e os controles. Esse olhar mais

aproximado da decisão homicida exige um amplo conhecimento sobre variáveis relacionadas tanto ao contexto e circunstâncias em que a escolha é tomada, como ao indivíduo que toma essa decisão. O olhar longitudinal sobre as circunstâncias e os contextos que envolvem a escolha homicida, a partir das trajetórias individuais dos diversos homicidas analisados, permite identificar as mudanças que estimularam ou coibiram essas decisões e compreender como essas alterações interferiram nas escolhas.

2.1) Análise longitudinal e qualitativa

Por se tratar de um fenômeno social recente, as fortes oscilações nas taxas de homicídio em São Paulo ainda foram pouco investigadas em estudos e pesquisas no Brasil. Apesar do debate sobre a violência no Brasil ser intenso, análises bibliográficas mostram que as pesquisas ainda se concentraram nas implicações políticas da violência e no processo de urbanização das metrópoles (ADORNO, 1993; ZALUAR, 1999; e KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000). Parte dos estudos que tenta analisar as causas do crescimento e da queda dos homicídios acaba se concentrando em detectar a correlação entre variáveis (ou regularidades empíricas), que não devem necessariamente ser apontada como fator causal. Fatores como desigualdade de renda, pobreza, educação não são necessariamente as causas de ação, mas parte do pano de fundo da ação (SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003: 119). Podem ser apontados como fatores de risco capazes de facilitar a formação dos mecanismos sociais que levam às escolhas homicidas, mas não se pode relacionar a escolha homicida diretamente às características econômicas ou sociais do lugar onde a pessoa vive porque nesses lugares há tanto aqueles que matam como aqueles que não matam. Da mesma forma, existem abordagens que tratam dessas oscilações relacionando a violência a atributos individuais, como idade e gênero dos indivíduos. Esses atributos também não podem ser apontados como causas simplesmente porque eles não têm poderes causais. A juventude ou o baixo autocontrole não causam a violência, apesar de contribuírem para esse tipo de ação, dependendo do contexto.

Boa parte desses fatores estruturais são importantes na composição do contexto em que se concentram os homicídios, mas são causas mais distantes que podem ser definidas como causas da causas e não podem ser consideradas sem a compreensão do processo causal mais imediato (SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003; WIKSTRÖM; BOUHANA, 2008). As causas mais imediatas estão relacionadas aos fatores que podem atuar no processo de aumento ou na diminuição dos controles sociais, assim como na percepção individual do contexto e nas oportunidades e conflitos que levam aos homicídios. São mecanismos sociais mais próximos das escolhas homicidas, que determinam o leque de escolhas disponíveis aos indivíduos no momento da ação.

A vantagem da teoria da ação situacional foi justamente permitir que a investigação sobre as escolhas individuais levasse em consideração as características do indivíduo e do contexto em que essas escolhas são feitas. As entrevistas com homicidas acabam sendo importantes por revelarem as alternativas que ele enxerga à disposição no momento da escolha homicida e como avalia essas alternativas. Esse tipo de investigação pode ser feita de modo qualitativo, sem nunca perder de vista os dados e os resultados das pesquisas quantitativas que tentam compreender os homicídios em São Paulo. Como são investigadas as trajetórias individuais de homicidas que atuaram em diferentes períodos na RMSP, pode-se também conhecer as mudanças na percepção das alternativas ao longo do tempo e pensar a respeito das possíveis causas dessas transformações.

Apesar das diferenças existentes entre métodos quantitativos e qualitativos, a tese acredita que os dois tipos de pesquisas podem ser sistemáticos e científicos. Como afirmam King, Keohane e Verba (1994: 46), a meta de ambos deve ser a inferência causal que, segundo definem os autores, é o processo de usar os fatos que sabemos para aprender sobre fatos que não sabemos (KING, KEOHANE e VERBA, 1994: 10). Os estilos das pesquisas quantitativas e qualitativas são diferentes. As pesquisas quantitativas usam números e métodos estatísticos. Tendem a ser baseadas nas medidas numéricas de aspectos específicos do fenômeno, fazendo o resumo de casos particulares para procurar descrições gerais ou para testar hipóteses. Procura

medidas e análises que são facilmente replicadas pelos outros pesquisadores. Já as pesquisas qualitativas cobrem um número mais amplo de abordagens, que não precisam estar relacionadas a números; tendem a partir de um total pequeno de casos, usando entrevistas e análises aprofundadas de matérias históricas, sendo discursivas no método e pretendendo ter um olhar compreensivo de algum evento ou unidade (KING, KEOHANE e VERBA, 1994: 3-4). Em ambos os casos, partem de dados observáveis e empíricos para explicar as inferências causais capazes de descrever o crescimento e depois a queda dos homicídios.

A partir da compreensão dos mecanismos sociais de crescimento e queda dos homicídios, demonstradas com base nos fatos visíveis sobre o fenômeno, serão apresentadas respostas para perguntas aparentemente sem solução. São fenômenos ainda incompreensíveis, mas revelados pelos dados coletados nas pesquisas de diversos estudiosos. Como:

- a) Por que integrantes de uma comunidade passam a cometer cada vez mais homicídios em um período de tempo tão curto?
- b) Por que essas escolhas se concentram entre os habitantes de alguns territórios da RMSP e não chega a outros?
- c) Por que principalmente uma camada da população, homens, jovens e moradores da periferia, são os que mais matam e os que mais morrem?
- d) Por que, depois da queda rápida e surpreendente dos homicídios nos anos 2000, os crimes contra o patrimônio continuam crescendo?
- e) Por que a violência cresceu e se concentrou nos anos 1980 justamente nas comunidades onde os movimentos sociais também eram fenômenos importantes, como Diadema e Capão Redondo?
- f) Por que os justiceiros desaparecem nos anos 1990?
- g) Por que os chamados homicídios banais são praticados em São Paulo principalmente nos anos 1990?
- h) Por que, depois da queda dos homicídios, houve dificuldade da sociedade em compreender o processo e até aceitar a veracidade dos fatos?

Todas essas questões partem de fatos recentes, complexos, ainda incompreendidos. São ocorrências particulares que podem se transformar em fenômenos compreensíveis quando revelarem os aspectos gerais de processos causais pelo uso de ferramentas teóricas das ciências sociais. Como afirmam King, Keohane e Verba (1994: 10), as ciências sociais são uma tentativa de tornar razoáveis e compreensíveis situações que percebemos como mais ou menos complexas. Considera-se um fato complexo, e em certo aspecto único, eventos com grandes ramificações, que podem ser tanto a queda do Império Romano, a Revolução Francesa ou a oscilação dos homicídios em São Paulo. São eventos que parecem o resultado de interações de muitas forças, cuja conjuntura surge também como crucial para o evento ocorrido. Ou seja: resultado de uma sequência de causas independentes de eventos e forças que convergiram e encontraram-se mesmo espaço e tempo, sendo que essa interação parece ter trazido os eventos observados (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 10). Nesse sentido, as investigações qualitativas permitem que histórias individuais possam ser generalizadas quando compreendidas e capazes de explicar outras escolhas, demonstrando a lógica do mecanismo social que torna mais ou menos inflexível o controle de determinado tipo de ação.

O comportamento homicida é o resultado de processos sociais e mentais que não podem ser diretamente observados e medidos. Mas a ação homicida pode ser detectada, analisada quantitativamente, assim como as circunstâncias em que elas ocorrem, o perfil dos autores e vítimas, locais onde mais acontecem, alternativas à disposição do homicida, tipo de armas usadas, circunstâncias, entre outros dados derivados da ação. Os dados qualitativos e quantitativos se complementam porque existem informações fundamentais para a compreensão do processo que são difíceis de serem mensuradas, mas que podem ser visualizadas por meio de entrevistas em profundidade e pela análise longitudinal de carreiras criminais. As explicações que justificam as escolhas homicidas, o leque de escolhas que o homicida enxergava na hora da escolha, os resultados dessas ações em sua carreira, todas essas informações são decisivas para a compreensão do mecanismo causal que a tese busca, mas impossíveis de ser obtidas quantitativamente. Esses processos de

percepção e escolha dos homicidas, ao mesmo tempo, apesar de aparentemente abstratos, se revelam pelos resultados de suas ações, estes sim passíveis de serem medidos.

Os esquadrões da morte, os justiceiros e os grupos de policiais matadores, por exemplo, são importantes porque suas ações e discursos se materializam no momento em que os homicídios começam a crescer mais aceleradamente na RMSP. A relevância desse discurso em defesa da limpeza social, por exemplo, feita por certos grupos sociais, só pode ser compreendida porque as mortes aconteceram e foram documentadas. Os dados qualitativos e quantitativos são analisados paralelamente, o segundo servindo para contextualizar o primeiro.

O foco das investigações está sempre voltado ao momento da escolha homicida, que as entrevistas e as trajetórias individuais ajudam a revelar de forma mais clara. Não há correlações ou dados quantitativos suficientes para apontar o que de fato está em jogo. É preciso interpretação, que deve ser feita a partir dos dados observados em campo. Compreender o mecanismo causal imediato dos homicídios ajuda a direcionar de forma mais precisa as investigações sobre as causas mais distantes, sociais e desenvolvimentais. Causas diretas são o primeiro elo na corrente causal de um ato de homicídio e cada nível está conectado ao próximo por causa de algum tipo mecanismo. Somente através de um método que busque analisar esse processo de baixo para cima, das causas mais próximas às mais distantes, pode-se ter um senso mais amplo do processo social (WIKSTRÖM; BOUHANA, 2008: 3).

A crença na eficácia da limpeza social, praticada em defesa dos trabalhadores para controlar a ameaça de desordem nos bairros de periferias, revelada no discurso de justiceiros, por exemplo, aparece num estágio inicial da curva de homicídios em São Paulo. A investigação revela que não se trata de um discurso isolado, mais replicado e legitimado em determinados contextos violentos. A constatação da dimensão social desse discurso e prática permite que seja dado outro passo, no sentido de investigar os efeitos desses homicídios que se multiplicam na RMSP ao provocar novos casos e iniciar círculos viciosos nos territórios violentos. Esses mecanismos difusos são de

difícil observação e mensuração, mas essas dificuldades não impedem que possam ser analisados empiricamente por meio do estudo qualitativo dos seus efeitos mais diretamente observáveis. O crescimento dos homicídios, porém, não está diretamente relacionado à ação desses grupos, mas aos efeitos sociais dessas ações. Quando os homicídios passam a ser vistos como um instrumento de controle em vez de ação a ser controlada, respaldados por instituições e por discursos que justificam a legitimidade desses crimes, os controles sociais sobre eles se fragilizam, o comportamento se dissemina, levando a um crescimento acelerado de decisões homicidas. A moral do extermínio cria uma nova moral, a da sobrevivência, ambas indutoras de escolhas homicidas. A lógica desse mecanismo multiplicador também pode ser respaldada pelas entrevistas sobre as trajetórias de vida.

2.2) Revisão bibliográfica – explicações sobre violência

O debate sobre a queda do crime em São Paulo e no Brasil é ainda disperso e pouco consistente do ponto de vista metodológico. A pequena quantidade de estudos publicados em periódicos acadêmicos sobre esse assunto, a maior parte composta por dissertações, capítulos de livros, *working papers*, relatórios de pesquisa e estudos técnicos de órgãos governamentais (Secretaria de Segurança Pública e polícias), permite afirmar que a queda do crime em São Paulo ainda não parece ser um tema reconhecido pela comunidade de especialistas como relevante no debate, embora a imprensa tenha dado certo destaque ao problema. O fenômeno é recente e ainda provoca ceticismo dos pesquisadores em torno da confiabilidade dos dados da curva de homicídios.

Em compensação, se ainda faltam na produção acadêmica trabalhos que se arrisquem na descrição e nas explicações dos mecanismos causais que levaram ao crescimento e depois à queda dos homicídios em São Paulo, o debate sobre o crescimento e a presença da violência foi rico nas ciências sociais brasileiras e serviu para registrar e apontar fatos empíricos e transformações que hoje são fundamentais para a compreensão do processo que levou à disseminação dos homicídios há cerca de quatro décadas.

Trabalhos importantes foram produzidos sobre a violência policial no período em São Paulo (PAIXÃO, 1988; PINHEIRO, 1979; 1982; 1991a; 1991b; FERNANDES, 1989; ADORNO, 1991; BARCELLOS, 1992; CALDEIRA, 2000; BICUDO, 2000; 2002; BATTIBUGLI, 2006; OLIVEIRA JR., 2006). Assim como sobre os justiceiros (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; ADORNO; CARDIA, 1997; COSTA, 1999; CARBONE, 2008; PERALVA, 2000; CALDEIRA, 2000; SILVA, 2004), os linchamentos (BENEVIDES, 1982; MARTINS, 1995) e o universo do crime (MINGARDI, 1998; AMORIM, 2003; MANSO, 2003; 2005; FELTRAN, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; TELLES; HIRATA, 2007; HIRATA, 2010; NUNES DIAS, 2011; MALVASI, 2012; MIRAGLIA, 2011) foram problematizados e investigados por pesquisadores. No caso do universo criminal, as pesquisas começaram principalmente a partir da década de 2000, com foco principalmente no Primeiro Comando da Capital (PCC).

Esta tese parte da teoria da ação situacional – e de entrevistas e pesquisas que ajudam a traçar a trajetória de homicidas – para fazer uma releitura dos fatos e das visões contidas nos trabalhos anteriores e assim descrever os mecanismos sociais que levam ao crescimento e queda dos homicídios. Os dados empíricos e os registros de diferentes fontes e pesquisas da violência em São Paulo em outros períodos serão fartamente usados nesse trabalho. Já a análise dos mecanismos que induzem às escolhas violentas será totalmente diversa das que foram feitas. Enquanto as teorias culturalistas focam as investigações nos aspectos estruturais que envolvem as sociedades violentas, a teoria da ação situacional busca aproximar a investigação do momento da escolha homicida para compreender o contexto, as circunstâncias e as características individuais que favorecem essas escolhas. Nada impede que cada uma das abordagens parta dos mesmos dados empíricos para desenvolver análises diferentes. Tanto que os dados empíricos dos trabalhos culturalistas que investigaram a violência em São Paulo são bastante usados para explicar acontecimentos em diferentes períodos.

Isso não significa concordância na maneira de interpretar esses dados. As análises culturalistas, apesar de ricas na apresentação dos dados visíveis do período e de trazerem interpretações importantes que ajudaram

principalmente a compreender a nova configuração do Estado que se formava no processo de democratização, pouco se esforçaram para explicar o comportamento e as decisões do homicida. Feitas durante período de movimento ascendente e ininterrupto da curva de homicídios, as análises se voltavam para a própria estrutura da sociedade e seus aspectos culturais e políticos, denunciando a postura de um Estado violento, incapaz de garantir e respeitar direitos em uma sociedade desigual. As escolhas homicidas poderiam ser compreendidas a partir do entendimento da estrutura da sociedade, alvo prioritário das críticas e investigações. O movimento da curva de homicídios em formato de sino, representando a rápida ascensão e depois a queda intensa da violência, ainda não havia se consolidado. Depois que o movimento de queda se consolida, sem que houvesse nenhum tipo de mudança estrutural importante identificável, essas teorias culturalistas passaram a encontrar dificuldades para explicar a rápida diminuição dos homicídios na RMSP.

Quando o interesse sobre a criminalidade começou a se intensificar em São Paulo, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, boa parte dos analistas ainda era levada a olhar as periferias da metrópole e a politização dos cotidianos em decorrência da aparição pública dos movimentos populares que renovavam a cena nacional de disputa de poder, inclusive pelo poder do Estado (CARDOSO, 1984; KOWARICK, 1987; BRANT, 1989; SADER, 1988). Esse era o movimento social e político mais relevante do período. O momento era de transição social e política, com a iminência de novos personagens que passavam a participar e a interferir na esfera pública e nos diálogos com o governo. Sindicatos, intelectuais e integrantes da classe média oriundos de partidos de esquerda, comunidades eclesiais de base e uma série de movimentos populares levaram os estudiosos a nomear atores populares nascentes, a identificar novos sujeitos políticos e movimentos sociais que brotavam com a promessa de democratização social. A periferia recém-formada, concentradora dos problemas sociais e onde vivia parte dos trabalhadores das indústrias, era também de onde surgiam e se articulavam os novos sujeitos e atores do sistema político em formação. A violência não aparecia como categoria central de análise, embora tanto a repressão policial

ilegal quanto os grupos de extermínio e o narcotráfico já marcassem presença (FELTRAN, 2008 a: 29).

Nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com essa vertente, o aumento do crime violento estava associado a aspectos culturais da sociedade brasileira (PINHEIRO, 1991 a; CALDEIRA, 2000; SALLA, 2007). A pergunta principal desses estudos não dizia respeito propriamente aos fatores que determinavam as variações do crime, mas sim à sua alta prevalência na sociedade brasileira. A causa principal atribuída é de natureza cultural, embora as suas principais consequências sejam de natureza política. “O crime violento seria um indicador da não consolidação do regime democrático no país, e seria responsável pelo fracasso das presentes instituições do Estado em tornar efetivo o Estado de Direito para os não privilegiados” (PINHEIRO, 2000: 27). Caldeira (2000), por exemplo, associa a violência policial ao padrão característico do Estado, e a apresenta como um traço característico de nossa sociedade brasileira. A violência é tratada como o resultado de um processo histórico em que o sistema político, em particular o sistema de justiça criminal, tem uma capacidade limitada de intervenção, uma vez que a violência seria um traço razoavelmente estável da sociedade.

Em consonância com essa visão culturalista da democracia, Pinheiro (1997) avalia que a simples mudança institucional não será capaz de alterar o quadro social mais amplo no qual o problema da violência encontra-se inscrito. O problema do controle do crime estaria subordinado a outro: o processo de democratização da sociedade, que deveria atingir também a economia. A desigualdade e a dinâmica da economia, nessa perspectiva, são importantes na explicação do crime como elementos que sustentam e amplificam a cultura política hierárquica, elitista e antiparticipativa que caracteriza a sociedade brasileira:

A violência é.. [o].. resultado direto da continuidade de uma longa tradição de práticas autoritárias das elites contras as não-elites, que por sua vez são reproduzidas entre os mais pobres. (PINHEIRO, 1997: 44)

Como os anos de transição do Regime Militar são marcados pelo protagonismo de grupos de policiais que agem violentamente nas periferias dos centros urbanos da RMSP, o problema principal deixa de ser a compreensão do crime em si, para se voltar às denúncias contra os excessos cometidos pelas Polícias e pela Justiça na repressão ao crime. As instituições herdadas do Regime Militar deveriam ser repensadas e reformadas, e os debates em torno do controle social e de maneiras eficientes de se coibir determinados tipos de ação eram vistos com desconfiança. Como resultado, se os efeitos sociais e políticos das polícias eram alvo de intenso debate, a investigação sobre o papel das instituições de justiça criminal (as polícias, o Ministério Público, a Justiça e o sistema penitenciário) no controle e contenção do crime ficava diminuída (OLIVEIRA JR., 2006: 8). Só alguns anos depois, com a reversão das taxas de violência em importantes capitais do mundo, a criminologia passou a buscar esse enfoque de maneira sistemática para testar políticas públicas de redução de homicídios e da criminalidade.

Em São Paulo, além dos estudos sobre a violência policial, predominaram as análises que exploram principalmente as transformações urbanas que vão constituir o cenário da crise para explicar o aumento da criminalidade e da percepção da violência. Kowarick (1987), Brant (1989), Caldeira (1997), Cardia (1998) e Caldeira (2000) aprofundaram o conhecimento da crise urbana e dos conflitos decorrentes, inclusive as novas divisões espaciais na cidade de São Paulo, a segregação de parte da cidade atrás dos muros, shoppings e condomínios, ao interpretar o seu impacto sobre o medo e o crescimento da violência observado na cidade. A violência e a ampla violação dos direitos de cidadania era, acima de tudo, um indicador dos limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil (CALDEIRA, 2000). Se a interface entre política e violência promoveu um rico debate em São Paulo, o universo criminal praticamente não foi analisado e os estudos sobre as organizações criminais paulistas ficaram restritos inicialmente a estudos isolados. A maioria dos trabalhos sobre o tema só começa na década de 2000, quando os homicídios já enfrentavam tendência de queda e as ações do Primeiro Comando da Capital levantavam diversas indagações (MANSO, 2003; 2005; JOZINO, 2004; FELTRAN, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; BIONDI, 2009;

MARQUES, 2009; TELLES; HIRATA, 2007; HIRATA, 2010; NUNES DIAS, 2011; MALVASI, 2012). A figura dos justiceiros e suas conexões com a polícia e a vizinhança (FERNANDES, 1992) ou com os grupos de extermínio (ADORNO; CARDIA, 1997; FERNANDES, 1992), sob a ótica do paradigma estruturalista, buscou entender as instituições e a sociedade na qual esses matadores foram formados em vez de compreender o crime em si. Mas acabaram sendo registros importantes sobre esses tipos de criminosos e suas ideias relacionadas ao contexto moral do período.

Sob um contexto social distinto, aliás, os estudos no Rio de Janeiro seguem trajetórias diferentes. O universo criminal está mais presente nas análises, que abordam desde a hierarquia das facções, o comportamento dos jovens que a integram, a forma como se relacionam, o comportamento criminal e tendo o próprio crime como objeto principal das investigações (ZALUAR, 1991; 1994a; 1994b; 1996; 1998; e MISSE, 1999, 2008). Comparando os estudos feitos sobre criminalidade nas duas capitais, Adorno e Cardia (1997) constataam:

Quanto à cidade de São Paulo, pouco se sabe a respeito da extensão e peso do narcotráfico na composição da violência urbana, em especial sua influência no abrupto e acelerado crescimento dos homicídios, motivados pela ausência de estudos semelhantes ao realizado por Zaluar. (...) O que mais surpreende neste cenário é a banalidade das mortes. O relato minudente de cada fato deixa entrever uma certa gratuidade, como se ávida fosse energia que brotasse aqui e acolá, despida do valor que lhe atribuímos em nossa cultura ocidental moderna e, por conseguinte, passível de ser consumida como bem aprouver para cada um (ADORNO; CARDIA, 1997: 66-90).

Diante dos desafios que envolvem o estudo do universo criminal paulista, os homicídios são descritos, no auge da violência, como ações motivadas por conflitos banais, o que revela uma incompreensão diante das escolhas dos homicidas. De fato, boa parte dos homicídios pode parecer banal para quem observa de fora desse contexto, cujos conflitos e riscos são determinantes nessas escolhas. Para os assassinos e aqueles que vivem esse cotidiano, no entanto, e acreditam correr risco de vida, o homicídio pode ser visto como necessário. Métodos que permitissem compreender as ações

homicidas e medir o peso do contexto nas escolhas individuais ainda não haviam sido explorados. Mas as pesquisas sobre o tema aumentaram principalmente ao longo desta década, quando etnografias passaram a ser feitas sobre o crime, principalmente para investigar a formação do Primeiro Comando da Capital e o tráfico de drogas na região (JOZINO, 2004; FELTRAN, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; TELLES; HIRATA, 2007; HIRATA, 2010; NUNES DIAS, 2011; MALVASI, 2012).

Na breve revisão bibliográfica, além do grupo de estudos que analisou a violência sob um enfoque político e culturalista, os estudos do crescimento do crime podem ser classificados em outros dois grupos diferentes (CARNEIRO; MANSO; FONSECA, 2010). No primeiro, encontram-se os trabalhos da área da saúde pública que procuraram descrever principalmente o aumento da mortalidade por homicídios (MELLO JORGE, 1981; GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000; GAWRYSZEWSKI, 2002). No segundo grupo estão os trabalhos que procuraram investigar, com modelos próprios das ciências sociais e da economia, os fatores correlatos e as causas da variação do crime violento no Brasil ou em estados específicos (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005; BEATO, 1998; ANDRADE; LISBOA, 2001).

Os estudos de orientação empírica que procuram descrever os padrões regionais, etários, de raça e gênero dos homicídios no Brasil caracterizam a produção na área da saúde pública (MINAYO; SOUZA, 1999; MELLO JORGE, 1979; 1981; 1998; BARATA; RIBEIRO; MORAES, 1999; GAWRYSZESKI, 2000, 2002; 2005). A principal característica desses estudos é a inexistência de modelos causais de natureza teórica. Os trabalhos da área geralmente procuram descrever os fatores de risco associados à violência que podem ter natureza diversa, como os fatores demográficos, de situação, contextuais, psicológicos, etc. (GAWRYSZEWSKI, 2000). São abordagens que não supõem, no entanto, a existência de relações de causalidade e quase sempre se limitam a demonstrar a correlação entre variáveis, como a vitimização por homicídio, gênero e idade. A agenda de pesquisa na área tem, nesse sentido, um foco mais descritivo do que analítico-teórico e foi fundamental para se pontuar as principais características deste tipo de crime. A causalidade é raramente testada ou mesmo formulada como um problema nesse tipo de abordagem. É

um tipo de ponto de vista que passou também a ser usado nos estudos sociológicos.

O amplo detalhamento e a tabulação das ocorrências são hoje bases importantes para a compreensão do contexto dos homicídios em diferentes períodos em São Paulo. As pesquisas e estudos sobre a realidade da metrópole mostraram, por exemplo, que a incidência dos homicídios em São Paulo esteve relacionada à idade, gênero e região onde vivem vítimas e autores (MELLO JORGE, 1998; CARDIA, 1998; NEV/USP, 1997; WAISELFISZ, 2002; GAWRYZEWSKI, 2002). Os levantamentos apontaram que a maioria dos autores e das vítimas de homicídios é homem, jovem e vive em bairros das periferias mais pobres da Grande São Paulo. Foi esse o perfil dos autores e vítimas de homicídios ao longo de todo o período em que a curva de homicídios se manteve ascendente (PERALVA, 2000; LIMA; ADORNO; BORDINI, 1999; CARDIA, 1998; NEV/USP, 1997; ZALUAR, 1994a). A concentração espacial também é uma característica desses homicídios, com bairros da periferia com taxas até 28 vezes maiores do que as dos bairros centrais (GAWRYSZEWSKI, 2002). Os dados apresentam a absoluta predominância das armas de fogo como meio de praticar os homicídios e identificam a presença de substâncias psicoativas em autores e vítimas (GAWRYSZEWSKI; KAHN; MELLO JORGE, 2005). Também tentaram compreender, por meio dos inquéritos policiais, a motivação dos homicídios praticados (NEV/USP, 1997; FERREIRA, 1998; LIMA, 2000; SILVA, 2001; MANSO, 2003).

Essas pesquisas tiveram impacto na definição das primeiras políticas públicas de prevenção à violência no Brasil por contribuir para ampliar as perguntas a respeito do tema, passando a enfatizar a importância na origem da violência, dos motivos dos desentendimentos e dos conflitos interpessoais, agravados ou intensificados por fatores de risco presentes na sociedade, como álcool e armas de fogo em excesso, ou pela ineficácia de regras para a regulação das relações sociais ou de meios para a moderação e a resolução pacífica de conflitos (MESQUITA NETTO; MATTOS RICARDO, 2003: 370). Depois, a atuação dos governos foi estimulada pelos resultados positivos das políticas públicas implantadas em cidades como Nova York e Bogotá, que

havia conseguido reduzir as taxas de homicídio. Nesse sentido, foram complementadas as políticas clássicas de controle, ampliando o foco de contenção da violência para além da polícia, do sistema judicial e do sistema prisional. Intervir no contexto em que atuam ou com políticas preventivas estão associadas ao novo olhar que os policiais militares passam a direcionar para o problema, além da expansão do papel das organizações não-governamentais e dos governos municipais no debate sobre a violência, adotando novas medidas para regulamentação de bares e armas de fogo.

Finalmente, no último grupo estão poucos economistas que se interessaram pelo tema do aumento do crime nas décadas de 1980 e 1990, abordando de maneira mais sistemática a importância das instituições de justiça criminal, da desigualdade e de outros fatores socioeconômicos na determinação do homicídio (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005; ANDRADE e LISBOA, 2001). De uma maneira geral, foram testadas as variáveis estruturais como nível de renda e salário, sempre mantendo um viés economicista nas investigações. Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) exploraram de forma mais sistemática a relação entre o contexto socioeconômico e a vitimização por homicídios. Andrade e Lisboa (2001) identificaram uma relação negativa e estatisticamente significativa entre homicídios e salário real, principalmente na faixa de 15 a 19 anos. Constataram também uma relação positiva entre desigualdade e risco de vitimização para o grupo com menos de 20 anos. O estudo ficou conhecido pela conclusão de que há inércia criminal, ou seja, gerações que apresentam maior incidência de homicídios quando jovens tendem a apresentar maiores probabilidades de vitimização ao longo do ciclo de vida.

Já Carneiro e Fanjzylber (2000), a partir de pesquisas de vitimização, identificaram que a situação socioeconômica dos indivíduos não pode ser assinalada como uma explicação suficiente da probabilidade de vitimização, no caso dos crimes economicamente motivados. E que a tendência de aumento dos crimes violentos, observada na década de 1980 nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, não se repetia na década de 1990 – principalmente nos quatro últimos anos da década -, o que indicava que a

“epidemia” de mortes violentas havia chegado ao seu ponto de mutação em meados da década.

No campo das ciências sociais há também exemplos de estudos que procuraram testar a correlação entre variáveis socioeconômicas, demográficas e o crime. Uma revisão desses trabalhos é apresentada por Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005). Beato e Reis (2000) avaliaram, com base em um modelo empírico, a correlação entre emprego e crime no município de Belo Horizonte entre 1996 e 1998. A correlação entre emprego e homicídios foi estudada por Saporì e Wanderley (2001) com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego no período de 1982 a 1998 e nos registros de óbitos do Datasus para as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. No caso específico de São Paulo, foram considerados também dados sobre roubos provenientes dos registros de ocorrência da Polícia Civil. Nenhum dos dois estudos reportou a existência de correlações estatisticamente significativas entre taxas de emprego e crime.

O comportamento e as escolhas homicidas, portanto, assim como o papel dos contextos e das características individuais na tomada dessas decisões, não fizeram parte das análises realizadas. Esta tese pretende demonstrar que, por esse motivo, as conclusões vindas do uso desse instrumental teórico podem complementar as respostas trazidas até agora para o debate da violência.

2.2.1) Explicações sobre a queda – causas distantes e imediatas

Existem diferentes maneiras de se analisar as teorias sobre o crime e a abordagem empírica sobre os objetos estudados. Dado uma ação criminal como o homicídio, considerando a sequência temporal do ato, pode-se perguntar onde uma teoria concentra sua investigação. Nesse sentido, o objetivo é descrever as teorias correntes em termos de proximidade de suas forças causais com os comportamentos que elas tentam explicar. Em um extremo estão as teorias que focam a investigação no momento imediato da decisão em que o crime foi ou não praticado, na escolha e na ação (BECKER, 1974; WILSON; HERRNSTEIN, 1985; CORNISH; CLARK, 1986). A situação e

o contexto são levados em consideração, tendo em conta principalmente se estão presentes as condições necessárias para o crime no momento da ação. Do outro lado estão aquelas teorias que analisam fatores que operam em larga distância dos eventos que causam, como a hereditariedade ou os fatores de classe presentes no nascimento ou antes dele (MEDNICK, 1977; COLVIN; PAULY, 1983). São também chamados de causas das causas, ou seja, os fatores que levam a determinado contexto necessário para a escolha. Há ainda aquelas teorias intermediárias que podem focar tanto na força mais imediata, como a adolescência e os tormentos que essa fase produz no criminoso, mas considerando o momento e o percurso seguido pelo indivíduo que o leva a se deparar com determinados eventos e alternativas e os levam a cometer crimes (MERTON, 1970; CLOWARD E OHLIN, 1960).

O enfoque dado nos estudos para tratar do crime em São Paulo e no Brasil, em geral, com forte viés determinista e político, costuma estar voltado para as causas mais distante, sendo a violência analisada no sentido de compreender a sociedade e sua cultura, instituições e classes. O homicida e o homicídio, as peculiaridades dos indivíduos e do contexto onde eles agem são aspectos pouco investigados. Se as análises brasileiras, por um lado, trazem contribuições decisivas para a compreensão das instituições e do sistema democrático nos dias de hoje, mantêm lacunas que se mostraram ainda mais evidentes depois da queda concentrada e abrupta dos homicídios na RMSP. Só recentemente iniciou-se um esforço para se tentar compreender o movimento da curva, partindo principalmente dos economistas, mas as tentativas ainda não conseguem explicar esse mecanismo social que permite o crescimento e a queda dos homicídios. Hartung (2009), por exemplo, autor de três artigos importantes a respeito da variação da criminalidade em São Paulo, analisa o papel do estoque de armas, da estrutura familiar e de programas sociais nos crimes, afirmando que prefere evitar a discussão a respeito das escolhas feitas pelos homicidas. Sobre os homicídios, ele escreve que “é muito mais difícil usar a teoria econômica para analisar crimes violentos, exatamente porque não compreendemos muito bem a motivação desse tipo de crime” (HARTUNG, 2009: 17).

O resultado é que ainda são raros os trabalhos que se arriscam a dar respostas para explicar esse fenômeno social, já bem documentado e conhecido, a partir das escolhas homicidas. Essa lacuna é um dos motivos para o assunto ser ainda pouco compreendido. Como afirma estudo recente sobre o tema (PERES et al., 2011: 18), a atual tendência de queda descrita para o município de São Paulo destaca-se pelo seu ritmo acentuado em um período curto de tempo e se impõe para pesquisadores e gestores públicos como uma questão ainda em aberto. A sua singularidade faz com que o município seja considerado um caso exemplar, embora não se conheçam ao certo os determinantes da redução nos índices de violência letal. Para compreender os mecanismos que explicam a disseminação dessa escolha, é necessário saber como essas escolhas passam a ser atraentes para um número cada vez maior de pessoas. Apesar de as razões serem aparentemente abstratas, são decisões morais que provocam resultados objetivos e podem ser detectados.

Os poucos estudos sobre a queda dos homicídios encontrados nessa breve análise bibliográfica foram classificados em três grupos. No primeiro estão os trabalhos que procuram explorar e identificar fatores causais específicos: o mecanismo causal é apresentado e a hipótese causal é testada com base em modelos estatísticos que efetivamente levam em conta o problema de causalidade formulado nas hipóteses. No segundo grupo foram incluídos os trabalhos que procuram descrever o processo de queda do crime violento e sua distribuição entre grupos etários de gênero e espacialmente; os trabalhos que analisam a correlação espacial ou longitudinal da taxa ou número de homicídios com variáveis socioeconômicas e demográficas como desigualdade, renda, estrutura etária, distribuição de gênero, etc.; e por fim foram considerados nesse grupo ainda os trabalhos que procuram testar hipóteses com base na análise de diferenças entre médias ou proporções antes e depois de certas intervenções. No terceiro grupo foram incluídos os estudos que buscam apresentar algum tipo de inferência causal, mas que não apresentam desenvolvimento metodológico compatível.

Entre os estudos que exploram e identificam efeitos causais, Mello e Schneider (2007) procuram testar estatisticamente a relação entre mudança

demográfica e a diminuição da mortalidade por homicídios. A hipótese testada estabelecia que a mudança na estrutura etária tem impacto significativo na diminuição das mortes violentas no Estado. Os autores estimaram com base em um painel de municípios do Estado de São Paulo entre 1991 e 2005, que a diminuição do número de jovens explicaria até 50% da diminuição do índice de homicídios. Hartung (2009) usa dados do homicídio no Estado de São Paulo entre 1997 e 2007 para mostrar que uma redução de 60% no estoque de armas deve ter causado uma queda de 9% a 12% nos homicídios no Estado neste mesmo período. Assim, segundo o trabalho, a redução do estoque de armas foi um elemento fundamental na forte queda nas taxas de homicídios ocorrida em São Paulo entre 1999 e 2007. Segundo explica, as políticas públicas do governo estadual de repressão ao porte ilegal de armas e a aprovação do Estatuto do Desarmamento em 2003 aumentaram muito o custo de portar uma arma e incentivaram a entrega voluntária de armas. Dessa forma, reduziram a demanda por armas, e isso teve um impacto negativo sobre as taxas de homicídios.

A análise sobre o tema de maior abrangência foi de Cerqueira (2010), que avalia as taxas de homicídios em diferentes Estados, tanto no período de crescimento como no de queda testando diferentes variáveis. O autor aponta que o aumento da violência letal na década de 1980 esteve associado às grandes mazelas socioeconômicas vividas no período, refletidas em termos da estagnação da renda e do aumento paulatino da desigualdade social, que suplantaram um combalido sistema de segurança pública (CERQUEIRA, 2010: 13). São esses os principais fatores criminógenos, demográficos e ambientais que estão associados à dinâmica dos homicídios no Brasil desde 1981. Os dados do trabalho revelam que o perceptível aumento da impunidade associado ao aumento da demanda por drogas ilícitas e ao aumento da prevalência das armas de fogo, contribuiu para o substancial crescimento dos homicídios na virada da década e para a continuidade da marcha acelerada dos homicídios nos anos 1990. Ante a ineficácia de um aparelho de segurança pública despreparado para os grandes desafios da complexa violência urbana, a sociedade reagiu do modo possível, fazendo prosperar a indústria de segurança privada e a indústria de armas de fogo. A partir dos anos 2000, uma

espécie de ciclo virtuoso teve início, o que fez com que a taxa de homicídios diminuísse em 11 Estados. Além da mudança de ênfase no debate sobre as políticas públicas, que envolveu o Governo Federal e governos municipais, segundo o autor, a desigualdade social diminuiu consistentemente, junto com o aumento da renda e do emprego.

Segundo o autor, vários Estados, inclusive São Paulo, assistiram a uma diminuição relativa da coorte dos jovens na população. Aliado às melhorias no campo do debate político e nas questões socioeconômicas e demográficas, o aumento das despesas em segurança pública que se seguiu nos anos 2000 parece ter surtido algum efeito, tendo em vista o aumento das taxas de encarceramento e de condenações a penas alternativas. Por fim, o Estatuto do Desarmamento, uma lei nacional de controle e restrição ao acesso e uso de armas de fogo, de alguma forma ajudou a conter o crescimento na demanda de armas. O grande problema observado no período refere-se ao aumento do consumo de drogas psicoativas proibidas, em particular do crack, que ensejou ao crescimento de mercados ilícitos principalmente nos Estados do Nordeste (CERQUEIRA, 2010: 13). Nos dois estudos, apesar das contribuições quantitativas para o tema e das indicações de causas estruturais, os trabalhos pouco ajudam na compreensão das escolhas homicidas e dos motivos dos homicídios.

No segundo grupo de estudos, que descreve tendências e apresenta a distribuição espacial do crime, se destacam pesquisadores que trabalhavam em instituições governamentais e que buscavam entender o resultado das políticas públicas na queda dos homicídios. Em estudo feito pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP-SSP-SP), Túlio Kahn (2004) discute algumas hipóteses para a diminuição do índice de homicídios dolosos no Estado de São Paulo que, segundo ele, começou a declinar a partir de 2001. A primeira hipótese considerada diz respeito à amplitude espacial deste fenômeno: a queda da taxa dos homicídios. Segundo Kahn (2004) a redução dos homicídios não foi um fenômeno nacional, pois em apenas 7 das 27 unidades federadas houve redução de homicídios, assim como também não foi um fenômeno restrito unicamente ao município de São Paulo, já que a maior responsabilidade pela

queda se concentrava nos municípios de 100 a 500 mil habitantes e nos municípios com mais de 500 mil habitantes, enquanto nos municípios de 25 a 100 mil habitantes os homicídios continuavam crescendo (KAHN, 2004: 12 a 14). A sua conclusão é que a queda dos homicídios foi, sobretudo, um fenômeno que atingiu o conjunto do Estado de São Paulo.

O fator principal identificado por Kahn como responsável pela queda dos homicídios é a diminuição do estoque de armas. Dois processos indicam esse fato: 1) o número de apreensões de armas pelas polícias subiu no final da década de 1990 e seguiu alto ao longo da década; 2) o número de licenças de porte de arma concedido pelo governo teve uma redução significativa a partir de meados da década de 1990; 3) o Estatuto do Desarmamento de 2003. Kahn aponta o perfil multicausal desse movimento da curva de homicídios e aponta políticas públicas de encarceramento e melhorias na eficiência dos trabalhos policiais e de recursos para a área de segurança como outros fatores causais, ainda a serem testados (2004: 25).

Há um interesse crescente por parte da comunidade de especialistas em crime e violência em investigar o papel do crime organizado no sistema prisional e na sociedade. Estudos sobre o crime têm sido úteis na compreensão da dinâmica dos homicídios, no entanto, as limitações metodológicas dificultam o processo de buscar a inferência causal entre novas formas de organização e a redução dos homicídios. O objetivo da maioria dos autores, além disso, é mais descritivo e interpretativo e não buscam a inferência causal como objetivo da análise. Parte desses estudos tem por objetivo descrever a relação entre crime organizado e o espaço das periferias da cidade (TELLES; HIRATA, 2007), o que é diferente de tentar compreender o crime organizado em si mesmo, sua estrutura de organização e forma de atuação nos mercados de bens e serviços ilícitos. Telles e Hirata (2007) estudaram as práticas criminosas (tráfico de drogas) ligadas ao que denominam “gestão das ilegalidades” em alguns pontos da periferia da cidade de São Paulo (devido a sua capacidade de “gestão”, o crime organizado seria capaz de arbitrar o nível de violência ótimo na comunidade). A partir de uma “etnografia experimental”, os autores tentam captar as “cenas descritivas” que flagram as conexões e mediações entre o legal e ilegal, formal e informal, ou

ilícito. Embora Telles e Hirata afirmem que exista uma “gestão dos espaços” da vida cotidiana, eles admitem que esse ordenamento, em parte realizado por traficantes, é instável, e não afirmam diretamente que o domínio de uma área por uma única facção criminosa possa ter contribuído de modo expressivo para a queda de homicídios nas periferias da cidade de São Paulo.

Salla (2007), por sua vez, analisa o crime organizado – mais especificadamente o PCC – no âmbito do sistema penitenciário – e retrata o poder que esta organização obteve ao longo da crise crônica que afetou o sistema. As rebeliões da década de 1990 e 2000 refletiriam diretamente o poder dessas facções no interior do sistema prisional do Estado. Esse argumento não conduz à hipótese de que o crime organizado, particularmente o PCC, foi o responsável pela diminuição do crime violento no Estado de São Paulo, uma vez que esta organização recorre constantemente à violência como meio de promover seus interesses.

Há outro conjunto de estudos que procura explorar a motivação dos agressores (envolvimento com o crime, vingança, motivo fútil, etc.) e a conexão entre vítima e agressor (MANSO, 2003). Lima (2000) argumenta que a maior parte dos homicídios é ocasionada por conflitos interpessoais, seguido por homicídios ocasionados pelo crime organizado e pelo crime não-organizado – sendo que o número de homicídios ocasionados por conflitos interpessoais é maior do que a soma do número de homicídios ocasionados pelos dois últimos. Além disso, segundo trabalho do NEV (1997), a maioria dos homicídios estudados foi provocada por motivos fúteis, como brigas em bar, vingança e brigas em família. Manso (2003) observa que isso não quer dizer que as mortes provocadas por motivos tidos como banais não tenham sido cometidas em decorrência do envolvimento com o crime.

Embora não existam bons estudos sobre o efeito das políticas de segurança no combate ao crime – exceto as críticas às políticas de encarceramento, tidas não só como ineficientes, mas também como fatores propulsores de violência (SALLA, 2007; ADORNO; SALLA, 2007) –, há trabalhos que atribuem à queda dos homicídios as políticas de segurança, como o forte aumento nas operações policiais (bloqueios, blitzes), redução do

estoque de armas de fogo, a Lei Seca e o aumento da taxa de encarceramento (KAHN, 2004; OLSÉN; CARNEIRO; CASTRO; CARVALHO; YOUNG, 2005). Mello e Schneider (2007) descartam qualquer efeito associado à Lei Seca, a qual só poderia ter uma pequena participação sobre a queda dos homicídios, uma vez que não houve a adoção deste tipo de política na maioria dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Além de descartarem o efeito potencial da “Lei Seca”, Mello e Schneider observam que algumas iniciativas geralmente apontadas como causa da redução dos homicídios são posteriores à redução observada. O Infocrim, por exemplo, entra em vigor em 2000, e até 2005 não havia sido implementado em outras cidades do Estado fora da RMSP.

De maneira geral, portanto, ainda existe uma profunda lacuna de estudos que analisem os indivíduos que praticam os homicídios nos contextos onde eles agem, como a teoria da ação situacional propõe. Para decifrar esse fenômeno social é preciso uma investigação qualitativa sobre as escolhas homicidas, que compreenda as alternativas existentes no contexto no momento da escolha. Partir de fatos e dados objetivos para construir as inferências causais que expliquem o processo de crescimento dos homicídios. Esse enfoque permite aproximar a pesquisa ao elo da corrente causal mais próximo ao momento da escolha e da ação assassina. Investigação que demanda um estudo longitudinal da carreira dos homicidas. O trabalho qualitativo permite aprofundar as investigações no sentido de encontrar informações e integrar achados que permitam levar em consideração tanto as diferenças individuais como o contexto. A compreensão sobre o que determinou a escolha dos homicidas nesses períodos não depende de dados quantitativos, mas de conversas e da compreensão do contexto em que ele atuava e das alternativas que ele enxergava à disposição quando escolhia e agia. Respalado por uma teoria capaz de direcionar esse olhar e a interpretação sobre mecanismos sociais que podem direcionar as escolhas, o panorama sobre o quadro pode ficar compreensível ou pelo menos levantar hipóteses que podem ser testadas depois nos trabalhos quantitativos. Ao compreender as escolhas homicidas, fica mais simples compreender as razões de sua propagação e controle.

CAPÍTULO 3 – HOMICÍDIOS ENDÊMICOS E EPIDÊMICOS EM SÃO PAULO E NO BRASIL

De acordo com a teoria da ação situacional, existem duas formas principais de se garantir a aplicação das leis morais: aquelas originadas no interior das pessoas (autocontrole) e aquelas originadas do lado de fora (persuasão). Quando existe um conflito entre as regras que são aplicadas em um contexto e a moralidade individual, entra em cena uma força externa para persuadir e controlar as ações indesejáveis. A persuasão é o principal mecanismo causal por meio do qual os controles formais e informais (intervenções externas) influenciam a ação moral de uma pessoa. No que diz respeito ao crime, a persuasão funciona quando o indivíduo “se sente preocupado ou com medo das consequências quando considera quebrar uma regra ou cometer um crime” (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 79). Pode ser resultado das penas aplicadas, como o encarceramento do autor do crime ou formas alternativas de punição, ou pela condenação moral capaz de isolar socialmente o autor do crime. A persuasão cumpriria o papel de controlar as ações indesejáveis. Já o autocontrole entra em jogo quando há um conflito entre a motivação da pessoa em agir e a sua própria moralidade. O autocontrole, portanto, pode ser definido como a inibição de ações alternativas percebidas ou a interrupção do curso de uma ação que se choca com a moralidade do agente (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 79-80). Persuasão e autocontrole são controles relevantes somente quando existe uma discrepância ou um conflito envolvendo a aplicação das regras morais.

O homicídio, por seu lado, é a ação humana mais uniformemente considerada crime em diferentes sociedades contemporâneas. Assim como o homicida é altamente repudiado socialmente por ser capaz de roubar o bem mais precioso de qualquer indivíduo que é a sua própria vida. A maior ou a menor reprovação desse ato homicida, entretanto, pode variar conforme a sociedade onde ele se insere, as circunstâncias em que a ação é tomada ou contra quem esse ato se dirige (FAUSTO, 1984: 107). A regra básica, porém, é a aplicação de pena para quem suprime a vida de outro e a condenação moral do assassino. Nas sociedades pacificadas, os homicídios são ações extraordinárias e anormais, altamente condenáveis socialmente. Na maioria

das vezes, a persuasão não chega sequer a ser necessária porque os homicídios não costumam ser considerados como uma das alternativas para lidar com os conflitos. É por isso que sempre foram comuns casos de sociedades rurais com sistemas de justiça praticamente inexistentes e taxas baixas de homicídios.

Os homicídios, contudo, podem ganhar novos significados e se tornarem escolhas populares quando respaldados e tolerados por indivíduos, grupos e instituições locais que se sentem ameaçados por indivíduos cujas características passam a ser vistas como ameaçadoras. São processos de “redefinição cognitiva da moralidade” citados por Bandura (2004: 124), associados à construção social de um inimigo, cujos traços são odiados a ponto de se defender seu extermínio. É essa construção social que vai permitir o “desengajamento moral” do indivíduo. Os inimigos normalmente devem estar associados ao risco de vida que impõem aos demais e sua morte só pode ser moralmente justificada por arriscar a vida daqueles que matam. Em um contexto moral tolerante aos homicídios, as escolhas homicidas podem se espalhar com uma velocidade que vai depender dos mecanismos sociais criados para replicar esse tipo de ação.

Grandes acontecimentos sociais podem provocar mudanças nas trajetórias individuais e motivar transformações no contexto moral de uma sociedade – como guerras, fomes, grandes depressões, migrações em massa, crises econômicas (SAMPSON; LAUB, 1995: 9). Esta tese não pretende investigar as causas que provocam as mudanças de contexto moral, mas identificá-las no tempo e espaço e descrever os efeitos sociais dessas mudanças. No que diz respeito aos homicídios em São Paulo, a mudança no contexto moral foi determinante ao dar um novo significado social ao homicídio e induzir escolhas assassinas a partir de então. O novo significado do homicídio deve ser compreendido juntamente à construção da figura do “bandido”, ameaçadora e temida que, por transformar a percepção de segurança dos demais, torna esse tipo de ação uma escolha atraente. Um contexto moral tolerante aos homicídios, quando as vítimas são os bandidos, induz a novos homicídios e por isso tende a contagiar outros indivíduos a praticarem homicídios.

Esses contextos morais tolerantes e indutores são capazes de provocar epidemias devastadoras de homicídios. Uma epidemia é mais ou menos devastadora conforme a velocidade com a qual induz a novas escolhas assassinas e conforme o número de vítimas fatais que provoca. No caso de São Paulo, quantitativamente, foi uma das mais devastadoras do Brasil e do mundo. No Brasil, aliás, em 30 anos, desde que em 1979 o banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus) passou a contar nacionalmente os números de homicídios, foram mais de 1 milhão de casos. São Paulo, que em 2000 era a quarta capital mais violenta do País, dez anos depois era a menos violenta do Brasil (WAISELFISZ, 2011: 48). É possível localizar no tempo e no espaço o começo da epidemia de homicídios a partir do acompanhamento da evolução ao longo dos anos do número de casos. Por trás do crescimento da curva de homicídios existem assassinos que começam a formular discursos a respeito dos crimes que cometem e que passam a praticar homicídios de acordo com um novo contexto moral que vai sendo formado de acordo com as circunstâncias e crenças do período. Uma forma de compreender essas mudanças é comparar a motivação e os tipos de homicídios antes e depois do começo do crescimento acelerado da curva de homicídios em São Paulo.

3.1) Homicídios em São Paulo na primeira metade do século – antes da epidemia

O padrão dos homicídios variou ao longo dos anos na RMSP. Compreender esses diferentes padrões é fundamental para entender o processo de mudanças que provocou a disseminação das escolhas e das ações homicidas. Enquanto o padrão de homicídio na RMSP permaneceu vinculado principalmente ao ambiente familiar e aos desentendimentos passionais entre seus integrantes, ou a conflitos banais isolados, relacionados à perda do autocontrole e à defesa da honra pessoal, as taxas de homicídio foram mantidas em níveis relativamente estáveis na capital, sempre abaixo dos 10 casos por 100 mil habitantes. Essa situação de taxas de criminalidade abaixo da casa dos dois dígitos prevalece pelo menos até meados dos anos 1970 em São Paulo, quando os homicídios iniciam sua escalada. Estudos de

Fausto (1984) e pesquisas da Fundação Seade, com dados de 1900 até os dias de hoje, ajudam a identificar no tempo as mudanças no padrão de comportamento das taxas de homicídio, assim como identificar e comparar os tipos predominantes de homicídios nos períodos de relativa estabilidade e nos períodos de taxas de crescimento acelerado⁴.

Coelho (1988) já identificava a diferença entre padrões de homicídios ao afirmar que no Brasil do final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, os homicídios estavam mais associados a causas passionais (COELHO, 1988: 145). Eram ocorrências semelhantes às descritas nas peças, crônicas e romances de Nelson Rodrigues no subúrbio carioca, ligadas a ciúmes, ódios e paixões, quase sempre relacionadas aos integrantes da família da vítima ou do autor (MANSO, 2005: 87). Casos extraordinários, racionalmente incompreensíveis e associados à provável loucura do homicida, também eram eterna matéria-prima do jornalismo policial. Como o crime em série de Benedito Moreira de Carvalho, preso em 1952, que agiu por seis anos sendo depois acusado de asfixiar e abusar de oito meninas. Outro episódio famoso ocorreu em uma casa na esquina da Avenida 9 de Julho com a Rua Santo Antônio, em São Paulo. Lá vivia o professor de Química da USP, Paulo Ferreira Camargo, com a mãe e duas irmãs. Era 1948, quando a família do químico sumiu. Os vizinhos contaram que o professor da USP havia construído um poço no quintal de casa, o que levou o delegado a tomar depoimentos do criminoso, que se contradisse. A polícia seguiu para a casa do suspeito, que se matou com um tiro na cabeça. A família morta foi encontrada dentro do poço. No começo dos anos 1960, João Acácio Pereira da Costa, o Bandido da Luz Vermelha, viveu período de transição na cidade. Durante seis anos, ele assaltou casas em São Paulo. Depois de dois roubos seguidos de morte e dois homicídios, ainda não se sabia a identidade do criminoso. Até que ele deixou a impressão digital na beira de uma janela, pista inicial que levou à sua prisão em 1967⁵.

⁴ Dados pesquisados na biblioteca da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Ver também no jornal *O Estado de São Paulo* (<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,na-decada-homicidios-caem-mas-n-de-2009-indica-que-paz-e-instavel,507456,0.htm>)

⁵ Entrevista com o investigador Milton Bednarski, curador do Museu do Crime na Associação dos Investigadores em São Paulo, concedida em janeiro de 2012. Ver também no jornal *O Estado de S. Paulo*

Esses criminosos, no geral, eram vistos como indivíduos desviantes. Ao passo que seguir a carreira criminal era caminho altamente condenável e moralmente degradante, capaz de excluir socialmente aqueles que optavam por esse rumo, como ocorreu com o ladrão italiano Gino Meneghetti. A imprensa e outras instituições da época tentavam enquadrá-lo nas teorias científicas da época de Cesare Lombroso, tentando confirmar no italiano a tese do criminoso nato. Os homicídios também não estavam relacionados ao cotidiano das carreiras criminais, nem havia uma rede extensa de integrantes do universo do crime compartilhando espaço e atividades com os demais moradores. Crimes como jogo e prostituição eram tolerados, ao contrário dos crimes violentos, como roubos.

Durante a época que vai de 1880 a 1924, na cidade de São Paulo, quando imigrantes chegavam de diferentes países da Europa para trabalhar na agricultura e indústria, o perfil dos homicídios girava principalmente em torno do núcleo familiar. Em 1880, a cidade de São Paulo era um núcleo de pequena expressão, com pouco mais de 35 mil habitantes, menor que o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. Em 1920, com o desenvolvimento do café e a chegada de imigrantes, o crescimento populacional é intenso, chegando a 580 mil habitantes em 1920. Na década de 1890, o crescimento populacional chegou a taxas de 14% ao ano (IBGE). A maior parte dos que chegavam era formada por imigrantes europeus. Em 1893, 55% da população da cidade era formada de estrangeiros. Em 1920, 36% (FAUSTO, 1984: 20).

Nesse cenário, apesar do desenvolvimento urbano, a média de homicídios registrados foi pouco maior do que cinco por ano. Entre os 221 processos pesquisados por Fausto (1984), durante o período que vai de 1880 a 1924, em 70 casos de homicídios, a família (32%) é o eixo central do crime, seja porque as mortes acontecem entre membros da família (32 casos) ou porque a ação se voltava contra terceiros a partir da inserção do indiciado ou excepcionalmente da vítima na esfera familiar. São situações em que o indiciado vinga a honra familiar, reage a ofensas a membros da família, etc. Os

(<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-curador-do-museu-dos-crimes-que-marcaram-sp,828598,0.htm>)

dados, conforme analisa Fausto, sugerem a natureza conflitiva dos atributos das pessoas constitutivas do “mundo da casa”. Na São Paulo daquela época existiam algumas ruas particularmente perigosas (FAUSTO, 1984: 119). Entre 1880 e 1890, deu-se na cidade a passagem do predomínio das facas para as armas de fogo. Entre 1880 e 1889, as facas eram responsáveis por 75% dos homicídios registrados e as armas de fogo por 13%. De 1900 a 1924, as armas de fogo assumem a liderança entre os instrumentos usados nos homicídios. Como dizia uma frase da época: “No século do progresso, o revólver teve ingresso para acabar com a valentia” (FAUSTO, 1984: 111).

AGRESSOR E VÍTIMA

Apenas 14% ocorrem entre estranhos. Relação entre agressor e vítima (FAUSTO, 1984: 113):

Parentes	14%
Vizinhos	9,7%
Negócios	6,6%
Colegas de trabalho	13,2%
Amantes	5,4%
Amigos	11,6%
Estranhos	14%
Namorados	2,7%
Outros	22,8%

Na São Paulo do começo do século, formada por amplos núcleos familiares de imigrantes, as desavenças no interior das famílias provocavam fortes emoções que descambavam para violência. Eram casos atípicos, que escandalizavam e ganhavam as manchetes de jornal. Podiam ser casos de

famílias ligadas por laço de amizade cujos integrantes tornam-se inimigos normalmente por motivos relacionados ao sexo. Fausto (1984: 122) cita o exemplo de importantes guerras familiares que se travavam em São Paulo, como o caso dos Maluf contra os Mathias e dos Del Izola contra os Imbelloni. Eles ocorrem entre pessoas da mesma nacionalidade, brancos, estrangeiros, com predominância de analfabetos e italianos.

Em 32 homicídios relacionados a parentes, 18 envolveram marido e mulher e em 17 ocorrências a mulher foi a vítima. Todos são brancos, alguns deles (três) de classe média ou alta, alfabetizados (uma exceção) e com idade média mais alta que a média dos presos na cidade, acima dos 30 anos majoritariamente, sendo a faixa de 50 a 59 anos predominante. A maioria dos casos (doze) ocorre entre casais com mais de 30 anos, o que sugere como motivação, em vez de uma explosão súbita entre jovens, um desgaste no casamento ao longo do tempo (FAUSTO, 1984: 123). O argumento justificador em treze casos é o adultério. A fantasia mais comum é a traição da mulher, tendo-se em conta o significado que a sociedade confere à honra masculina. O abandono do instinto maternal pelo instinto sexual fora do casamento é tido como suficientemente grave para justificar o homicídio da mulher, pontificando ao mesmo tempo “a figura heroica do conjugue varão” (FAUSTO, 1984: 127). Na análise do autor, essa característica e a concentração temporal indicam uma maior ancoragem do indivíduo no seio da família nos primeiros tempos da imigração, assim como uma disputa no plano afetivo, no plano da concorrência, entre grupos intranacionais.

São casos diferentes dos que viriam a acontecer na São Paulo do final do século seguinte, envolvendo homens com menos de 30 anos como principais autores e vítimas. Mariza Corrêa, que também analisou as mortes entre familiares no livro *Os Crimes da Paixão* (CORRÊA, 1982 apud FAUSTO, 1984), avalia, a partir dos casos de homicídios da época, que era viável sustentar que o crime havia sido motivado por uma “paixão social”, suscitada por uma ofensa à honra e à dignidade familiar. O estado passional teria levado o marido a um estado de privação dos sentidos e de inteligência, justificando-se assim sua absolvição. Ocorre que o agressor é atravessado por intensos conflitos internos, mais complexos do que a paixão. Tanto que um número

considerável de maridos se suicida ou tenta se suicidar depois da prática do crime. Dentre 74 casos localizados na imprensa envolvendo briga entre marido e mulher e outros envolvendo tema afetivo, 24 fazem menção à tentativa de suicídio, bem sucedida em 16 situações. A alegação de adultério é passível de dúvidas e é usada como estratégia da defesa (FAUSTO, 1984: 124).

Há também homogeneidade em relação à nacionalidade dos autores nos homicídios onde pais e filhos eliminam estranhos por atos considerados ofensivos à honra coletiva. Os pais são todos italianos, quase sempre pobres. Fausto (1984) aponta para a importância da carga do papel social do agressor, protetor dos membros da família nuclear italiana, possivelmente meridional, embora não haja dados sob esse aspecto. As figuras masculinas concentram a missão de preservar o núcleo familiar, onde a cabeça do casal se investe dos papéis de dominação e de proteção. Aparecem em 19 homicídios dessa natureza, sendo que em 10 casos o pai está sozinho e em cinco, com o filho. Os filhos estão sozinhos em quatro situações. A supressão de terceiros pode ser resposta a “simples ofensas verbais, assédios amorosos, defloramento de mulheres ou homicídios de membros da família” (FAUSTO, 1984: 130).

Mudanças profundas começam a ocorrer em São Paulo a partir dos anos 1960, quando os homicídios passam a ter um novo significado social. Para compreender essas transformações, portanto, é fundamental entender também o novo significado dos homicídios e a forma como passam a ser vistos pelos homicidas e por parte da população. Não são os indivíduos que se transformam, mas o contexto moral em São Paulo que muda, assim como o processo de percepção-escolha dos indivíduos. O crescimento das taxas de homicídios se acelera quando o crime passa a ser visto como um instrumento de controle, como uma alternativa entre as demais para alcançar determinado fim que transcende o homicídio. É nesse momento que as escolhas homicidas vão aumentar, contagiando outros indivíduos, provocando rapidamente novas escolhas homicidas, em um processo que passou a ser comparado ao de uma epidemia. Identificar esse fato no tempo e no espaço, compreender e descrever a formação desse novo contexto moral, mais favorável à escolha homicida, identificar os mecanismos de propagação e “contágio” é o que permite demonstrar o processo de crescimento dos homicídios.

3.2) Os números da epidemia e características dos homicídios

A análise quantitativa dos dados de homicídio permite identificar o ritmo e a dimensão do crescimento deste tipo de crime nas últimas cinco décadas em São Paulo, assim como as características desse tipo de crime, a partir de estudos produzidos principalmente na área de saúde pública (MELLO JORGE, 1979, 1981; GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000; GAWRYSZEWSKI, 2002). Como afirma Schwartzman, “nesses levantamentos estatísticos são acionados os mecanismos de conversão de fatos observados em números, funcionando como o elo de articulação de redes de informação que dependem da construção conceitual de objetos técnicos e científicos” (SCHWARTZMAN, 1994: 175). A partir dessa técnica que permite coisificar as não-coisas, ou seja, conceitos como crime, criminalidade, motivação de homicídios, escolhas, premeditação de crimes, etc., traduzindo também “situações e comportamentos sociais que se sobressaem aos olhares e saberes (LIMA, 2005: 20)”, podemos revelar de maneira mais objetiva qual o tipo padrão de homicídios em São Paulo. Quando essa investigação é feita paralelamente à análise das trajetórias dos homicidas que agiram nesses diferentes períodos, com a ajuda de entrevistas em profundidade que permitem compreender as escolhas em cada época, a análise pode revelar o contexto moral e os mecanismos sociais por trás das ações e dos movimentos das curvas de homicídios.

Inicialmente, o movimento da curva de homicídios deve ser analisado tendo em vista perguntas que ajudem as respostas buscadas pela teoria da ação situacional. No caso de São Paulo, os números da curva revelam que o crescimento acelerado dos homicídios começa quando eles deixam de se associar prioritariamente às paixões familiares e ao universo da casa, para tornar-se um instrumento de controle no contexto de desordem nas ruas das periferias de São Paulo. Conforme os números, enquanto mais da metade do total de corpos de vítimas de homicídio era encontrada dentro de casa até 1975, no ano 2000 essa proporção fica abaixo dos 10% (MELLO JORGE, 1979; 1981: 187; GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000). Os homicídios

nos anos 1980 e 1990 vão se caracterizar justamente por serem crimes que ocorrem nas vias públicas, sempre em proporções acima dos 60% (GAWRYSZEWSKI e MELLO JORGE, 2000), com os corpos das vítimas amanhecendo nas ruas depois de seres alvejados normalmente de noite e de madrugada. Quando os homicídios passam a se vincular ao contexto inseguro das ruas de São Paulo, a curva de homicídios cresce aceleradamente.

A nova forma de se perceber o contexto e de se fazer escolhas vai acelerar o crescimento dos homicídios. Entre 1960 e 1999, em São Paulo, os coeficientes de homicídios variaram de 5,9 a 59,4 por 100.000 habitantes. Isso significa aumento de 906,8% no período (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000: 55). Entre 1960 e 1965, os homicídios ocupavam o quarto lugar entre os principais tipos de mortes ocorridas por causas externas; passou para terceiro lugar entre 1970 e 1975; em 1980, já vai para o segundo lugar e, a partir de 1985, assume o primeiro. Deixa para trás acidentes (outros), suicídios e acidentes de trânsito. Se a taxa de mortalidade por causas externas, em seu total, quase dobra (aumentou 90,0%), o motivo é a escalada dos homicídios que se multiplicam por dez (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000: 53-54). Ao contrário dos acidentes culposos que, por definição, ocorrem sem a intenção do autor, os homicídios são escolhas morais, assim como o suicídio. São as escolhas homicidas, portanto, que se tornam mais atraentes e toleradas. É por isso que os homicídios são cada vez mais praticados.

Essas escolhas assassinas se disseminam rapidamente num período de 40 anos. Segundo os autores de saúde pública, a curva de homicídios em São Paulo permite que a série seja dividida em dois momentos distintos: os primeiros 15 anos, de 1960 até 1975, com crescimento mais lento dos coeficientes, de 74,4%; é nesse período em que a taxa de mortalidade por homicídio passou de 5,9 para 10,3 por 100 mil habitantes. Trata-se de movimento importante, que já mostra uma clara tendência ascendente, mas nada comparado ao que ocorreria nos anos seguintes. No segundo momento, que comporta os últimos 25 anos da série, de 1975 até 1999, o crescimento é da ordem de 455,1%, até chegar à taxa de 59,4 por 100 mil. É a partir da metade dos anos 1970 que se pode identificar uma mudança mais clara no padrão dos homicídios e testemunhar essas transformações no cotidiano das

sociedades onde se concentram os homicídios (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000: 55). Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 1980 e 1999, a taxa de mortalidade por homicídio em São Paulo aumentou 229% (PERES et al., 2011: 18). Não acompanha a tendência nacional, crescendo bem acima do ritmo das demais capitais. Em 1980, São Paulo ocupava a nona posição entre as capitais, com taxas de 20,3 por 100 mil, passando para a segunda posição em 1999 com taxa de 66,7 por 100 mil (PERES et al, 2011: 18). Pode-se verificar que, se existem fatores nacionais e internacionais vinculados ao aumento da violência, as características do Estado – especificamente a RMSP, onde se concentram os homicídios – são determinantes para compreender o fenômeno.

Esses homicídios, por sua vez, ocorrem de forma concentrada de acordo com o território e o grupo populacional. Conforme levantamentos feitos por estudiosos, morrem principalmente homens, jovens, moradores de periferia, assassinados por homens, jovens, normalmente vizinhos que optam pelo homicídio a partir de conflitos pessoais. As características dos homicídios em São Paulo, reveladas pelas pesquisas quantitativas, levantam uma série de perguntas que precisam ser explicadas por qualquer teoria que se proponha a explicar o aumento e a queda dos homicídios em São Paulo. Questões do tipo:

- 1) Por que começou a crescer nos anos 1960 e esse ritmo se acelerou depois de meados dos anos 1970?
- 2) Por que alguns bairros concentram homicídios ao longo de todos esses anos? Por que numa mesma cidade violenta podem ser diferenciadas as chamadas “zonas de guerra” dos “reinos de paz” (FLAHERTY; SETHI, 2008)?
- 3) Por que certos grupos sociais estão prioritariamente envolvidos nesses crimes tanto como vítimas como na autoria?
- 4) Por que a queda mais acentuada de homicídios ocorre justamente nos bairros que haviam sido os mais violentos?
- 5) Por que os homicídios são praticados aparentemente por motivos cada vez mais banais?

- 6) Por que as mortes entre pessoas que moram próximas uma das outras são mais comuns?

Para compreender as escolhas homicidas, portanto, é preciso detectar as características destas ações e a forma e as circunstâncias em que são praticadas. Essas informações são fundamentais para compreender a dinâmica das escolhas e suas motivações.

3.2.1) A concentração territorial dos homicídios

Apesar dos estudiosos abordarem a violência levando em consideração a escala territorial de município ou Estado, os dados de homicídios são claros em apontar aquilo que Flaherty e Sethi (2008) definem como “zonas de guerras”, nome dado às comunidades em que os homicídios se concentraram, em contraste com os “reinos de paz”, comunidades com baixas taxas de homicídio. Mesmo nas cidades mais violentas, costumam existir comunidades pacíficas, que contrastam com a violência de territórios vizinhos. Essa concentração de homicídios pode ser vista em diferentes escalas. Com relação aos Estados, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, o homicídio foi um tipo de crime que se concentrou nas regiões metropolitanas. Entre 1979 e 1995, período que registrou acentuado crescimento de homicídio nesses estados, a RMRJ e a RMSP contribuíram com a maioria absoluta dos óbitos, situando-se em patamares aproximados de 82% e 75% do total, respectivamente (BATITUCCI, 1998: 7). Como mostra o estudo, essa concentração foi diferente da verificada em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, Estados menos violentos no período, cujo total de óbitos nas regiões metropolitanas mal alcançou o patamar de 50%. Enquanto as RMSP e RMRJ chegam em 1995, respectivamente, a patamares de 71 e 54 homicídios por 100 mil habitantes, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e de Porto Alegre as taxas ficam em 15 e 22 homicídios por 100 mil habitantes.

Ao focarmos a análise nas cidades e bairros da RMSP, é possível perceber que a concentração de homicídios ocorre nas periferias. Essa diferença fica clara a partir da comparação entre diferentes bairros da cidade.

Entre os 5.978 homicídios ocorridos no ano 2000, no Jardim Paulista, por exemplo, bairro localizado na região central de São Paulo, o índice de homicídios é de 3,6 por 100 mil habitantes, enquanto na região de Parelheiros, no extremo sul da cidade, alcança taxa 28 vezes maior, com 106,3 casos por 100 mil habitantes (GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005: 194). Conforme a divisão feita pelas autoras, em 73 distritos da cidade, 25 apresentam valores acima da média. Quase a totalidade está nas áreas periféricas de São Paulo. Os distritos da zona leste – como Cidade Tiradentes, Guaianases, Cidade Dutra, Iguatemi, São Rafael, São Mateus e Vila Curuçá – lideram o ranking. Na zona sul, há cinco distritos entre os mais violentos: Parelheiros, Grajaú, Jardim Ângela e Jardim São Luis, enquanto dois, Brasilândia e Cachoeirinha, estão na periferia da zona norte e apenas um, o distrito da Sé, na região central. Em São Paulo, no ano 2000, existiam 36 distritos com índice menor do que 24,9 homicídios por 100 mil habitantes (37,5% do total). No outro extremo, 14 distritos (14,5%) apresentam risco alto, com índices acima de 75 casos por 100 mil habitantes. Entre 1996 e 2000, a estimativa do risco na capital aumentou em 68 dos 96 distritos: nesse período, a violência aumentou principalmente nos bairros em que já era mais elevada. Já a redução de homicídios foi verificada em bairros que já tinham taxas mais elevadas de segurança (GAWRYSZEWSKI, 2002: 80).

Mesmo sendo difícil comparar os índices do intervalo entre os anos de 1996 a 2000 com dados da década anterior e do começo dos anos 1990, já que em 1996 a divisão territorial do município passou de 59 para 96 distritos, pode-se constatar que Cachoeirinha e Brasilândia (na zona norte) já ocupavam o primeiro e o quinto lugar entre os distritos com mais alta taxa de homicídio, em estudo para o ano de 1991 (GAWRYSZEWSKI, 2002: 82), e continuavam a encabeçar o ranking no ano 2000. Parelheiros, que ocupava a primeira posição em 2000, ocupava a segunda em 1991. Santo Amaro, Guaianases, Itaim Paulista e Itaquera também já exibiam índices elevados no começo de 1990, assim como Sé e Brás. Esses últimos bairros centrais têm população flutuante elevada, o que ajuda a distorcer os dados. Estudo de Dellasoppa, Bercovich e Arriaga (1999) chega à conclusão semelhante. A média das taxas de homicídio por 100 mil habitantes das cinco regiões mais violentas de São Paulo é de

84,4; a média das cinco menos violentas, 5,3, ou seja, 16 vezes menor. Segundo os autores, isto implica patamares de violência qualitativamente diferentes, e condições de vida e possibilidades de sociabilidade também qualitativamente diferentes.

Essa concentração histórica de homicídios por distrito da cidade também fica evidente em levantamento feito pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP (1997). Os dados mostraram que as regiões que ficaram em primeiro lugar no ranking de homicídios em 1995 mantinham a mesma posição desde 1982. São eles, em ordem, o Capão Redondo (área coberta pelo 47° DP), Parque Santo Antônio (92° DP), Jardim das Imbuías (101° DP), Jardim Herculano (100° DP) e Jardim Mirian (98° DP). O Morro do Índio, região da zona sul que ficou em primeiro lugar no ranking em 1995, situado a meio caminho entre Jardim Ângela e Capão Redondo, registrou 141 casos de homicídios em área um pouco maior que a Cidade Universitária em um período de um ano (NEV/USP, 1997). Até o ano 2000, Grajaú, Jardim Ângela, Parelheiros, Cidade Tiradentes, Capão Redondo e Lajeado nunca tiveram taxas inferiores a 80 ocorrências por 100 mil habitantes desde que os índices de homicídio na capital começaram a ser registrados (ADORNO; CARDIA, 1997). A partir do ano 2000, a tendência da curva de homicídios na capital se inverte e os homicídios passam a cair em ritmo acelerado nestes bairros.

Em outras cidades da RMSP, a partir de dados do Datasus, encontramos tendência parecida no ranking histórico. Em 1982, a cidade de Diadema, por exemplo, se destacou como uma das mais violentas entre as 39 da região, quando tinha 50 mortes por cem mil habitantes. A primeira posição no ranking foi mantida, com taxas de homicídios sempre crescentes, quase ininterruptamente até 1999, fase em que atingiu 143 mortos por 100 mil habitantes. Embu, o primeiro colocado em 2001 e 2002, estava entre os cinco primeiros desde 1984. Passou para segundo lugar em 1988, posição que poucas vezes variou até o começo do ano 2000, quando assumiu o primeiro lugar. Os homicídios, como mostra esta tese, quando passam a ser tolerados e usados como ferramentas de controle social nos territórios em que as instituições de segurança não conseguem limitar a ação dos ladrões, acabam criando contextos altamente indutores. O mecanismo social usado até agora

para explicar o crescimento dos homicídios em São Paulo parte justamente dessa realidade de alta concentração de violência territorial ao longo do tempo, que ocorre pelas próprias motivações e característica dos homicídios praticados na RMSP.

3.2.2) Concentração humana

Além da concentração territorial dos homicídios, outra informação fundamental revelada é que os conflitos fatais em São Paulo costumavam envolver vizinhos, pessoas que cresceram ou conviveram no mesmo bairro e contexto, que iniciavam algum atrito que resultava na morte de uma das partes. O Grupo de Gerenciamento de Tecnologia da Informação da Unidade de Inteligência Policial do DHPP analisou 576 inquéritos policiais com autoria identificada, relatados entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2003. Os dados mostram que em 85,5% dos casos as vítimas conheciam os autores do crime e que em 80% dos inquéritos a vítima morava a menos de um quilômetro de distância do local do crime, sendo que em 74,7% das vezes, o autor morava a menos de um quilômetro de distância do local do crime (DHPP, 2006: 126).

Dois outros estudos confirmam a mesma tendência. O primeiro constata a coincidência entre o local de residência da vítima e da ocorrência do crime em 50,6% dos casos (GAWRYSZEWSKI; KAHN e MELLO JORGE, 2005). No segundo levantamento, os lugares com taxas altas de homicídios ocorridos em 2000 apresentaram percentuais elevados de residentes entre os que morreram. No Grajaú, 82% entre os que foram assassinados eram moradores do bairro; em Parelheiros, 70%; no Jardim Ângela, 71%. Na zona leste, em São Mateus, este percentual atingiu 89%. Na zona norte, em Cachoeirinha, o total era de 75% (GAWRYSZEWSKI, 2002: 86). Os homicídios são normalmente causados por pessoas cujo relacionamento é altamente influenciado pela desconfiança do outro e pelo medo de ser atacado. Essa tensão entre pessoas que se relacionam no mesmo espaço acaba sendo uma engrenagem indutora de escolhas homicidas.

Nas análises sobre violência é comum que teorias considerem o indivíduo, isoladamente, na hora em que toma a decisão, sem levar os demais atores em consideração. Ocorre que essas pessoas tomam suas escolhas normalmente pelo receio de ser ela própria vítima da agressão daquele que mata. Essa tensão está associada tanto ao território em que convivem as pessoas, locais que concentram homicídios, assim como ao gênero e idade dos indivíduos. Como são os homens e jovens os mais temidos, nesse grupo estão também aqueles que mais morrem. Isso significa que os conflitos e disputas, além de se concentrarem territorialmente, afetam principalmente o grupo de homens e jovens. Mais uma vez, entra em cena o mecanismo da complementaridade estratégica, em que a escolha de matar é induzida pelo medo de morrer. Como os jovens são os mais temidos, portanto, são também os que mais morrem.

É por isso que os homicídios em São Paulo concentram-se em grupos específicos de moradores. Os levantamentos mostram que a maioria dos autores e das vítimas de homicídios é homem, jovem e vive em bairros das periferias mais pobres da Grande São Paulo (NEV, 1997; MELLO JORGE, 1998; CARDIA, 1998; PERALVA, 2000; LIMA; ADORNO; BORDINI, 1999; WAISELFISZ, 2002; GAWRYZEWSKI, 2002). No ano 2000, por exemplo, entre os 5.978 homicídios que aconteceram na capital, 92,5% atingiram os homens. As idades entre 15 e 29 anos concentraram 61% dos casos e os índices de mortes entre homens de 20 a 24 anos na cidade alcançaram 286,4 por 100 mil habitantes (GAWRYZEWSKI, 2002). Entre os de 25 e 29 anos, a taxa foi de 242 por 100 mil; entre os 15 e os 19 anos, 214 por 100 mil habitantes. Entre os 30 e os 34 anos, essa taxa já cai para 148,6 por 100 mil, diminuindo sucessivamente conforme aumenta a idade. Em outro amplo levantamento de 6.018 homicídios ocorridos no município de São Paulo em 2001, Gawryszewski, Kahn e Mello Jorge (2005) confirmaram a concentração desse tipo de crime em vítimas homens e jovens. A idade que apresentou o maior número de óbitos (moda) foi 19 anos. Mais da metade do total de vítimas são adolescentes e adultos jovens do sexo masculino. Os homens na faixa de 15 a 29 anos concentram 56,0% do total dos homicídios. Os coeficientes de homicídios nessa população chegam a valores muito altos, com picos no

grupo de 20 aos 24 anos, que atinge taxas de 262,8/100.000; seguindo-se o de 25 aos 29 anos, 226,8/100.000 e 15 aos 19 anos, 205,4/100.000.

Soares (2000) aponta a mesma tendência de concentração no grupo de homens jovens. O autor afirma que, conhecendo-se o gênero, a idade e o estado civil é possível diferenciar a população em grupos de risco que podem variar desde menos de 2 por 100 mil – neste caso, mulheres casadas de 60 anos ou mais – até mais de 300 e 400 por 100 mil – homens solteiros de 20 a 50 anos⁶. Todos esses dados que associam homicídio com violência são confirmados ano a ano, conforme novos balanços aparecem, dando a impressão de que essa relação é quase um fato natural. Mas trata-se de uma especificidade dos tempos de hoje que deve ser levada em conta para se pensar sobre os homicídios em São Paulo na atualidade. Resultados das pesquisas de Mello Jorge mostram que no ano de 1940, em São Paulo, a cada 100 mil jovens entre 15 e 24 anos, apenas 1,2 apresentava como causa mortis o homicídio doloso. Em 1995, essa taxa havia alcançado 246,6 entre cada 100 mil jovens na mesma faixa etária (MELLO JORGE, 1998).

Embora, historicamente, os homens sejam as principais vítimas e autores dos homicídios na cidade, essa concentração de casos entre os jovens ficou mais evidente com o crescimento exponencial do número de homicídios em São Paulo. Até o final da década de 1970, as maiores incidências de homicídios alcançavam cidadãos do sexo masculino, mas a incidência conforme a faixa etária das vítimas era mais bem distribuída. As faixas etárias entre 20-29, 30-39 e 40-49 anos concentravam o maior número de vítimas de homicídios. Eram tempos em que existia um maior controle social dos homicídios, vistos como ocorrências assustadoras e traumatizantes para a sociedade que neles estivera envolvida. Boa parte dos crimes envolvia relações de parentesco, o que tornava o homicídio uma tragédia ainda maior para os diretamente envolvidos com o episódio. Esse padrão só veio sofrer alterações importantes no começo dos anos 1980. A partir de 1984, os jovens tomaram a dianteira nesse processo e os maiores coeficientes de homicídios

⁶ Ver também texto de Soares sobre o tema no *Jornal do Brasil* (<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/04/05/genero-casamento-e-homicidio/>)

dolosos passaram a compreender adolescentes e jovens na faixa dos 15 a 29 anos (ADORNO; CARDIA, 1997).

Mello Jorge (1998) observou que, no município de São Paulo, na faixa dos 15 aos 19 anos, a mortalidade proporcional por homicídios, nos homens, passou de 21% para 71% em 30 anos (1965-1995). Nesse mesmo grupo, em um período de 35 anos (1960-1995), o coeficiente de mortalidade motivado por homicídios saltou de 9,6 para 186,7 por 100 mil habitantes, isto é, um crescimento da ordem de 1.800% (LIMA; ADORNO; BORDINI, 1999). É uma concentração de homicídios que se assemelha ao processo vivido em outras grandes metrópoles com graves problemas de violência. Na cidade de Los Angeles, considerada nos Estados Unidos como um local com altos índices de homicídios, o coeficiente de mortalidade por essa causa, no ano de 1996, para a população geral, foi de 14 mortes por 100 mil. No entanto, quando se considera o grupo afro-americano do sexo masculino com idade entre 15 a 34 anos, a taxa chega a 164,2 por 100 mil (GAWRYSZEWSKI; KAHN; MELLO JORGE, 2005).

Se os homens e jovens são as principais vítimas, o mesmo acontece em relação à autoria dos casos de homicídios. Gawryszewski (2002) analisou informações referentes a 94 autores (14,5% dos inquéritos) relacionados a homicídios ocorridos em 2000. Conforme os dados, 98,9% eram homens e apenas uma era mulher. Os autores, segundo o estudo, costumam ser ainda mais jovens que suas vítimas, sendo que a metade pertencia à faixa de 15 a 24 (52,1%). As idades com maior frequência são de 15 a 19 anos (28,7%), sendo que a moda foi 19 anos e o segundo lugar, 17 anos. Os mesmos dados são apontados nos Anuários produzidos pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Em 1998, aconteceram 5.157 homicídios na capital. Dos autores identificados, 51% tinham entre 18 e 26 anos. Nos casos de chacinas – homicídios múltiplos com mais de duas vítimas – essa situação fica ainda mais evidente. No mesmo ano, foram 53 casos na capital, que resultaram na morte de 174 vítimas. Entre elas, 51% tinham entre 16 e 24 anos. No caso dos autores, dos 84 identificados, 69% tinham entre 18 e 26 anos, sendo que a faixa etária de 38% deles era entre 18 e 20 anos (DHPP,

1998). Vemos, portanto, uma situação em São Paulo na qual os jovens assassinam outros jovens.

3.2.3) A intenção de matar

Como a vida é o bem mais valioso do ser humano e de qualquer ser vivo, provoca reações extremas dos seus donos quando ameaçada. Apesar do homicídio não ser um tipo de crime que tende a trazer benefícios para o autor, essa ação passa a ter um novo significado quando usada para supostamente exterminar ou coibir a ação daqueles que ameaçam a vida dos demais. Conforme mais pessoas passam a escolher os homicídios, o local se torna mais perigoso e novos homicídios são cometidos, num círculo vicioso que se autoalimenta. O perigo cresce não apenas porque existem mais pessoas violentas, mas porque pessoas que não eram violentas foram induzidas a escolher alternativas violentas diante do novo contexto.

A convicção em torno da escolha moral do homicídio vai tornar esse tipo de crime mais letal. Dois estudos feitos na capital identificaram a localização anatômica dos ferimentos provocados por homicídios em São Paulo e o total de disparos dados pelos autores. Em 2.405 vítimas de arma de fogo assassinadas em São Paulo, durante o ano de 2001, a média de projéteis por vítima é alta: 6,9 por corpo. A cabeça foi o local anatômico mais frequentemente atingido, 68,9%, com uma média de três projéteis por vítima. Sabe-se que os traumas cranianos determinam mortalidade alta, mesmo quando tratado por serviços de saúde especializados. Segue-se a região dorsal, que concentrou 44,4% do total de lesões, com uma média de projéteis de 2,8. Em terceiro lugar, encontra-se o tórax, respondendo por 41,0% das lesões, cuja média de tiros foi 2,6 (GAWRYSZEWSKI; KAHN; MELLO JORGE, 2005: 630). A partir desses dados, os autores do estudo concluem que a intenção de produzir a morte fica evidente ao se verificar a média alta de projéteis por vítima e a grande concentração de ferimentos na área da cabeça (68,9% das vítimas).

Em dados referentes a homicídios cometidos no ano 2000 foram utilizados 5.652 projéteis para provocar 1.387 mortes. Cada vítima recebeu, em

média, 4,1 tiros. A cabeça concentra 29,9% de todos os ferimentos verificados, com uma média de 2,8 projéteis por vítima, seguido do tórax, respondendo por 20% das lesões. Em terceiro lugar, encontra-se a região dorsal, com 17,6%, indicando que vítima foi atingida pelas costas, supondo-se que corria dos agressores ou já estava caída (GAWRYSZEWSKI; KAHN; MELLO JORGE, 2005: 632). Comparado a estudo para menores de 20 anos feito em 1991 (GAWRYSZEWSKI, 2002), é possível perceber que os atos violentos hoje são mais letais. A quantidade de tiros não permite conclusões definitivas, mas esse tipo de procedimento é característico das execuções, quando o autor do crime planeja encontrar a vítima para matá-la. A grande quantidade de tiros demonstra a convicção do assassino ao matar alguém. É um procedimento diferente do homicida que mata num impulso, inebriado pela emoção e pela paixão.

3.2.4) Meios e procedimentos para a prática dos homicídios

Diversos estudos mostram a preponderância da arma de fogo como meio para a prática do homicídio em São Paulo. A facilidade em se adquirir esse armamento nos bairros mais violentos da região aumentou o perigo e os riscos de ser morto nessas localidades como vítima de arma de fogo. Levantamentos mostram que, em 2001, as armas de fogo causaram a maior parte das mortes em São Paulo: 58,3% para homens e 50,9% mulheres. Esse percentual só não é maior porque a proporção de meios não especificados permanece alta: 38,4%. A partir dos boletins de ocorrência, sobem para 69%. Os ignorados chegam a 22,1%. No Instituto Médico Legal (IML), onde os levantamentos são feitos a partir do laudo de necropsia e do tipo de ferimento no corpo da vítima, as mortes por arma de fogo em 2001 chegaram a 90,1%. As armas brancas participam com 4,3% do total (GAWRYSZEWSKI, 2002: 48).

Em outro estudo feito em cima de análises de informações constantes nas declarações de óbito e também nos laudos de necropsia, as armas de fogo causam a maior parte das mortes: 66,5% nas declarações de óbito e 88,6% nos laudos de necropsia (essa proporção chega a 89,6%, quando são somadas as mortes em que foram utilizados múltiplos meios). Também foram observadas variações segundo a faixa etária, com maior preponderância de

uso de armas de fogo entre os adolescentes e adultos jovens. A faixa de 15 e 29 anos exibe a proporção mais alta, 91,3%; seguem-se os indivíduos com 30 a 44 anos, 88,4%. Os percentuais mais baixos foram encontrados entre as vítimas com idades entre 0 e 14 anos (74,1%) e nas idades mais velhas (GAWRYSZEWSKI; KAHN; MELLO JORGE, 2005: 630).

Como afirma Soares (2000), o crescimento dos homicídios com armas de fogo expressa a explosão de novos tipos de homicídio, como os praticados por policiais e justiceiros e aqueles relacionados com o tráfico de drogas que, às vezes, assume a forma de chacinas. Como o mercado do tráfico de drogas é um mercado altamente competitivo, o concorrente, que muitas vezes também é o inimigo, estabelece as regras da competição. Quando um adquire uma arma, os demais não podem ficar sem a sua para igualar as forças. A própria taxa elevada de homicídios é um incentivo para a aquisição de armas para se defender.

A abundância de armas de fogo e a facilidade em adquiri-las cria mudanças importantes em uma comunidade. Entre as principais mudanças, alteram-se as relações de poder entre os integrantes do universo do crime e a população, que tem menos acesso às armas de maior poder de fogo; altera-se as relações de poder entre os integrantes do universo e a polícia, que tem menos acesso às armas de maior poder de fogo, sobretudo as automáticas e semiautomáticas; altera-se as relações de poder entre a polícia e a população, colocando a última em posição de maior vulnerabilidade em relação à primeira. A abundância e a facilidade na aquisição de armas de fogo podem ser ainda pior em um contexto em que as escolhas homicidas são recorrentes, já que os indivíduos podem cometer o crime com mais facilidade.

Na RMSP, o número anual de armas adquiridas passou de 9.832 em 1983 para 66.870 em 1994, aumento de 580%. Sem contar as armas contrabandeadas e ilegais, que vão parar na mão dos ladrões para a prática de assaltos à mão armada. Essa tendência pode ser verificada pelos números relacionados à apreensão de armas não registradas, que cresceu consideravelmente a uma taxa de 8,62% ao ano entre 1981 e 1986 (CALDEIRA, 2000: 126).

Durante as décadas de 1980 e 1990, havia uma relativa tolerância em relação ao porte de arma em São Paulo. Os homicídios cresciam rapidamente, mas os governos reagiam lentamente ao crescimento dos números e não tomavam medidas para restringir o porte de armas. A situação começou a mudar no final dos anos 1990, principalmente a partir de dezembro de 2003, quando o Estatuto do Desarmamento foi aprovado e o porte de arma tornou-se crime. Antes da aprovação deste documento, São Paulo já vinha adotando uma política de restrição de portes de armas e de retirada de armas de fogo das ruas. Entre 1995 e 1997, a média de retirada de armas de fogo das ruas, que era de sete mil por trimestre, se elevou nos anos seguintes para cerca de nove mil por trimestre. Paralelamente ao esforço de retirada das armas ilegais em circulação, a Polícia Civil restringiu fortemente a entrada de novas armas em circulação através da redução drástica do número de registros de novas armas. Em 1994, foram concedidos 42 mil registros de armas na capital; em 1995 foram concedidos 31 mil registros e, no ano seguinte, 22 mil. Depois de 1997, observa-se uma queda abrupta até chegar a perto de 2.800 mil registros em 2003. Os portes de armas despencam de 68, 69 mil por ano entre 1993 e 1994 para dois mil em 2003 (KAHN, 2004: 20).

O fato de existirem armas em excesso em uma localidade não pode por si só explicar o elevado número de homicídios, mas ajuda a compreender o contexto em que eles acontecem. Em uma sociedade com muitas armas, onde as instituições de segurança são eficientes e as escolhas homicidas são controladas formal e informalmente, as mortes permanecem sob controle. A Suíça e o Canadá possuem elevada parcela da população armada, o que não os impede de ter baixos índices de homicídios (CANO, 2002: 131-132). Em outras palavras, a arma seria uma condição necessária, mas não determinante para o elevado grau de violência de uma sociedade. Todos os lugares com mais de 40 homicídios por 100 mil habitantes possuem a maior parte das mortes cometida por armas de fogo (CANO, 2002: 131-132). Mas nem todos os lugares cuja população possui muitas armas são violentos.

Nos bairros violentos de São Paulo, a presença abundante de revólveres e pistolas em circulação facilita a execução da escolha assassina e transforma esse tipo de crime em uma ação que depende praticamente da vontade do

autor, já que exige o mínimo de conhecimento técnico para que ele possa executar a tarefa. Nos conflitos com arma de fogo em São Paulo, não importa a habilidade e a coragem de cada um dos lados. Os indivíduos buscam pegar o inimigo de surpresa porque o homicídio visa executar uma sentença de morte previamente decidida. Os homicídios são, portanto, premeditados, com poucas chances de defesa para a vítima. Durante o auge dos homicídios, não existiam pudores em se matar pelas costas. O medo e a desconfiança em um contexto onde esse tipo de procedimento é tolerado e conhecido por homens jovens do bairro induzem ainda mais a escolha homicida como ação de defesa para se antecipar ao provável assassino. Andar armado ou pelo menos simular que porta uma arma de fogo – usando uma camisa larga e para fora da calça, como disseram entrevistados, para deixar no potencial agressor a dúvida de que ele carrega uma arma na cintura –, passa a ser uma medida de precaução necessária. Ouvir uma ameaça de morte e matar aquele que ameaça é vista também como outra medida de precaução.

3.2.5) Perfil dos agressores

Entre os assassinos, boa parte deles possui algum tipo de ligação com o universo criminal. Isso não significa que eles matem necessariamente em decorrência de conflitos surgidos neste meio. Como a tese mostra mais adiante, os homicídios em São Paulo estão ligados, na maioria dos casos, a conflitos interpessoais corriqueiros. Mas a decisão de cometer o homicídio normalmente parte de alguém que já se relaciona no universo do crime, onde a violência e o homicídio são tolerados como instrumentos na resolução de conflitos, que vive sob a tensão permanente de ser assassinado nessa rede de relações da qual faz parte. É nesse contexto, que funciona à margem de qualquer tipo de regulamentação formal e que não responde a mediações de instituições de segurança, que por definição os homicídios funcionam como meio de se lidar com conflitos. Os conflitos, de uma forma geral, estão relacionados ao cotidiano dos bairros onde integrantes do universo criminal se encontram e convivem. A alta incidência de homicídios entre pessoas com carreiras criminosas mostra como, mesmo no contexto indutor de homicídios

dos bairros violentos, aqueles que optam por não seguir o caminho do crime conseguem evitar os conflitos fatais. Situação, aliás, que os próprios entrevistados fazem questão de confirmar.

Gawryszewski (2002) analisou informações referentes a 94 autores (14,5% dos inquiridos) que praticaram homicídios em 2001. O gênero masculino representa quase a totalidade dos casos: 98,9% são homens. Como já dissemos, os homicidas costumam ser ainda mais jovens que suas vítimas, sendo que a idade de maior frequência foi 19 anos e o segundo lugar, 17. Outro dado importante é que 41% possuíam antecedentes criminais, sendo 18,1% reincidentes em homicídios e, 18,1%, traficantes de droga (2002: 113). Em relação ao consumo de droga, 41,5% declaravam-se usuários de maconha, que ficou em primeiro lugar (30,6%) entre as drogas usadas, o álcool vem em segundo, com 25%, e depois drogas múltiplas, com 22%. O percentual de autores de homicídios com antecedentes criminais é elevado, considerando que a maioria deles tem ainda 19 anos e que somente uma parte pequena dos roubos e furtos – perto de um terço – é oficialmente registrada, segundo dados da Fundação Seade e da SSP/SP. Conforme o mesmo levantamento, os dados referentes às vítimas com passagem criminal também são altos: 36,6% possuíam antecedentes nos registros policiais, o que era desconhecido ou negado pela maioria dos depoentes que testemunhavam na polícia (2002: 113). Trata-se, portanto, de um tipo de crime que se concentra entre homens, jovens, moradores de bairro violento, sendo que muitos já tiveram no passado algum problema com a lei.

No levantamento realizado do DHPP, a Unidade de Inteligência do departamento conseguiu trabalhar com uma amostra de 759 autores de homicídios. Destes, 437 tinham antecedentes criminais (58%) e 271 (36%) já haviam cumprido pena. Nessa amostra, 19% são apontados como traficantes de entorpecentes e 12% são procurados pela polícia. O estudo mostra ainda que 67% têm menos de 25 anos (DHPP, 2006). O fato de boa parte dos autores de homicídios ter passagem na polícia não implica dizer que aqueles que cometeram o crime, uma vez que erraram, teriam maiores chances de cometer outro crime. O que esses dados ajudam a revelar é como o fato de se relacionar no contexto criminal paulista, caracterizado pela desorganização,

falta de hierarquia e abundância de armas de fogo, influi nas decisões a serem tomadas por seus integrantes, mesmo quando isso envolve questões relacionadas a problemas cotidianos, ponto que discutiremos mais à frente. Como esta tese vem argumentando, as decisões extremas não são necessariamente sinais de maldade, mas de uma moral moldada pelo risco iminente de ser morto. A pesquisa do DHPP aponta também um elevado percentual de vítimas com antecedentes criminais, apesar de apresentar um índice menor do que o verificado entre os agressores. Entre as vítimas, 34% têm antecedentes, enquanto 68% não têm passagem pela polícia.

Os homicidas em São Paulo agem ainda com a ajuda de parceiros que vivem no mesmo território que eles. A força dos laços de relacionamento está vinculada ao território em que vivem e garante a capacidade de defesa diante de eventuais ataques de grupos rivais. As rixas, da mesma maneira, acabam sendo associadas a disputas entre grupos. No levantamento dos casos de homicídios ocorridos em 1995, na zona sul da cidade, na maioria dos casos o homicida não agiu sozinho (NEV, 1997). Entre os 192 casos estudados, em 71% das ocorrências o autor agiu em parceria com uma ou mais pessoas.

Número de homicidas por caso estudado

1	29% ou 56 casos
2	40% ou 78 casos
3	14,6% ou 28 casos
4	9,9% ou 19 casos
5	3,6% ou 7 casos
6	1
9	1
10	2
Total	100% ou 192

Nas letras de hip-hop e nos “salves” entre colegas, a importância da amizade e das alianças, normalmente territoriais, ficam mais evidentes com

jovens das periferias sempre mandando abraços aos “irmãos”. A dinâmica desses conflitos é uma decorrência dos próprios conflitos anteriores, onde pessoas que se conhecem, com origem, perfil social e étnico semelhantes, matam umas às outras, induzidas por homicídios que vêm sendo praticados há anos nesses territórios. Os autores são jovens que costumam ter algum tipo de ligação com o universo criminoso de São Paulo, apesar de muitas vezes, principalmente a vítima, não ter passagem policial. Eles agem com a ajuda de parceiros, apesar de também ser comum a autoria individual.

3.2.6) Motivos dos homicídios

Salvo nos casos patológicos, em que a clareza da consciência ou sua estruturação normal estão comprometidas, toda conduta assassina pode ser definida como racional, porque se toma a razão e a racionalidade como conteúdos da consciência. A irracionalidade do comportamento violento vai ocorrer quando a própria razão desconhece os móveis verdadeiros de suas intenções e finalidades, direcionando-se a objetos ou pessoas substitutas ou simbólicas. Como vai explicar Costa (1986: 8), a violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos, como bater em um filho quando se desejava ser mais respeitado no escritório em que trabalha. Tanto na violência racional como na irracional, no entanto, existe uma escolha moral por parte do homicida. A violência humana, nesse sentido, carrega a marca de um desejo. Segundo Costa, esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente ou inconsciente, involuntário e irracional. Como vai explicar Costa (1986), é o desejo que diferencia a violência humana da violência animal. O animal ataca não porque deseja, mas porque necessita. E é porque o animal não deseja, que seu objeto é fixo, biologicamente determinado. A manifestação agressiva sem desejo de destruição, ou seja, a agressividade puramente instintiva, segundo Costa, não pode ser rotulada de violência porque o agente da agressão não atua movido por um desejo de destruição. Para Costa, a violência humana se diferencia da agressividade instintiva do animal por ser o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos.

Essas definições ajudam na compreensão do tipo padrão de homicídio em São Paulo, a ser discutido adiante. A explicação dos mecanismos que provocam o crescimento e a queda dos homicídios passa pela compreensão dos desejos individuais e coletivos por trás dessas escolhas e dos efeitos dessas ações no contexto em que ocorrem. Assim como pelo contexto moral, que pode ser mais ou menos tolerante a determinados tipos de ação para a satisfação desses desejos. Pesquisar as escolhas assassinas nos últimos anos vai permitir compreender como as escolhas se transformaram para satisfazer desejos que se mantêm praticamente os mesmos.

Existe uma grande dificuldade, no entanto, para pesquisar os motivos da escolha homicida nos inquéritos de homicídios ocorridos em São Paulo. Essa dificuldade se deve ao fato de que, normalmente, os elementos apresentados ao longo das investigações são insuficientes e não esclarecem toda a complexidade de motivos que levam alguém a cometer um crime. O resultado é que, dependendo da pesquisa, diferentes categorias são criadas para listar as mesmas motivações. Além de dificultar qualquer comparação, mostra a dificuldade em esquadriñar e sintetizar em poucas palavras uma decisão tomada a partir de uma realidade bastante complexa. Outro motivo que cria enormes dificuldades para se desvendar o que de fato motivou os homicídios decorre do próprio formato do inquérito e da investigação policial. Como analisa Mariza Corrêa, *Morte em Família*:

No momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando parte do real que melhor reforce seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se constituía um modelo de culpa e de inocência. (apud FAUSTO, 1984: 40).

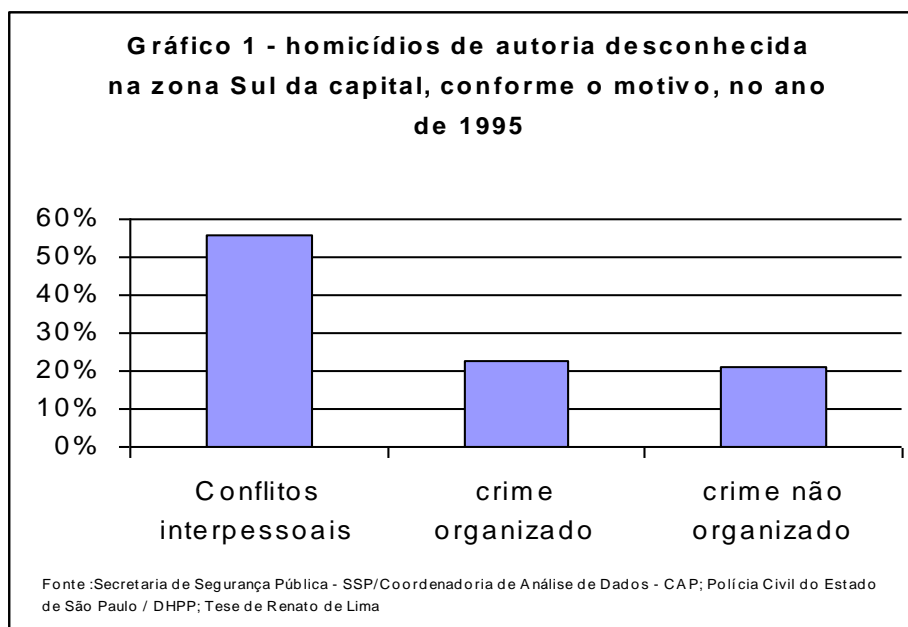
Mesmo diante de todos esses obstáculos e filtros, os documentos são analisados cuidadosamente porque é uma fonte oficial relevante de informação sobre violência. Os dados contidos nos inquéritos, se não são suficientes para revelar toda a complexidade por trás dos motivos e da realidade que levou X a matar Y, aparecem como uma “peça” a mais no quebra-cabeça que, quando juntada a outras peças, ajuda a compreender os tipos mais comuns de

homicídios no período investigado e detectar, mesmo que superficialmente, os motivos ou “temas” – termo escolhido por Corrêa – que levam aos homicídios nos diferentes momentos da história da RMSP.

De uma maneira geral, estas pesquisas apontam a motivação dos homicídios ocorridos em um período em que a curva de homicídios em São Paulo caminhava para seu ponto mais elevado, a partir de meados dos anos 1990. É fundamental compreender que, no período analisado, os homicídios em São Paulo já tinham quase 40 anos de crescimento permanente. Os levantamentos feitos no final da década de 1990 mostram um quadro de homicídios formado principalmente por casos que são motivados por conflitos aparentemente banais, em que o homicida matou a vítima por questões pessoais que normalmente poderiam ser resolvidas por ações não violentas. Os homicídios motivados por conflitos interpessoais “fúteis” predominam tanto em São Paulo (NEV/USP, 1997; FERREIRA, 1998; LIMA, 2000) como em Diadema (SILVA, 2001; MANSO, 2003). As mortes não são decorrentes de conflitos relacionados diretamente ao comércio de drogas nem são ações de justiceiros ou matadores para limpar o bairro. Os homicídios são motivados por conflitos que, normalmente, em zonas pacificadas, não provocariam decisões tão extremadas. São escolhas tomadas a partir de anos e anos acumulados de decisões homicidas, que acabam determinando os rumos futuros. Nesse cenário violento, para não correr o risco de morrer, mesmo nos conflitos aparentemente fúteis, o homicídio aparece como a escolha mais atraente e até necessária.

Lima pesquisou 4.227 crimes de homicídios cometidos em São Paulo em 1995, sendo 392 casos de autoria conhecida e 3.385 de autoria desconhecida. Ele dividiu as ocorrências em três grupos conforme os motivos desencadeadores dos crimes. São eles: 1) conflitos interpessoais diversos, onde foram incluídas brigas em casas e nos bares, vinganças, discussões privadas e conflitos que não envolviam ligação com a criminalidade organizada; 2) crime organizado e tráfico de drogas; 3) criminalidade não organizada, que são os casos de latrocínio. A partir desses dados, onde se observa uma grande quantidade de homicídios relacionados a conflitos interpessoais, o autor aponta a “perda da intensidade do valor da vida como um dos elos de sociabilidade”

(LIMA, 2000: 78). Lima cita Norbert Elias para contrapor o caso paulistano com o processo de civilização europeu, onde os conflitos teriam sido represados e a vida passou a ocupar um papel de destaque na construção da sociedade. O autor parece, dessa forma, sugerir que os homicídios ocorrem pelo fato dessas sociedades terem regredido a um estágio anterior ao da civilização, que não permitiria aos cidadãos se autocontrolarem de forma adequada e barrarem suas explosões de violência. O peso dos conflitos decorrentes do comércio de drogas nas ocorrências de homicídios, por sua vez, revela o autor, seria menor do que polícia e imprensa levariam as pessoas a acreditar (*Ver os resultados no gráfico 1*).



Em pesquisa feita na mesma região da cidade, em 14 distritos policiais da zona sul, trabalho do Núcleo de Estudos da Violência (1997), coordenado por Pinheiro e Mingardi tendo por base 964 homicídios ou tentativas de homicídios ocorridos no primeiro semestre de 1995, foram encontrados resultados que mostravam tendências semelhantes. A maioria dos homicídios, segundo os dados, não aconteceu por causa do tráfico. Os “motivos fúteis” foram o desencadeador principal, como brigas em bar, vingança, brigas em família, etc. Em compensação, o autor completa, o álcool esteve presente em

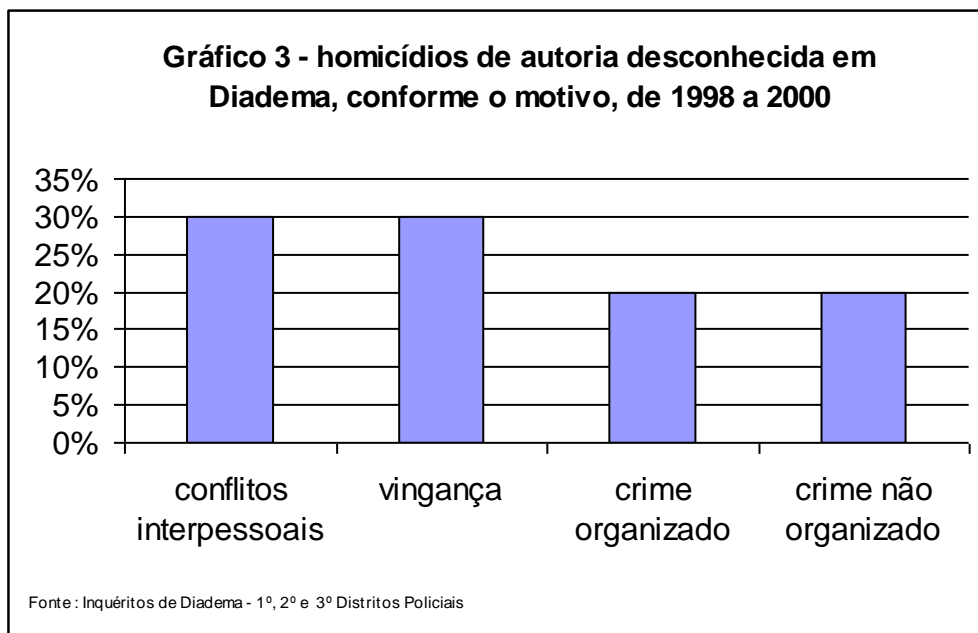
inúmeros casos, pois muitos teriam ocorrido por causa de brigas iniciadas em bares.

Nesse trabalho, os casos foram agrupados conforme os seguintes motivos: 1) drogas; 2) casos que envolvem criminosos profissionais, como justiceiros; casos de roubo, acerto de contas ou homicídio de testemunhas; 3) crimes cometidos por pessoas comuns, como briga, briga por mulher, briga em bar, bebida, briga de casal, dívida e trânsito e 4) outros.



Com base nos dados, o autor conclui que o tráfico, ao que tudo indica, seria um dos fatores que provoca o crime, mas não é o mais importante. Os autores citam a grande quantidade de bares como outro elemento da realidade que mais afeta os índices.

Na terceira pesquisa, em levantamento realizado por Silva, se chegou ao número de 31% dos casos ligados a conflitos interpessoais (essas porcentagens foram feitas em cima dos casos em que se podia apontar uma causa, ou seja, em 29% sobre o total das ocorrências), outros 31% teriam sido ocasionados por vingança pessoal, 21% decorrentes do crime organizado e 21% relacionados a assaltos, que o autor define como crime não-organizado. A soma dos dois primeiros itens, ligados aos casos motivados por problemas pessoais, alcança 62%.



Os três trabalhos, portanto, apontam a preponderância dos conflitos interpessoais, não vinculados ao tráfico de drogas e crime organizado, sendo boa parte deles relacionados a motivos fúteis, como o principal desencadeador das mortes que levam a cidade a viver o que muitos denominam de uma situação epidêmica de violência.

Esse tipo de levantamento também é feito pelo DHPP em cima de inquéritos policiais, ou seja, os dados são colhidos a partir do momento em que o caso vem sendo alvo de investigação. Foram analisados 576 inquéritos policiais relatados entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2003. Assim como nos demais levantamentos, a liderança aparece para os casos de conflitos interpessoais. Em 164 casos (28%), a vingança foi apontada como o motivo do homicídio. As drogas aparecem na segunda colocação, em 75 (13%) dos casos. A terceira categoria é denominada fútil, com 70 casos (12%).

Motivação do crime	Quantidade
Vingança	164 (28%)
Drogas	75 (13%)
Fútil	70 (12%)
Passional	52 (9%)
Desavença em bar ou similar	47 (8%)
Dívida financeira	41 (7%)
Conflito familiar	19 (3%)
Latrocínio	12 (2%)
Partilha de produto de roubo ou furto	12 (2%)
Briga de trânsito	5 (1%)
Outro	36 (6%)
Ignorado	43 (7%)

O DHPP também detalha a motivação dos crimes relacionados a disputas por entorpecentes. Neste caso os números apontam:

Dívida	30 (40%)
Outro motivo relacionado à droga	29 (39%)
Disputa por pontos de droga	10 (13%)
Concorrência	3 (4%)
Desentendimento durante o consumo	2 (3%)
Vingança	1 (1%)

É importante apontar que o conjunto de dados colhidos até o momento permite definir o padrão de homicídio na capital e na RMSP durante boa parte da década de 1990, quando as taxas de homicídios em São Paulo alcançaram o seu ápice. São homicídios praticados por jovens que convivem em um mesmo bairro e que se conhecem. Os homicídios são na maior parte das vezes cometidos com a ajuda de amigos, mesmo nos episódios em que o autor é motivado por questões pessoais. As alianças se formam em torno das chamadas “bancas”, redes ligadas a parcerias territoriais, onde vizinhos se ajudam em conflitos com “bancas” de bairros rivais. São formações horizontais, típicas das periferias de São Paulo, espécies de coletivos sem hierarquias, diferente das alianças verticais em torno de lideranças, como ocorrem nas facções, gangues ou quadrilhas.

Outra característica importante dos homicídios em São Paulo, que ajuda a desfazer o senso comum que relaciona esse tipo de violência à irracionalidade proporcionada pelo uso de álcool e drogas, é que o autor comete o homicídio sabendo claramente da escolha que faz em detrimento das demais. A arma de fogo, meio utilizado na maior parte dos homicídios, torna a prática relativamente simples. Os homicídios em São Paulo são cometidos na maioria das vezes quando a vítima não espera ser atacada e é incapaz de reagir. Nunca ultrapassando a casa dos 4% do total de mortes na cidade, os latrocínios (roubos seguidos de mortes) não ajudam a compreender a lógica por trás dos homicídios que levaram a RMSP e bairros da capital a se transformarem em alguns dos mais violentos do mundo.

Em pesquisa sobre conflitos e homicídios realizada em 1995, na zona sul de São Paulo, Maria Inês Caetano Ferreira já havia detectado a realidade singular desse tipo de conhecimento em bairros mais violentos da periferia da capital. Ela mostra nas histórias dos homicídios desses lugares que os motivos que levavam à morte se relacionam a questões cotidianas e não estavam necessariamente ligados a interesses do mundo do crime (disputa por poder local, divisão de produto ou dinheiro roubado). “Homens comuns (sem envolvimento com o crime) mataram homens comuns, homens comuns mataram bandidos, bandidos mataram homens comuns, bandidos mataram bandidos por discussões cotidianas” (FERREIRA, 1998: 68).

São relatadas histórias colhidas em campo que revelam uma estreita ligação dos moradores com sua área e com seus pares, o cuidado com as regras e as normas compartilhadas em comum e, principalmente, a identidade da pessoa diante de seus iguais. Na maior parte das vezes, segundo a autora, as histórias registradas nos processos revelaram que o crime aconteceu porque houve um conflito em que pelo menos uma das partes sentiu que a sua identidade dentro da comunidade foi ameaçada. A morte foi uma tentativa de restaurar a imagem dentro do grupo. Segundo Ferreira, através da ação, os assassinos reafirmam o prestígio e a influência das regras de conduta sobre todo o grupo. Ela relaciona a preocupação da pessoa com a imagem diante de seus pares aos fortes laços entre os membros do grupo. Pertencer e ser aceito positivamente pelos pares, segundo a autora, é de extrema importância para os

moradores da periferia, conforme observado nos casos de homicídios pesquisados (FERREIRA, 1998: 74).

Todas essas são informações objetivas a respeito dos homicídios, informações visíveis que ajudam a visualizar o tipo de ação praticada. Falta explicar, no entanto, o mecanismo social indutor deste tipo de escolha e de comportamento, capaz de induzir as escolhas homicidas e propagá-las. O homicídio só é visto como uma forma do “indivíduo restaurar sua imagem dentro do grupo” em um contexto tolerante a esse tipo de comportamento. Essa tolerância, no entanto, decorre do fato de as vítimas serem vistas inimigas merecedoras deste destino. Esse contexto de medo, desconfiança e tensão, construído ao longo do tempo a partir dos incontáveis homicídios de conhecidos que nasceram e cresceram no mesmo bairro, é indutor das escolhas assassinas. E é só nesse contexto, respaldado inicialmente pela moral do extermínio e da sobrevivência, que o homicida que mata por motivos banais é capaz de justificar o crime com convicção. O homicídio, nesse caso, é uma ferramenta de defesa e de sobrevivência do grupo que opta por essa ação.

CAPÍTULO 4 – A LÓGICA DO EXTERMÍNIO – ESQUADRÃO DA MORTE E A PARTICIPAÇÃO DAS POLÍCIAS

Na teoria da ação situacional, o papel das ideias na indução de escolhas é definido a partir do conceito de contexto moral, que se mantém em permanente tensão com a moral individual. De acordo com a teoria, as ações individuais como homicídios são, em última análise, o resultado da interação entre a propensão individual para praticar um homicídio e sua exposição a um contexto propício para praticar esse ato. A propensão das pessoas para cometer um homicídio depende de sua moralidade (regras morais e emoções para certas ações relevantes) e da sua capacidade a exercer autocontrole. Já a exposição ao meio varia de acordo com a eficiência dos controles existentes e com a frequência com que uma pessoa enfrenta uma tentação ou é provocada a agir de forma violenta (WIKSTRÖM; BOUHANA, 2008; WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b; WIKSTRÖM, 2009a).

O contexto moral é definido de acordo com as regras relevantes de ação moral que se aplicam em determinado cenário e conforme o nível de controle para essas ações. No caso dos homicídios, em São Paulo, a crença na suposta eficácia da limpeza social demandou a construção de identidades amedrontadoras, capazes de justificarem sua eliminação do convívio com as demais. A curva ascendente de homicídios começa a se movimentar quando uma nova moral a respeito dos homicídios surge e passa a ser colocada em prática pelos integrantes das instituições de segurança responsáveis por coibir este tipo de crime. Com o aumento dos crimes patrimoniais em São Paulo, refletido nas páginas diárias dos jornais, os homicídios são usados e justificados como pretensos instrumentos de controle na tentativa de coibir a ação dos “bandidos”. Sua existência e legitimidade, portanto, estão vinculadas à construção da imagem de um inimigo social, o “bandido”, que, em oposição ao trabalhador, está disposto a matar para roubar.

A nova moral cria, assim, um efeito purificador, respaldado pelo contexto e pelas circunstâncias locais. A escolha assassina e a defesa do extermínio com objetivo de fazer limpeza social só podem ter lugar se estiverem relacionadas à figura desprezível e odiosa dos bandidos. De acordo com

Bandura, quando a imagem de um outro desprezível e perigoso é criada, as autorrestrições podem ser suspensas por tempo suficiente para a ação homicida ter lugar (2004: 124). É esse mecanismo social que estabelece o começo do crescimento dos homicídios em São Paulo, relacionado ao mesmo tempo às mudanças no contexto e ao longo passado de violência brasileiro e paulista. Não se tem a pretensão nesta tese de identificar as causas da formação dessa moral, mas identificá-las no tempo e explicar seus efeitos na indução das escolhas homicidas. O importante é que essa nova percepção a respeito dos homicídios aumenta a propensão individual ao homicídio quando passa a ser apresentada como uma escolha cujos efeitos podem beneficiar toda a sociedade. Isso significa que essa nova moral pode transformar homicidas em heróis, em vez do pária dos anos 1950.

O aumento da insegurança e da violência, assim como o crescimento de crimes contra o patrimônio, é um fenômeno mundial que estudiosos associam ao sentimento de privação provocado pelo aumento do consumo de massa de bens duráveis como automóveis, televisão e eletrodomésticos. Nos anos 1950, em países como Inglaterra e Estados Unidos, houve um crescimento dos crimes, sendo os contra o patrimônio os que mais aumentaram (REINER, 2004: 283). Esse novo momento de aumento de consumo de massas, no Brasil, ocorre paralelamente a um forte período de urbanização do País, com levas de migrantes deixando as zonas rurais para buscar oportunidades de emprego nas grandes cidades. É um momento de profundas transformações urbanas em São Paulo, com investimentos na expansão econômica e no processo de industrialização brasileiro, que vão se concentrar na capital e nas cidades do entorno. O período entre 1940 e 1970 foi uma época em que a população da RMSP cresceu a taxas médias de 5,5% ao ano, sendo a migração interna, oriunda principalmente das zonas rurais brasileiras, responsável por 50% desse crescimento (PERILLO, 1993: 2; CALDEIRA, 2000: 46).

É preciso descrever esse contexto de mudanças, assim como o papel e a atuação das instituições policiais no período, para entender também como os homicídios surgem e passam a ser praticados como solução para coibir a desordem nas periferias da RMSP. Do ponto de vista territorial, em contraponto ao crescimento populacional mais adensado dos anos 1930 que se

concentrava em torno do centro expandido da capital, depois dos anos 1940 até o final dos anos 1970, ocorre uma acentuada desconcentração das moradias dos trabalhadores. Em vez de irem morar de aluguel ou em cortiços sediados em bairros em torno dos antigos centros fabris – como Brás, Belém, Barra Funda, Mooca –, irradiam-se para inúmeras áreas da capital e depois para vários pontos da Grande São Paulo. Nesse processo de dispersão, a densidade populacional de São Paulo passa de 110 habitantes por hectare em 1914 para 53 habitantes por hectare em 1963. Essa situação demonstra que a população que chegava a São Paulo espalhava-se pela metrópole. A mancha urbana da RMSP, em 1970, alcança mais de 1.700 quilômetros quadrados, área dez vezes superior à de 1930. Somente na década de 1980, a mancha se expande em mais 500 quilômetros quadrados, por meio de uma forma de ocupação altamente espoliativa e predatória (KOWARICK, 2000: 26). É assim que os bairros mais distantes das regiões centrais, que passam a ser genericamente chamados de periferias, vão passar a fazer parte do mapa da RMSP e do imaginário de seus habitantes, com todos os significados que o termo periferia pode carregar.

Até a década de 1970, o adensamento desses bairros ocorre principalmente via loteamento clandestino, quando nos anos 1980 se intensificam as modalidades de invasão. Os bairros se formavam a partir de barracos ou casas autoconstruídas, em ruas abertas pelos próprios moradores ou loteadores, que criavam em poucos dias ou semanas verdadeiros bairros-dormitórios. A infraestrutura urbana desses lugares que se expandiam de maneira improvisada, sem planejamento e fundamentalmente por meio da autoconstrução, era precária e chegava aos poucos, depois que a população já estava assentada (DENIZO, 2007: 33-34). A rapidez da ocupação dos lotes era uma decorrência do próprio interesse dos proprietários da terra, que acabam tendo lucros altos como a venda de terrenos fatiados em pequenos lotes de 50 metros quadrados⁷. Muitos bairros acabavam ganhando o nome ou sobrenome dos antigos proprietários das chácaras, como Vila Remo e Jardim Clarice, na

⁷ Entrevistas com lideranças do Jardim Ângela e Diadema sobre o processo de ocupação e adensamento dessas regiões.

zona sul, que faziam ótimos negócios ao permitir o loteamento de suas terras. A falta de infraestrutura urbana criava um profundo fosso social entre os bairros centrais, situação que ajudou a estigmatizar a periferia de São Paulo e proporcionar iniciativas do Estado para coibir essa ocupação. Desde 1975, por exemplo, uma lei de proteção aos mananciais tentou controlar e diminuir a ocupação nas áreas vizinhas à Represa Billings. Isso levou ao rebaixamento do preço da terra e à proliferação de loteamentos irregulares, ilegais e clandestinos. Entre 1985 e 1990, despontaram em 182 loteamentos aproximadamente 32 mil lotes que cobriam 36 milhões de metros quadrados, em bairros como Grajaú e Cantinho do Céu, na zona sul de São Paulo (KOWARICK, 2000:50)

As instituições de segurança pública não acompanhavam o ritmo das transformações dos bairros que surgiam nas bordas da RMSP e que ainda eram núcleos informais de povoamento. Entre 1946 e 1964, antes do golpe militar, as principais instituições policiais paulistas eram a Polícia Civil, a Força Pública e a Guarda Civil. Os delegados eram autoridades policiais, enquanto os policiais da Força Pública e da Guarda Civil eram agentes de execução, designados para o patrulhamento. Em uma cidade que pouco ia além das áreas centrais, a Polícia Civil tinha maiores competências em relação às outras corporações, cabendo ao delegado, principal autoridade policial, coordenar as tarefas de policiamento (BATTIBUGLI, 2006: 35). Ao mesmo tempo em que precisava coordenar o policiamento ostensivo, a Polícia Civil ficava encarregada de inúmeras missões, como: autuar em flagrante, efetuar buscas e apreensões, controlar e investigar a conduta política de organizações civis e militares, partidos e personalidades políticas, organizar e administrar arquivos policiais, fiscalizar hotéis e pensões, casas de jogos, prestar serviço de identificação, controle sobre empregados domésticos, menores infratores, prostitutas, mendigos, assistência social (BATTIBUGLI, 2006: 39). Com as delegacias especializadas em costumes, menores, vadiagens, assistência social aos desajustados, cabia aos policiais civis a missão de zelar pelos padrões morais e prestar serviços sociais.

O patrulhamento territorial e ostensivo, responsabilidade dividida entre as Guardas Civis e Força Pública, coordenada pelos civis, ficava em segundo

plano. As periferias em formação ficavam praticamente de fora dos programas de policiamento da cidade. Em 1956, o policiamento diurno e noturno da capital foi dividido em áreas de competência da Guarda Civil e da Força Pública. A área de responsabilidade da Guarda era maior e mais populosa do que a da Força Pública, que dividia as obrigações policiais com as militares. Quase todo o efetivo ainda ficava restrito às regiões centrais, esquadrinhada em oito circunscrições, sete delas patrulhadas pela Guarda Civil (Sé, Santa Ifigênia, Consolação, Liberdade, Cambuci, Brás, Pari e Bom Retiro – esta última, sob a responsabilidade da Força Pública). Já os extremos leste e sul de São Paulo, áreas bem mais extensas, mas ainda menos populosas, ficavam sob responsabilidade das circunscrições de Vila Matilde e São Miguel Paulista, na leste; e Santo Amaro, na sul. Em 1959, foram criadas mais 10 circunscrições – três delas estavam voltadas para repartir o lado leste (Belenzinho, Vila Carrão e Itaquera) e três para o sul (Vila Pudente, Congonhas e Sacomã). As periferias, no entanto, vão continuar desassistidas pelos policiais civis e militares ao longo dos anos 1960 e 1970 (BATTIBUGLI, 2006:59).

Nas periferias dos anos 1950, 1960 e 1970, são as camadas mais pobres da sociedade consideradas as mais propensas a comportamentos criminosos, sofrendo inúmeras violações de direitos pela polícia. Paradoxalmente, são as que mais necessitam de seus serviços por não terem acesso às funções mais elementares do Estado, como poder judiciário (BATTIBUGLI, 2006: 15).

Além da ausência do Estado e das condições precárias de infraestrutura nas periferias, no transcorrer dos anos 1980, o aumento da recessão e do desemprego em São Paulo e no Brasil afetam principalmente os bairros mais pobres. No final de 1983, havia na grande São Paulo cerca de um milhão de desempregados, montante que correspondia a 15% da população economicamente ativa (KOWARICK, 2000: 20). O subemprego passa a representar 20% da força de trabalho na RMSP. “A falta de emprego e de uma legislação que respalde o desempregado tornou dramáticas as consequências sociais e psicológicas dos que enfrentavam esse problema: a diminuição drástica dos níveis de consumo, a desorganização familiar e a violência são,

dentre inúmeros outros, alguns acontecimentos que contribuem para deteriorar o cenário da RMSP” (KOWARICK, 2000: 21).

É com esse pano de fundo que cresce nas periferias as irregularidades, ilegalidades ou clandestinidade tolerada, diante de um ordenamento jurídico-institucional que desconhece a realidade socioeconômica dos bairros recém-formados e que nega acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Esse processo político produz nas periferias da RMSP aquilo que Kowarick vai definir como o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000: 50). Essa condição de irregularidade e de subcidadania, segundo o autor, abre espaço para que seja construído no imaginário social o diagnóstico da periculosidade: o morador do cortiço, da favela ou do loteamento clandestino, por residir nesses lugares, fica reduzido à condição de marginal ou de bandido. Conforme o autor, sobre essas modalidades de moradia, o imaginário social constrói um discurso que enxerga esses locais como “focos em que permanecem os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade” (KOWARICK, 2000: 54-55). Começa a se consolidar a imagem social do “bandido”, que amedronta por colocar em risco a vida daqueles que trabalham e cumprem as normas. Mesmo assim, sacrificando-se no dia a dia, estão sujeitos à violência de bandidos que desrespeitam as regras para obter vantagens ilegais mesmo que para isso tenha que tirar a vida de terceiros.

Esse significado subjetivo transforma-se em fatos objetivos e ajuda na construção social da realidade. Servem como justificativa e legitimam a ação dos integrantes da polícia que passam a matar porque supostamente é uma das maneiras de se conseguir controlar esse mundo assustador que se descortina nas periferias. Independentemente das causas da construção da imagem do bandido no imaginário social da metrópole, portanto, os estudos e entrevistas mostram como a figura do bandido se transforma em inimigo, transforma o contexto moral e cria oportunidades para soluções violentas que buscam coibir a ação desses novos inimigos da metrópole industrial. Metodologicamente, é possível identificar no tempo o começo desse processo e detectar seus efeitos a partir do detalhamento das ocorrências e processos do período, além dos números de homicídios em São Paulo. Todos são fatos reveladores das escolhas homicidas.

No debate sobre como o comportamento violento se forma e se reproduz, Caldeira (2000) vai definir a “fala do crime” como aquela que estabelece diferenças no dia-a-dia entre o trabalhador e o bandido. A fala do crime seria todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema. Por serem contagiantes e alimentarem um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, acabam justificando operações e estratégias de segurança que impõem “divisões e distâncias, contrapondo separações, multiplicando regras de evitação, exclusão e restrição de movimentos” (CALDEIRA, 2000: 9).

A fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a um só tempo a violência é combatida e ampliada. É nesses intercâmbios do dia a dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas. A fala do crime é não só expressiva como produtiva. (CALDEIRA, 2000: 27)

O resultado no tempo são ações voltadas para se proteger, escolhas cujos efeitos refletem no dia-a-dia da cidade, inclusive na arquitetura, resultando na construção da “cidade de muros”. Na cidade de muros, a arquitetura busca proteger e segregar, tendo como exemplo shoppings e condomínios fechados, passando pelo excesso de câmeras e seguranças privados. Segundo a autora, o universo do crime oferece imagens que permitem tanto expressar os sentimentos de perda e de decadência social gerado por esses e outros processos, quanto legitimar o tipo de reação que se vem adotando: segurança privada para garantir o isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos. E, finalmente, o homicídio de “bandidos” como meio de administrar a desordem e proteger os “trabalhadores”.

A reordenação do mundo é construída nesse novo contexto se reelaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. O mundo fica dividido de modo simplista entre o bem e o mal e certas categorias sociais acabam sendo criminalizadas. Como diz a autora, em São Paulo, a privatização da segurança assume uma característica mais perversa e preocupante no contexto do amplo descrédito de instituições da ordem – as forças policiais e o sistema judiciário. Porque estes são vistos como

ineficientes e, sobretudo, porque, mesmo sob um regime democrático, a polícia frequentemente age fora dos limites da lei, cometendo abusos e executando suspeitos. Segundo Caldeira, um número crescente de moradores de São Paulo tem optado por serviços de segurança privada e chegam a optar por justiça privada. Essas violações são toleradas pela população, que em várias ocasiões considera alguns direitos de cidadania não importantes e até mesmo censuráveis (CALDEIRA, 2000: 11). É nesse contexto moral que a curva de homicídios vai começar seu movimento de ascensão. Floresce em um contexto em que as instituições de segurança estão despreparadas para enfrentar o crime em uma metrópole em transformação, que serve de morada para uma nova geração urbana em busca de identidade no mundo, onde o consumo é sobrevalorizado. O medo e a “fala do crime” são o combustível que fomenta as soluções individuais para lidar com a desordem, a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados e a limpeza social tendo como principal instrumento o homicídio.

Misse (1999) também vai descrever esse fenômeno no Rio de Janeiro, que ele chama de “sujeição criminal”, processo social em que a incriminação ocorre mesmo antes da ocorrência de um evento criminal. Segundo o autor, nesse processo, que no Rio de Janeiro já dura cerca de meio século aproximadamente, entre os anos 1950 e os dias atuais, há o deslocamento do foco do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso (1999: 49). Essa desigualdade que percorre todo o sistema de crenças a respeito da incriminação no Brasil, e que caracteriza grande parte da “sensibilidade jurídica” em todas as classes sociais, está articulada ao sentimento de insegurança e a uma concepção de incriminação baseada no sujeito. No processo de sujeição criminal, como afirma Misse, a prevalência extralegal é generalizada. Busca-se, primeiramente, o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. “É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um ‘espírito’ que lhe tomou o corpo e a alma” (MISSE, 2008: 380). Esse processo leva o criminoso a perder a liberdade antes de cometer o crime. Dessa forma, identifica-se com o crime e acaba se alienando completamente. Por outro lado,

vai justificar as violências institucionais e as ações em defesa da limpeza social e do extermínio.

Caldeira aponta o aumento da violência como resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo dos conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população (CALDEIRA, 2000: 101). Para Caldeira, o aumento da violência não pode ser explicado por variáveis socioeconômicas e de urbanização, nem por gastos estatais em segurança pública, mas estaria ligado a uma combinação de fatores socioculturais que culminam na apontada deslegitimação do sistema judiciário como mediador de conflitos e na privatização de processos de vinganças. Seria também o principal desafio para completar a consolidação da democracia brasileira (2000: 13). Ela afirma ainda que, para explicar o aumento da violência é preciso entender o contexto sociocultural em que se dá o apoio da população ao uso da violência como forma de punição e repressão ao crime, concepções do corpo que legitimam intervenções violentas, o status dos direitos individuais, a descrença no judiciário e sua capacidade de mediar conflitos, o padrão violento no desempenho da polícia e reações à consolidação do desempenho democrático (2000: 134).

Ao contrário de Caldeira e Misse, esta tese não tenta discutir as características estruturais da sociedade, “as causas das causas” que provocam o comportamento criminal e violento, tipo de discussão que distanciaria as investigações do objeto principal: as escolhas homicidas e os mecanismos de indução e retração dessas escolhas. Em todo o caso, ao identificar e explicar a existência da “fala do crime” como reprodutora da violência nos anos 1980 e 1990, Caldeira revela dados empíricos fundamentais a serem usados nesta teoria no sentido de compreender as escolhas homicidas e a tolerância a essas ações. Da mesma forma, a discussão sobre a sujeição criminal feita por Misse, voltada para investigações estruturais do autor que não interessam a esta tese, registra no tempo e no espaço a criação do “marginal” carioca em oposição ao “malandro” no final dos anos 1950 no Rio de Janeiro. O autor associa essa

mudança ao processo de formação do esquadrão da morte fluminense, que descreve no trabalho, expondo fatos determinantes para explicar as escolhas e o mecanismo de crescimento dos homicídios. Apesar das análises culturalistas investigarem aspectos diversos dos buscados por esta tese, seus achados empíricos são importantes para reforçar a validade dos dados encontrados por este trabalho no decorrer da pesquisa. O mesmo vai se repetir nas análises feitas por Pinheiro (1979; 1982; 1991a;1991b) a respeito da violência policial, bastante usadas neste trabalho. Se o olhar do autor para os dados buscam analisar o processo de democratização e as consequências nas polícias do Regime Militar, este trabalho investiga as escolhas feitas por integrantes da instituição e os efeitos dessas escolhas no cotidiano do bairro em relação à dinâmica da violência. Por esse motivo, apesar de serem abordagens diferentes, com interesses em objetos distintos, partem dos mesmos dados empíricos e testemunham a mesma realidade vigente na RMSP.

4.1) O começo dos homicídios – o esquadrão da morte e a moral do extermínio

O policiamento pode ser definido como um aspecto particular do processo de controle social, exercido pelo patrulhamento do espaço público. É a tentativa de manter a segurança e a ordem social por meio de vigilância e da ameaça de sanção, seja formal (multa, apreensão, apreensão, detenção), ou informal (aconselhamento, repreensão, intimidação, ameaça) (REINER, 2004: 20-22; BATTIBUGLI, 2006; BAYLEY, 1994: 34). O monopólio estatal do uso da força pode ser utilizado tanto para proteger como para ameaçar e cometer ilegalidades, o que consiste num instrumento social perigoso caso não seja controlado pelo sistema judiciário e pela sociedade civil, porque a instituição policial carrega forte tendência a ser *non-accountable*, ou seja, não ser responsabilizada perante o Estado e a sociedade (BATTIBUGLI, 2006). Durante o Regime Militar, em meados dos anos 1960, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a situação se agrava quando os policiais civis começam a praticar homicídios supostamente como forma de controlar o crime nos chamados esquadrões da morte.

Em São Paulo, entre 1946 e 1964, a Polícia Civil era a instituição policial com mais poderes e atribuições. Organizava o policiamento das ruas, de reuniões públicas, espetáculos, trânsito, fiscalizava porte de armas, autuava em flagrante e instaurava inquéritos (BATTIBUGLI, 2006: 39). Podia prender para averiguações por meses, sem que houvesse necessidade de registros. Tamanho poder também ampliava as oportunidades para desmandos, violência e corrupção, temas recorrentes desde sempre nas crônicas policiais, apesar dos crimes ocorrerem em escala menor à que São Paulo viria testemunhar anos depois. Em abril de 1949, o jornal *A Noite* já criticava os métodos de “policiais boçais, sádicos para arrancar a confissão de um delinquente, substituindo a argúcia pela borracha e a habilidade pela tortura”, como as pontas de charuto acesas, surras de chicotes de arames, choques elétricos e espancamentos, denúncias publicadas pelo jornal depois da visita de um juiz corregedor ao Departamento de Investigações (BATTIBUGLI, 2006: 23). Em 1961, a imprensa paulista analisou a cultura da Polícia Civil, apontando a Secretaria de Segurança Pública como inapta para controlar a polícia e conter as ilegalidades cometidas:

Os secretários são homens do governador (...) que chegam e partem de acordo com as conveniências da política (e) (...) não tomam pé do cargo. Militam na superfície apoiados por delegados, muitos dos quais pertencentes ao grupo que realmente dirige a polícia. Explicam-se assim, certos fatos estranhos: em meio a autoridades de exemplar conduta, subsistem impunemente indivíduos da pior espécie. Não estamos exagerando. Os exploradores de mulheres da Delegacia de Costumes são conhecidos e não são incomodados. Os arrecadadores de dinheiros dos banqueiros e cambistas do jogo do bicho não são arrecadados da Delegacia de Jogos. Os associados de certos ladrões, com seus dedos carregados de anéis de brilhantes, permanecem firmes na delegacia de furtos e roubos. Frequentemente desenvolvem-se movimentos de reação. Nessas ocasiões os jornais fazem escândalos e registram-se remoções e sindicâncias. Contudo, longe de ser extirpada a praga, expande suas raízes. E tudo logo depois volta à situação anterior, até que a rotina seja quebrada por algum fato que novamente agite a opinião pública... (O Estado de S. Paulo, 5 de agosto de 1961: In BATTIBUGLI, 2006: 64).

Nesse contexto de falta de controles institucionais, depois do golpe militar, em 1968, o esquadrão da morte surge como o primeiro grupo cujos

integrantes expressam claramente o objetivo de colocar em prática a solução da limpeza social e do extermínio de bandidos, dando entrevistas aos jornais, sem revelar suas identidades, justificando os homicídios como forma de coibir a ação dos ladrões e de mostrar produtividade para a população acuada com o crescimento dos crimes. Na opinião de Bicudo (2002: XVII), eles eram integrantes da Polícia Civil que viam crescer a projeção da antiga Força Pública que se fortalecia com o golpe de 1964, ameaçando absorver a corporação dos policiais civis. Em resposta, liderados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, investigadores e delegados se juntam para praticar homicídios em reação ao crescimento da criminalidade do final dos anos 1960 (SOUZA, 2000; BICUDO, 2002). Os integrantes do esquadrão da morte, portanto, funcionários que deveriam atuar no sentido de garantir o cumprimento da lei, passam a praticar homicídios com o suposto objetivo de coibir a ação dos bandidos. Dentro das próprias instituições de segurança, a partir de uma ideia não original, o homicídio deixa de ser visto como um crime para ser usado como instrumento de controle. Não são práticas novas, mas a diferença é que são reinventadas e aplicadas diante de um novo contexto moral, seguindo técnicas específicas. Informantes do Presídio Tiradentes são torturados para passar informações aos integrantes do esquadrão sobre aqueles que devem morrer. A ironia é que os mesmos policiais que iniciam o esquadrão já eram envolvidos com a corrupção e com a criminalidade. Se muitos alegavam matar em defesa da sociedade, buscavam, na verdade, obter vantagens no mundo do crime (SOUZA, 2000: 95-97).

Nos estudos sobre a violência no Rio de Janeiro, Misse (2008: 375) já havia situado o início da violência urbana brasileira com o período em que surgiram os primeiros grupos de esquadrões da morte na cidade, em meados dos anos 1950. Segundo o autor, esses grupos marcam o surgimento de uma forma de resolução de problemas, o que não significa que os esquadrões sejam a causa da violência, mas indica o início de um processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro, que depois se espalha para outras grandes cidades brasileiras. Como vai lembrar Misse (2008: 375), até meados dos anos 1950, os crimes mais comuns, aqueles que produziam maior volume de condenações, eram as contravenções penais e os crimes de menor

gravidade, como brigas com ferimentos leves, pequenos furtos, estelionato, atos que não envolviam necessariamente violência como também, por exemplo, a sedução, o adultério, o lenocínio. Os crimes violentos, como o homicídio, segundo o autor, eram principalmente os crimes de paixão, algumas vezes acompanhados do suicídio do homicida, crimes em uma sociedade tradicional que começava a se modernizar. Esse era o contexto da capital do país dos anos 1950, semelhante ao existente em São Paulo. Um país hierárquico, tradicional, desigual, mas onde não havia ainda uma demanda forte de igualdade, onde o consumo não era aspecto central, não havia uma pressão por acesso a direitos, nem uma sensibilidade maior para a violência, que já estava ali, mas que ainda não era percebida como um problema. Ficava confinada aos jornais sensacionalistas, lidos apenas pelas classes populares (MISSE, 2008: 376).

Segundo Misse (2008), é exatamente a partir de meados dos anos 1950 que se dá uma mudança lenta, pontual e importante nos padrões da criminalidade em grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Vitória, Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, essa mudança ficou nacionalmente mais visível.

O Rio era a capital do país, ali estavam todos os poderes, ali estavam representados todos os estados do país e ali estava a Rádio Nacional, começavam as transmissões de televisão, ali estavam os grandes veículos de comunicação, de modo que tudo que acontecia no Rio tinha uma enorme repercussão nacional. É nesse período que começam a aparecer, de forma frequente, assaltantes a mão armada. Ganham as notícias os assaltos a postos de gasolina, assaltos a taxistas, arrombamentos e assaltos a residências e a bancos. Ao mesmo tempo, a imprensa compara a cidade à Chicago dos anos 1920, referindo-se à existência do crime organizado no jogo do bicho e no contrabando. É nesse contexto que o chefe de polícia decide criar oficialmente o “Grupo de Diligências Especiais”, comandado por um policial, conhecido como LeCocq, que pertencera à famigerada Polícia Especial da ditadura Vargas. O seu grupo, recrutado do antigo “Esquadrão Motorizado” da Polícia Especial, voltou a utilizar a sigla E.M. e o símbolo da caveira com duas tíbias enlaçadas (sigla e símbolos do antigo “Esquadrão Motorizado”) (MISSE, 2008: 376-377)

Os métodos de limpeza social e de extermínio já começam a ganhar notoriedade no Rio de Janeiro em 1958, com a criação do grupo de diligências

especiais criado pelo general do Exército Amauri Kruehl, sob o comando de Milton LeCoq, recém-transferido do esquadrão motorizado (MISSE, 1999: 191). Na visão de Misse (2008), a autorização dada ao grupo para matar vai decretar a nova fase da criminalidade urbana no Rio de Janeiro. A autorização para matar os “bandidos irrecuperáveis” equivalia, na prática, ao fim dos “malandros”: o esquadrão da morte visava acabar com os “marginais” (MISSE, 1999: 191). O esquadrão da morte fluminense se consolida depois da morte do detetive Milton LeCocq, em 1962, numa troca de tiros com um assaltante de pontos do jogo do bicho. Policiais fluminenses vão criar um grupo chamado “Scuderie LeCocq” para matar “bandidos”: “bandido bom é bandido morto”, disse à imprensa um de seus integrantes, que anos depois seguiria carreira política no Rio utilizando essa frase em sua campanha eleitoral (MISSE, 1999). Como descreve o autor:

A partir de então, cadáveres passam a ser encontrados em lugares ermos da cidade, com vários tiros e um cartaz onde se lê frases como “Menos um ladrão na cidade – assinado: E. M.” Essa expressão passará a ser repetidamente utilizada por outros grupos de matadores, que começam a surgir na cidade com nomes como “Rosa Vermelha”, “Mão Branca” etc. Seguindo a mesma tendência, no final dos anos 60, já em plena ditadura militar, outros grupos surgem na periferia do Rio de Janeiro, em cidades como Nova Iguaçu, criados por comerciantes locais com o apoio de policiais e ex-policiais, com a aberta finalidade de “caçar” ladrões e bandidos locais e eliminá-los. (MISSE, 2008: 377).

Na mesma época, na Baixada Fluminense, entre o final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, começam a ser noticiadas iniciativas organizadas e incipientes que usavam a violência em defesa da ordem. O chamado “grande saque” de 5 de julho de 1962, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, com 42 mortos, 700 feridos e dois mil estabelecimentos atingidos, colocou em xeque a capacidade do Estado em manter a ordem local. O governador do Rio, Carlos Janotti, se recusou a fornecer policiais para serem equipados pelos comerciantes da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias. O resultado foi o rápido crescimento dos aparatos para-oficiais de segurança, que durante a ditadura militar, iniciariam parcerias próximas com esses grupos, personificados na figura de Tenório Cavalcante, conhecido como o homem da

capa preta (SOUZA ALVES, 1998: 97). Na cidade de Duque de Caxias, ganharia fama nacional por ostentar uma metralhadora em suas roupas negras e jactar-se de ser um justiceiro contra os ladrões de todos os tipos. Em 1960, é candidato a governador e deputado federal bem votado nos anos seguintes, tornando-se uma figura quase lendária na sua região.

Se os grandes fluxos de migrantes das zonas rurais brasileiras começam a transformar os territórios das grandes cidades desde os anos 1940, intensificando-se nas décadas seguintes, retrospectivamente, em São Paulo, só a partir dos anos 1960 e das intervenções dos esquadrões da morte é possível perceber transformações que seriam determinantes para o futuro da RMSP. É quando a prática da violência policial, por meio dos homicídios, se torna uma estratégia de controle do crime tolerada pelas instituições. Em outras palavras, a crença na eficácia da limpeza social e do extermínio, que se baseiam no contexto do período, com crimes em ascensão e a população acuada e com medo de morrer nas mãos de bandidos, respaldam a ação dos policiais e a tolerância da sociedade às práticas violentas.

Em 23 de abril de 1969, a revista *Veja* tratava do tema esquadrão da morte e descrevia a escalada de crimes na cidade de São Paulo. O furto – qualificado ou não, que inclui “arrombamento de casa”, como a revista esclarece – subiu de 1.000 para 1.700; o roubo – incluindo assalto à mão armada – pulou de 150 para 400. Já os homicídios dolosos (inclusive latrocínios) subiram de 280 para 350. Associada ao crescimento dos crimes havia uma polícia despreparada, que passa a usar a violência para tentar dar resposta às taxas criminais em ascensão. A revista citava uma nota da Secretaria de Segurança paulista em que admitia a dificuldade para dar uma resposta a esse crescimento de crimes. Como escreve a revista, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo declarou em nota oficial: “É fato notório que o serviço policial não acompanhou o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado”. Os crimes em São Paulo, apesar de ocorrerem em escala praticamente artesanal se comparados aos dias de hoje, repercutiam nos jornais, que cobram respostas das autoridades. São publicações fortemente voltadas aos temas policiais, caso do *Diário da Noite*, cuja editoria de policial tinha 20 setoristas, número maior do que a redação policial de qualquer grande

jornal de hoje⁸. É nesse contexto que a solução via homicídios começa a ser arquitetada e a ganhar forma e adeptos que se solidarizam em torno da causa.

O modelo do esquadrão da morte criado na capital do Brasil, ainda nos anos 1950, é depois adaptado ao contexto paulista. O esquadrão da morte do Rio de Janeiro torna-se uma referência fundamental para a criação do esquadrão da morte paulista. No final dos anos 1960, antes do esquadrão começar a agir em São Paulo, policiais paulistas viajam ao Rio de Janeiro para conversar com os grupos de policiais que se notabilizam pelo uso da violência. Essas viagens e conversas são retratadas na imprensa do período (SOUZA, 2000)⁹.

A partir da liderança do investigador de polícia e depois delegado Sérgio Paranhos Fleury, e com a parceria de investigadores como Astorige Corrêa, entre outros, contando com a tolerância do governador e do secretário de Segurança do Estado, inicia-se a prática dos homicídios e do método de limpeza social. As pessoas executadas estão no recolhimento do Presídio Tiradentes, que funcionava naquela época como lugar de custódia dos “presos correccionais”, que eram detidos para averiguações sem necessariamente terem assinados notas de culpa ou terem sido presos em flagrante. Do recolhimento do Tiradentes viriam a maior parte das vítimas de execuções do Esquadrão da Morte, que depois eram desovadas nas estradas do Estado. As estimativas sobre as pessoas mortas na mão do esquadrão da morte em São Paulo variam de centenas a duas mil. Foram indiciadas 30 pessoas em 8 processos, entre delegados, investigadores e outros funcionários da polícia (BICUDO, 2002).

Em 2005, Astorige Corrêa publica o livro *Correinha, Caçador de Bandidos, Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte*, onde descreve parcialmente fatos ocorridos no período e fala sobre suas convicções a respeito das práticas do esquadrão. Correinha foi um dos integrantes mais atuantes e importantes do esquadrão. Sobre os “bandidos”, ele escreve: “quem nasce com a tendência de delinquir, vai delinquir sempre, sem que haja qualquer terapia

⁸ Entrevista com o jornalista Percival de Souza, feita em março de 2012.

⁹ Entrevistas com Percival de Souza e integrante do esquadrão da morte no período (que pediu para não ser identificado) confirmam essa informação.

de recuperação” (CORRÊA, 2005: 22). Essa era uma ideia que ele compartilhava com outras pessoas que se sentiam inseguras com o aparente crescimento da violência urbana, divulgada diariamente nos jornais da época, que acabava servindo como argumento para justificar a limpeza social. Em pesquisa da Marplan encomendada pela revista *Veja* em 29 de julho de 1970 (pág. 30), para São Paulo e o antigo Estado da Guanabara, na qual foram ouvidas 210 pessoas, 60% dos paulistas se disseram favoráveis à ação do esquadrão da morte. Daqueles que apoiavam o grupo, 49% em São Paulo afirmavam que as pessoas eliminadas eram irrecuperáveis. O governador Abreu Sodré, defende publicamente as táticas de violência policial:

“Isso [*suposto mito da existência do Esquadrão da Morte*] pode ser até tática policial, para criar clima, porque você não cria paz apenas com revólver. Você cria paz com clima de temor, porque um marginal, o criminoso, é um homem que se ele não sentir que existe uma polícia disposta a enfrentá-lo, a ousadia dele não tem limites. Pois ele é um anormal. Então, o que precisa fazer é criar um clima de quem cometer crimes, ele vai ser preso e quem reagir terá alguém para enfrentá-lo.” (BICUDO, 1978, apud MAIA, 2006: 238)

Na São Paulo dos anos 1960, as notícias sobre o surgimento do esquadrão da morte começaram a aparecer com mais frequência a partir de novembro de 1968. Como conta em entrevista o jornalista Percival de Souza, repórter que testemunhou diversos acontecimentos no período, como repórter do *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, os próprios investigadores relatavam para setoristas da imprensa os planos e a forma do grupo agir. A informação era dada sob a condição de que os nomes dos criminosos fossem mantidos no anonimato. Mas eles explicavam porque as mortes seriam praticadas e chegavam a ser acompanhadas pelos jornalistas durante as caçadas que faziam aos bandidos procurados. O próprio Souza foi de carona com policiais que acabaram executando o acusado de matar um delegado e a esposa em Taquarituba, em 1969 (CORRÊA, 2005). Assim como ocorreu no Rio de Janeiro, a imprensa paulista tinha um papel ambíguo. De um lado, os jornais eram usados como instrumento de divulgação dos crimes do esquadrão, dando espaço ao proselitismo dos investigadores. Conforme os crimes ocorriam, um delegado que se identificava como Lírio Branco, integrante

do grupo de matadores, ligava para os setoristas da imprensa e descrevia onde estavam os chamados “presuntos”, termo que passou a ser usado por integrantes do esquadrão e que eram reproduzidos nos jornais para se referir ao total de mortos encomendados por eles.

O jornalista Afanásio Jazadji, que começou no jornalismo aos 15 anos, em 1965, relata um episódio que ajuda a entender essa ambiguidade da imprensa com as execuções que vinham ocorrendo por parte dos policiais. Segundo conta, numa certa madrugada no começo dos anos 1970, Jazadji atendeu o telefone da sala de imprensa e foi avisado de que haviam quatro corpos na Pista RJ-SP da Dutra, perto de Guararema. “Eu era foca [*apelido daqueles que estão iniciando na carreira de jornalismo*] e deixei de ser foca nesse dia”, conta.

Nessa madrugada o pessoal jogando caixeta, vou deixar de ser foca hoje. Não falei para ninguém. Peguei o fotógrafo e falei ‘vou sozinho’. Com muita dificuldade, de madrugada, encontramos os corpos, fotografamos, na saída falei: ‘pera um pouco. Vou dar o furo. Não vou contar que tem corpos aqui, Mas eles [*informantes da polícia*] vão ligar às cinco [*da manhã*], vão dar o endereço e os outros jornalistas vêm pra cá. Faz o seguinte. Abre o camburão, pegamos os quatro corpos, mudamos o sentido, uns 500 metros, coloca aí. O motorista era o Santana. Os caras foram fazer e não encontraram nada. E fui escrever da redação. Quando eu cheguei o pessoal lá chupando o dedo de porrete me esperando. Daquele dia em diante deixei de ser foca.¹⁰

Os jornalistas policiais sabiam quem eram os integrantes do esquadrão, principais fontes de informação. Para manter o compromisso profissional de não revelar as fontes, no entanto, acabavam tendo que descrever seus crimes e proteger seus autores. Por outro lado, as matérias provocavam também a indignação de parte dos representantes do Estado e da opinião pública. Foram justamente informações sobre as ocorrências e a divulgação dos ideais do esquadrão da morte que ajudaram a causar a reação das instituições penais no sentido de coibir a ação destes policiais. Depois da reação, jornalistas e autoridades passam a sofrer ameaças de morte por causa das investigações e

¹⁰ Entrevista feita em 2008.

processos judiciais. A iniciativa de investigar as mortes parte do então procurador Hélio Bicudo, que também escrevia para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele passa a cobrar atitude das autoridades paulistas diante dos episódios narrados pelos jornais. Em julho de 1970, Bicudo é designado para assumir as investigações sobre o esquadrão, revelando o método e os nomes de autores e vítimas. Nas apurações se descobre como os policiais transformaram o recolhimento do Presídio Tiradentes em antessala das execuções do esquadrão, com requintes de tortura que antecediam a pena de morte.

As instituições só começam a se mexer quase dois anos depois de o esquadrão anunciar e publicar seguidamente seus crimes nos jornais. Ocorre nos anos 1970, quando tem início uma nova onda de homicídios depois da morte de Agostinho Gonçalves de Carvalho, assassinado com um tiro no dia 17 de julho de 1970. O autor seria um jovem de 20 anos chamado Adjovan Nunes, conhecido como Guri, condenado a 1 ano e 3 meses por furto. Guri já havia sido condenado antes por porte de 11 gramas de maconha e estava foragido da prisão. O jornal *Notícias Populares* já havia publicado a respeito:

Sabiam os marginais que a morte de Agostinho seria vingada de forma violenta. Não poderiam deixar passar despercebida a morte trágica e violenta de um agente da lei. Os bandidos mais conhecidos foram procurando abandonar a cidade, para escapar das execuções sumárias. Outros foram sendo presos e levados para as estradas. Em apenas 48 horas, nada menos do que sete corpos de marginais, crivados de balas, foram encontrados. O Esquadrão não para. Marcou 28 homens para morrer. (MAIA, 2006: 244)

Somente no dia 17 de julho de 1970, mesmo dia da morte de Agostinho, o IML recebeu os corpos de oito vítimas de homicídios por arma de fogo, com número elevado de tiros. Bicudo descobriria depois que pelo menos quatro dessas vítimas foram retiradas do Presídio de Tiradentes para serem executadas em Guarulhos (MAIA, 2006: 245). Para obter informações sobre o criminoso, até os pais do suspeito foram torturados. Eles foram presos pelos policiais do esquadrão, sem comunicação oficial ou ordem legal, como relata o juiz Benini Cabral (MAIA, 2006: 254). Guri acabou sendo encontrado em uma mata fechada da antiga Fazenda do Carmo, na zona leste. Os policiais

chegaram ao local, acompanhados de repórteres dos *Diários Associados*. Os jornalistas depois defenderiam os policiais no inquérito aberto para apurar o confronto (MAIA, 2006: 247). Guri foi morto com mais de 100 tiros. Para noticiar a caçada, depois de descrever a perseguição e tiroteio, o jornal *Notícias Populares* concluía a reportagem descrevendo a comunicação da ocorrência pelos autores:

Às 18 horas e 30 minutos, a roufenha voz do homem que se diz ser relações públicas do Esquadrão da Morte, o famoso 'Lírio Branco', telefonou para a sala de imprensa da central de polícia e anunciou: 'Guri foi fuzilado. Vocês poderão encontrar o corpo, crivado de balas, na mata de São Mateus, perto de Itaquera'" (MAIA, 2006: 249).

Mais importante do que a quantidade de mortes cometidas pelo grupo e independentemente das causas de seu surgimento, o importante para esta tese é identificar no tempo o surgimento dos esquadrões da morte, justamente no período em que a curva de homicídios já apresentava tendência de crescimento, movimento que iria se acelerar a partir de metade da década seguinte. Esse acontecimento é fundamental por revelar quando as autoridades responsáveis por garantir o controle da violência passam a usá-la como instrumento de controle. Independentemente dos motivos, fato é que os homicídios surgem e são cometidos pelos policiais e provocam efeitos perversos. Em vez de controlar o crime, com o tempo a moral do extermínio e a técnica dos homicídios vão disseminar as escolhas homicidas pelas periferias de São Paulo. O surgimento dos esquadrões da morte é um momento seminal porque revela o surgimento dessa nova prática urbana. Apesar de serem fenômenos sociais comuns ao Rio de Janeiro e São Paulo, vão produzir resultados diferentes para cada contexto, conforme as escolhas e os caminhos distintos seguidos por personagens e instituições locais. Em ambas as cidades, contudo, quando os bandidos transformam-se no inimigo a ser perseguido e combatido para garantir a segurança, os homicídios aumentam.

4.1.1) A carreira criminal: descontrole individual e institucional dos homicídios

Os efeitos dos homicídios praticados como forma de limpeza social começam a ser sentidos na sociedade e a fugir ao controle das autoridades e dos próprios policiais autores dos homicídios. Ao contrário do que defendiam os apoiadores do esquadrão da morte, o extermínio dos bandidos não reduziu as taxas de crime, nem os homicídios coibiram a iniciativa de integrantes do universo criminal na prática de novos roubos. A escala de crimes contra o patrimônio segue crescendo fortemente, assim como aumenta a violência e as taxas de homicídio. A tolerância aos homicídios, usados como meio de se tentar diminuir o crime, provocava efeitos contrários, contribuindo para o crescimento da desordem, interferindo nas escolhas e trajetórias individuais dos homicidas, que passam a se aproveitar da impunidade para a prática e associação para novos crimes. A tolerância aos homicídios e a autorização para matar acabam criando indivíduos com direitos excepcionais, para serem usados supostamente em defesa da sociedade, mas que acabam voltados para benefícios individuais, relacionados à prática de outros crimes patrimoniais que os favoreçam. A partir do momento em que as instituições passam a ser coniventes ou a tolerar o homicídio de “bandidos”, essas mesmas instituições perdem o controle sobre as escolhas feitas pelos homicidas, produzindo resultados sociais incontroláveis e indesejáveis, com desdobramentos até os dias de hoje. O aval dado pela sociedade para os policiais praticarem homicídios para defender a sociedade de bem, torna-se, na verdade, uma oportunidade para que os homicidas matem em defesa de seus objetivos pessoais, relacionados a atividades criminosas e a ganhos pessoais.

Como mostram depoimentos e relatórios em processos que investigaram os integrantes do grupo, dentro do próprio esquadrão, com o passar do tempo, seus integrantes parecem deixar de obedecer às intenções que supostamente tinham servido para justificar a sua formação. Se os integrantes do Esquadrão da Morte alegam que pretendiam defender as pessoas e os bens da população da cidade eliminando “bandidos”, com o tempo são reveladas informações de que os homicídios favoreciam quadrilhas de traficantes de drogas, prostituição e venda de proteção, a exemplo do que ocorria com as máfias americanas e do que atualmente permanece ocorrendo nas polícias, como veremos mais adiante (SOUZA, 2000; 97; BICUDO, 2002). Boa parte dos integrantes do

Esquadrão da Morte já extorquia e ajudava integrantes do universo criminal de São Paulo. Os homicídios, pretensamente usados como profilaxia social, eram destinados a indivíduos que confrontassem os interesses criminais e patrimoniais dos assassinos, que também eram policiais. Essa relação dos integrantes do Esquadrão da Morte com o universo criminal precipitou o fim do grupo, apesar de suas práticas e ideias permanecerem e serem reinventadas em outros contextos e grupos, como o dos policiais militares.

O delegado Sérgio Paranhos Fleury, que já havia sido apontado como mentor do esquadrão da morte paulista em diferentes ocasiões entre 1968 e 1970, começa a ver os homicídios cometidos pelo grupo ameaçarem sua carreira e liberdade. Um desses homicídios, que vitimou Antônio de Souza Campos, conhecido como Nego Sete, em 23 de novembro de 1968, em Guarulhos, é fundamental para o destino do grupo e do delegado. Nego Sete foi um dos mortos na cidade de Guarulhos em represália ao homicídio do investigador Davi Parré. A polícia acusou Sponga, conhecido traficante de drogas da zona norte, pela autoria da morte de Parré, e Nego Sete seria seu comparsa. A morte de Parré marcaria o início oficial do Esquadrão da Morte, em novembro de 1968, pelo menos para a imprensa paulista. É quando Correinha assume no enterro a vingança, chamando a atenção dos jornalistas, que passam a contabilizar os “bandidos” mortos.

Quando o Ministério Público Estadual iniciou o processo de depuração dos casos do Esquadrão, apesar da pressão para cercear as investigações, os trabalhos avançaram e chegaram a ameaçar o delegado Fleury. O padre Geraldo Manzeroll, que morava na zona leste de São Paulo, testemunhou ao juiz corregedor da época, Nelson Fonseca, ter visto o delegado Fleury aguardando Nego Sete em uma tocaia. Nego Sete, parceiro de Sponga (apontado como alvo principal do esquadrão por ser o autor do crime contra Parré), seria assassinado em seguida. Manzeroll tirou uma foto de Fleury com o braço quebrado momentos antes do homicídio. Dias depois da denúncia, o padre que testemunhou a tocaia foi arremessado de cima da igreja onde trabalhava por Ademar Augusto de Oliveira, o Fininho, integrante do esquadrão da morte e subordinado de Fleury na polícia. Entrou em coma e acabou sendo transferido para o Canadá, de onde havia vindo. O mesmo Fininho que era

visto no Bar do Moraes, no centro de São Paulo, com um chaveiro feito com a orelha de uma das vítimas do esquadrão da morte, sem receio de relatar aos jornalistas policiais a respeito dos crimes que ele praticava. São ocorrências publicadas na imprensa da época, que pressionam a cúpula da Segurança Pública e os acusados.

Na concepção deles [*policiais da época*], havia o esquadrão da morte do bem, que fazia a limpeza legalizada. Quando começaram a aparecer os corpos, grupos de maus policiais, alguns passaram a se autointitular esquadrão. Chegavam no traficante de maconha, cocaína, que mal se ouvira falar, Zezinho da Vila Maria, Pai Chico da Vila Carrão, olha, fulano de tal pagou 50 pra te matar, eu pago 100 pra vocês matarem ele. Pegava dos dois e matava os dois. Aí saiu do controle. Quem é do esquadrão efetivamente não fala. Teve gente que matou, arrancou orelha, fez chaveirinho. No bar do Moisés, na Duque de Caxias, bar mais frequentado por polícia, traficante prostituta e jornalista, tinha cara tomando pico em cima do balcão. O Fininho, Ademar Augusto de Oliveira, matou um cara arrancou a orelha fez chaveiro. Depois mandou embalsamar. Eles chegavam com um corpo dentro do Simca Chambord¹¹.

Conforme as apurações sobre os crimes praticados pelo esquadrão avançavam, descobria-se como os integrantes do grupo, que justificavam em entrevistas e em conversas privadas seus atos como homicídios cometidos em defesa da sociedade, passaram a se associar a traficantes, aproveitando-se da impunidade. Mortes banais e imprevistas também passaram a ocorrer, como o homicídio em 1970 do barbeiro Maurício Franco, que trabalhava no Departamento de Investigações Criminais (Deic) da Polícia Civil, praticado por Fininho. O delegado encarregado de investigar o caso foi ameaçado de morte por integrantes do esquadrão (SOUZA, 2000: 95). Em relatório da Comissão Especial de Investigação, criada durante o Regime Militar para investigar policiais, foi descoberta uma tabela de distribuição de propinas de acordo com delegacias da cidade. Nas investigações, foi apurado que os policiais mataram traficantes rivais em apoio ao principal fornecedor de drogas de São Paulo. O relatório apontava:

¹¹ Entrevista gravada de Afanásio Jazadji em 2008.

Com efeito, além de quase todos serem viciados em entorpecentes, tais policiais fazem escorreta repressão a outros traficantes. Dos entorpecentes apreendidos, somente uma pequena parte é apresentada à autoridade policial para a lavratura do flagrante. O restante é encaminhado à rede de traficantes de Juca e Miroca para ser vendido, alcançando tais policiais gordos lucros (SOUZA, 2000; 95-97).

Havia até uma tabela com o valor pago para que os policiais não interferissem no tráfico de drogas. Juca e Miroca se desentenderam e os policiais tomaram partido do primeiro, dando-lhe proteção e exterminando os parceiros do segundo. Entre os principais acusados de corrupção, quatro homens pertenciam à equipe do delegado Fleury (SOUZA, 2000: 98 e 99).

É difícil saber, portanto, se os integrantes do esquadrão, que faziam parte da estrutura corrompida da Polícia Civil, passaram a matar para aumentar seus lucros no crime ou se realmente tinham alguma ilusão de que os homicídios de fato diminuíssem o crime na sociedade. O fato, porém, é que a tolerância aos homicídios acaba concedendo aos indivíduos desses grupos tamanho grau de poder que inevitavelmente era usado para os propósitos pessoais do assassino. Essa trajetória individual do homicida se repetirá nas diferentes carreiras criminais, que os autores de homicídios podem seguir como policiais militares, justiceiros ou criminosos comuns. Uma pretensa vingança e um contexto emocional indutor de escolhas violentas são usados recorrentemente para justificar a decisão inicial dos matadores; no caso dos justiceiros, a vingança de estupros a familiares são justificativas para o ingresso na carreira. Depois do ingresso, a trajetória de violência induz a novas mortes, cujas justificativas deixam de representar o interesse coletivo para se voltar aos interesses pessoais. É um caminho praticamente certo, já que o assassino passa a ser caçado e suas decisões tornam-se escolhas que o permitam sobreviver. No caso do esquadrão paulista, no entanto, o grupo perde força com a transferência de algumas de suas principais lideranças, a pressão da Justiça e o surgimento de um novo inimigo interno a ser exterminados: os comunistas.

Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o início do combate aos grupos de guerrilha urbana, as prioridades da polícia paulista se invertem.

Fleury, apontado como líder informal do esquadrão da morte paulista, passa a ser figura-chave na repressão política ao longo dos anos 1970 como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), usando os mesmos métodos truculentos e violentos para encontrar suspeitos e chegar a quem buscava. Conforme aumenta os focos guerrilheiros e os atentados políticos nas cidades, os bandidos comuns são praticamente esquecidos como inimigos preferenciais para serem momentaneamente substituídos pelos “comunistas”. Os atentados a bombas, roubos a banco, sequestros e homicídios cometidos pelos grupos guerrilheiros passam a crescer e a mobilizar toda a atenção das estruturas policiais principalmente a partir do começo dos anos 1970. Fleury ganhou prestígio durante o Regime Militar em operações como a busca e morte de Carlos Marighella, em 1969, a morte de seu sucessor, Joaquim Câmara Ferreira, em 1970, e na caçada a Carlos Lamarca, que seria morto no sertão da Bahia em 1971.

A pressão das autoridades e da imprensa, portanto, juntamente com a mudança de foco das autoridades, contribuiu para que o Esquadrão da Morte da Polícia Civil fique fragilizado. Os processos são quase todos arquivados, sem condenação dos envolvidos em posto hierárquico elevado. Foram apenas seis condenações entre 35 policiais acusados, sendo todos investigadores, nenhum delegado. Apesar disso, os processos levaram à expulsão ou afastamento dos principais integrantes do grupo, principalmente por causa das denúncias de envolvimento com o crime comum e o tráfico de drogas. Apesar de os processos terem avançado com lentidão, o delegado Fleury chegou a ser denunciado e preso preventivamente. Para tirar o delegado da cadeia, em 1973, o Governo Federal fez passar uma reforma em dispositivos do Código de Processo Penal que permitiu aos réus pronunciados em homicídio, sob certas condições, de aguardarem o julgamento em liberdade. A lei foi feita sob medida para tirar da prisão o delegado Fleury, que havia sido pronunciado por acórdão unânime da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça e que, por isso, encontrava-se recolhido ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (BICUDO, 2000: 88).

No período em que a luta antiguerrilha vive seu apogeu, nos primeiros cinco anos dos 1970, as taxas de homicídios variam pouco, chegando em 1975

com números semelhantes aos de dez anos atrás, na casa de 8 homicídios por 100 mil habitantes. O Esquadrão da Morte, portanto, não pode ser apontado como responsável direto pelo crescimento dos homicídios. A formação desses grupos de matadores, contudo, marca o começo da epidemia de homicídios em um momento em que a ideia do homicídio e da limpeza social começa a se desenvolver e a ser colocada em prática dentro das instituições de segurança do Estado, contaminando sua atuação no controle das mortes. Se os homicídios se estabilizam durante a luta contra a guerrilha, os números voltam a crescer exponencialmente conforme os “bandidos” tornam-se novamente alvos da atenção policial, a partir da segunda metade dos anos 1970. Nessa fase, os métodos são reinventados a partir dos trabalhos ostensivos de patrulhamento territorial feito pelos policiais militares. Não são mais os “bandidos” que estavam detidos em presídios que serão mortos e jogados nas estradas pelos policiais, como havia ocorrido nos anos 1960. As vítimas dos policiais militares serão os moradores suspeitos que vivem nos territórios onde eles estão encarregados de patrulhar. As supostas resistências seguidas de morte, homicídios praticados supostamente em legítima defesa pelos policiais, que começaram a ser forjados durante a guerrilha urbana, será o método mais usado para simular os homicídios dos suspeitos.

4.2) Policiais militares – homicídio nos territórios

Em julho de 1969, para lidar com o desafio do combate à guerrilha e à luta armada em território nacional e paulista, em resposta ao desempenho insatisfatório das polícias civis na coordenação do patrulhamento ostensivo, o golpe militar de 1964 vai determinar que a Polícia Militar fique subordinada ao Estado Maior do Exército, que passa a coordenar e a controlar as polícias. Nesse ano, Decreto-Lei nº 667 junta a Guarda Civil e a Força Pública para a criação da Polícia Militar em todo o território nacional. O cargo de inspetor geral das Polícias Militares passa a ser desempenhado por um general de brigada, em serviço ativo, e não mais pelo delegado. A centralização das polícias militares, com sua subordinação ao Exército, como afirma Bicudo, foi uma decisão diretamente ligada às dificuldades das Polícias Civis em lidarem com

as tarefas impostas pela consolidação do regime autoritário, bem como ao desempenho das antigas forças policiais estaduais – Forças Públicas ou Brigadas – na luta armada posta em cena por alguns setores da oposição (BICUDO, 2000: 94). A nomeação dos secretários de segurança de cada estado, responsáveis pelo controle das polícias estaduais, também seria aprovada pelo Governo Militar. As forças de segurança paulistas passam a integrar o time do Governo Federal na luta contra a subversão.

O Governo Federal monta um aparato de inteligência e de repressão em alto nível para enfrentar as ameaças de grupos políticos contra o regime, no momento mais crítico e violento do Regime Militar. Os policiais civis do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passam a atuar intensamente na repressão, em especial o delegado Sérgio Paranhos Fleury, ex-chefe do Esquadrão da Morte. A Operação Bandeirantes (Oban) é criada em 1969, um ano antes da do Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamentos de Operações de Informações (DOI-CODI), que em 1970 segue seu modelo organizacional. Fazem parte dos quadros da Operação Bandeirantes e depois do DOI-CODI integrantes das três Forças Armadas, DOPS, da Polícia Federal, da Polícia Militar e Civil, que respondiam ao comando do Exército, “para combater o terrorismo e a subversão” (JOFFILY, 2008: 32). O brasileiro Alfred Stepan, comparando os regimes militares dos países do cone Sul, concluiu que o Brasil foi o país no qual a organização de inteligência atingiu o “mais alto nível de expansão por via legal, e institucionalização impessoal dentro do aparelho do Estado” (JOFFILY, 2008 14; STEPAN, 1986: 26).

É nesse contexto que se deve compreender como se forjam os métodos de combate ao crime comum, com efeitos principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, mas que já são colocados em prática durante a luta contra a guerrilha. Em 1960, São Paulo tinha taxas de 5,9 homicídios por 100 mil habitantes. Os cinco anos seguintes marcariam o começo da ascensão dos homicídios na cidade, que alcançariam taxas de 7,2 casos por 100 mil em 1965. Entre 1965 e 1970, intervalo em que os integrantes do esquadrão entram em ação, é registrado um aumento importante na taxa de homicídios, que chega a 10,7 casos por 100 mil habitantes. Entre 1970 e 1975, período em que

as forças de segurança se concentram no combate à guerrilha urbana, os homicídios na cidade se mantêm na casa dos 10,7 por 100 mil habitantes (GAWRYSZEWSKI, 2000: 53). É a partir de 1975, quando os homicídios passam a crescer de forma acelerada, que a Polícia Militar também vai começar a atuar de maneira mais violenta nas periferias da RMSP. O papel dos homicídios provocados pela Polícia Militar vai ser determinante no crescimento da violência, como a tese vai demonstrar.

O que acontece em São Paulo, conforme os números e os depoimentos confirmam, são três momentos diferentes, mas interligados. Em 1968, os homicídios praticados como forma de fazer limpeza social são colocados em prática pelos policiais corruptos do esquadrão da morte em São Paulo. Pessoas eram retiradas de dentro dos presídios para serem executadas nas estradas. Esses indivíduos eram pinçados de uma lista de presos, a partir da informação dos colegas detidos. As ações eram sempre praticadas por policiais civis, que não viviam a adrenalina diária dos confrontos do patrulhamento ostensivo. Os critérios para as escolhas estavam muitas vezes relacionados a possíveis benefícios no mercado criminal que a morte da vítima podia garantir ao policial. Em um segundo momento, esses métodos policiais são introduzidos no Governo Federal para o combate à guerrilha urbana. O núcleo de policiais da Oban provinha de um grupo de policiais selecionados entre os duros e violentos integrantes do esquadrão da morte (JOFILLY, 2008: 36). As torturas e a execução dos guerrilheiros, coordenadas pelos militares, também são técnicas que acabam sendo aproveitadas dos métodos dos policiais paulistas. Gaspari, inclusive, aponta como um dos males do Regime Militar a convivência com a bandidagem: “O que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares” (GASPARI, 2002: 67).

Em um terceiro momento, na segunda metade dos anos 1970, quando diminui a tensão política e a disputa contra as guerrilhas já não demandam os mesmos esforços e efetivos, a estrutura da Polícia Militar retoma em São Paulo a luta contra os criminosos comuns. É aquilo que Pinheiro define como “transposição das práticas autoritárias” (PINHEIRO, 1997: 44). Sem qualquer tipo de preparo para a tarefa, usa o homicídio e o extermínio de bandidos

comuns, prática respaldada em ideias surgidas na época do esquadrão, usadas no Regime Militar contra presos políticos e retomadas nos territórios das periferias a partir dos anos 1970. O método de exterminar bandidos é novamente reinventado e readaptado para ser aplicado como meio de controle territorial. Quando alcança integrantes da Polícia Militar, os novos encarregados de patrulhar os territórios das periferias paulista, muda o patamar da violência e os efeitos sociais dos homicídios. Concentrados nas periferias, praticados por policiais ou em parceria com justiceiros locais, os homicídios entram em uma escalada ininterrupta, provocando novas escolhas assassinas em espaços em que as mortes se transformam em uma importante escolha no leque de alternativas local. São os homicídios que vão desestabilizar e transformar o contexto moral e o comportamento dos jovens que vivem nos territórios em que esses crimes ocorrem, disseminando-se pela RMSP graças à capilaridade da organização.

Essa evolução pode ser vista nos números oficiais dos casos de “resistência seguida de morte”, ocorrências em que a polícia mata sob a alegação de ter agido em legítima defesa, depois que o suspeito atirou. Em 1960, apesar da baixa confiabilidade nos registros, Mello Jorge (1979) encontrou um óbito cometido oficialmente pelas forças policiais. Cinco anos depois, em 1965, constavam duas mortes. Em 1970, quando a ditadura militar completava seis anos no poder, as mortes tinham crescido para 28, pulando para 59 em 1975, no auge da repressão (MELLO JORGE, 1979: 195). Maia (2006: 272-273), que investigou os óbitos cometidos por policiais nos jornais e no Tribunal do Júri, chegou a números um pouco diferentes. Em 1960, três pessoas foram mortas pela polícia, e nenhum policial morreu; em 1965, sete cidadãos foram mortos por policiais e quatro policiais morreram. Em 1970, foram registrados 16 civis mortos e 8 policiais; em 1975, são 22 civis e quatro policiais. Nos processos das décadas de 1960 e 1970, enquanto as penas para os que matavam policiais foram duras em mais da metade dos processos analisados (56,75%), raríssimos foram os policiais condenados acusados de matarem civis (4,17%) (MAIA, 2006: 272-273). Nos anos que se seguiram, a violência e os homicídios nas chamadas resistências seguidas de morte se tornariam um traço da cultura da PM em São Paulo. Como aponta Oliveira

Júnior (2006: 3), entre 1981 e 2005, seriam 16.100 pessoas mortas nesses confrontos: 14.216 civis e 1.884 policiais.

Essa escalada começa a crescer nos anos 1980. Em 1981, foram 300 pessoas mortas; no ano seguinte, último do governo de Paulo Maluf, os policiais tinham matado 286 pessoas, sendo que em 1985, durante o governo de Franco Montoro, o total alcançou 583 casos (CALDEIRA, 2000: 161). Em 1991, sob o comando de Luís Antônio Fleury Filho, ano em que ocorreu o massacre do Carandiru, em que 111 presos morreram de uma vez dentro do presídio, e no ano seguinte, as mortes cometidas pela polícia haviam ultrapassado as mil ocorrências, atingindo absurdos 1.140 e 1.470 casos, respectivamente.

O coronel Luiz Eduardo Arruda, comandante do Centro de Altos Estudos da Polícia Militar, ingressou em 1977 na Academia Barro Branco, curso de oficiais da PM, aos 16 anos. Logo que concluiu o curso, foi trabalhar no terceiro Batalhão de Choque. Para ele, o momento político atípico, durante o Regime Militar, favoreceu o sentimento de impunidade, associado ao despreparo policial no combate ao crime comum. Interessado na história da corporação, ele admite a escassez de trabalhos que tratam do tema com olhar crítico. Como oficial, Arruda testemunhou mudanças importantes na trajetória da Polícia Militar nos últimos 30 anos:

Nos anos 1970, havia um forte discurso sobre o aumento da criminalidade, de uma maneira simplista. A instituição era responsável pelo controle da criminalidade, junto com o discurso de que o marginal só entende a língua da força. Isso foi fortemente calcado na instituição policial. Esse fato ainda foi pouco estudado e merece uma melhor compreensão. Houve um momento em que se difundiu que o controle da violência era um problema de polícia de uma maneira simplista. Se o marginal era violento e bruto, nós teríamos que ser mais brutos que o marginal. E aí começa a circular as ideias. Num momento em que a sociedade ainda não sabe lidar com o fenômeno e o crime começa a se aproximar das pessoas, as pessoas passam a achar que bandido bom é bandido morto mesmo. Nos anos 1970, um grupo armado num ato típico de terrorismo assassinou Alberto Mendes Júnior, tenente da PM. A execução (*sob as ordens de Carlos Lamarca*) foi desnecessária, infundada, mediante prática de sofrimento (...) Ficou evidente que a polícia não estava preparada para a luta assimétrica. Nota-se um evidente pavor das forças de segurança em face de uma luta atípica movida por ideologia e que muitos membros da instituição participam desse grupo. Nesse

momento, o Estado se aparelhou para uma repressão feroz. Imprensa censurada, IML fazendo parte da máquina repressiva, num período em que os mecanismos de controle social da prática de violência eram mais frágeis. Terminado esse momento, toda uma geração precisava aprender a trabalhar. Para muitos, o policial é a única figura visível e acaba tornando-se caixa de ressonância da sociedade. Comerciantes que foram assaltados 30 ou 40 vezes vão falar com ele. O stress é imenso. Um adolescente armado entra no comércio e você não saber o que vai fazer. Isso ninguém consegue mensurar. Para o comerciante, ele não entende que o PM prendeu o adolescente e que a legislação estabelece restrição de liberdade limitada. Fala: a culpa é sua. O PM tem que ter estrutura emocional forte. Caso contrário... Não adianta. Ele pensa: se eu exterminar é melhor¹².

Atuando no combate ao crime nos vastos territórios das periferias, sem técnica, sem pessoal e equipamentos suficientes para a tarefa, a prática do homicídio como meio de limpeza social é reinventada como método para ser aplicado em larga escala, iniciando a espiral de violência que vai marcar esses territórios nas décadas que se seguem. As Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), criadas em outubro de 1970 para reprimir as ações guerrilheiras de assaltos a bancos, vai ser a referência principal dessa cultura da violência dos militares e do enfrentamento no combate ao crime comum. O modelo segue as patrulhas motorizadas da Polícia Civil, instituídas inicialmente em 1958 e 1959, conhecidas pelas ações violentas e um dos berços do esquadrão da morte (HUGGINS, 1998: 158). No Rio de Janeiro, o uso das iniciais E.M. de esquadrão da morte pelos policiais era justificado como iniciais do grupo do esquadrão motorizado. O delegado Fleury também havia trabalhado na Ronda Noturna Especial (Rone) antes de liderar o esquadrão.

A Rota é criada principalmente com o objetivo de reprimir ações terroristas e os assaltos às instituições bancárias. Como vai descrever Pinheiro (1982), depois que a dissidência armada é dizimada, no entanto, esses grupos de choque perdem a motivação que havia presidido a sua constituição e se voltam para o combate à criminalidade comum. “Aos métodos convencionais de maus-tratos e de tortura, as PMs conservam o poder de abater os inimigos sem riscos penais. O inimigo não é mais o terrorista, mas o criminoso comum

¹² Entrevista feita em 2007.

infiltrado no povão. A lei para a PM no confronto com o crime continua sendo um enorme estorvo” (PINHEIRO, 1982: 60). Entre os maiores matadores da PM nos anos 1970 e 1980, Barcellos encontra dois sargentos colaboradores da Operação Bandeirantes, que depois vão trabalhar na Rota. A maioria dos matadores desse período da Polícia Militar, aliás, vai se concentrar no 1º Batalhão, do qual a Rota faz parte (BARCELLOS, 1992: 69-70). Como informa Paulo Sérgio Pinheiro, até novembro de 1980, a Rota, uma unidade com 720 homens, havia matado 110 pessoas. De janeiro a setembro de 1981, a Rota matou 129 pessoas. (PINHEIRO, 1992: 63).

Os matadores da PM herdaram os métodos do passado. Vencida a guerra contra a guerrilha, passaram a usar os mesmos métodos contra suspeitos de crime comum. (Nilton) Filó, que combatia guerrilheiros, aparece três vezes envolvido em tiroteios que resultaram na morte de cinco pessoas. Na morte de Rodolfo Ferreira, que é metralhado por policiais, ele afirma ter escorregado na lama ao efetuar a prisão do suspeito, momento em que a metralhadora dispara acidentalmente (BARCELLOS, 1992: 72).

A implantação do Regime Militar no Brasil em 1964 acaba contribuindo, portanto, para subverter as tradicionais garantias ao cidadão que o aparelho policial na legalidade democrática é obrigado a respeitar. Os princípios do direito, as garantias dos cidadãos, acabam sendo suspensas como empecilhos à eficiência do aparelho militar na guerra contra a subversão. Em 1977, a Emenda Constitucional nº 7, conhecida como o pacote de abril, assegura às polícias militares uma justiça interna corporis, que dá a essas corporações plenas condições de construir e implementar suas próprias leis. É essa a visão que prevalece na guerra contra o crime. A política deliberada de exterminar criminosos contava com a proteção das autoridades do executivo e com a impunidade assegurada pelo judiciário. Não havia nenhum controle sobre as armas utilizadas pelas PMs. As armas em retiradas em lotes impedindo a possibilidade de averiguar quem usou que armas e em quais circunstâncias. Os PMs têm a certeza de que não precisarão prestar conta caso alguma acusação seja feita contra eles. Como afirma Pinheiro: “A consequência imediata destas guerras, ao contrário da dissuasão da criminalidade, é o

aumento da escalada da violência e no crime e na repressão, com o agravante das tendências ao vigilantismo, ao enquadramento autoritário da sociedade e ao aumento do número de mortes” (1982: 61).

Para descrever o processo de inovações, Pierson (2004) usa a metáfora de uma árvore, cujo tronco se desdobra em diversos galhos, que incrementam os anteriores, mas a eles estão sempre ligados (PINC, 2011: 62). Essa transposição de práticas ocorre no processo de violência institucional e das técnicas de praticar homicídios como forma de limpeza social em São Paulo. São inventadas e introduzidas pela Polícia Civil nas instituições paulistas em 1968, via Esquadrão da Morte; depois são aperfeiçoadas durante o Governo Militar nas lutas contra a guerrilha, com o respaldo do Exército e do Governo Federal; ressurgem no patrulhamento dos bairros de periferia na segunda metade dos anos 1970, diante de uma sociedade absolutamente tolerante a essas práticas violentas. A violência, os homicídios e o enfrentamento, assim, passam a fazer parte da essência da cultura cotidiana dos policiais militares, como explicam em entrevistas os policiais acusados de homicídio. É uma cultura formada por práticas, estratégias, astúcias, discursos presentes na instituição, não veiculados como parte efetiva da cultura da Polícia, mas vitais para a compreensão do funcionamento dela (BATTIBUGLI, 2006: 63).

Floresce em um contexto de baixo controle interno da prática da violência, em que se acredita na eficácia do método do homicídio de bandidos para se resolver o complexo desafio da criminalidade urbana. Torna-se parte da cultura policial do dia a dia, totalmente diversa da que é ensinada nas academias, apresentada como conhecimento real, segredo profissional do policial, que realmente deve ser praticado, diariamente, nas ruas para sobreviver e conquistar respeito dos pares. Muitas regras formais do trabalho policial são ignoradas ou superadas por regras informais de ação, que podem resultar em condutas ilegais. (REINER, 2004: 134, 245-246; BITTNER, 1990: 193-194). Os efeitos são sentidos nos territórios das periferias onde esses crimes se concentram, com desdobramentos que permanecem ao longo das décadas seguintes.

4.2.1) A carreira do policial matador

Durante anos, na cultura cotidiana da Polícia Militar, aquela que se aprende nas ruas e não na academia, o policial matador em vez de ser visto como criminoso comum é respeitado como um profissional disposto a enfrentar e a combater o crime. Aqueles que se negam a aceitar esse padrão de comportamento “voluntarioso” tendem a ser vistos como acomodados ou covardes. A realidade perigosa vivida pelos policiais, associada à transposição da cultura da violência dos tempos do Regime Militar, a falta de controles internos, reforçada pela tolerância das instituições e da população ao comportamento violento, foram fatores que contribuíram para a formação de uma subcultura entre os integrantes da corporação que valoriza a violência e o homicídio de supostos bandidos.

O convívio com essa cultura acaba sendo decisivo para determinar as atitudes e a escolha dos que ingressam na corporação. Na subcultura das ruas, o policial militar também aprende que, quando opta por matar um suspeito de crime, deve tomar cuidado para não deixar rastros ou provas que possam ser usadas contra ele em uma eventual condenação na Justiça. Caso essas provas apareçam, ele deve arcar com as responsabilidades pelo ato que não é oficialmente acobertado pela corporação. A liberdade que o policial militar tem para agir de maneira violenta decorre do fato de praticamente não existir investigação para encontrar os autores desses crimes, cujos casos acabam sendo considerados quase automaticamente como mortes em confronto ou “resistências seguidas de morte”. Os processos, nesses casos, são arquivados ou se baseiam em depoimentos dos próprios policiais e dificilmente se descobre o que aconteceu. Aliada à fragilidade nos controles sociais e institucionais, a capilaridade da estrutura policial ajudou a disseminar a prática de homicídios e de violência nos bairros periféricos de uma maneira geral.

Em 1979, aos 18 anos, Davi prestou pela primeira vez concurso para a Polícia Militar em São Paulo. Depois de formado, foi trabalhar no Capão Redondo, que na época era bairro operário, onde vivia boa parte dos migrantes empregados nas indústrias da zona sul de São Paulo. Antes de começar a trabalhar, ele teve quatro meses de treinamento no qual aprendeu basicamente

técnicas de combate à guerrilha armada, sendo moldado e formado de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. No Capão Redondo, chegava a patrulhar com outros dois homens, em uma “baratinha”, fusca usado na época para o patrulhamento ostensivo, uma área geográfica coberta por um Batalhão da Polícia Militar de 40 homens, que hoje conta com 500. Envolveu-se diretamente em 14 casos de supostas resistências seguidas de morte e estava no comando em 99 ocorrências. Davi deixa claro que à época, no entanto, o uso da violência fazia parte da técnica policial.

Pra passar foi fácil. Eu já estava no segundo grau. Tinha 18 anos. Fazia técnico. Terceiro ano do ensino médio. Em dois dias, eu já estava embarcando pra fazer a escola de polícia lá em Santos. Poucas pessoas queriam entrar na PM. Hoje em dia é um emprego até concorrido. Naquele tempo ninguém queria. Era Regime Militar. Quando eu entrei na PM eu era um jovem livre, tranquilo, rindo. Quando eu cheguei, não tinha uniforme. Era um quartel. Eu de calça jeans e camisa branca. Nas formações militares, os mais altos ficam na frente. Como eu tenho 1,90 metros era o primeiro. Não tinha um fio de barba. E eu estava lá, rindo, alegre. O sargento olhou pra minha cara. Você tá rindo do que? Estou alegre. Estava garoando e o pátio era de asfalto, cheio de poça d’água. Vira cambalhota dentro dessa poça. Eu achei que era brincadeira. Comecei a virar cambalhota (...) Foram quatro meses de curso. Aprendi militarismo, nós tínhamos operações contra a guerrilha. O maior medo da PM ainda era dos guerrilheiros. Não se falava ainda em combater bandidos. Tinha que desenvolver bem a parte física, técnica de abordar as pessoas, muita segurança, olhar pra todo lado. Jamais você encosta uma viatura de frente. Passa pra lá, passa pra cá e encosta de ré. Naquele tempo a polícia também era alvo. Passa, vê as pessoas que estão no local, volta e vê a atitude. Você chegava, enquadrava todo mundo revistava e depois tomava café, pra não ser pego de surpresa. Não tinha curso pra bandido, preservação de local de crime, a gente não tinha nem noção. Você chegava no local do crime, o cara já tinha morrido, estava duro, você jogava na viatura, eu vou ficar tomando conta do defunto, vou levar pro PS. Eram outras preocupações. Falava muito de guerrilha. E policiamento mesmo...¹³

O rádio patrulhamento padrão, instalado em 1987, fundamental para o aprimoramento da comunicação entre as unidades e viaturas policiais, ainda não existia. A técnica permite o pedido de reforço de homens e viaturas em situações arriscadas, procedimento padrão nos dias de hoje para evitar que o

¹³ Entrevista gravada concedida em 2008.

policial se exponha a riscos. Esse procedimento levaria mais de uma década para ser aprimorado, e a implantação para toda a tropa é até hoje um desafio entre policiais militares. As forças policiais de 30 anos atrás não estavam preparadas para lidar com as intensas transformações que viriam. Davi conta sobre 1980, tempo em que começou a trabalhar na polícia:

O curso foi importante porque foi minha transformação de civil pra militar. Permissão pra entrar, permissão pra sair, meia volta, eu era um civil, de família evangélica, não via nada de ruim. Acabou a escola eu vim diretamente pro Capão Redondo. Entrei em março, vim pra cá em outubro. O Jardim Ângela começou a se chamar Jardim Ângela de 1986 pra frente. Antes era tudo Capão Redondo. Tinha só o 47º distrito policial, que tinha acabado de inaugurar. Antes era só uma casa. Tinha os movimentos sindicais em Santo Amaro, Socorro, era só metalúrgica, teve o caso do Santo Dias. Eu estava no dia. Era 1980 e eu até contei pro Padre Jaime o lado da PM. Foi em 1980. Eu tinha 20 anos. Ele pegava a gente, capacete azul, canela seca 38, sem rádio, sem nada, telefone da própria firma, 8 PMs, com duas mil pessoas, eles dizendo 'vou te pegar'. A gente ligava do fone da firma. Terceiro e segundo de choque era só a Rota. Eles chegavam dando espadada, porrada, a coisa era feia. E os caras ficavam bravos com a gente. Por que eles moravam com a gente. No outro dia, você estava trabalhando aqui na área, encontrava os caras. (...) Na firma que o Santo Dias morreu tinha oito policiais, duas mil pessoas, o policial ficou com medo e atirou. Quem é crucificado? O policial.

Quando eu entrei em 1979, havia uma tropa velha se aposentando e precisava aumentar o efetivo. Em oito anos eu fui de soldado a primeiro sargento. Hoje em dia, de soldado a primeiro sargento leva de 20 a 25. (...) Quando eu cheguei, a população era de metalúrgicos, nordestinos. Não tinha muita gente morando, mas muita gente chegando. Muita área vazia. A área demográfica é grande. Muito terreno vazio, mato. Veio aquela população de metalúrgico. A maioria era casa de bloco. Em 80 começaram os blocos, sem reboco, porta, janela com madeira. Vinha nordestinos, mas trabalhadores, mineiros, honesto, em uma situação de honestidade. Mas o problema é que começou os filhos deles, aí começou as necessidades. Porque o nordestino vem de uma vida difícil, já passou necessidade. Aqui melhorou 1000%. Tinha emprego, comida, casa. Quando os filhos começaram a crescer, por que eu não tenho? Como eram operários, saíam de manhã, voltava à noite. Pai não estava. Começou a ir pra rua. Começou o materialismo. O cara tem um tênis Nike e eu não tenho. E começou a onda do materialismo. O cara ia lá e roubava. Eu morava no Campo Limpo. Em 1979, naquele tempo, a mentalidade que eu tinha na época era bandido bom é bandido morto. O nosso governador já havia falado isso. O nosso secretário, nosso comandante, seguia a cadeia. A gente acreditava nisso. Se no lugar tem um cara que está roubando, está estuprando. Se nós matarmos

eles, está resolvido. Ia lá cercava, perseguia, investigava, corria, corria, matava o cara. Só que morria o Zezinho, mas aparecia o Juquinha, o Luisinho. Não tinha escola, não tinha nada. Era uma chocadeira de bandidos. A década de 80 tinha crimes violentos. Cara que entrava na casa e estuprava mulher grávida. Quanto mais violento, mais temido eu sou. Matava mulher pra roubar botijão. Fase de quanto mais perversidade, mais era temido. Esses bandidinhos do bairro a gente perseguia. Você atendia todo dia e sabia de tudo o que estava acontecendo. Começou na cara. Depois eu caí no sistema. Quando eu era soldado, eu fiz 19 anos. Meu motorista tinha 18. Era eu de 19, o motorista de 18, contra o mundo. Na baratinha. Nós chegávamos enquadrávamos 30, 40 caras e era inadmissível você falar que teve medo. Se um policial dissesse que teve medo, pelo amor de Deus era crucificado. Então você agia com violência para se impor. Por que um povo violento só entendia violência. Eu pensava assim. Não entrava no bar sem dar geral em todo mundo. Se alguém vacilasse, um já tinha que apanhar. Demorasse pra por a mão na cabeça. Hoje o cara conhece os direitos dele, vai na corregedoria. Naquele tempo não tinha pra quem se queixar. Era apoiado pelo governo. Eu era um cara novo, não sabia o que era o serviço, para mudar de foco levou quase 20 anos. Quantos amigos morreram, foram presos, expulsos. Só que quem fala que bandido bom é morto não vai no julgamento do policial. Pô, mas você deu um tiro a mais. A gente vai percebendo isso. A gente acreditava naquilo lá. Eu era determinado e exigia que a tropa fosse determinada. Comandava 40 homens. Batalhão era em frente ao aeroporto. Jardim Miriam, Parelheiro, Interlagos. Vinha da Vila Mariana. Tinha um oficial. Como aqui era o fundão, ele nunca vinha. Por isso mesmo, não sendo oficial dava pra impor suas ideias e a gente trabalhava. Era obrigado a provar que você trabalhava. Chegava no bar, enquadrava, documentos. Documento era carteira de trabalho. Se não tivesse, não tinha que estar no bar. Já tomava uns tapas e tinha que ir embora. Você não trabalha, dava uns tapas e botava pra correr. Não tinha que ficar jogando snooker. A polícia foi criada para defender os ricos, os bens. E só ouvi falar em defender o povo em 1988. Você sabia por sua criação. Mas antigamente, o polícia tinha que defender o estado, manter o povo acuado e o poder desenvolver tranquilamente.

Davi começou a sofrer as consequências do comportamento violento em 1992, depois do massacre de 111 mortos no Carandiru, que causou grande repercussão na imprensa internacional e nacional, levando o governo do Estado a reagir para tentar coibir as mortes cometidas por policiais militares. Quando Davi foi retirado da rua, em 1992, ele diz que se surpreendeu ao perceber que estava sendo punido por agir da forma como havia aprendido quando entrou na corporação. Já é possível ver entre policiais, como esta tese pretende demonstrar nessa fase, como a decisão pela escolha homicida acaba

transformando a trajetória do autor que tende a praticar novos homicídios ao longo da sua trajetória. Davi e seu grupo já haviam participado de 99 casos de resistência seguida de morte. Para o policial que não enxerga o homicídio como uma técnica de trabalho, os casos tendem a ser esporádicos ao longo de sua carreira de policial.

Em 1992, a PM se adaptando aos direitos humanos, fizeram uma pesquisa da corporação que 5% do efetivo geral passavam de 99% das ocorrências. E eu aqui na guerra. Eu tava no Iraque. Todo dia, todo dia. Levantaram e falaram quem tiver mais que cinco ocorrências de resistências ia sair da rua. Pra mim é a morte, sair da rua. Capitão, como vai fazer essa lei agora, porque eu já tenho 14 ocorrências. (...) Eu envolvi em 14 que eu tive que assinar como autor. Mas eu fui na corregedoria, o cara estava me interrogando e o sujeito perguntou: quantas ocorrências você teve? Você não tem 14, você tem 99. Eu falei: não tenho. Eu sei as ocorrências que eu assinei. Mas como eu era o sargento, eu vou em todas. A PM pegou todos nós que tinha mais do que cinco ocorrências de resistência, reuniu todo mundo e levou pro psicólogo. Eu me lembro que a gente se apresentou lá na Cruzeiro do Sul. Tinha policiais de SP todo e da Rota também. Quando a gente chegou lá e se apresentou, tinham entre 85 a 92 policiais. Chegando lá a reportagem toda estava lá, contando que nós que éramos os que tinham matado os caras do Carandiru. Fizeram essa confusão. Só que aqueles que estavam lá com a gente tinham matado mais de três mil. Se juntassem todas as ocorrências de todos, tinham ocorrido mais de três mil. Esse outro comando pegou a gente. Sabe o Parque D. Pedro, um quartel do exército que está abandonado? Ali estava emprestado para a PM. Era o terceiro de choque. Amanhã vocês se apresentam em tal lugar e eu fui pra lá. Quando eu cheguei, lá estavam os caras de novo. Os meus amigos, das ocorrências. Só que estavam também vários policiais envolvidos em "crime". O cara era suspeito de ter feito coisa errada, cara que era ladrão que eu sabia, porque na relação quando você trabalha na rua, você sabe, olha, você é ladrão, se você tiver fazendo uma coisa errada e me ver chegando, você atira. Porque se não atirar eu vou te matar. Você é ladrão. Eu olhava... Tinha outro sargento, que era bastante chegado meu, que nós participávamos de quase todas as ocorrências. Eu falava: ô Rosário, que será que foi que aconteceu, o que nós estamos fazendo aqui? Foi no dia que o Ayrton Senna morreu. Colocaram a gente junto com os bandidos. Vamos falar com o comandante. Que falar com o comandante? O cara falou com a gente igual lixo. Será que eles acham que a gente é ladrão também? Passamos lá, pelo amor de Deus. Humilhação, humilhação. Meu, o cara humilhou, chamou de bosta, aguentamos. Nessa hora quem ajudou foi o Gil Gomes, que chamou um coronel que conseguiu me tirar de lá. Fui parar lá em Pinheiros. (...) Eu fui sentir depois, com a idade, que eu pensei: como trabalhei pelo

errado. Fiquei 15 anos fazendo repressão e cinco como comunitária que valeu mais que os 15.

Na teoria da ação situacional, as escolhas assassinas podem ser compreendidas a partir da análise de fatores individuais, situacionais e de contexto que as influenciam. Na trajetória descrita pelo Davi, alguns desses fatores parecem se sobressair sobre os demais em sua carreira criminal. O contexto moral indutor de homicídios, por exemplo, vigente na corporação, é um fato incontestável e descrito por outros policiais. Na subcultura policial, o homicida é admirado quando mata em defesa da sociedade. É a moral militar, diferente da civil, como Davi explica ao falar de sua transformação. No leque de escolhas de todo o soldado, a eliminação do suspeito é uma alternativa real entre todos os métodos existentes de combate ao crime nos anos 1980. A figura do “bandido”, aquele sujeito que expõe a vida do PM ao risco diariamente, não deve ser perdoada. O homicídio é eficiente porque elimina o ladrão do mundo. A moral aprendida em casa, ensinada nas escolas e pelos pais, parecem não servir para a realidade militar. O homicídio, nesse caso, na percepção de Davi naquele contexto dos anos 1980, tende a produzir efeitos positivos entre os parceiros policiais e garantir benefícios para a sociedade.

No caso da trajetória do tenente Pereira, o sentimento de impunidade e de desprezo pelos “bandidos”, associado ao despreparo da corporação para lidar com a desordem territorial, foi um dos fatores que o levaram a se defrontar com o dilema que todo policial que trabalha ostensivamente na rua vai enfrentar: decidir entre seguir o que determina a lei ou compartilhar das práticas e da subcultura vigente entre os integrantes da corporação que atuam nas ruas. Em determinado momento de sua trajetória, diante dos conflitos e oportunidades que surgiram, Pereira optou pela violência para “limpar o bairro e fazer justiça”. Ele iniciou a carreira na zona leste da capital, em 1981. Nessa época, em Itaquera, na periferia leste de São Paulo, segundo conta, existiam muitas favelas com barracos de madeira na região – hoje a maioria é feita de bloco – e os conjuntos habitacionais ainda estavam começando a ser construídos pelo Estado. Aos 21 anos, atuando como tenente, inexperiente e querendo mostrar serviço para os superiores e subordinados, ele conta que se deparou com uma realidade “de miséria e de criminalidade” que ainda não

conhecia. Diz que sempre sonhara trabalhar para a polícia e que na época era um “idealista”. Quando foi para a rua, conta que ficou aflito para vencer os desafios da profissão, mas encontrou na companhia uma estrutura muito menor do que a necessária para realizar um policiamento eficiente. Apesar das tarefas, que pareciam infinitas, não havia nem viaturas nem homens suficientes para dar conta do recado. Chegava a trabalhar o dobro do tempo, sem receber hora extra, para tentar acabar com a criminalidade no bairro. Prendia o máximo que conseguia e sentia-se ao mesmo tempo ansioso e frustrado porque não via a situação melhorar. Além da sensação de impotência, problema na relação entre as Polícias Militar e Civil surgiam pela primeira vez para o policial.

Eu chegava lá na delegacia, o cara era fugitivo de cadeia e às vezes eu ficava escutando a conversa deles, colocava o ouvido lá. E o que eu ouvia dos presos? ‘Esses caras não são daqui, esses caras vieram com muito apetite’. Os presos comentando ali dentro: ‘olha, esses policiais não são daqui, não é possível, esses caras chegaram no duro, não são daqui, não’. E eu não entendia por que eles falavam isso. Eu me lembro que a minha primeira troca de tiro como aspirante foi em Guaianases. Depois, no outro dia, em menos de 24 horas, eu tive outra troca de tiros. Essa foi grave, porque um policial militar morreu. Fizeram um assalto no Tatuapé, em um supermercado, balearam um segurança. Nessa troca de tiro, nessa segunda que eu vi, eram quatro marginais e um policial morreu, com 25 anos de idade, deixou mulher, filhos, deixou duas crianças pequenas e um marginal foi preso [*os outros três morreram*]. Quando eu fui na cadeia depois, aconteceu uma coisa que me chocou. O advogado dos marginais, falou ‘pô, aspirante, eu percebi que você está trabalhando muito aqui na área’. Então as minhas ações começaram a incomodar. O advogado sabia quem eu era, mas eu não sabia quem ele era. ‘Olha, é o seguinte. Os meus clientes saíram agora da detenção, nem me pagaram e você matou os três...’(...) Eu pegava um marginal, trabalhando 16 horas por dia, prendia, passava dois, três dias o marginal estava solto. Eu me deparava com o mesmo marginal, por que às vezes ele era da região, então eu prendi um, o cara saiu em menos de 24 horas, eu prendi de manhã e à noite já estava solto. À noite eu falava: ‘Vem cá, o que você está fazendo aqui na rua?’ ‘Calma aí, chefia, a sua parte do dinheiro já está lá com o delegado’. Era outra realidade a corrupção que existia. Eu prendia para outra polícia, eu entregava para polícia civil, encerrou a minha função. Concorda? E ali o que acontecia? Lá, naquele local, eles subornavam as pessoas, durante o inquérito alguma coisa acontecia e eles eram soltos.

Entrevistador: Você ficou sabendo disso nos primeiros anos?

Nos primeiros meses. E aquilo me revoltava mesmo. Quando eu vejo um policial militar morto... Aquele bandido que eu prendi, que matou o

polícia, não demorou três meses, estava solto, e eu não entendia bem aquilo. O que aconteceu? Meu coração começou a empedrar, chegou um momento assim da minha vida que eu decidi... Eu costumo dizer que nós somos criados por Deus, né? Então o que aconteceu? DEUS: eu tiro a letra D e a letra S. Fica EU. Então eu comecei a tomar decisões, então eu virei Deus. A partir de hoje eu não vou mais prender ninguém, porque não resolve. Eu não sei o que o poder judiciário faz que as pessoas são soltas, eu não sei o que acontece lá. Mas eu acho que está tudo errado, então se não está resolvendo, eu vejo tantas vítimas, então eu vou querer resolver o problema. Então todo cara que eu pegar errado a partir de hoje, eu vou ser o juiz, vou ser o promotor, e vou fazer o julgamento. (MANSO, 2005: 230)

A própria relação desgastada entre policiais civis e militares é importante para compreender o contexto favorável ao crescimento dos homicídios, como relata o tenente Pereira. Esse desgaste ocorre porque o papel da polícia judiciária, na elaboração do inquérito e na investigação, acaba sendo complementar ao da polícia ostensiva. Essa última fica responsável pelo trabalho preventivo e pelas prisões em flagrante, o que transformam o dia a dia do militar uma rotina mais arriscada que a do civil. Dessa forma, ao efetuar a prisão em flagrante, cabe ao militar levar a pessoa detida ao distrito policial para a elaboração da ocorrência. A insatisfação com a lentidão, entraves e corrupção nos caminhos que levam à Justiça, juntamente com a audácia dos bandidos, são fatores que ajudam na consolidação de valores e de emoções morais que respaldam percepções e escolhas relevantes para que indivíduos pratiquem homicídios. O homicídio aparece como um atalho para punir sem precisar lidar com o ineficiente e corrompido sistema de Justiça, assim como o roubo é um atalho para se ter dinheiro sem fazer muito esforço.

Ao longo das conversas com os militares, delegados, promotores e juízes, eram comuns generalizações que criticavam os policiais civis. No mesmo período em que o tenente Pereira começava a atuar na polícia militar em São Paulo, em meados da década de 1980, o cientista político Guaracy Mingardi ingressou na Civil para atuar como escrivão entre os anos de 1985 e 1986. Depois ele escreveu sua dissertação de mestrado sobre a experiência, que deu origem ao livro *Tiras, Gansos e Trutas* (1982). Colhendo confidências e testemunhando o dia-a-dia da polícia civil, Mingardi descreveu as normas que regem o funcionamento de uma delegacia, excelentes lugares para se roubar

impunemente porque, ironicamente, como explica o autor, as principais fontes da extorsão são os próprios ladrões, que aceitam fazer parte do jogo para assim conseguirem se livrar do flagrante e da prisão (MINGARDI, 1982). O pesquisador descreve quatro categorias de personagens participando do esquema de corrupção em uma delegacia: os ladrões (chamados de trutas), os advogados de porta de cadeia (devo ou maloteiros), os informantes, que podem ou não ser contratados pela delegacia (gansos ou X-9) e os policiais corruptos, delegados, investigadores e escrivães (os tiras). Vivem em total simbiose, onde um depende do outro para fazer a máquina de corrupção girar. Quem mais apanha são os ladrões, que sustentam os demais em troca de liberdade.

Depois do livro de Mingardi, segundo o autor, que continuou a acompanhar o dia-a-dia no meio trabalhando como assistente do Ministério Público Estadual (MPE), os procedimentos nas delegacias pouco mudaram e o vício estrutural ainda permanece. Na CPI da Pirataria, em Brasília, que chegou a alguns chefes da estrutura do crime organizado a partir de 40 mil horas de conversas gravadas durante nove meses, apareceram negociações com policiais civis envolvendo valores que chegavam a R\$ 500 mil por ano, que seriam repartidos entre cinco policiais. As investigações apontavam ligações da quadrilha com delegacias da zona leste, norte e sul da cidade e resvalou inclusive no Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) de São Paulo¹⁴. Ainda em 2007, a prisão de um advogado de empresas de caça-níquel revelou a existência de uma suposta lista de propinas para 84 dos 96 distritos policiais da capital. Conversas telefônicas gravadas pela Polícia Federal confirmavam a existência do esquema.

Por causa dessa falha estrutural no sistema policial, que deveria garantir o cumprimento da justiça, juntamente a uma realidade social que testemunha o crescimento do total de integrantes do universo criminal, que despertam medo e desprezo por aqueles que não participam desse meio, o discurso, os valores e as normas criadas pelos integrantes da PM passaram a apontar soluções violentas para o policial, trajetória esta que se tornou não apenas respeitada e

¹⁴ MÁFIA dá salário a policiais, diz procurador. *Folha de S. Paulo*, 13 set. 2003. C1, Cotidiano.

tolerada, como também admirada pelos demais. Se essa prática não era suficiente para solucionar o problema, o PM pode ao menos se vingar das injustiças que testemunha. Apesar de a decisão ser pessoal, ela recebe o apoio de boa parte da tropa, que boa parte das vezes o estimula. Os que não ajudam, toleram esse tipo de comportamento. Exceções são aqueles dispostos a denunciar a atuação do colega à Justiça. Segundo o tenente Pereira, ele estimulava aqueles que não queriam participar do grupo de matadores a trabalhar conforme a lei. Mas ele e seu grupo passaram a praticar justiça com as próprias mãos. Na entrevista, ele disse como passou a agir:

O critério foi o seguinte: fez algo errado... (é assassinado) Mas veja bem, você prendeu uma pessoa no meio de 200, de repente ele aparece morto e alguém conhece, eu não poderia chegar e todo cara que eu pegasse e matar. Eu trabalhava assim, pegando e percebendo que ninguém viu e nem nada, eu pegava e levava para outro tribunal. Onde era o tribunal? Era no matão. Tinha um matão lá na zona leste. Cada pessoa que eu colocava de joelhos muitas vezes eu falava: o seu julgamento é hoje. A pessoa estava de joelhos. 'O seu julgamento é hoje. Eu não sei se você acredita em alguma coisa, se você acreditar em Nossa Senhora da Aparecida, São José, Exu Caveira e o Diabo. Ora, o que você acreditar, você ora. Porque você tem um minuto pra orar'. Às vezes eu falava assim mesmo, durão mesmo. E aquela pessoa tinha um minuto, depois de um minuto era caixão. Atirava e executava.(...) Essas execuções eu fiquei um bom tempo, eu entrei lá em 1981, começou em 1982, eu tinha um quadro muito rápido, questão de seis meses eu vivi muita realidade, muito dura. Eu acho que em 82 eu já me iniciava nesse processo e fui até em 84 nesse processo. Foi quando eu fui preso. Eu não prendia mais. Eu só prendia se eu via que podia me complicar e vir a ser preso. A grande maioria dos casos, jamais eles apareceram. Então, vamos supor. Você ia embora e deixar o corpo à mostra, no dia que achava o corpo mesmo, ficava como fosse bandido que tinha matado, troca de tiros entre marginal."

Entrevistador: Você não ficou visado na corporação?

"Não. Na área profissional eu era tido até como exemplo. Porque a tropa acabava se espelhando. Falava: 'Olha lá o tenente Ricardo. O tenente Ricardo é um exemplo. Sempre combatendo a criminalidade, não se vende para a corrupção, nem nada'. Muitos policiais queriam trabalhar comigo. Eles queriam ter uma referência. Eu era um tenente linha de frente. Não tem medo da criminalidade, não tem medo de bandido e caminha pra cima. 'Ele quer lá resolver mesmo' (os outros diriam). Então tinham muitos que queriam trabalhar, porque queriam ser iguais a mim."

Entrevistador: Quem eram as vítimas? Quem morria?

“Eram umas pessoas assim... Assaltantes, traficantes. Eram os perigosos mesmo, pessoas que já tinham passagem, ficha pela polícia, às vezes eu até levantava antes. Vamos supor: eu preendi o cara a primeira vez, levava pra lá. Às vezes também batia, também espancava, às vezes. Pra poder levantar a investigação, buscar outros, também adotei esse serviço. Dava um jeito de levantar o fichário dele, então ele já tinha uma marca lá, rodou comigo uma vez, se ele continuasse ali na área, sabendo quem era ele, eu não ia querer prender outra vez. Eu achava que daquela forma era correto.”

Entrevistador: Os homicídios eram uma cultura da corporação?

“Naquela época se falava muito na Rota e se falava também no Batalhão da Zona Sul. Na zona sul se falava também em Cabo Bruno, ouvia falar de outros policiais militares na época, pessoas que também faziam um serviço semelhante ao que eu fazia. Mas eu, na verdade, não me espelhava no serviço do outro. Às vezes a própria condição que você passa a viver, de repente, não tinha nada a ver com o batalhão de Rota, não tinha nada a ver com os batalhões da zona sul, então, não era um conceito de polícia, mas a própria circunstância que você vai ver. Vamos supor, se eu tivesse num batalhão, talvez de elite, se eu tivesse escolhido trabalhar na praça do governo, eu não tava vendo nada disso... É muito difícil me envolver nesse tipo de ação, muito difícil, praticamente zero, trabalhando no Palácio do Governo. E eu tava vivendo outra realidade, então, eu acho que a própria circunstância me levou a aquilo. (MANSO, 2005: 239-240)

Tanto as narrativas do sargento Davi e do tenente Pereira, como os números que registram a evolução das supostas resistências seguidas de morte e o crescimento das denúncias de violência policial, mostram a configuração desse novo contexto moral no final dos anos 1970 que contribuiu para induzir os policiais à escolha pelo homicídio. As narrativas revelam a consolidação de valores e de emoções morais que respaldam percepções e escolhas relevantes para que indivíduos pratiquem homicídios. As ações e os dados da curva de homicídios são os efeitos dessas mudanças na sociedade local. A Polícia Militar, em especial, recém-saída de um período de combate a grupos guerrilheiros de esquerda, passa a lidar com o desafio da criminalidade urbana sob a forte pressão da sociedade, temerosa diante do aumento dos crimes mostrados cotidianamente na imprensa cuja responsabilidade é atribuída aos moradores dos bairros pobres das periferias. Diante dos conflitos

com os quais eles se deparam no perigoso trabalho cotidiano de patrulhamento ostensivo, movidos principalmente pela sensação de vingança, emergem e se consolidam os valores morais e emoções favoráveis à promoção e à participação em atos homicidas. Assim como fizeram durante o combate à guerrilha, contra “inimigos” da esquerda armada, a técnica pode ser usada contra os novos inimigos que eles menosprezam, temem e precisam enfrentar no dia-a-dia. Nesse contexto, os policiais passam a praticar mais, favorecidos pelo contexto do período. Essa alternativa de ação se direciona aos supostos bandidos, seja nos territórios onde eles moram, nas periferias de São Paulo, ou nos lugares onde eles agem, nas regiões mais centrais.

Existem outras variáveis em jogo. Estudos ecológicos sobre o crime e a violência ainda supõem que o comportamento desviante de um policial é influenciado pelo contexto em que ele atua (SAMPSON et al., 1997; KRIVO; PETERSON, 1996). Segundo Terrill e Reisig (2003), a utilização da força letal da polícia está fortemente correlacionada com as características do bairro de atuação do policial. Menos por questões econômicas e institucionais, o policial tende a ser mais letal naquelas comunidades em que o nível de capital social é mais baixo, se quisermos utilizar um conceito extraído de Putnan, ou o nível da eficácia coletiva é menor, para ficarmos na terminologia empregada por Sampson. A transposição da prática da limpeza social, no entanto, e a subcultura violenta na Polícia Militar são os elementos mais relevantes na indução das escolhas por premiar aqueles que agem dessa forma com o prestígio dos colegas ao direcionar a ação contra aqueles sujeitos odiados pelos demais integrantes do grupo.

A probabilidade de uma pessoa enxergar um homicídio como alternativa de ação e optar por realizar esse ato, em última análise, vai depender da propensão pessoal a se engajar na violência (regras morais relevantes, emoções individuais e capacidade de exercer autocontrole), relacionada à sua exposição a cenários condutores de violência (dependente das regras morais locais e da aplicação dessas regras, das oportunidades e conflitos). A clareza das convicções do policial, no entanto, que chega à corporação ciente dos compromissos legais e espirituais, independentemente da realidade cotidiana e do governo a que deva obedecer, pode até deixá-lo imune à pressão do dia-a-

dia nas ruas. Mas a consolidação dessa subcultura dentro da corporação, no entanto, e as regras morais existentes dentro da Polícia Militar no período serão sempre fortes a ponto de pressionarem o policial a ponderar pela prática desse tipo de ação para ser aceito no grupo. Os homicídios tornam-se uma entre outras alternativas para o indivíduo quando ele ingressa na carreira de policial. Essa alternativa, que de acordo com a lei só deveria ser usada em caso de legítima defesa, passa a ser escolhida como opção para se fazer justiça privada e para vingança. Por ser uma decisão que só aparece na trajetória do indivíduo depois que ele ingressa na corporação, o comportamento homicida desviante surge em autores com nível de instrução mais alto do que a média; eles agem em idades mais avançadas e não têm necessariamente um passado relacionado a desvios. Esse comportamento é o resultado do contexto moral que passa a viver, cujo peso na decisão de agir muitas vezes acaba sendo maior do que as próprias características e moral individual.

A partir do momento em que pratica o primeiro homicídio e que se escolhe o homicídio ilegal como ferramenta de trabalho, a tendência é se envolver em outros crimes. Isso pode ocorrer pela frequência com que o policial se depara com situações e pessoas que têm o perfil de suspeito e ameaçador, semelhante ao da vítima inicial. Além disso, o primeiro homicídio pode marcar o laço de cumplicidade com outros policiais matadores, cuja aliança costuma colocar o policial em novas ocorrências que induzem a novas escolhas assassinas. O sargento Davi falou na entrevista sobre o primeiro homicídio.

Na primeira morte, eu ainda era soldado, subordinado. Tinha um policial baleado, o cara correndo pela favela, o cara tem que morrer, você tem que matar, você vai e atira. Você vai se autoafirmando como pessoa, ainda novo e todo mundo aê, aê. Você é o cara. Como eu não tinha barba, eu tinha apelido de bebê Johnson. Ele não é bebê Johnson é bebe diabo. Você fica com uma moral na tropa. Nenezão, bebê diabo. Você não se sentia mal, pelo meio que você vivia. Eu fui sentir depois, com a idade, que eu pensei como eu tinha trabalhado pelo errado.

Diante da falta de controle interno, a punição acaba ocorrendo somente por descuido do policial e pela falta de precaução na simulação de situações

que ajudem o policial a ser inocentado. No caso do tenente Pereira, por exemplo, a prisão aconteceu justamente pelo descuido ao deixar evidências em um triplo homicídio que ele cometeu. Em 1984, houve uma troca de comando na zona leste. Ele diz que seus superiores não sabiam de todas as ações paralelas que ele realizava. Respeitavam sua gana em enfrentar o crime; e ele chegou a ganhar medalhas por causa da “postura combativa”. Apareceu um novo comandante que procurou “breicar essa disposição”, o que provocou atritos. Ricardo conseguiu, então, ser transferido para São Bernardo do Campo com a intenção de mudar de vida e deixar para trás os homicídios. Para sua “surpresa”, no ABC também existiam pessoas com “o mesmo pensamento” que ele tinha na zona leste. Pereira diz que parar de matar é tão difícil quanto parar de fumar porque “os dois são vícios”. Em São Bernardo, Pereira parou por um tempo. Mas não resistiu quando soube que seus companheiros haviam prendido um suspeito de ter assassinado um sargento policial militar durante um confronto. Decidiu que iria matá-los, mas desta vez cometeu falhas e acabou sendo preso. Em entrevista, ele explica sobre essas falhas:

Falhas. Por exemplo. Houve um assalto na farmácia e eu fui dar apoio pra um tático. Todo mundo sabia que eu estava atrás do cara [*o que tinha matado um policial*], que eu estava investigando, que eu queria. De repente eles sabiam disso. O que aconteceu? Alguém da minha guarnição veio falar. ‘Chefe! Enquanto o senhor tava lá e tal, fulano foi preso’. ‘Como, vocês que prenderam ele?’ Eu não vi a ação. Eu comecei a dialogar com a guarnição. ‘E então? Mas como é a situação?’ ‘É assim, assim e tal.’ ‘Mas tem certeza que ninguém viu? Mas se a gente matar hoje, ninguém vai ser preso nem nada?’ Ele disse: ‘Não’. Então, eu digo pra você, o vício, o desejo de matar. Sei lá. Tava incorporado. Eles não me falaram a verdade. Isso não justifica os fatos errados que eu estou te contando. Mas dentro do meu conceito, estava certo. Porque você sabe que pode ser pego. Você sabe que é algo irregular. Nessa conversa, o que acontece, eles me falaram isso. E eu acabei dizendo ‘tudo bem’. ‘Vamos fazer o

seguinte: esses serviços vocês não vão fazer. Por que os que vão fazer, vão levar e fazer o julgamento. E a pena vai ser pena de morte. Não tem conversa. Eu quero dizer para vocês o seguinte. Se qualquer coisa der errada, já sabe. Mas sem dor de cabeça, vocês vão fazer com consciência. Se tiver alguma coisa errada, é melhor falar. Nós vamos fazer, mas esteja consciente, porque é mais de 30 anos de cadeia'. Eu alertei ainda. Mas eles fecharam. Disseram: 'não tem nada errado'. Conclusão. Tinha coisa errada. Porque a polícia da polícia *[corregedoria]* vai investigar, que uma viatura num salão de baile com mais de 200 pessoas, viram a detenção de quatro pessoas. Duzentas pessoas viram. Tinha polícias militares que estavam fazendo bico. E esses que estavam fazendo bico vieram até essa guarnição que prendeu os quatro e disseram: essa quadrilha tem três que são bandidos, mas um aí não é bandido. Dois avisaram: um não é bandido. Essa viatura, ela sai. No percurso, eles liberam o que não era bandido. E tem três. E eu estou com os três na mão. Eu peguei os três que eu estava procurando. O que acontece? Vai pro matão. Julgamento. Acabou. Facção. Sai a notícia no jornal uma semana depois, briga em quadrilhas e tal, tal. Eu vi a notícia no jornal e sabia. Uma semana depois, aparece a pessoa que foi detida junto com eles no jornal *[o quarto que foi liberado por 'não ser bandido']*. E eu vi e falei: 'pronto! Tem coisa errada. E agora? A casa caiu'. A casa começou a desmoronar mesmo. Eu senti que tinha algo errado, que eu não sabia. E foi aí que eu fui preso. Acabei sendo preso. Fui preso, fiquei dois meses e meio preso. Tive que aguardar em liberdade. Fiquei praticamente quatro anos e meio. Primeiro julgamento, eu fui absolvido. Três a dois. No segundo julgamento fui condenado a 48 anos. O promotor pediu 48 anos. Eu recorri desse julgamento e fui condenado a segunda instância a 43 anos. Então onde eu pequei? Eu pequei pela confiança.

No cotidiano jurídico e policial, as armações de cena são conhecidas na Justiça como “institutos da derrubada e do cabrito”¹⁵. Quando a morte causa repercussão – como foi o caso das vítimas do tenente Pereira – e quando o policial deixa indícios que levam à comprovação do crime, a corporação não tenta interferir no julgamento. O policial, desta maneira, pode matar desde que seja capaz de não deixar provas. Porque não será salvo caso as “sujeiras” apareçam. Apesar de ter ficado tentado a parar de praticar homicídios, apareceu um novo suspeito, numa nova circunstância que levou o tenente a reconsiderar. A repetição das circunstâncias parece ser inevitável. Além da falta de controle individual, porém, o problema é a perda de controle por parte da própria instituição. O policial que mata justificando defender a sociedade e que por isso tem aval para matar é o mesmo que pode usar os homicídios para praticar outros tipos de crime, como os patrimoniais. Ao tolerar o homicídio, tanto a corporação como a sociedade podem estar aceitando a ação de policiais que disputam o mercado criminal com concorrentes.

¹⁵ Em matéria em que a Secretaria de Segurança Pública negava que os homicídios fossem rotina na corporação, o termo é mencionado pelos juízes do Tribunal de Justiça Militar. SECRETARIA nega que a morte de bandidos seja rotina na polícia. *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 2003, p C3, Cidades.

CAPITULO 5 – OS HOMICÍDIOS COMO MEIO DE CONTROLE – OS JUSTICEIROS, O UNIVERSO CRIMINAL (OU MUNDO DO CRIME) E AS ENGRENAGENS DA VIOLÊNCIA

Os anos 1960 e 1970 em São Paulo são marcados pelo ocaso da sociedade salarial e pelo começo da crise econômica que iria atingir o País em cheio na década de 1980. Desde 1940, a RMSP havia sido centro privilegiado da expansão industrial e econômica, recebendo empresas que estimulavam a criação nos arredores de bairros-dormitórios, onde iriam morar os trabalhadores que vinham normalmente das zonas rurais brasileiras. O mundo operário popular crescia pelos cantos da metrópole, se concentrando nas periferias por meio de loteamentos clandestinos, invasões e casas autoconstruídas. Nesses agrupamentos de bairros-dormitórios que começam a se formar a partir dos anos 1940 e 1950, cabia depois às autoridades fazer os investimentos públicos, o que ocorria por meio de pressão dos movimentos sociais da época. A questão política fundamental naquele período consistia em arregimentar participantes para pressionar e obter do Estado os elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades, como transporte, educação e saúde, etc. Sader (1988: 26) vai afirmar que as mudanças em São Paulo nessa época não eram só uma novidade no real, mas também nas categorias de representação do real. A descrição desse processo de ocupação das periferias e os conflitos sociais resultantes dessa trajetória são importantes para se compreender a consolidação dos mecanismos sociais que incentivam as escolhas homicidas. Nessa época, analistas observavam e nomeavam novos atores, e dos movimentos sociais brotava a promessa de democratização social. A violência não aparecia ainda como categoria central nas análises das periferias (FELTRAN, 2008 a: 29).

As principais lutas e articulações políticas estão relacionadas a melhorias sociais e nas condições de trabalho, por meio dos sindicatos, igrejas e movimentos sociais comunitários. Esses movimentos dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na metade dos anos 1970. Conforme Sader (1988), a “consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar

de repetições naturais do cotidiano” (SADER, 1988: 224). As principais lutas ocorrem em diversas frentes, como na habitacional, por meio da articulação de movimentos de invasão para garantir a propriedade de terrenos para moradias, transporte, escola e saúde, por meio de clubes de mães, movimentos contra a carestia, associações de bairro, etc. Essa diversidade de grupos e demandas indica diversas formas de expressão, ao mesmo tempo em que é a manifestação de uma identidade singular em torno da identidade do trabalhador e em defesa de valores da família, articulada pelas igrejas, sindicatos e partidos pelos bairros da periferia da RMSP. Como escreve Sader (1988) sobre esse período nas periferias de São Paulo, “o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades até então dominantes de sua representação” (SADER, 1988: 27).

O pernambucano Arnaldo, presidente da Associação de Moradores do Jardim Ângela, chegou à zona sul aos 19 anos, em 1976. Ele se recorda do processo de ocupação da região:

Chácara. Havia muita chácara. No início vieram meus irmãos, um puxando o outro. São Paulo era o futuro e havia muita facilidade. Em 1975, o terreno era legal. Depois de 1976, começou a lei de meio ambiente que definiu que nada poderia ser construído nessa área aqui. Os donos dessas áreas vendiam o terreno barato porque era região de manancial. Tinha o Doutor Remo, engenheiro, que vendeu e loteou. Nesse loteamento, a gente comprava, pagava CR\$ 5. Ele morava na Avenida 9 de Julho, quando não tinha dinheiro, a gente fazia serviço de pintura, pagava a prestação. Descontava no que estava devendo. Era Vila Remo. Chácara Jardim Clarice, de uma mulher. Apenas uma parte da M' Boi Mirim tinha asfalto. Existia a igreja de Piraporinha de São Sebastião, que era no Jardim Ângela, para onde o povo vinha em romaria no dia de São Sebastião. Não tinha luz elétrica, nem água e tinha muito mutirão. As pessoas eram solidárias. No fim de semana cada um ajudava o outro. Cimento era difícil então a gente usava estuque e depois ia melhorando.¹⁶

Tanto para aqueles que queriam abrir comércio nos bairros-dormitórios como para os que procuravam emprego nas indústrias vizinhas, os anos 1960, 1970 e começo dos anos 1980 são apontados como períodos promissores. O

¹⁶ Entrevista gravada dada em 2007.

vereador Laércio Soares, que chegou de Governador Valadares, norte de Minas, a Diadema, na RMS, no ano de 1972, diz que a Vila Nogueira começou a se formar nos anos 1960 a partir de loteamento na fazenda de Horácio Nogueira, feito por uma imobiliária com terrenos vendidos a preços baixos. Diadema estava em formação, com pouco mais de dez anos, quando Laércio montou um armazém no bairro.

Tinha necessidade, pouca gente morando na cidade e eu pensei 'a cidade vai ser promissora'. Tinha um senhor construindo, aluguei dele, cereais, arroz, feijão era um mercadinho de bairro. (...) Tudo o que eu colocava, eu vendia. Ia no *Makro* [*supermercado*] fazer compras. (...) Naquela época, tudo era parcelado em 24 parcelas. (...) No dia seguinte, já havia vendido tudo. A maioria dos comércios do bairro teve minha participação. Eu montava comércio, fazia freguesia e vendia. Depois montava em outro lugar.¹⁷

Laércio e a mulher eram professores. Como principal comerciante do bairro, era procurado por agenciadores de emprego, que iam a seu mercadinho solicitar ajuda para contratar mão de obra para as indústrias. Laércio se recorda que, naquela época, apesar da falta de infraestrutura no bairro, não havia violência. No começo dos anos 1980, na Vila Nogueira, a violência começa a fazer parte dos relatos e da lembrança dos moradores.

No começo [1976], como todo mundo era empregado, dava pra se vender fiado. Não era preciso muito capital pra se montar um negócio. Eu comprava no fornecedor atacadista, com cheque para 30 dias, arrecadava e cobria. Naquela época não tinha problema. Era uma relação próxima. Pra você ter uma ideia, o padeiro entregava o pão muitas vezes de madrugada, as pessoas vinham e pegavam o pão para pagar depois. Era uma relação próxima. Quando era mais tarde, vinham com a caderneta. O problema da violência ainda não aparecia, começou mesmo a partir de 1979. (...) Tinha muita gente de Pedra Branca, do Ceará. As pessoas tinham a necessidade de se comunicar e eu fiz um negócio grande. Comprei um telefone pro meu uso e puxei uma extensão como se fosse telefone público. A família ligava, tinha que falar com José Ferreira, combina a hora que eu mando chamá-lo. Ele aparecia aqui à noite, eu falava que a esposa ia ligar às 10 da manhã e ele aparecia aqui. Era muito frequente. Era o único meio rápido de comunicação. O outro era a carta. Todos sabiam meu nome. Vou ligar no Bar do seu Laércio. Além disso, eu

¹⁷ Entrevista gravada dada em 2007

tinha interesse em tratar bem porque era meu freguês. Na medida em que eu tratava bem, criava uma relação de amizade e de confiança. (...) Em 77, eu consegui comprar o primeiro fusquinha, que servia de ambulância. Eu deixava o comércio na mão de alguém e levava no hospital. Eu era referência.

No começo da década de 1980, Laércio, em Diadema, começa a ter problemas no comércio por causa do crescimento de roubos no bairro. Ele e outros comerciantes passam a apoiar um justiceiro na Vila Nogueira chamado Vitão que, nos cálculos de Laércio, matou perto de 100 pessoas ao longo daquela década. Láércio explica a trajetória individual que percorreu em Diadema. Em determinado momento, diante de sérias ameaças de vida que passou a sofrer, os justiceiros apareceram como a alternativa, aparentemente, mais correta e eficaz para lidar com a ameaça de desordem vigente no município da própria integridade física. Se os justiceiros reproduzem a técnica da limpeza social usada por policiais militares, esses novos agentes das periferias de São Paulo ainda conseguem dar um passo adiante porque matam a partir da experiência cotidiana e das informações que acumularam no bairro em que vivem. Em entrevista, Laércio explica a transformação ocorrida entre o final dos anos 1970 e 1980 e o começo das atividades de Vitão.

Até 1981, eu nunca tinha sido assaltado. A primeira vez que eu fui assaltado foi em 1981. Entre 1981 e 1985, não tinha um mês que eu não era assaltado. Eu cansei de ter comércio cheio de gente, o cara me ligava no bar pra me ameaçar dizendo que ia me roubar e matar todo mundo dentro do bar. Quando acabava a ligação, metade das pessoas já tinha ido embora. Porque eu tenho mania de falar alto e todo mundo escutava. Eu também não entregava os pontos. Pode vir. Mas se atirarem, alguém de vocês também vai morrer. As pessoas escutavam aquilo, começavam a pagar suas contas e puxar o carro. Tinha dois três amigos de verdade que ficavam. Eu me cansei de fechar e ficar na casa de amigo de vigília. Umas três vezes tive que trocar tiro com bandido. Graças a Deus, faz 20 anos que eu não coloco uma arma na cintura. Até 89 eu tinha que usar. (...) Você não podia demonstrar medo. Você morria de medo, mas não podia demonstrar. Era a única forma de sobreviver. Tinha um policial que a gente sabia que fazia parte desse meio e se ofereceu. Naquele momento o que ajudava era isso. Você achava que a presença da arma, de um cara experiente que estivesse com você, ia vencer o bandido, no fundo era isso. Eu me lembro com se fosse hoje quando a gente fazia um campeonato aqui [*futebol de várzea*], eu ia pro campo com duas armas, colocava as armas de baixo da camisa, uma pessoa ficava vigiando ali porque eu era ameaçado dia-a-dia. Se eu

fosse pra beira do campo, iam me matar na beira do campo. Por causa da aproximação que a gente tinha com o Vitão. Porque como não acertavam o Vitão, ameaçavam a mim. Queriam que eu me afastasse do Vitão. Porque no fundo no fundo eram pessoas que também frequentavam o bar. Bandidinho que frequentava o bar. Eles traziam gente de fora falando que eu protegia o Vitão. Mas não era só eu. É porque a gente tinha essa liderança. Tinha um policial, além do Vitão, nós fizemos vaquinha pra não deixar que ele fosse preso. Era o seu respaldo, o que restava e esses bandidos não aceitavam. Você achava que a arma era a proteção que você tinha. Aqui era muito convidativo pra roubo de gasolina. As pessoas pegavam, era escuro, saíam correndo, no começo da década de 80 agravou mais. Era furto, malandragem, até chegar 84/85/86 foi quando vieram os roubos. Começou a chegada da malandragem, o pessoal roubava as lojas do Piraporinha e a gente vinha encontrar com eles aqui. Foi quando apareceram os justiceiros a partir de 1985, quando chegou Vitão, Pernambuco, tinha um bloco grande. Na década de 80, de cada 100 homicídios, 50 a 52 aconteciam aqui. Fiz várias audiências com o Fleury, que era secretário de SP. Depois disso, se espalhou. Pro Caixote em Pé. No começo dos 80 havia um grande grupo de extermínio. A segurança que nós se encontrava era neles. Com o tempo você começa a perceber que isso é um mal. Você está se amarrando em um lugar porque não tem outra saída, segurando em um pau, sabendo que ele vai cair no rio pro seu lado, mas não há o que fazer. Polícia aqui era raramente. Vinha a Rota e aí do cara que era pego aqui sem carteira de trabalho. Isso em 82, por aí. Antes não tinha muito contato. Mesmo se aparecesse a polícia, não havia o que oferecer de resistência. A partir de 82, vem uma avalanche de bandidagem. Família de oito, dez irmãos que virava bandido. Como foi o caso do Vitão, que matou quase uma família inteira. Nas últimas mortes, Vitão baleou um, matou outro, chamou a mãe ficou na tocaia esperando sair do barraco. A mãe chegou pra socorrer o filho, ao atravessar uma pinguela, o filho que ele queria matar, ele matou na mão da mãe. Tinha 17 / 18 anos. Era uma família muito complicada.

Em outra frente, no entanto, nesse mesmo cenário de movimentos sociais das periferias, os moradores desses bairros precisavam lidar com a violência do dia-a-dia. Era também nessas periferias que a população testemunhava o cotidiano marcado pela violência policial, pelo crescimento dos crimes patrimoniais e dos homicídios. Em resposta, os justiceiros passam a atuar apoiados principalmente por comerciantes, cujas mercadorias são constantemente roubadas e furtadas por moradores vizinhos. Não havia como recorrer aos policiais civis e militares, incapazes de lidar com o problema e que não inspiravam confiança. Com a tolerância da comunidade local e a conivência das instituições de segurança, que também matavam, os justiceiros

passam a agir principalmente nos anos 1980 sob a justificativa de que defendem a integridade dos trabalhadores e das famílias contra supostos “bandidos” que amedrontam e desrespeitam a dignidade dos trabalhadores (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; ADORNO; CARDIA, 1997; CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2000; BICUDO, 2002; SILVA, 2004).

Em distritos como Capão Redondo, Campo Limpo, Capela do Socorro, na zona sul, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus, na zona leste, e em cidades como Diadema, São Bernardo e Embu, berço dos movimentos sociais na RMSP, as soluções violentas para lidar com a ameaça de desordem passam paralelamente a ser levadas a cabo pelos justiceiros. Essa superposição de acontecimentos é pouco debatida e investigada nas ciências sociais brasileiras. De um lado, há o fortalecimento das lutas sociais; do outro, o crescimento da violência, fatos aparentemente contraditórios. A diferença são as estratégias que cada grupo vai escolher para lidar com as demandas pelas quais lutam e precisam enfrentar, dado o leque de alternativas existentes. As lideranças comunitárias se articulam em defesa de valores relacionados à família e ao trabalho, negociando com patrões e autoridades de acordo com as regras e leis vigentes, buscando a regularização e a inclusão na cidade, pensando em melhorias de médio e longo prazo para a classe e descendentes que representam. Pressionam secretários, prefeitos, governadores, se associam a lideranças empresarias, criam conselhos sociais e conquistam importantes avanços.

A violência pede respostas mais imediatas, já que trata de assunto que envolve vida e morte. No caso dos comerciantes e das famílias sujeitas à violência, que se sentem ameaçados pelos roubos patrimoniais quase diários, os diálogos e as parcerias são feitas diretamente com os grupos de polícias militar e civil que atuam nesses bairros, no período da violência e dos homicídios protagonizados pelos próprios integrantes das instituições de segurança. O resultado é o aparecimento dos justiceiros, seguranças privados que se dispõem a lançar mão das mesmas soluções imediatistas para amenizar os riscos representados pela ação dos bandidos. Os justiceiros afirmam agir em defesa dos valores da população trabalhadora, apostando no

extermínio daqueles que eles acreditam ameaçar esses valores. A parceria com a polícia matadora é decisiva para que esses seguranças privados possam agir impunemente e de forma violenta. O uso dos homicídios, portanto, e a reprodução dos métodos violentos da Polícia Militar, responsável institucional por lidar com a criminalidade, é também o elemento relevante na indução das escolhas nas comunidades mais vulneráveis à violência. Os justiceiros nascem do incentivo e da conivência com as autoridades que, em vez de coibirem os homicídios, os praticam como pretensa solução ao crime nas periferias.

O que se observa, portanto, são comunidades que ao mesmo tempo despertam a atenção dos analistas pelo nível de eficácia coletiva em suas comunidades, cujas demandas são articuladas pelos sindicatos, igrejas e partidos de esquerda, convivendo com homicídios. A solução imediatista encontrada para lidar com a violência foi proporcionada pelo contexto do período indutor de homicídios. Diadema, por exemplo, é a primeira cidade a eleger um prefeito do Partido dos Trabalhadores, ainda em 1982. Desde então, só elegeu prefeitos ligados a partidos de esquerda. O Jardim Ângela, na zona sul, foi um dos berços paulistanos dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, tanto a cidade da RMSP como o bairro da zona sul da capital são apontados nos anos 1990 como duas das regiões mais violentas do mundo.

A complexa realidade cotidiana dessas populações, ao mesmo tempo em que demanda articulações institucionais para conquista de direitos sociais, exigia medidas imediatas para a garantia de direitos civis, relacionados à própria integridade física e patrimonial dos moradores das periferias. Se as garantias sociais dependem do diálogo e da pressão junto a políticos em busca de votos e de legitimidade para exercer seu ofício, em um período de reabertura democrática as garantias dos direitos civis e da própria sobrevivência estão vinculadas às parcerias com as corporações policiais, ineficientes e incapazes de responder à altura dos anseios da população local. O que se testemunha nesse cenário das periferias da RMSP, portanto, são conquistas sociais que avançam, mesmo que lentamente, e direitos civis desrespeitados. Já que o Estado e as autoridades se mostram desinteressados

e incapazes de garantir esses direitos civis, parte da população se articula para preservá-los a partir de iniciativas privadas. Em parceria ou com a conivência dos policiais matadores, que agem nas franjas das periferias de São Paulo, com capilaridade para disseminar práticas homicidas para os territórios esquadrihados pelo comando. É assim que surge o período dos justiceiros no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, pela parceria com as instituições de segurança do Estado. Respaldados pela moralidade do extermínio, via homicídios, são novos personagens cujas ações contribuem para acelerar o crescimento da curva de homicídios e definir a configuração territorial da violência.

5.1) O contexto e a carreira dos justiceiros

No debate feito sobre o crescimento da violência em São Paulo, Silva (2004) vai definir os justiceiros como um tipo particular de matador, “estruturado a partir de traços culturais patriarcais, fortemente assentados na figura do chefe de família que, ao mesmo tempo, une atributos heterogêneos: protetor, autoritário, bondoso, violento (quando necessário), cumpridor das obrigações como pai, líder e trabalhador”.

O tempero final, entretanto, foi oferecido pelos regimes ditatoriais por intermédio de seu aparato repressor mais especializado (principalmente depois de 1964). Essa concepção manteve um diálogo permanente com a sociedade (especialmente as periferias urbanas), seja através de policiais exterminadores treinados sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (alguns deles justiceiros), através de militares e civis membros do esquadrão da morte ou do próprio comportamento permissivo das forças repressivas oficiais para que a comunidade fizesse justiça com as próprias mãos (SILVA, 2004: 114).

Na descrição de Adorno e Cardia (1997), os grupos de justiceiros compõem-se de

civis, cidadãos comuns, moradores dos bairros populares, que agem sob o contrato, acordo ou cumplicidade de outros agentes sociais –

notadamente policiais, comerciantes, moradores tradicionais – os quais não se envolvem diretamente nas ações. Suas vítimas compreendem cidadãos, quase sempre originários da mesma localidade, considerados delinquentes ou portadores de antecedentes criminais (ADORNO; CARDIA, 1997: 2)

Entre 1980 e 1989, Adorno e Cardia identificaram em jornais 184 casos de homicídios praticados por grupos de extermínio, vitimando adultos e 34 crianças em São Paulo. Em 1990, contudo, fazendo um balanço dos 15 anos anteriores, a polícia calculava que cerca de mil pessoas haviam sido mortas por justiceiros na Grande São Paulo¹⁸. Conforme Adorno e Cardia, os justiceiros são civis, muitas vezes pequenos proprietários, empregados do comércio, pedreiros, trabalhadores da construção civil, etc., que atribuem sua trajetória a alguma violência grave sofrida pessoalmente ou pela própria família. Em geral, eles atuam na mesma região em que têm domicílio e podem receber e cobrar taxas de proteção de moradores ou de comerciantes locais. Os anos de 1983 e 1984, 1986, 1987 e 1988 são aqueles que contêm maior quantidade de casos envolvendo justiceiros na imprensa, provavelmente por conta do maior interesse dos jornais pelo tema (ADORNO; CARDIA, 1997). Os casos recorrentes publicados nos jornais de mortes praticadas por justiceiros e a pressão da imprensa nesses três últimos anos levariam a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a criar o Grupo Antijusticeiros da Divisão de Crimes contra o Patrimônio (Deic), em 1987.

Esse novo contexto social, portanto, cenário de instabilidade social e de desordem nos territórios onde os policiais militares já matavam, abriu espaço para que o extermínio e os homicídios passassem a ser praticados por iniciativa dos próprios habitantes locais, em defesa da segurança e dos direitos dos trabalhadores. A disseminação rápida desse tipo de pensamento e de ação em diferentes territórios da RMSP, no entanto, deve-se também à existência e ao funcionamento dessa estrutura capilar da Polícia Militar, com batalhões e companhias descentralizados. A violência começa a se tornar um fenômeno territorial em São Paulo graças a essa capilaridade dos representantes do

¹⁸ O Globo, 27 de maio de 1990. Mil mortos no rastro dos justiceiros.

Estado, impregnados da subcultura da violência, que se tornam parceiros ou cúmplices dos justiceiros, encarregados do patrulhamento ostensivo em pontos remotos de São Paulo. A legitimidade da prática dos homicídios, supostamente a única alternativa disponível nos bairros mais distantes vistos como focos de desordem nos bairros centrais, é debatida pelos meios de comunicação em massa do período. Programas de rádios divulgam e reverberam essa solução informal e popular, disseminando e fortalecendo uma ideia que se transforma em ação nos lugares onde a realidade social estimula este tipo de escolha. O então radialista Afanásio Jazadji, em 1985, fazia um programa popular na Rádio Globo em São Paulo. Em agosto desse ano, segundo dados do Ibope citados por Jazadji, ele era ouvido por mais de 1,2 milhão de pessoas por minuto. “Bati o recorde do Ibope das rádios nacionais. Isso jamais será atingido porque diluiu a audiência. Abriam muitas rádios”, diz Jazadji¹⁹.

O programa era sobre os crimes que vinham assustando a cidade e o foco estava centrado nos casos ocorridos nas periferias. Tamanha era a popularidade do programa que um dos entrevistados, Francisco Vital da Silva, conhecido como Chico Pé de Pato, que se assumia na rádio como justiceiro do Jardim das Oliveiras, na zona leste, tornou-se sinônimo de justiceiro. Justiceiro e pé-de-pato tem em São Paulo o mesmo significado nos bairros violentos. Nascido em Campo Alegre de Lourdes, sertão da Bahia, Chico Pé de Pato chegou a São Paulo em 1973 e passou a viver na zona leste da cidade. Quando preso, em 1988, foi acusado de quatro homicídios – mas policiais diziam que ele havia cometido mais de 50 crimes. Jazadji conta sobre a participação de Pé de Pato na rádio, sobre como o justiceiro narrava a sua trajetória e como se tornou popular entre os ouvintes do programa como caçador de bandidos. A trajetória de Chico Pé de Pato e as motivações alegadas para começar a matar, por sinal, eram as mesmas que a de muitos justiceiros que contaram a jornalistas e policiais a respeito de suas trajetórias. Jazadji narra em entrevista a saga de Pé de Pato no seu programa:

¹⁹ Entrevista gravada, concedida em 2007.

Por que Chico Pé de Pato? Porque ele andava com os pés meio dez pras duas. Virou sinônimo de justiceiro, de matador. Ele frequentava meu programa. Eu tinha um programa muito popular, um policial de manhã e um de entrevistas ao meio-dia. Ele se tornou um habituê do programa. Por quê? Porque ele ia reclamar que tinha uma birosquinha no Itaim Paulista, mais precisamente no Jardim das Oliveiras, na zona leste. Era comerciante normal, nordestino, baiano, não chegava a 1,70, corpo franzino, precocemente cabelo grisalho, andava na rua e você não dava nada pra ele. Não devia ter 40 anos. Pai de família, esposa, filha. Os vagabundos iam lá, faziam despesa e não queriam pagar. Uma vez, duas vezes, três vezes, foi à delegacia. Na delegacia, aquela história de plantão, quem é, quem não é. Às vezes ele descobria o nome do sujeito e falava: fulano de tal. Ih, esse cara é barra pesada, nós estamos atrás desse cara. Se você pudesse dar um fim nele seria bom. Falando daquele jeito bem informal. Temos até medo de chegar perto dele. Os marginais voltaram outra vez. Ele foi na delegacia e denunciou. Nenhuma providência foi tomada. Os bandidos souberam. Se você voltar à polícia, vamos voltar e barbarizar com você e sua mulher, todo mundo. Ele era organizado, direito, pagador de impostos e novamente foi à polícia. A polícia nunca fez nada. Numa dessas, quando ele volta, estupram na frente dele mulher e filha de 14 anos. Ficou doido. O que ocorre? Ele e outros comerciantes do bairro formaram uma patrulha noturna, opala velho, porta amarela, para-choque verde, montaram uma patrulha noturna pra dar segurança pra quem viesse tarde da noite. Em quatro ou cinco, eles faziam uma ronda. Eram conhecidos dos policial civis e militares da época. Nessas e outras eles pegavam esses marginais. Muitas vezes os policiais chamavam: 'vocês têm mais condição de se infiltrar'. E ele foi matando. Durou meses. Ele ia à rádio reclamar que era vítima de marginais e que a polícia não tomava providências. Fora do ar, em off, contava que eles [os policiais] mandavam mesmo era matar. Não faça isso, dá os nomes. Eu sempre tentando aconselhar, administrar, não faz isso. Ele vinha do Itaim Paulista, duas, três vezes por semana estava na rádio. Num belo dia, o que ocorre? Um PM à paisana, um cabo lá da região, estava num bar e eles apareceram com o carrão. O PM estava armado, quando viu quatro ou cinco descendo do carro, pensou que fosse assalto. O PM tentou prendê-los e ele matou o cara. Jogaram o PM no meio da rua. É só mais um. Cruzaram com a viatura da PM: 'tem mais um presunto'. Quando a PM chegou, 'porra, esse cara é PM. Tinha programa às 8h da manhã, quando a própria polícia me ligou. Estamos atrás do Chico Pé de Pato porque ele matou um PM. Matou um PM? Como isso? Não cabe na cabeça de ninguém. Eu dei a notícia. Aí o Chico me liga e eu boto ele ao vivo. Queria pedir desculpas, não sabia que era PM, mas eu sei que eles querem agora fazer a minha pele. Aí os jornais todos falando do Chico Pé de Pato, Chico Pé de Pato. Ele escondido. Todo dia, ele me ligava. A polícia toda procurando o cara. Num sábado, ele me liga. Eu dizia 'se entrega, Chico, se entrega, esclarece'. Num sábado, ele me liga, 'Afanásio, eu quero me entregar pra você, tô com medo que a PM me pegue. Ok, tudo bem, deixa o programa terminar. Terminou o programa, ele me ligou. Deu a coordenada onde estava. Eu chamei

um amigo de infância, o delegado Guaracy Moreira Filho, da Homicídios, pegamos um opala da rádio e fomos ao encontro com o Chico Pé de Pato. Opala azul sem logotipo. Nos encontramos com uma Kombi que iria nos levar ao Chico Pé de Pato. Fomos entrando, seguindo a Kombi, vamos indo pro bar dele, entramos no lugar, tinha duas a três mil pessoas na rua. Quando eu passava, o pessoal aplaudia. Abriram o bar pra entrar de ré com o Opala. Cadê o Chico? Ele estava dentro de casa o tempo todo. A polícia não veio me procurar aqui. Coloquei ele no porta-malas do carro. Vou chamar o fotógrafo do NP. Fez fotos dele pelado, de frente, de perfil, para entregar à polícia. O homem está inteiro. Cinco ou seis carros dele me escoltaram até a rádio para que não houvesse interceptação no caminho. Se houver, temos que entregar. Na rádio, chegamos por volta das 13h30, tomei o depoimento dele, sete ou oito laudas, levei pro estúdio. Ele queria argumentar que não fez premeditado. É vítima de maus policiais. Polícia induziu. Matou por engano e a casa caiu. Levei pro Garra, foi pra casa de detenção. Arrumei advogado. Vamos alegar insanidade mental. Pediram que eu conseguisse boa colocação na casa de detenção, matador chegar lá, imagina. Antes disso, ele foi ser ouvido num dos processos na 4ª Vara do Júri da Penha. Terminou meu programa e telefonam da Rota. Estamos precisando de você urgente. Ele tem que ser levado pro fórum e tem umas cinco mil pessoas lá. Estamos com medo e gostaria que você nos ajudasse a levar o cara. Corre pra lá. A Rota foi me buscar em casa. Olha só que cena. Pra você ter uma ideia. Ele chegou em carro de preso. Eu fui sentado no capô do carro, com megafone pra abrir caminho pra aquele pessoal todo, o povão todo, queria saber como ele estava, se ele está bem, até entrar no fórum. Eles queriam saber se ele estava bem. Pediram pra ficar lá até o fim da audiência. Eu saía pra falar, fiquei com ele, para dizer que ele estava bem. Fiquei lá até o fim da audiência, fico com ele. O pessoal se condoia com ele. Todos se identificavam com ele. É um pai de família. A partir do momento que passou a correr o boato, tá matando bandido, os bandidos somem. Era o capitão Marco Antonio da Rota, hoje coronel aposentado. Depois de algum tempo foi para o Manicômio Judiciário. Pouco meses depois, numa noite chuvosa, forjaram tentativa de fuga e ele estava numa cela sozinho. Tipo de uma solitária. Os caras arrebutaram aquilo, retorceram e mataram ele com mais de 90 estiletagens, no final de 85/86, não chegou em 87. Esta é a história do Chico Pé de Pato. Uma tremenda história. Virou sinônimo de matador. Ele era um justiceiro, procurou o Estado, polícia e não fizeram nada.

O jornalista Antônio Marcos Soldera também entrevistou Chico Pé de Pato nos anos 1980, quando ele trabalhava no jornal *Notícias Populares*. Nessa época, segundo relatos dados ao repórter, Chico Pé de Pato já havia matado mais de 100 pessoas e ganhava popularidade no bairro onde atuava. O jornalista conta que o justiceiro foi levado ao encontro dele por uma “barca”:

veraneio da Chevrolet, carro da polícia militar, com quem Chico atuava em parceria. “Os bandidos tremem em ouvir falar de Chico Pé de Pato e fogem apavorados ao avistar o Opala amarelo de rodas pretas no qual ele comanda seu mutirão contra o crime”, escreveu o autor, em reportagem que só foi parcialmente publicada. O jornalista explica o motivo:

A ideia era engordar a lista de justiçamentos de Pé de Pato, para mostrá-lo como um verdadeiro herói da zona leste, ou mais propriamente da região do Itaim Paulista. No entanto, nesse meio tempo, Chico matou, por engano, um policial militar. A casa caiu. Teve que puxar o carro. A polícia, que antes fornecia as indicações de quem seria justificado, agora queria liquidá-lo”²⁰.

“Em menos de meia-hora, consigo juntar dois caminhões de caçadores de bandidos”, disse Chico à época ao repórter, que também entrevistou moradores. A comerciante Maria Givaneti, que morava no Jardim Elba e teve a padaria assaltada 14 vezes, disse que Pé de Pato ajudou a trazer a tranquilidade de volta ao bairro. “É impressionante a popularidade de Chico Pé de Pato no Jardim Elba”, escreveu o repórter.

Os primeiros casos relatados por policiais da época como crimes de justiceiros, semelhantes aos que viriam acontecer nos anos 1980, datam do fim da década de 1970 (MINGARDI, 1991). Segundo esses relatos, o grupo de Geraldo de Oliveira Pereira, vulgo Geraldão, começou em 1977 sua carreira como homicida atuando principalmente em Santo Amaro, Jardim São Luís e Capão Redondo, na zona sul da cidade. Ao Geraldão são imputados seis homicídios, embora se acredite que ele tenha matado o dobro. Em 1983, ele foi assassinado a tiros, facadas e pancadas na cabeça²¹. Mas aos poucos foram surgindo outros e nos anos 1980 a prática se disseminou por toda a cidade. O caso mais notório a ganhar destaques nos jornais surge no começo dos anos 1980. O soldado da Polícia Militar Florisvaldo de Oliveira, que ficou conhecido como Cabo Bruno e que depois das acusações acabou sendo expulso da corporação, é destaque nos jornais ao conceder entrevistas se assumindo

²⁰ Publicado pelo autor no Blog amsoldera.blogspot.com, onde ele também publicou as laudas engavetadas pelo jornal *Notícias Populares* sobre o tema. Acesso em 15/05/2012.

²¹ Jornal Folha de S. Paulo, 26 de agosto de 1990. Em SP, início foi nos anos 70.

como “caçador de bandidos”²². Cabo Bruno tem origem interiorana, nasceu na cidade de Catanduva e era chefe de família quando ingressou na carreira criminal. Como policial militar, ele foi treinado e formado nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, assim como o sargento Davi e o tenente Pereira. Em entrevista à televisão, dada em 1984, ele disse ter perdido a conta do número de homicídios que praticou, assegurando que era mais de 33. Em novembro de 1984, em entrevista ao repórter Valdir Sanches, depois de cinco meses foragido do presídio Romão Gomes (ele voltaria a fugir novamente em 1987), afirmou que havia matado mais de 50. Agia nos bairros de Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo e Cidade Dutra, na zona sul de São Paulo, e começou a matar em janeiro de 1982 durante as folgas na PM. A origem da carreira de homicídio e as motivações de um dos justiceiros mais famosos de São Paulo se parecem mais com a trajetória de outros policiais matadores, como a do tenente Pereira. Testemunha as dificuldades do trabalho policial, a violência, a impunidade e a ineficiência da corporação e então decide aplicar a Justiça por conta própria. A lentidão e a ineficácia da Justiça, diante de um cotidiano arriscado de prender bandidos que fazia parte da Polícia Militar, transformam o homicídio em um aparente atalho para ele fazer justiça.

O reconhecimento pelo trabalho dos justiceiros no período nos bairros onde atuavam é tamanho que sua tarefa chega a se confundir com a da própria polícia, cujos integrantes são chamados para parcerias. Quando trabalhava no Capão Redondo, o sargento Davi conta como foi intimidado, em 1987, por Adalton Pereira Novaes, justiceiro que atuava em Campo Limpo, Capão Redondo e Cidade Dutra. Para os policiais militares que atuavam em bairros violentos, com pouco efetivo de homens, o convívio com justiceiros precisava ser administrado, já que ambos jogavam no mesmo time contra os “bandidos locais” por meio dos homicídios. Davi se negou a participar do grupo de justiceiros. Mas depois, foi preciso contornar a situação. Apesar da negativa, Davi tentou manter um convívio amistoso com Adalton. O conflito entre os dois se iniciou somente depois que Davi sentiu-se ameaçado, ao tentar cumprimentá-lo em um bar, sem ser correspondido.

²² Entrevista dada ao repórter Valdir Sanches em 20 de novembro de 1984 para a Revista *Afinal*.

Eu tinha acabado de ser promovido a segundo sargento em 1987. Fiz uma grande operação na favela, 30 polícias, matamos três bandidos que estavam aterrorizando a favela. A população saiu e bateu palma. Chegamos lá no PS, no Piratininga, os caras baleados. Graças a Deus, eu fui forte. E nós tínhamos sofrido também. Ocorrência de horas. O Gil Gomes era chegadão aqui da área, Afanásio. Todo dia tinha história no Afanásio. Nisso, um cara me chamou de lado, Adalton, um dos cabeças (dos justiceiros na zona sul). Ele falou: aí sargento, a gente tem que dar um jeito de se unir, os vagabundos estão dominando a área. Vamos se unir pra combater melhor esses caras. Eu falei: 'eu sou polícia. Estou de serviço. Quando estou de folga, tenho minha vida, tenho minha família. Eu não saio em hora de folga. Na polícia, eu tô aqui'. Esse cara virou a cara comigo. Passou um tempo, eu estava acompanhando uma amiga na mudança. Tinha uns ladrões ameaçando ela, e eu fui dar uma força. À paisana. Parei meu carro e falei: 'vai fazer a mudança, estou aqui'. Se os caras aparecerem, dou um jeito. Eu era meio louco. Tinha um bar. Estou parado ali e vejo o Adalton. Vou lá, pensei, o cara é conhecido meu, vou trocar uma ideia. Entrei no bar e o cumprimentei. Ele estava jogando snooker com outros oito caras. Olhei em volta, estava todo mundo armado. E eu sozinho. Fui devagar, encostei na parede. Fiquei olhando o jogo, dei um passo pra trás. Neste dia, eu estava de folga e estava tendo uma operação. Liguei 190, liguei pro Copom, vieram os caras, enquadraram e não acharam nada. Daí, eu fui lá. Falei: 'olha atrás do balcão, tá ali, tá lá'. Pegaram seis armas. Levou todo mundo pro distrito. E o Adalton foi junto. Aí eu tô trabalhando na área. Os caras vêm pra mim e falam. 'O Adalton quer te pegar. Falou que você é cagueta'. Eu falei: 'Cagueta?' Tá bom. E olha como é o destino. Sei onde ele mora. Vi um bêbado com bicicleta, todo ralado, a roda estava em oito, tinha tomado um capote, eu parei e ele falou, 'Roubaram meu revólver e foi o Adalton'. Agora eu cato o Adalton. Ele está na casa dele. Eu gostava de chegar a pé. Fui lá, pulei o muro e encontrei ele sozinho no portão. Falei: 'você anda falando que eu sou cagueta. Eu não sou cagueta, sou polícia. Polícia, quando está em desvantagem numérica, chama reforço. Eu não sou herói, a gente chama reforço. E fui lá, te cumprimentei você não me deu nem atenção. Então você tava armado, tem que te catar. Agora vou te prender porque você roubou o revólver do cara'. Falou pra mulher. 'Ô mulher, é o sargento Davi que está aqui', pra ela saber e eu não poder matar. Ela trouxe o revólver do bêbado. Só que ele tinha uma cobertura ferrada no DP. Não tinha jeito. Eu dei um susto pra... Eu falei: 'eu não tenho nada com você. Você tem seus problemas, eu tenho os meus, não quero saber da sua vida'. Foi lá no DP, não foi flagrante, não foi nada, no mesmo dia ele estava em casa. Você era polícia, levava o cara, vai reclamar pra quem. Não adiantava falar pro comandante. Você tem que saber viver. E foi indo. Os pés de pato aterrorizando. Aterrorizando.

No ano seguinte, Adalton seria preso e acusado de envolvimento em uma chacina com sete vítimas na Padaria Nova Paulista, no Jardim Santo Eduardo, Embu, na Região Metropolitana de São Paulo. Era janeiro de 1988 e um grupo de nove pessoas fazia uma batucada. Seis matadores desceram do carro, dizendo que eram do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). Junto com Adalton estavam mais três justiceiros da zona sul: Eronides de Oliveira Moreira, o Índio, paulista de Lutécia, acusado da autoria de dez homicídios no Parque Arariba; Geraldo Felipe de Araújo, Geraldinho, cearense de Viçosa, acusado de três homicídios; Lerval Correia Freire, piauiense de Nazaré, morador do Campo Limpo, acusado de outros dois homicídios. Na casa de Adalton foi encontrada uma foto em que ele bebia em um bar ao lado de outros justiceiros. Todos exibiam seus revólveres e pistolas na cintura. Um suplente de vereador pelo Partido dos Trabalhadores, irmão de um comerciante da cidade, foi acusado de participar da chacina ao ter o carro identificado na cena do crime²³. Professor no Jardim Santo Eduardo, Adilson Santos Martins, explicou em entrevista o papel que era exercido pelos justiceiros na cidade:

Quem era o justiceiro? É algo semelhante ao transporte alternativo. Empresa de ônibus de manhã, com 10 ônibus, leva as pessoas para a cidade, mas na volta manda só seis. Quem aparece? Os perueiros. Para quem a pessoa pode reclamar? O transporte coletivo nasce do descaso das autoridades do transporte com a população da periferia. O justiceiro nasce do descaso das autoridades policiais com a população da periferia. Existem pessoas que não respeitam ninguém, que quer ser o dono do pedaço, sai com revólver e quer mandar em todo mundo. A comunidade denunciava essa pessoa e o marginal algumas horas depois estavam livres. Dão risada na cara da comunidade e ainda voltam pior do que antes. Os justiceiros jogaram um balde de água fria na ansiedade dessa gente. Quando os justiceiros chegavam, os bandidos iam embora. Na escola que eu lecionava, estudava a filha de um justiceiro e quando ele ia buscar a menina todos os bandidos sumiam de perto. O que eu fazia? Eu chamava ele para entrar, para tomar cafezinho na escola²⁴.

²³ Jornal da Tarde, 1º de fevereiro de 1988. Fim da batucada: sete mortos. 2 de fevereiro. A Chacina.

²⁴ Entrevista gravada feita em 2002.

Cabo Bruno, um dos justiceiros mais conhecidos do período, apesar de ser policial militar, agia nos momentos de folga e acabou sendo expulso da corporação. Ele contou sobre o começo da carreira e suas motivações ao repórter Valdir Sanches. Ao contrário do discurso da maioria dos justiceiros que surgiram em São Paulo ao longo dos anos 1980, Cabo Bruno nega que ele e familiares tenham sido vítimas de violência. Na entrevista, posou com armas em punho e um pente de munições cruzado sobre o peito. Mostrou o rosto, apesar de estar havia cinco meses foragido do Presídio Romão Gomes da Polícia Militar. Estava em uma ampla fazenda onde passaria a trabalhar como segurança privado. Sanches conta que a entrevista ocorreu por iniciativa do justiceiro²⁵. Um intermediário ligou na redação da revista *Afinal* sugerindo o encontro ao editor-chefe, Fernando Mitre, que aceitou a oferta. Cabo Bruno falou sobre o começo da carreira a Sanches:

A minha ideia de começar a agir começou logo que eu mudei para o Jardim Selma, no bairro da Pedreira (zona sul de São Paulo). Como policial eu já tinha visto muitos atos de violência. Prendido muitas pessoas. Nunca aconteceu nada com a minha família e nem comigo mesmo. Mas eu não esperei acontecer para que eu tomasse providência. A meu modo. Porque se for fazer na polícia não tem condições. Você prende o elemento, no dia seguinte ele está solto, na rua, te ameaçando. Então, eu já estava a fim de começar uma limpeza mesmo, e aí iniciei um levantamento no bairro, dos elementos que tinham passagem pela polícia etc. (...) Na realidade, eu também sei que o que foi feito foi errado. Foi um negócio que eu não devia fazer. Devia o quê? Devia pensar que tem justiça para cuidar disso aí. Tem lei. Eu não devia me envolver nisso. Mas cadê a lei? Cadê a Justiça? Então, quer dizer, eu fiz do meu modo. (...) O que eu acho que eu sou? Um justiceiro, um protetor... Eu me considero como se fosse um protetor da sociedade, pelo que eu fiz. Na época eu achava isso, que estava protegendo a população. Então eu me sentia bem, como me sinto hoje, em ser o que sou. Não me envergonho, mesmo que uma pessoa seja contra mim. Eu dou todo o direito de uma pessoa ser contra mim. Já estive com várias pessoas que me disseram que eu agi errado. Certo. Até o momento em que não acontecer nada com sua família. A mesma coisa com esses caras dos direitos humanos. Enquanto não acontecer nada com a família deles, estão aí, pau na polícia, pau na polícia...

Se existissem pelo menos uns sete ou oito iguais a mim, acho que melhorava 100%. Estariam eliminando os elementos que incentivam

²⁵ Durante conversa sobre os bastidores da reportagem.

os outros, entende? Porque cortando o mal pela raiz... Você fala, pô, mas vai matar garoto de 13, 14 anos... Mas é aí que tem que morrer. Porque os piores são eles [*conta a história de um menino que matou uma mulher grávida*]. Putz, tenho tanta dó que se eu pudesse estrangular um por um... Eu tenho uma revolta tão grande que eu não consigo sentir dó de ninguém. (...) Eu tenho muita bronca do pessoal dos direitos humanos. Na realidade, esse Dom Paulo Evaristo é o responsável por tudo o que os direitos humanos fazem. Ele defende muito banditismo. Os bandidos podem fazer o que bem entende. Ele não critica não. Em todos os debates que já vi na TV ele é sempre diferente dos outros. Também me dá raiva os advogados que põem contra mim, três, quatro para me acusar. Por que eles põem tantos advogados assim tentando me incriminar, se eu só matei marginais?

Com poucas exceções, os justiceiros são migrantes rurais, apegados aos valores tradicionais das pequenas cidades onde cresceram. Acreditam nas oportunidades e nas perspectivas de futuro oferecidas pela cidade, aproveitadas por aqueles que estão dispostos a trabalhar. Normalmente, descrevem o começo da trajetória de violência como um percurso que se inicia em defesa da honra pessoal ou familiar. Apesar do contexto favorável aos homicídios e do aval aparente das instituições de segurança, o ingresso na carreira costuma estar relacionado a uma agressão marcante sofrida por eles ou pela família. Diante desse evento inesperado, as alternativas de justiça são escassas no lugar onde vivem: como não se pode contar com a Polícia, resta se calar ou responder aos agressores por meio da violência. Em cada um dos casos, fica difícil apontar o que determinou cada uma das escolhas homicidas. Inegável que o contexto moral favorável aos homicídios é determinante.

Há, no entanto, aqueles que praticam os homicídios e aqueles que somente apoiam ou dão suporte a esta solução. A diferença, além da própria personalidade e da moral individual, está vinculada à trajetória de cada um. Pelos relatos, aqueles que sofrem agressão estão mais sujeitos a ingressar nessa carreira de violência. Fato é que depois do primeiro homicídio, as escolhas e o cotidiano do assassino se transformam. Como os justiceiros não têm a farda e os colegas da corporação para lhes proteger, eles precisam fazer alianças para continuar na carreira de matador e evitar retaliações dos inimigos e criminosos que agem no bairro. O próprio risco de vida iminente o levava a matar pessoas suspeitas, situação que o induz também a escolhas homicidas cada vez mais recorrentes e gratuitas. O critério do justiceiro torna-se pessoal

com o passar do tempo, voltado à própria salvação e não mais exclusivamente aos supostos interesses da comunidade. A aliança com outros criminosos que o ajudam a garantir o sustento e a se defender dos inimigos acabava sendo o caminho natural. São trajetórias vinculadas aos territórios onde eles agem nas periferias da metrópole. Os justiceiros começam induzidos pelo contexto moral favorável à violência, provocados pela agressão de terceiros, normalmente acusados de serem bandidos locais. Praticam um homicídio em resposta, mas seguem a carreira em situação vulnerável, chantageados por policiais, ameaçados por vizinhos. Precisam matar rivais potenciais e reais para continuar agindo nos bairros onde atuam, até serem presos ou assassinados.

Se a zona sul da Região Metropolitana concentra alguns dos casos mais famosos de justiceiros, esse tipo de ação se repete em praticamente todas as periferias de São Paulo. Na zona norte da cidade, entre 1983 e 1987, nas favelas da Funerária e Marconi, Rivadávia Serafim da Silva, o Rivinha, foi um justiceiro suspeito de ter cometido com seu grupo cerca de 200 homicídios. Ele era cearense da cidade de Pena Forte. Tinha menos de 1,60 metros, pesava perto de 45 quilos e dizia que começou a matar depois de ver a mãe, mulher e filha violentadas (CARBONE, 2008). O pernambucano José Magno da Silva, conhecido como Zé Magrela, que segundo os jornais amarrava infratores em postes e troncos de árvores para ajudar a polícia na zona norte, também fazia parte do grupo de Rivinha²⁶. Chico Pé de Pato era de Campo Alegre de Lourdes, sertão da Bahia, e agia na zona leste. Na zona sul, Jonas Félix da Silva atuou como justiceiro em bairros como Jardim Ângela, Jardim das Rosas, Jardim Nakamura e na cidade de Embu-Guaçu. Era de Limoeiro, Pernambuco, ex-pedreiro, vigia, vendedor de frutas e foi acusado de cometer 34 homicídios. Diz que começou em 1985 depois que teve a casa no Rio Pequeno roubada e a mulher, Letícia, estuprada²⁷. Os pernambucanos Gilvam Brás da Silva e Francisco Alves de Souza atuavam em Guarulhos, na zona norte da Região

²⁶ Jornal O Estado de S. Paulo do dia 23 de junho de 1987: Rivinha, o justiceiro está preso no Nordeste

²⁷ Entrevista dada ao jornalista Kiko Nogueira na Revista Veja de 7 de abril de 1996.

Metropolitana²⁸. Também era pernambucano Ivanildo Gomes de Freitas, o Zoreia, da cidade de Prazeres. Em 1988, tinha 33 anos e era acusado de 60 homicídios em Osasco, na zona oeste da Região Metropolitana. Em 1984, na primeira vez que foi preso, vizinhos foram protestar em frente ao Fórum Criminal João Mendes, no centro de São Paulo. Em 1987, quando estava na Casa de Detenção, Zoreia escreveu a Jazadji pedindo a construção de um presídio só para justiceiros²⁹.

O trabalho, assim, aparece como uma forma de enfrentamento e afastamento da violência, como regra de organização social capaz de coibir os impulsos para as transgressões com a promessa da satisfação posterior. As festas, os jogos, o crime e a violência estimulam impulsos de satisfação imediata (BATAILLE, 1988: 28 apud CARBONE, 2008). Rivadávia Serafim da Silva, o Rivinha, deu entrevista em 1999, quando estava preso no Centro de Observações Criminológicas, em que explica a motivação e os valores por trás da decisão de matar, que estão diretamente vinculados à realidade e ao contexto em que vivia. Esse contexto violento, segundo Rivinha, e a ousadia dos ladrões direcionaram as escolhas que tomou em defesa da própria integridade física e dos valores dos trabalhadores que com ele conviviam.

... pessoal traficante bandido, eles chegava na sua casa e diziam assim quero dormir com a tua mulher hoje, cê tinha que pegar a mulher e levá pra eles dormir, pegava aquelas criança e estuprava vendia drogas, barbarizavam, hora do silêncio, eu ligava uma radiola assim, quando dava umas sete e meia, aquela radiola era ligada e quando você ligava a sua radiola eles quebrava tomava, bagunçava. Cê comprava um barraquinho, eles mandavam quebrá, então aquele grupo de bandidos ali... barbarizavam, sabe o que é barbarizá? Chegava aqueles cabra ali e cê tinha que pagá aquela taxa de proteção, era um negócio forçado mesmo...eu vivia bem, era trabalhador... Eles não respeita pai de família certo, eles não respeita ninguém, eles só ficam de olho em você se você entregar morre, é por isso que aí se cria o justiceiro, se cria uma pessoa como eu, cria a revolta, eu fiquei revoltado mesmo, devia ter ido embora.... (CARBONE, 2008: 178)

²⁸ Jornal O Estado de S. Paulo do dia 13 de agosto de 1987. Justiceiros confessam 5 crimes em Guarulhos.

²⁹ Folha de S. Paulo do dia 7 de fevereiro de 1988. Crime, dinheiro e poder formam a vida dos justiceiros em São Paulo.

O justiceiro seria aquele pai de família..., é um pai de família assim como eu que trabalhou, que chega na casa dele, barbarizaram a casa dele estupraram. Então ele se revolta daquele dia pra frente, ele procura a polícia a polícia não dá boi, então ele vira justiceiro... e matador de aluguel, é aquele eu vi muito no Norte, no Nordeste, conta essas histórias do fazendeiro que chega se tem alguma discórdia, o cara te dá cem milhão pro cê tirar a vida de uma pessoa, aí vem ele vai lá e mata, então ele vive disso aí. Ele mata quando dá o dinheiro sem ter raiva, nada.. Pistoleiro é a mesma coisa, é os cara que atira bem, que atira pá e não erra o tiro, então o que acontece e o matador é isso aí, mata pra ganhar dinheiro, cê vê ele não sai matando ladrão nem pai de família, tanto faz matá pai de família, como a senhora mãe de família, pra ele tanto faz, se dé dinheiro ele vai lá e mata, eu graças a Deus nunca fiz isso na minha vida, minha vida foi brigá com traficante, inclusive se eu quisesse eu matava, só que muita gente eu entreguei pra polícia.... (CARBONE, 2008: 176)

... não! isso aí é uma coisa que eu detesto, nunca tirei a vida de uma pessoa pra ganhá dinheiro, se o cara me desse cem milhão eu acho que é a coisa mais errada do mundo, você tira a vida de uma pessoa pra ganhá dinheiro, nunca matei ninguém, pra começa nunca matei uma criança de menor... (CARBONE, 2008: 183)

Existem regularidades empíricas que associam a identidade do justiceiro dos anos 1980 em São Paulo à sua origem cultural – normalmente associada à zona rural brasileira – e à sua trajetória individual de migrante. Chega normalmente esperançoso em vencer em São Paulo pelo trabalho, mas acaba seguindo por outros caminhos, depois de eventos inesperados que o induz a escolhas que o levam a tornar-se justiceiro – normalmente depois de ser vítima de violência. Para a população, eles representavam uma alternativa eficiente em um contexto de violência e de instabilidade, onde os valores tradicionais são ameaçados cotidianamente. Os justiceiros, nesse caso, por serem assassinos dos “vilões”, tornam-se heróis em vez de párias. João dos Santos, conhecido como João Balaio, paraibano, nascido em Serra Branca, foi um justiceiro famoso nos anos 1980 e atuava no Parque Santo Antônio, na zona sul. Em outubro de 1989, quando ele tinha 28 anos, cerca de 100 moradores do bairro invadiram o Hospital e Maternidade Piratininga para resgatá-lo. A polícia prendeu 19 invasores, mas quatro homens armados arrebataram a algema que prendia João Balaio à cama do hospital e o resgataram. João Balaio dizia que começou a matar depois do homicídio de seu irmão, Dimas

dos Santos, durante um assalto em 1984³⁰. Em janeiro de 1987, durante rebelião na Cadeia de Franco da Rocha, Pé de Pato foi assassinado com mais de 70 facadas pelos demais detentos. Nesse ano, o jornalista Afanásio Jazadji se preparava para iniciar o mandato de deputado estadual, cargo para o qual havia sido eleito em 1986 com 558.138 votos – recorde na história de São Paulo. A defesa dos justiceiros e do combate violento e sem tréguas ao crime havia ajudado a garantir a popularidade do deputado. Em 1987, Jazadji havia sido chamado para participar de um programa de entrevista ao vivo com o então secretário de segurança pública do governo Franco Montoro, Eduardo Muylaert. Jazadji justificou a ausência por meio de uma carta lida no programa, que explicava:

Por volta das 14 horas de hoje fui procurado na Rádio Capital, por cerca de três mil pessoas, homens, mulheres, crianças e idosos que haviam seguido a pé das favelas Marconi e Funerária, no Parque Novo Mundo, com faixas e cartazes até a avenida 09 de Julho, provocando transtornos no trânsito e a intervenção do DSV [Departamento de Operação do Sistema Viário], rádio-patrolha, Rota e tático móvel que garantiram sua caminhada pacífica e ordeira. As referidas pessoas estavam preocupadas com a possível eliminação, dentro da Casa de Detenção, do preso apelidado José Magrela, apontado como mata-bandido daquelas duas favelas. Diante do ocorrido na última semana no presídio Franco da Rocha, com Chico Pé de Pato, temem elas que Magrela tenha o mesmo fim. A população dessas favelas pretendia, portanto, garantias de vida ao favelado conhecido por Rivinha, também acusado de matar bandidos e que está foragido desde 1985 da carceragem do 19º Distrito Policial da Vila Maria. (...) Numa edição extraordinária, entrevistei algumas daquelas pessoas por volta das 2h30min desta tarde, colocando no ar, também por telefone, sua Excelência, o juiz auxiliar da corregedoria de polícia judiciária, doutor Wando Henrique Cardim Filho, dele obtendo compromisso de amplas e reais garantias a Rivinha, caso ele se rendesse.

Fernandes (1992) entrevistou três justiceiros que atuaram na cidade e na RMSP nos anos 1980, ex-integrantes da Polícia Militar, assim como seus familiares. Para a autora, os justiceiros seriam “homens decididos, que acreditam agir sozinhos em nome da classe trabalhadora e não com elas” (FERNANDES, 1992: 51). Segundo Fernandes, o custo desse “imaginário

³⁰ Jornal O Estado de S. Paulo do dia 7 de setembro de 1990.

heroicizado pela boa causa é o da luta que já não é coletiva, mas exemplar, que não visa à organização e resistência das classes trabalhadoras, mas que, ao contrário, esgota-se na violência terrorista em troca da ordem e segurança dos bons chefes de família”. Os justiceiros matavam como forma de dar exemplo e buscavam desse jeito garantir a ordem na sociedade em que viviam (FERNANDES, 1992: 51). Além das entrevistas em rádios e jornais, assim como o esquadrão da morte, era comum que os justiceiros usassem símbolos ou mensagens nos crimes que praticavam, como cravo vermelho e Bombril, lista de futuras vítimas colocadas em comércios e postes, que expressavam desejo de reconhecimento público (ADORNO; CARDIA, 1997).

De qualquer forma, os justiceiros só podem ser compreendidos no decorrer dessa análise longitudinal, em que sucede o esquadrão da morte e atuam em parceria com os policiais matadores. Eles são o resultado dessa trajetória que em São Paulo ganha suas especificidades locais – os justiceiros não chegam a se tornar personagens do universo criminal fluminense, por exemplo. Ao mesmo tempo, os justiceiros só podem ser compreendidos como personagens que antecedem a ampliação do universo do crime e das oportunidades de negócios ilegais na RMSP. Com a expansão das oportunidades e das redes criminais, o exterminador de bandidos, morador das comunidades periféricas deixa de fazer qualquer sentido, já que o crime passa a fazer parte do cotidiano do período. Ser bandido torna-se trajetória tolerada e respeitada, desde que o caminho seja trilhado respeitando os procedimentos desse meio e dos territórios onde agem os criminosos.

5.1.1) O fim do justiceiro e a ampliação da atividade criminal

Se o contexto social e as oportunidades respaldam inicialmente a ação de justiceiros e de policiais em São Paulo, as mudanças nesse mundo em transição transformam a maneira como esses atores enxergam o mundo e escolhem alternativas de ação. Os justiceiros, cuja identidade passa a ser assumida individualmente e se dissemina nas diferentes regiões das periferias de São Paulo, respaldados por comerciantes e por parte da população local, em parceria com integrantes das polícias, praticamente desaparecem dos

noticiários e das ocorrências policiais na segunda metade da década de 1990. Trata-se de um fenômeno social também ainda pouco abordado nas ciências sociais, mas importante ao evidenciar as transformações nas narrativas dos atores locais para justificar as mortes que se concentram nas periferias. É na década de 1990 que os homicídios ganham seus contornos mais cruéis, como fica evidente no crescimento contínuo dos casos de homicídios múltiplos ou das chacinas, que chegam a alcançar 98 casos anuais em 1999. Como mostram as entrevistas, inquéritos e processos de homicídios, a oposição entre trabalhador e bandido, no entanto, que antes parecia orientar a ação e as escolhas dos justiceiros, deixa de fazer sentido como justificativa para os homicídios nas periferias nos transcorrer da década de 1990.

Essa oposição segue a respaldar a ação dos policiais militares assassinos e a tolerância à violência policial nas periferias dos moradores dos bairros centrais e ricos. De um modo geral, os “bandidos” continuam sendo os grandes inimigos da cidade e das polícias. Mas nas periferias ocorre uma transformação importante nas narrativas dos homicidas para justificar os homicídios. Os “bandidos” deixam de ser apontados como inimigos preferenciais. Nesse novo mundo, protagonizado por uma nova geração formada pelos filhos dos militantes dos movimentos sociais e dos migrantes, “conformados com as permanências das crises”, onde trabalhar é uma possibilidade mais distante e a carreira criminal passa a ser tolerada como possibilidade de renda e de status (FELTRAN, 2008 a: 45-46). Agora, os criminosos precisam respeitar as regras e o chamado “proceder” das comunidades onde vivem, em um tenso equilíbrio que vai provocar inúmeros homicídios. O novo discurso do homicida, contudo, passa a se voltar contra aqueles que desrespeitam as regras do crime, da comunidade ou da honra individual. Eles são os “sangue-ruim”, os “vermes”, os “alcaguetes” ou “caguetas”, indivíduos sem proceder no crime ou no bairro onde vivem, os novos inimigos que merecem morrer, na visão dos assassinos (MANSO, 2005: 209). A aplicação da vingança ou o resgate da honra se democratizam e se disseminam, podendo ser aplicados por qualquer um que se sinta ofendido ou desrespeitado. Em São Paulo, a ação é praticada pela própria pessoa que se

sentiu atingida, individualmente ou com a ajuda de amigos. A missão não deve ser repassada a um terceiro, como matadores de aluguel, sem nenhum vínculo com o conflito. Matar por dinheiro nesse período, aliás, é considerado enorme desonra (MANSO, 2003: 28).

São realidades e visões de mundo que começam a se descortinar na São Paulo do final dos anos 1980, representadas pelas crises vividas pelos descendentes de migrantes, geração urbana nascida em São Paulo. O projeto operário de ascensão pelo trabalho já não faz sentido, o consumo é valorizado e a Igreja Católica perde espaço para os movimentos neopentecostais. São valores que passam a entrar em choque com a visão de mundo anterior, formada pelos migrantes vindos de um ambiente rural com expectativas de vencer nos grandes centros. O contexto social que respaldava o processo inicial de industrialização e de formação dos bairros de periferia, no entanto, sofre importante revés por causa da crise econômica e das mudanças tecnológicas e industriais, provocando efeitos importantes no mercado de trabalho. Esse conflito de geração é bem observado e descrito por Feltran (2008a;2008b;2010a;2010b).

Telles e Hirata (2007) também vão tratar dessa nova realidade e definir essa nova configuração social nas periferias de São Paulo como bazar metropolitano, situação que se repete em outras metrópoles mundiais. Na explicação dos autores, na metade dos anos 1980, se intensifica a “reestruturação produtiva e a chamada flexibilização das relações de trabalho”. Essa reestruturação fica nos limites incertos entre o legal, o ilegal, o clandestino ou mesmo o ilícito e delituoso (TELLES; HIRATA, 2007: 174). Conforme os autores, é nesse período também que as atividades ilícitas mudam de escala, se internacionalizam e se reorganizam sob as formas polarizadas entre empresários do crime que em cada lugar irão se conectar (e redefinir a) com a criminalidade urbana, em particular o tráfico de drogas. Nas ruas das periferias, fazendo o trabalho mais pesado e violento, estão os “trabalhadores precários” do mundo do crime e da droga, que se multiplicam na medida em que o varejo se expande e se enreda nas dinâmicas urbanas. São os integrantes dessa rede criminosa que, na visão de Telles e Hirata (2007),

passam a interagir com as dinâmicas urbanas e a compor o bazar metropolitano.

As narrativas homicidas que emergem e desaparecem nas periferias de São Paulo são reflexos dessas transformações e dos conflitos vigentes entre visões de mundo. Nesse contexto, em que o crime e a violência tornam-se um caminho cada vez mais tolerado e escolhido diante da quantidade crescente de oportunidades oferecidas, a carreira criminal passa a ser aceita desde que os criminosos saibam “proceder”. A atuação e a narrativa dos justiceiros, dessa maneira, que representavam a defesa privada e violenta desses valores tradicionais diante da ameaça desses novos acontecimentos que as instituições locais pareciam incapazes de barrar, deixam de fazer sentido depois que a força dessa nova realidade se mostra presente. Se o discurso que respalda a ação dos justiceiros perde força, no entanto, levando ao desaparecimento desses atores urbanos nos anos 1990, os homicídios continuam sendo cometidos e defendidos como solução para lidar com a desordem, solucionar conflitos, limpar o mundo, restabelecer a honra e se vingar. Os autores dessas mortes, no entanto, já assumem outro tipo de discurso e justificativa. Os chamados “bandidos sangue-bom”, ladrões com “proceder” e responsabilidade, são respeitados no mundo do crime e nos bairros das periferias, assim como são os demais trabalhadores. A figura de um personagem como o “justiceiro”, que mata “bandido” pelo fato de ser “bandido”, sem pesar a trajetória no crime, torna-se algo inadmissível.

Como constata Silva (2004), as mudanças no mundo do crime e as transformações profundas no mundo do trabalho fazem com que a ação messiânica e personalista dos justiceiros perca espaço já nos anos 1990, o que não significa que a justiça privada deixe de ser aplicada. Nesse cenário, como aponta Feltran (2010 a: 207), o mundo do crime, antes considerado o oposto diametral do mundo dos “trabalhadores”, surge como a atividade melhor remunerada e com alta disponibilidade de “postos de trabalho” para jovens de favela. Além disso, “o crime” passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio.

Ao mesmo tempo em que se consolida um novo olhar sobre o mundo nas periferias, com diversos reflexos no cotidiano local, começam a funcionar os controles formais e informais das instituições de segurança, que acabam sendo determinantes para que o desaparecimento da narrativa dos justiceiros ocorra de maneira rápida. Os casos de homicídios praticados por justiceiros publicados na imprensa pressionam autoridades a tomarem medidas contra esses matadores. Do lado das instituições do Estado, em 1988, o governador Luiz Antônio Fleury Filho anunciou a criação de equipes especiais para combater os justiceiros. No Grajaú, na zona sul, Severino Domingos de Oliveira, acusado de ser justiceiro e apontado como autor da chacina de seis pessoas ocorrida em 1987, foi o primeiro a ser preso pelo Grupo Antijusticeiros da Divisão de Crimes contra o Patrimônio. Em 1995, já cumpriam pena no Centro de Observação Criminológica (COC) 60 justiceiros³¹. Eles ficavam isolados dos demais presos, à espera de julgamento ou cumprindo pena, para que não existisse o risco de serem misturados com os demais presos e serem assassinados em rebeliões (MINGARDI, 1991). O controle informal dentro das prisões, aliás, também exerce papel preponderante. Assim como a perda gradual do apoio da população dos bairros violentos, que no decorrer dos anos percebe a fragilidade da justiça privada aplicada pelos justiceiros.

Existem fatos e testemunhos importantes que apontam a ocorrência desse processo. Em janeiro de 1987, durante rebelião na Cadeia de Franco da Rocha, Chico Pé de Pato já havia sido assassinado com mais de 70 facadas pelos demais detentos. Numa rebelião ocorrida em setembro de 2002, na Cadeia Pública de Embu, dois antigos justiceiros estavam entre os 11 mortos. Um deles, conhecido como Japa, que segundo testemunhas era responsável por “dezenas de mortes”, antes de ser preso, foi chantageado pela polícia para fazer serviços para eles. Japa morreu queimado na cela do seguro durante a rebelião. Esse tipo de controle social tornou-se um tipo de ação relativamente comum no universo do crime em São Paulo. A carreira de justiceiro estava fadada ao fim trágico, já que deixou de contar com o apoio e a conivência das instituições no final dos anos 1980 e da população de uma maneira geral. Para

³¹ Jornal da Tarde, 24 de setembro de 1991

agravar a situação, a trajetória individual dos justiceiros acabava inevitavelmente provocando inúmeros inimigos nas cercanias onde eles atuavam, cujos parentes ou amigos foram assassinados por eles. Defender-se de eventuais vinganças, como resultado, torna-se parte importante de seu cotidiano e preocupações. Se o justiceiro iniciava a carreira justificando os homicídios que cometia como atos em defesa da comunidade, com o tempo ele passava a seguir critérios puramente pessoais, relacionados às inimizades que arrumava. Essas escolhas acabavam distorcidas pelo medo e pela desconfiança, o que tornava o justiceiro um assassino quase imprevisível. Como afirma Rivinha:

... cê sabe que chega um momento que os moradores começa a ter medo, eles começa a ter respeito e ter medo, quando eu senti que as pessoas, às vezes, eu ia num bar compra guaraná, as pessoa não, não paga não, eu dizia pera aí, não é assim não, eu tirava e pagava... sentia um clima, teve uma época que o pessoal andava tudo com as profissional na mão assim, passava por mim com a carteira assinada na mão, não sou bandido, não sou bandido... mas o pessoal gostava muito da gente... (CARBONE, 2008: 184)

Se no começo Rivinha e Zé Magrela eram respeitados por eliminar supostos infratores, a polícia relata que, com o tempo, o grupo passou a cobrar taxa de proteção da população e a proteger quadrilhas de assaltantes. Uma das vítimas da quadrilha foi Terezinha Ribeiro de Souza, líder comunitária das favelas morta depois de denunciar os justiceiros à polícia³². Claramente as coisas começam a fugir ao controle e causam grande confusão. Em 1989, conforme relato de Morena, que vivia em Diadema e militava no Partido dos Trabalhadores, o justiceiro conhecido como Oliveira, que atuava no Campanário, também em Diadema, matou o cunhado dela, de quem era amigo de infância. O motivo, segundo a moradora, foi um mal entendido entre os dois. Ela conta que o cunhado de Morena tinha um sobrinho que usava drogas. Dias antes, o cunhado dela, que era pedreiro, recebeu a visita do justiceiro. O sobrinho dele também chegou. O cunhado de Morena deu a ele um toque para que fosse embora por causa do justiceiro. Oliveira se irritou com aquilo e

³² Jornal da Tarde, 11 de maio de 1987. Um aviso da delegada Maria aos justiceiros. Ela vai atacar.

assassinou seu amigo de infância³³. Em 1993, quando este justiceiro foi morto, segundo Morena, chegaram a soltar muitos foguetes no bairro. Jonas Félix da Silva, vulgo “Jonas”, que entre 1987 e 1993 atuou no Jardim Santa Júlia, Jardim Ângela, Jardim das Rosas, Jardim Nakamura, entre outros bairros da zona sul, quando foi preso na Casa de Custódia de Taubaté depois de fugir do COC, se alimentava só de Coca-Cola e bolacha de água e sal, evitando comer as refeições do presídio que eram preparadas pelos outros presos, já que temia envenenamento. Jonas também matou o melhor amigo, que conhecia desde a infância em Limoeiro, Pernambuco³⁴. Segundo conta na entrevista, o motivo foi uma conversa truncada, em que Jonas se sentiu ameaçado pelo companheiro. Sacou a arma e o atingiu com um tiro na barriga. Já com o justiceiro Vitão, na Vila Nogueira, em Diadema, ocorreu processo semelhante. Em determinado momento da carreira, as mortes em defesa da comunidade passam a ser motivadas por razões pessoais, decorrentes da própria trajetória trilhada pelos justiceiros. Como narra Laércio:

Do Vitão todo mundo tinha medo, inclusive os justiceiros. Entre os justiceiros, pelo menos três foi o próprio Vitão que matou. Dois eram fregueses, eu vendi o bar pra um deles. Como ele (a vítima) emprestou o carro pro pessoal ir a uma pescaria onde morreu o irmão do Vitão, ele foi assassinado. Ele (Vitão) relacionou todas as pessoas que organizaram a pescaria, o cara que emprestou o carro, o cara que pagou a gasolina, o cara que comprou a cerveja, o cara que dirigiu, ele matou um por um. Isso em 1993. Matou inclusive pessoas que o apoiavam. Cinco caras. Um deles não tinha nada a ver. Ele matou o dono do bar, ficou com medo de que o cara do lado fosse reagir e matou também. Na hora do almoço. Os caras chegavam num limite e não tinham mais noção de quem que mata. Ele só não matou um cara que encabeçou a pescaria porque eu disse: ‘se você matar o Zé Dito, você esquece suas amizade comigo. Disse isso correndo o risco, inclusive. Porque pra esses caras chega um limite que eles não têm mais amigo. (...) No começo da nossa relação, ele aparecia como protetor do comerciante, salvaguarda. Se precisar estou aqui. Mas chegou em um determinado grau eu não tinha mais isso. Chegou uma hora que se o cara tinha olhado pra ele, ele sacava o revólver e matava. Se não matasse naquela hora, marcava o cara pra matar depois. Chegou um ponto que não tinha mais limite de matar.

³³ Entrevista concedida a Marilucy Farias para o trabalho Diadema (MANSO, FARIAS e GALL, 2003)

³⁴ Entrevista dada ao jornalista Kiko Nogueira na Revista Veja de 7 de abril de 1996.

A escolha pelo ingresso na carreira, portanto, coloca o indivíduo em um novo patamar, transformando sua visão de mundo, que passa a levar em conta o alto risco de ser assassinado a qualquer momento. As escolhas passam a levar em consideração essa nova realidade e induzem a outros homicídios, que fogem ao controle do próprio indivíduo. Os critérios do justiceiro se personalizam e ele começa a ameaçar e se sentir ameaçado até mesmo por seus antigos apoiadores. Em poucos anos, ele deixa de ser visto como solução para a criminalidade e desordem, que não para de aumentar. Os homicídios continuam a crescer, num contexto de criminalidade ascendente, num mundo em que o justiceiro não encontra mais voz nem espaço.

5.2) Círculos viciosos

Os homicídios são ações cujas características lhes conferem um efeito social multiplicador, capaz de provocar novas escolhas homicidas quando praticados. Esses efeitos da ação assassina afetam tanto o contexto como o indivíduo. Em relação aos efeitos nos territórios onde ocorrem, os contextos com taxas mais elevadas de homicídios acabam provocando nos demais moradores o medo da morte. Esse medo de morrer se transforma em um indutor de escolhas assassinas, já que, quanto maior a chance de um indivíduo ser assassinado em determinado conflito, maior é o incentivo para que ele mate primeiro para sobreviver. Os homicídios, por sua vez, são decisões com efeitos concretos e públicos, que em São Paulo tornaram-se presentes no cotidiano daqueles que convivem com as vítimas. A presença rotineira de corpos baleados caídos nas ruas acaba tendo amplo e real impacto na localidade. É o resultado material e objetivo da escolha assassina, exposta a todos aqueles que passam pelo local onde ocorreu o crime. Como descrevem autoridades do Instituto de Criminalística e moradores locais, nessas décadas de violência, quando um corpo amanhecia na rua, ficava por dias exposto até a chegada dos carros do Instituto Médico Legal. Corpos de vizinhos na rua mostram como a escolha homicida é uma alternativa próxima e habitual para aqueles que vivem no bairro, que todos, portanto, devem levar em consideração quando estiverem diante de determinados impasses. Evidenciam

a tolerância das autoridades e das instituições de segurança com esses eventos, já que os homicidas continuavam livres, a matar, depois desses homicídios que cometiam. Os corpos nas ruas, de certo modo, sintetizavam o contexto moral e a tolerância das instituições com os homicídios.

Homicídios, nesse sentido, tendem a provocar novos homicídios quando o risco de ser assassinado no local em se vive se transforma em realidade objetiva, presente no dia a dia dos habitantes locais. É o que estudiosos definem como o efeito multiplicador dos homicídios. Trata-se de um fenômeno social autorrealizável, provocado pelas próprias especificidades do fato em si, em que o efeito agregado da ação acaba sendo maior do que o individual (FLAHERTY; SETHI, 2008: 2). São fenômenos não apenas territoriais, mas relacionados a grupos e identidades. Basta ver como os homicídios se tornaram um problema concentrado nos homens e jovens: as motivações desse fato social são compreensíveis, já que são os homens jovens os que mais temem morrer. Por isso, são também aqueles mais fortemente induzidos a matar quem eles temem, ou seja, outros jovens.

Para se ter uma ideia da frequência desses crimes em relação ao território, o Morro do Índio, região da zona sul que ficou em primeiro lugar no ranking em 1995, situado a meio caminho entre Jardim Ângela e Capão Redondo, registrou 141 casos de homicídios em área um pouco maior que a Cidade Universitária – 4,2 milhões de metros quadrados – durante período de um ano (NEV/USP, 1997). É como se nessa comunidade os corpos ficassem expostos dia sim, dia não. A cena motiva normalmente um ritual cotidiano em torno da tragédia: os corpos são rodeados pelos passantes, que especulam sobre as motivações dos homicídios, os erros das vítimas e a legitimidade do crime. Esses homicídios são também tolerados na comunidade; o autor do crime, mesmo quando conhecido, não é denunciado às autoridades por causa da lei do silêncio e dos riscos de sofrer retaliação; parentes e conhecidos da vítima tramam planos de vingança. As vítimas, cujos corpos amanheceram expostos, como mostram os dados (DHPP, 2006), são habitantes do bairro e conhecidos de toda a comunidade. Não é por acaso, portanto, que justamente

nos bairros onde as polícias e os justiceiros mais praticaram homicídios, nos anos 1980, que os homicídios se concentraram nas décadas seguintes.

Os próprios homicídios acabam inevitavelmente induzindo a novas escolhas assassinas e por isso é tão comum nas cidades com altas taxas de violência existir as “zonas de guerra” e os “reinos de paz”, ou seja, territórios com elevada concentração de homicídios, muitas vezes superior a outro bairro da mesma cidade.

Os habitantes desses lugares veem diariamente mais corpos nas ruas do que os habitantes dos lugares pacificados; e os moradores desses bairros têm mais colegas, amigos, vizinhos e demais conhecidos assassinados. Os homens jovens, além de se sentirem mais vulneráveis, têm um círculo de amizade cujos integrantes morreram ou foram para a prisão ao longo das décadas de 1980 e 1990. Foi nessa época em que os jovens das periferias acima de 25 anos começaram a se chamar de “sobreviventes”. Esses efeitos presentes no cotidiano são revelados nas entrevistas dos moradores locais. Adriano, que em 2010 era educador social e tinha 30 anos de idade, viveu a adolescência no Jardim Ângela, na zona sul. Assim como a maioria dos jovens dessa época, ele perdeu muitos conhecidos, colegas e amigos assassinados. Adriano procurou trilhar um caminho distante do crime, o que não o impedia de vivenciar a violência no cotidiano do bairro:

Naquela época, a impressão era de que você não ia passar dos 18 anos. Não tenho nem cálculo (dos amigos e conhecidos que morreram), mas foram muitos que morreram, que não tiveram a oportunidade que eu estou tendo. Mas fazer o que, né?, é coisa que a gente não tem como prever que vai acontecer. Velório, enterro era programa frequente. Final de semana a gente já adivinhava. Era o Luisão na certa (enterros no Cemitério São Luís, na zona sul). Era mais no final de semana que a gente ia. Para mim ficou só aquela rotina. Será que eu vou passar dos meus 20 anos? Porque a maioria também não foi (morreu) porque passou pra vida do crime. A maioria, vamos dizer, foi por causa de festa mesmo, tipo, você ia numa festa, arrumava uma briga, sempre tem uma pessoa que quer ser melhor do que você, e essa pessoa tem uma arma, você pensa que não, e vai pra cima. O covarde atira, né? Mas hoje em dia, eu vou falar pra você, eu me sinto um cara premiado, com 30 anos, estou vivo ainda. Eu me sinto premiado. Por aquela época, porque eu sempre gostei muito de andar, não gostava de ficar em casa, gostava de curtir um

salãozinho, dançar, sempre você ia pra uma festa, pegava uma menininha. Por isso que eu digo pra você que sou privilegiado.³⁵

A professora Jucileide, diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Oliveira Viana, no Jardim Ângela, na zona sul, calcula que entre final dos anos 1980 e final dos anos 1990 perdeu mais de 100 alunos da escola, assassinados. Ela se recorda que nos feriados prolongados, como carnaval e férias, morriam diversos estudantes e na volta para a escola ela chamava outros alunos para saber quem havia morrido.

Receber a notícia [*do homicídio*] não era o pior. O pior é saber que vai morrer e não poder fazer nada. Você chamar o garoto, pelo amor de Deus, vai embora, você vai morrer. Eles respondiam: 'o dona Ju, quem está vivo morre. Pra eu morrer, tem que me matar, chegar perto de mim'. Eles brigavam, esses grupinho, brigavam nas ruas, mas a notícia chegava aqui. Eu chamava e falava 'pelo amor de Deus, estou sabendo que você vai morrer, vai embora'. 'Não vou'. 'Então não aparece aqui'. 'Dona Ju, quando eu venho aqui dentro eu venho limpo', limpo era desarmado. 'Aqui estou limpo, mas aqui ninguém mexe'.³⁶

Vando, morador do Jardim Ângela e irmão de três jovens que nos anos 1990 se envolveram em inúmeros homicídios, história cujos detalhes serão narrados mais adiante, morava em uma casa de três andares onde de cima da laje podia empinar pipa e testemunhar diversos tiroteios e mortes. Assistia às cenas sem medo, achando que os homicídios, cometidos por jovens conhecidos seus, que deixavam o local do crime andando no meio da rua, sem receio de serem vistos e presos, eram ações normais.

Eu me lembro que antes dos meus 13 anos [*de 1984 a 1997*] eu vi oito pessoas sendo assassinadas na minha frente. A gente acaba guardando o número porque depois conta a história. Na época era pra contar as histórias da molecada: eu vi acontecendo isso, eu vi fulano morrendo, e você acaba gravando. Isso até pra comentar depois. Teve caso de dez metros na minha frente, como teve caso de 50 metros. O último caso foi aqui na rua mesmo. Eu lembro o primeiro caso, eu estava aqui na laje soltando pipa com o meu primo e a gente começou a ouvir um monte de tiros, bem próximo de duas armas. A

³⁵ Entrevista gravada dada em 2007.

³⁶ Entrevista gravada dada em 2007.

gente pensou que fosse rojão. Levantou a cabeça e olhou pra rua de baixo e o rapaz estava caído no chão ao lado da moto, que também estava caída. A gente viu dois rapazes atirando nele, um deles era até o Sun. Era amigo do meu irmão, junto com um rapaz que morreu que eu nem lembro o nome dele. Eu devia ter uns nove anos, a uns 30 metros, foi a primeira vez que eu vi. Eram três horas da tarde, ele matou e saiu andando, tranquilo, entrou no quintal do lado e foi para a casa dele. Era normal você ver pessoas armadas, ouvir tiros, era tão normal que saía um tiro próximo aqui na frente e você nem se assustava. Era tão natural que você não fechava a porta, não ia para casa, o que acontecia é que você pensava: 'deve ter alguém morto'.³⁷

Marcos Lopes morou no Parque Santo Antônio, na zona sul. Envolveu-se com roubo e tráfico de drogas na adolescência até o dia em que praticamente todos os parceiros da boca em que trabalhava foram assassinados. Pediu ajuda a uma educadora da Casa do Zezinho, instituição que ficava perto de sua casa, onde ganhou apoio para estudar, escrever um livro, chamado *Zonas de Guerra*, e se formar em letras. Ele conta sobre o cotidiano violento na adolescência:

Por que o passatempo da molecada qual era? No Parque Santo Antônio não tem uma biblioteca, um campo de futebol decente, escola decente, o que sobra? Olhar os corpos nas ruas. Qual era nosso passa tempo? A gente não via a hora de passar à noite para olhar os corpos nas ruas na manhã seguinte.

Entrevistador - Quantas vezes você presenciou essa cena?

(Risos) Nossa, eu perdi as contas. Era por dia, cada dia tinha um cadáver na rua. Qual é a cena? Tá lá o corpo caído, geralmente a mãe do cara está se esquelando de chorar 'meu filho, por que Deus fez isso, por que Deus tirou a vida do meu filho'. Aí começa: 'e aí, você viu o que aconteceu?', 'eu não vi nada', 'por que ele morreu?', 'aí, o que acontece?'. Você é meu amigo e conta pra mim: 'sabe por que ele morreu? Morreu por causa disso, disso, disso e daquilo'. Aí você tem outro amigo e vai contando. Vai, vai, vai e no final você não sabe quem foi que falou.

Entrevistador - Quantos amigos você perdeu?

Ah... Mais de 20. Na fase complicada, a grande maioria foi de tiros.³⁸

³⁷ Entrevista gravada dada em 2010

³⁸ Entrevista gravada dada em 2009

A própria conversa entre os jovens do bairro em volta do corpo, especulando a respeito dos motivos que teriam levado a vítima a morrer e o homicida a matar, ajudam a construir um contexto de tensão, capaz de reforçar a percepção a respeito da presença dessa alternativa no dia-a-dia. É como se diante de determinadas circunstâncias, a solução homicida fosse inescapável e compreensível. Como se, ao tentar descobrir os motivos do homicídio, buscassem compreender o que a vítima fez para merecer tal punição de acordo com as regras morais locais. É uma situação que revela um contexto moral favorável aos homicídios porque se pode testemunhar no dia-a-dia a frequência com que essa escolha é feita. E pela postura das testemunhas, a quem só resta aceitar que o conflito fatal era um problema privado, que dizia respeito somente ao autor e vítima. Se a formação individual e familiar (a moral individual) e as características pessoais como a capacidade de autocontrole e emoções são importantes para definir qual jovem vai optar ou não pelo homicídio, o fato principal, contudo, é que nesse contexto a alternativa homicida é sempre uma opção presente no leque de alternativas à disposição.

O medo de morrer em um contexto com taxas elevadas de homicídios provoca reações homicidas para conflitos banais. Um estudante do ensino médio de Diadema narrou em 2001 um homicídio que aconteceu na porta da escola em que ele estudava naquele ano. Um garoto de 17 anos levava a irmã mais nova diariamente ao colégio. No portão, do lado de fora, outro jovem sempre o encarava fixamente – conforme a descrição do entrevistado. Dias depois, como a cena se repetiu outras duas vezes, o jovem que levava a irmã foi tomar satisfação com a fonte do conflito e levou uma arma com ele. “O que você estava olhando?”, ele perguntou, segundo o entrevistado. Quando o jovem que o encarava ameaçou reagir, foi assassinado a tiros. O meu interlocutor contou esta história dando razão para o matador e culpando a vítima, que teria “desacreditado”. “Ninguém mandou desacreditar, tem que chegar nos lugares na humildade”, ele disse. “A maioria morre por causa disso aí, porque desacredita”, ele explicou³⁹.

³⁹ Entrevista dada em 2002.

Um olhar demorado em um ambiente violento entre dois homens jovens pode ter um significado diferente de acordo com o contexto em que é trocado. A ousadia de se encarar alguém demoradamente é ofensiva quando os dois lados conhecem as regras e os riscos da moral e das regras do lugar onde vivem. Um trecho da música *Saudades Mil*, da banda de rap 509-E, composta por Afro X quando estava preso na Casa de Detenção do Carandiru, mostra o significado que pode ter um simples olhar. Reagir a este desafio passa a ser visto como uma necessidade para a pessoa ao mesmo tempo preservar a imagem e se defender. A letra expõe os dilemas vividos na prisão pelo cantor:

Vi um maluquinho me olhando diferente
Com a maldade nos olhos, entende?
A cabreragem tomou conta de mim
Eu tô esperto, ligeiro, enfim
Quero saber o porquê daquele olhar
Eu tô na dela, aí, vou enquadrar
O que ele quiser comigo eu quero em dobro, tô
no veneno, tô disposto
Aqui nessa porra é assim
O demônio te atenta, planeja seu fim
Que Deus me proteja, espero que não seja nada
Mas se for, topo qualquer parada
Aí, amiga, este lugar é o inferno
Aí, Dexter, caiu mais um no pátio interno
Viver na paz é o que quero, mas não aquela paz
fria de um cemitério” (MANSO, 2003: 48)

Tanto no Carandiru, como em Diadema, nos depoimentos e letras acima, no período em que as taxas de homicídios eram mais elevadas, com corpos na rua em abundância, em um contexto de armas acessíveis e homicídios recorrentes, o que se verifica, em primeiro lugar, é uma percepção específica daquele contexto a respeito das provocações, tentações e conflitos do dia-a-dia. O olhar ameaçador de alguém nesse contexto indutor de homicídios pode levar aquele que se sente intimidado a detectar um risco de vida iminente. E provocar nesse indivíduo uma escolha assassina para evitar a morte. Essa escolha tende a ser mais atraente em territórios onde são identificados homicidas em potencial. Mais uma vez, pode-se dizer que os bairros ou lugares com mais homicídios são naturalmente aqueles onde mais pessoas serão vistas como homicidas em potencial. Quando, portanto, um conflito ocorre, as partes envolvidas tendem com mais frequência a vislumbrar

um homicídio em andamento. O que fazer diante desse risco iminente? Pedir ajuda das autoridades é alternativa descartada. Para se defender, a pessoa pode tentar um diálogo com o agressor, caso acredite se tratar de um mal-entendido. Caso creia que ele esteja irreduzível, resta agir antecipadamente para se defender do risco ou fugir.

Na São Paulo dos anos 1980 e 1990, conforme cresciam as taxas de homicídios, tais mortes cada vez mais ganhavam as características de uma ação habitual em vez de deliberada. No lugar dos justiceiros, que alegavam agir em defesa da sociedade e que quase sempre justificavam o ingresso nessa carreira criminal como resposta a uma violência sofrida pelo integrante da família, entram em cena os matadores sem causa, que agem sem necessidade de justificativas elaboradas. Eles matam porque era essa a opção colocada em seu leque de escolhas, já que restavam pouquíssimas alternativas se ele quisesse sobreviver. É nessa fase, quando os homicídios se democratizam e passam a serem vistos como uma ação necessária, podendo ser cometido por qualquer jovem do bairro, que o ciclo de violência ingressa em fase aguda até alcançar seu ponto mais alto em 1999. A moral do extermínio passa a conviver com a moral da sobrevivência. Não se mata mais só para limpar o bairro. Depois que o homicídio torna-se um hábito, passa-se a matar para não morrer.

Segundo outros autores, a dependência espacial dos homicídios pode também estar ligada a outros fatores: como ao fato de que os agressores homicidas estão desproporcionalmente envolvidos em atos de violência perto de suas casas (BLOCK, 1977; REISS; ROTH, 1993). De uma perspectiva de atividades de rotina, segue que a exposição ao risco de sofrer homicídio é intensificada pela proximidade social a lugares onde agressores conhecidos vivem (COHEN; KLUEGEL; LAND, 1981). Finalmente, uma terceira motivação para estudar a dependência espacial está relacionada à noção de que crimes interpessoais como homicídios estão baseados nas interações sociais e, portanto, sujeitos a processos de difusão (MORENOFF; SAMPSON, 1997; COHEN; TITA, 1999; MESSNER et al., 1999). Atos de violência podem eles mesmos instigar uma sequência de eventos que levam a mais violência. Por

exemplo, muitos homicídios, não apenas de gangues, têm uma natureza retaliatória (BLOCK, 1977). Por isso, um homicídio em uma vizinhança pode acender a faísca que eventualmente leva a um homicídio retaliatório em uma vizinhança próxima. Além disso, a maioria das mortes ocorre entre pessoas que se conhecem (REISS; ROTH, 1993), normalmente envolvendo redes de associações que seguem vetores geográficos.

Do ponto de vista do indivíduo que testemunha a agressão, o homicídio é sempre capaz de provocar a revolta e a indignação de colegas, parentes e amigos da vítima. São pequenas tragédias cotidianas, que podem gerar desdobramentos que duram anos e provocam mortes infundáveis. Os ciclos de vinganças são uma das principais engrenagens que criaram rivalidades e mortes sucessivas em bairros vizinhos nas periferias da cidade.

Essa mudança na percepção da realidade, ao mesmo tempo em que aguça o desejo homicida em um cenário onde as pessoas temem cada vez mais serem assassinadas, também leva a um aumento no número de ocorrências capazes de provocar conflitos relevantes. De uma maneira geral, crescem as oportunidades para se assassinar alguém. Cada novo homicídio, afinal, é uma agressão cujos efeitos podem se espalhar por toda a rede social da qual a pessoa morta fazia parte, provocando neles o desejo de responder à agressão. Como a maioria das vítimas e dos autores são homens jovens, existe quase sempre uma ampla rede de outros jovens provocados a tomar uma atitude. A forma como cada um reage vai depender mais uma vez das emoções e morais individuais que estão em jogo. De uma maneira geral, contudo, independentemente do perfil individual, a denúncia às autoridades é uma escolha vetada socialmente. Resta se resignar com a morte ou responder à altura, o que significa muitas vezes matar o assassino. Em outras palavras, resta a vingança, uma das mais antigas formas de justiça privada, capaz de incitar círculos de violência como os descritos por Renè Girard em seu clássico *A Violência e o Sagrado* (1990), que reaparece em São Paulo como forte indutor de novas escolhas homicidas e como um dos mecanismos capaz de explicar o crescimento permanente da curva de homicídios.

Esse mecanismo social cria círculos de homicídios nos territórios violentos das periferias onde as taxas de homicídio passam a crescer de forma acelerada em São Paulo. Na grande maioria dos casos, os crimes ocorrem por causa de conflitos interpessoais, cujas ações acabam vinculadas à vulnerabilidade dos habitantes desses territórios, sempre na iminência de matar ou morrer. São círculos que ocorrem concomitantemente à ação dos policiais matadores e dos justiceiros, já que os próprios homicídios justificados pela necessidade da limpeza social espalham o medo da morte e disseminam o desejo de vingança nos territórios. Uma segunda onda de violência tem lugar com a disseminação das atividades criminais, a partir dos anos 1980. A principal motivação dos homicídios em São Paulo, nessa segunda fase dos homicídios, são as chamadas “tretas”, conflitos interpessoais decorrentes do violento cotidiano local. Esse cotidiano leva o grupo de jovens moradores dos bairros mais violentos a criarem estratégias para sobreviver no cotidiano local. Aqueles que optam por reagir violentamente às agressões sofridas, normalmente buscam alianças com colegas do bairro, dispostos a ajudá-los nas agressões que praticam. Essas alianças são quase sempre territoriais, pactuadas entre vizinhos e colegas do bairro que se unem em defesa dos interesses pessoais daqueles que pertencem ao grupo, contra eventuais ataques de virtuais inimigos dispostos a assassinar seus integrantes.

A aliança masculina como estratégia de sobrevivência fica evidente nos anos 1990 nas letras de rap e programas de rádio. São circunstâncias em que os integrantes desses grupos usam parte do tempo para mandar saudações aos amigos e aliados locais, lugares com taxas de violência elevada. Em São Paulo, conforme mostraremos, essas rivalidades surgem por causa de conflitos interpessoais anteriores, que se transformam em disputas permanentes provocadas acima de tudo pelo círculo vicioso das vinganças. O relato parte de três histórias que tiveram lugar em bairros diferentes da cidade e que ajudam a compreender a dinâmica desse fenômeno. Ocorrem em um contexto diferente da época dos justiceiros, quando os homicídios já deixaram de ser ações deliberadas para se tornarem cada vez mais habituais. Em vez de matar como meio para melhorar uma condição social, depois de deliberar a respeito e de

testar alternativas que não funcionam, passa-se a matar porque outros também matam e porque só resta essa alternativa a ser escolhida.

5.2.1) Os círculos de vingança e o primeiro homicídio como ponto de inflexão

Para se defender dos riscos nesses territórios violentos, portanto, em vez de facções ou quadrilhas, os homens e jovens começam a se relacionar em grupos chamados de “bancas”, formados por indivíduos que normalmente nasceram no mesmo bairro e que se aliam com colegas de confiança por compartilharem inimigos e problemas. São espécies de “coletivos” com estruturas horizontais, sem hierarquias. Enquanto os objetivos das quadrilhas estão ligados aos negócios criminais, os da banca estão voltados à autodefesa nos territórios onde vivem. Seus integrantes se juntam para enfrentar rivais que se unem em outros grupos e que moram também nas redondezas. Esses grupos, muitas vezes, se formam a partir da morte de amigos em comum ou de parentes. Estão fortemente ligados ao território onde nasceram e vivem seus integrantes. Defender a área de eventuais invasores ou agressores costuma ser o objetivo principal do grupo. O processo da formação dessa rede de relacionamentos costuma ser sempre o mesmo e muitas vezes a união de jovens acaba sendo motivada por uma “vingança” contra um amigo e/ou parente da vítima de um homicídio. Um grupo se forma para se vingar do agressor, sendo que a agressão resulta em uma sucessão de outras vinganças. A rivalidade une aliados em diferentes coletivos que passam a se atacar eventualmente por conta de novas agressões ou de problemas pendentes. Essas “bancas” não são necessariamente quadrilhas, apesar de em muitos casos – pelo próprio fato de a violência empurrar os integrantes desses grupos para a ilegalidade – seus integrantes viverem com o dinheiro de atividades criminais.

A força dos grupos depende da quantidade dos integrantes, mas principalmente do compromisso de solidariedade que cada componente tem com os demais membros da banca, assim como da disposição que eles têm para atacar e matar os inimigos quando desafiados. Numa espécie de “um por

todos e todos por um”, cabe a cada um respeitar-se mutuamente para atacar e se defender das ameaças externas. Na pesquisa do NEV/USP (2007), em 14 distritos da zona sul de São Paulo, constatou-se que em 70% dos casos os homicídios foram praticados por mais de uma pessoa, sendo mais de duas em 30% dos casos. As pessoas que matam tendem a se enxergar vivendo em um universo dividido entre “aliados” e “inimigos” a partir do momento que passam a correr riscos de serem vingadas. Pela violência, além de se defenderem, os integrantes dessas “bancas” podem iniciar atividades como tráfico de drogas, cobrança por segurança, pedágios, sem nunca perder de vista a rivalidade com os inimigos territoriais. Nesse sentido, os conflitos pessoais de cada membro acabam virando problemas de todo o grupo (“todos por um”), o que oferece maior sensação de segurança aos indivíduos, mesmo vivendo tão perto dos rivais e da violência; afinal, todos sabem que sua morte será vingada e o inimigo precisa estar disposto a assumir esse risco caso queira comprar briga.

Neste trecho da tese, com as ferramentas de análise da teoria da ação situacional, o objetivo é descrever e compreender a trajetória de três grupos de jovens moradores de três bairros diferentes da periferia da RMSP, que durante os anos 1990 cometeram dezenas de homicídios motivados por conflitos ocorridos nos distritos em que moravam. O primeiro grupo é formado por jovens do Jardim Ângela, na zona sul. Considerado em 1995 o lugar mais violento do mundo, com 108 homicídios por 100 mil habitantes (NEV/USP, 1999: 84), teve boa parte desses homicídios praticados a partir de conflitos interpessoais ocorridos entre jovens de bairros vizinhos que se juntavam em grupos rivais para matar uns aos outros. A descrição da dinâmica social e a compreensão das decisões tomadas pelos integrantes desse grupo foram obtidas a partir de entrevistas com protagonistas destes conflitos. Um homicídio pode iniciar ciclos de vingança que duram anos e causam dezenas de mortes.

Levantamentos feitos pela Polícia Civil no período, além de testemunhos dados nos processos criminais e o trabalho de inteligência feito pelo Ministério Público Estadual naqueles anos também serão usados para ajudar a descrever o cenário. Entre 1993 e 1998, segundo o levantamento da polícia, 156 jovens morreram nos conflitos entre integrantes desses grupos do Jardim Ângela. Os

jornais da época e as autoridades simplificaram a descrição das mortes e atribuíram o conflito à rivalidade existente entre duas turmas do bairro: a gangue do Bronx e a dos Ninjas⁴⁰. Alguns dos protagonistas dos confrontos contam que as disputas homicidas envolviam diversas “bancas” de jovens e provocaram homicídios por mais de dez anos motivados principalmente por ciclos de vinganças ininterruptas entre diferentes núcleos de jovens. As entrevistas com indivíduos que participaram e testemunharam o cotidiano violento do Jardim Ângela nesse período ocorreram entre 2008 e 2011. O mesmo mecanismo vai funcionar em dois outros bairros estudados: no Grajaú, na zona sul, e no Jardim Pantanal, que fica na divisa da zona sul de São Paulo com Diadema. Os jovens do Grajaú foram entrevistados em 1999 (MANSO, 2003), época em que as taxas de homicídios em São Paulo haviam alcançado seus níveis mais elevados. Eles descreveram a dinâmica dos homicídios e chacinas que praticavam. Sete anos depois, cinco de sete dos entrevistados, cuja trajetória pode ser acompanhada, estavam mortos. No Jardim Pantanal, a disputa entre os jovens locais também durou mais de dez anos e levou três diferentes gerações a perpetuarem a disputa entre o grupo do Guacuri *versus* os jovens do Jardim Santa Lucia.

São jovens que querem se vingar depois de terem parentes ou amigos assassinados, que buscam ganhar respeito e domínio sobre rivais na vizinhança ou mesmo continuar vivo em um contexto onde a disposição para matar é necessária entre rivais que também matam. Os efeitos dos homicídios, que nos anos 1980 ainda são vistos principalmente como instrumento para lidar com a desordem e defender a sociedade, fogem totalmente do controle dos seus autores e das comunidades. A popularização dessa escolha, que fica cada vez mais habitual, é um dos efeitos da aposta na justiça privada dos anos anteriores. A tentativa de controlar a desordem por meio do homicídio produz

⁴⁰ As informações a respeito destas duas gangues vieram de entrevistas gravadas com alguns dos protagonistas destes confrontos (que não são identificados pelos nomes) e por relatórios obtidos com funcionários da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo que investigaram o grupo durante um tempo para auxiliar os promotores.

efeito inverso, induzindo a novos homicídios e criando outros matadores. A disseminação das escolhas homicidas torna os critérios imprevisíveis e aumentam a sensação de vulnerabilidade dos jovens, que se enxergam como sobreviventes quando passam dos 25 anos.

No Grajaú, na zona sul, em sete anos de carreira criminal, Wolverine assumia ter praticado dezenas de homicídios. Na época da entrevista, ele tinha 23 anos e trabalhava como cobrador em uma lotação na zona sul. Estava terminando o segundo grau em uma escola pública. Morava com os pais e a irmã, que apenas “desconfiavam” que ele matava no bairro onde a família morava. O primeiro homicídio foi um passo decisivo na vida dele, como se com essa ação ele passasse a integrar as fileiras dos jovens que vinham matando entre si anos antes dele. O homicídio servia para que ele assumisse os antigos inimigos dessa disputa que já vinha do passado, o colocava em uma situação vulnerável e dependente dos colegas dispostos a defendê-lo, ao mesmo tempo em que selava seu compromisso com os demais, o que o levaria a defendê-los dos inimigos.

Vou contar como você entra, como eu entrei. Eu andava sempre com um chegado que trabalhava. Tava lá. Conhecia o movimento, o pessoal da minha vila. Aí, comecei a ter conhecimento do movimento, olhava o revólvinho e tal. Aí, que aconteceu? Morreu o carinha lá (o amigo dele), cê entendeu? O cara era decente pra cacete, fazia segurança em comércio e tal, não sei quê. Até que tinha uns pilantras, sabe?, cheio de roubar comércio, o cacete, que sentou o pau no cara. Eu tinha muita amizade com o irmão dele, cê entendeu? A gente joga no mesmo time (de futebol). E começou, cê entendeu? O que aconteceu? Os caras iam para as diligências (saíam para matar), eu sempre ficava, não ia e tal. Uma vez eu fui, a gente foi pra cima. Foi a primeira vez, quer dizer... (MANSO, 2005: 124)

Wolverine, Flamarion, Baixinho e Zé Bonitinho formavam uma banca e sua turma também matava e era morta por integrantes de grupos rivais que viviam na região do Grajaú, na zona sul, em disputas que resultaram em dezenas de mortes. Nas entrevistas, eles puderam explicar parte da sua visão de mundo, alguns dos aspectos vigentes nesse contexto de homicídios, discutir os valores que compartilhavam no contexto ultraviolento da São Paulo dos anos 1990, e tentar explicar a diferença entre quem deve e quem não deve

morrer. Flamarion tinha 32 anos e era de Sergipe; Baixinho, de 32 anos, nasceu em Fortaleza, e Zé Bonitinho, de 23, nasceu em São Paulo. Todos foram identificados por apelidos sugeridos por eles mesmos. Baixinho trabalhava como motoboy e Zé Bonitinho disse viver da renda de casas de aluguel de propriedade do pai, que morava no bairro. Flamarion era comerciante no local. Todos faziam parte do mesmo grupo de homicidas. Baixinho complementa a fala de Wolverine, dizendo que “se o cara é sangue-bom, aí continua no time”. Wolverine continua seu relato.

É isso mesmo, cê entendeu? Eu sempre estudei... Estou estudando, tô no segundo colegial, estou terminando. Aí, veja só, estudei, minha mãe tem um comércio lá, eu trabalhei no comércio dela, sempre tive de tudo, tive carro, uma motinho, sempre tive do bom e do melhor. Por que eu larguei? Para sair corrido, para ficar com treta? Não. *[Foi por]* Consideração. Se o cara vai *[matar]* por causa desse cara, é meu amigo, eu não vou deixar esse cara ir sozinho, eu também vou junto. Aí começou a formar a família. A família começa a se formar desse jeito. O que aconteceu? Começamos a ir e fazer BO, BO, BO, BO *[arrumar problemas]*. Continua juntando BO até hoje. De um aparece mais. Os caras foram e derrubaram o cara. Depois que os caras derrubaram esse cara aí, fizemos a limpa, derrubamos um monte, uma leva. O que aconteceu? Teve um truta nosso que chegou, entrou no nosso time, os caras foi e sentaram o aço nele também. Aí arrumamos outra treta. Quer dizer. Vamos para cima dos caras de novo. Fizemos outra limpa. Sempre têm uns gatos pingados que são os cara de embalo *[que morrem porque estão juntos com a pessoa procurada]*. Os caras de embalo também vai *[são assassinados]*. Por que? Se um dia tiver que sentar a mosquinha lá e ele quiser mostrar serviço, vai te derrubar, cê entendeu? *[matam para se antecipar a um problema que poderia acontecer no futuro, de o sobrevivente, amigo de uma das vítimas, querer se vingar]* E pra ele não me derrubar, eu derrubo ele. A questão é essa. Por isso que não acaba uma treta. Sempre vai ter. Se eu não derrubar hoje, os caras vai me derrubar. E eu vou continuar derrubando, até que um dia eu fale assim, parou. Só se eu morrer. Aí mano, morreu. Aí não tem como derrubar mais. Mas se eu morrer vão continuar derrubando. Os mano vai pra cima pra cobrir a minha treta também. Não acaba. Nunca acaba. (MANSO, 2005: 124-125)

Flamarion diz que matou pela primeira vez aos 15 anos porque “um pilantra” contou à polícia sobre negócios ilegais que ele vinha fazendo no bairro. Flamarion afirma que, depois que “começou a sentar a maligna”, aparecem novos problemas: “vai criando, nunca para, vai bolando um aqui, outra ali, e nunca para. Parece que a adrenalina vai subindo, você vai

gostando, eu não sei qual é que é. Sentamo a lenha mesmo e nessa já matei mais de cinquenta.” Depois do primeiro homicídio, a realidade do indivíduo se transforma e suas escolhas e ações se transformam perante essa nova realidade. Como explica Flamarion:

“você vai catando um, vai catando dois, vai catando três e vai surgindo [*novos problemas que levam você a matar*]. Ninguém nunca sabe 100%. Mas ao menos nêgo se liga na área quem senta a maligna [*as pessoas sabem quem mata*]. Então eles já ficam desconfiando da gente, então daqui a pouco fica desconfiado daqui. E nunca acaba, você está sempre matando, você entrou no ramo...” (MANSO, 2005: 126)

Carlinhos, de 26 anos, entrevistado que morava no Guacuri, em uma favela na divisa de São Paulo com Diadema, na zona sul, faz parte de uma “banca” em permanente rivalidade com outros grupos da mesma região. Eles começaram a brigar no começo dos anos 1990 e a rixa durou por mais de dez anos. Em 2003, ano da entrevista, a rixa ainda existia. Carlinhos fazia parte da segunda geração de garotos que assumira a briga com os vizinhos. Na mesma disputa, existe ainda uma terceira geração de garotos de 16 e 17 anos, que também foi entrevistada e já que começava a matar. Sobre o primeiro homicídio, ele contou o seguinte:

Entrevistador – Você falou que já deu uns tecos [*deu uns tiros*], aquela coisa de que ‘quem mata é o diabo, eu apenas faço furo’. Na vida que você leva, é preciso matar?

Carlinhos – Se não mata, nós morre, entendeu?

Entrevistador – Depois você fica arrependido?

Carlinhos – Não.

Entrevistador – Quando foi a primeira vez?

Carlinhos – Ah, a primeira vez foi que eu matei um maluco. Foi a mão [*o caso*] que os cara veio dar tiro aqui em cima, aqui. Aí, o mano passou, eu tava na casa da minha mulher. Falaram assim ‘aí, truta, tal fulano tá aqui’. Firmão. Aí eu fui na avenida e arbentei ele.

Entrevistador - Você foi sozinho?

Carlinhos – Fui sozinho, arbentei, chamei os mano, os mano não quis ir, então, firmeza, fui lá e catei sozinho.

Entrevistador – Quantos anos você tinha? Você ficou impressionado?

Carlinhos – Impressionado nada, eu tava com meus 20 anos, depois desse veio um monte.

Entrevistador – Por quê?

Carlinhos – É treta. Aí os cara quer me catar e eu quero catar os cara também.

Entrevistador – Quem são esses caras? Quantos são?

Carlinhos – Não sei quanto é a banca dos cara, deve ser uma faixa de uns sete, oito maluco.

Entrevistador – Desde que você matou o primeiro, quantos foram depois?

Carlinhos – Ah, só na minha mão só, foi uns cinco. Uns cara que matou uns parceiros nosso, veio aqui na favela, nós teve que ir lá arrebentar, entendeu? (MANSO, 2005: 127)

Além das falas dos entrevistados e das justificativas para os crimes praticados, nesses contextos de violência, onde os homicídios são vistos muitas vezes como “necessários”, também é relativamente comum ouvir racionalizações a respeito desses crimes, como se fossem ações que se explicassem dentro de uma lógica capaz de dar um mínimo de sentido ao mundo em que vivem. Essas sentenças se espalham, virando tipos de “frases feitas” repetidas pelos homicidas da época. Um dos entrevistados, por exemplo, lembrou que, na Igreja, os padres e pastores dizem que as coisas que acontecem aqui em baixo dependem sempre da vontade de Deus. Para depois argumentar: “se Deus não quisesse que estas mortes acontecessem, Ele poderia desviar a bala, furar o pneu do carro, não levá-los a encontrar as pessoas que querem matá-lo, etc.”. Como o crime ocorreu, “foi vontade de Deus que a vítima morresse”. O argumento segue a mesma linha de outra frase dita com certo ar de cinismo, mas que também servia como justificativa: “A gente não mata. Quem mata é Deus. A gente só faz o furo”.

Isso ocorre em um contexto moral favorável aos homicídios e altamente indutor das escolhas homicidas. Nas entrevistas, os assassinos demonstravam

convicção ao matar, a ponto de justificarem e explicarem suas razões, argumentando que eram pessoas “justas”, forçadas a matar pelas situações colocadas diante deles no contexto em que viviam. Essa informação firmou a convicção de que os homicídios eram escolhas morais, conscientes, uma escolha que poderia ser compreendida se observada como uma ocorrência no percurso da trajetória individual do autor. Os entrevistados falaram sobre os motivos para matar:

Flamarion – Tem vários temas que levam o cara a merecer morrer, posso citar três, quatro ou dez motivos. Primeiro é o cara que atrasa o seu lado. Você está fazendo um movimento [*fazendo uma atividade ilegal*], daí chega um cara que não tem nada a ver e atravessa seu lado, tipo, te cagueta. Segundo, às vezes, veja bem, nós somos tudo irmão, somos tudo camarada, né? Então, veja bem, chega alguém que não tem nada a ver, acusa um lado e afeta um mano nosso. Esse aí, acho que não tem perdão, acho que é justo matar, não é justo? Outro. Chega alguém, mata, no caso, um trabalhador, igual o cara que chegou na padaria e matou um cara que mora no local há mais de 20 anos, construiu, deu emprego para a população, cê entendeu como é que é? Um cara que produziu, aí chega um de graça, pá-pá-pá, muito louco, senta o aço no cara. Acho que é justo [*matar esta pessoa*]. Sem chance para esse tipo de coisa.

Baixinho – (...) esses caras que atrasam lado, esses caras que não sabem chegar num ambiente... Porque, muitas vezes, uma pessoa sai de um ambiente e cai numa confusão, ele vai atrair mais confusão. Muitas vezes a gente dá ajuda a ele, dá força pra ele, e muitas vezes é esse cara que vai ser traíra [*o traidor*]. Por trás é uma coisa, na frente, outra. Sempre atrasando o lado. Nunca adiantando. Você vai nas correrias dele [*sai com ele em ações para roubar ou matar*], arruma uns esquemas [*negócios ilegais para ganhar dinheiro*], tudo pra ele, e na hora mesmo ele é o primeiro a pular fora, a deixar você no meio do fogo. Acontece muito isso aí. Esse cara merece morrer. Sem chance.

Wolverine – Com os companheiros, assim, eu já perdi até as contas [*de quantos matou*], mas derrubei [*matei*] gente safada, quem merece morrer. Derrubei gente também que eu não conhecia, se meu amigo disse, ‘o cara deu mancada, o cara é safado, pilantra’, e eu não conhecia, o chegado diz, ‘se eu derrubar [*matar*] os caras, vão me conhecer’, daí eu derrubo, tá limpo. Derrubei dois carinhas assim. (...) Lá mesmo onde a gente mora, a gente é uma família, se o cara mexeu com ele, tá mexendo comigo. O cara mexeu comigo, tá mexendo com o outro também. Tava acontecendo uma paradinha aí, o cara acertou um amigo nosso, nós saímos atrás. Tem cara que nem tá ligado no movimento [*nem sabe o que está acontecendo*]. A gente fala, tamos saindo pra um rolê [*dar uma volta para buscar alguém*].

Daí falam: 'eu também vou, eu também vou'. Aí entra um, entre outro e o carro sai cheio (...) A questão é essa, se hoje fala pra mim, precisa fazer mais aquilo, tal, tal, se for para derrubar um cara safado, eu faço, pode ser o que for, na hora que for (...).

Entrevistador – Nunca aconteceu de você matar e se arrepender?

Flamarion – Não, não, porque é difícil a gente derrubar errado. A gente só vai com convicção. Nós vamos já com convicção. Ninguém vai na dúvida. Se tá em dúvida, vai estudar. Às vezes você tem dúvida em uma coisa, vai planejando um pouquinho melhor...

Flamarion – Por isso as pessoas dizem. Como é que vocês matam, matam, matam e vocês tão tudo solto? Primeiro, nós tem o Pai [Deus], que isso também é muito forte. Segundo. Veja bem, gente boa apoia a gente. Nós num faz por malvadeza. A gente vai por necessidade. Porque gente ruim, atrasa lado, acaba entrando na balinha também... Fica fazendo conversinha [fofocando] daqui, dacolá, mas gente boa, gente que trabalha, pega o seu carro bem cedo, pega o buzo [ônibus], sai cedo e volta tarde, gente de bom senso, apoia a gente, gente boa paga um pau pra gente, não atrasa o nosso lado. (...) Porque vai todo mundo consciente. Se vai fazer uma coisa, é porque tem que fazer. Não tem a volta porque ninguém tá fazendo nada injusto. Dentro do nosso panorama, assim vai porque é justo. Então não é nada injusto. Injusto é você chegar e ir pro meio da rua testar uma arma e matar um cara. Aí é injusto. Mas a gente vai já na certeza.

Flamarion – O bairro não é violento por causa da gente. A população em geral, gente boa protege a gente. Nenhum vagabundo vai roubar lá. Nenhum vagabundo aparece lá por nossa causa. Se for vai morrer. Nós damos essa tranquilidade. Mexeram na minha casa e tal, tal, tal. Eles dão um toque pra você, chegam junto. Não sou homem de ficar dando aviso, vou lá e resolvo. 'Sabe quem foi?' Não, não, sei não. Se souber de alguma coisa dou um toque pra você. Foi tal pessoa, que tá com tal gaiola de passarinho na casa dele. Tá beleza. A gente estoura.

Bigode – O cara que é ruim você já conhece nos olhos. Ele já nasceu com a ruindade dele. Aquele não tem jeito.

Bigode – De todos os homicídios que eu fiz eu nunca me arrependi, não. Só me arrependia se eu matasse um inocente. Até hoje, eu não sei. Todos os que eu sei foram positivos. Todos mereceram. Se eu matasse um inocente, um pai de família, aí era uma coisa que podia dar aquele arrependimento em mim. Já conheci caras que apontaram a pessoa errada, ele fez, e chorou depois.

Paulista – Dá arrependimento, às vezes, se o cara matar uma pessoa em uma situação de inocência, de acidente, dá aquele peso. Tem um amigo meu que brinca muito com arma. Eu falo direto: não brinca com arma, porque às vezes a arma dispara e você mata uma

pessoa, eu acho que é o maior peso que tem na consciência de uma pessoa. Você pode ter matado cinquenta, com causa. Se você matar a pessoa num acidente... Teve um amigo meu que engatilhou para dar aquela pressão na arma, quando ele desengatilhou, voltou o gatilho. Até hoje quando ele vê alguém brincando com a arma, corre em cima. A mulher grávida... Entrou de um lado do queixo e saiu. Ele tá ainda com ela hoje. (MANSO, 2005: 209-214)

Uma vez iniciada a trajetória de homicídios, feita a associação com homicidas que já matavam motivados por disputas passadas, assumidos os conflitos dos novos parceiros, as escolhas e as ações passam a ser tomadas de acordo com a nova vida e cotidiano. Matar torna-se cada vez mais uma escolha habitual. Matar, por sinal, torna-se uma ação tomada para evitar o próprio homicídio. Caso queira mudar de vida e parar de matar, o indivíduo passa a correr o risco de morrer rapidamente porque seus inimigos permanecerão com a mesma visão de mundo. A pessoa que deseja parar de matar depois de ter iniciado essa trajetória, portanto, deve estar disposta a morrer para seguir o novo caminho. Trata-se de uma decisão dura e o normal é que se continue na mesma vida, voltada para o adiamento da própria morte e para a tentativa de “limpar” o bairro dos inimigos locais, até que um dia ele morra ou vá para a prisão, onde também está ameaçado de encontrar um antigo desafeto. O primeiro homicídio, portanto, provoca reações de terceiros que acabavam determinando mudanças nas rotinas e nas expectativas do homicida, que acabavam induzindo a novas escolhas homicidas. Um homicídio pode provocar dezenas de mortes durante anos por causa dos círculos de vingança, que levavam a rivalidades territoriais e a disputas incessantes, com efeitos sociais determinantes nos territórios onde ocorrem. Individualmente, conforme os homicídios ocorrem, os critérios tendem a se tornar cada vez mais flexíveis, assim como os cuidados para se certificar da veracidade das suspeitas que recaem sobre a vítima. Cada vez mais a ação deixa de ser deliberada, de provocar reflexões e dúvidas no autor, para se tornar um hábito, uma solução pronta para os conflitos.

Nas entrevistas, Zé Bonitinho e Wolverine narram duas mortes que aconteceram na época de festas de final de ano, em 1998, quando eles já estavam bastante envolvidos com os homicídios e rixas entre os grupos da vizinhança. Eles contam sobre quando decidiram matar dois jovens que

passavam de carro de madrugada na frente deles por acreditarem que ambos queriam matá-los. Neste dia festivo, as vítimas passaram gritando “feliz ano novo”. Em vez de interpretar a cena como qualquer um faria, ou seja, acreditar que as pessoas apenas os felicitavam, eles viram o gesto como um desafio. Acostumados a cometer homicídios e, conseqüentemente, temerosos de eventuais vinganças, Wolverine, Zé Bonitinho e amigos viram o gesto como um desafio imperdoável cometido por pessoas que “merecem morrer”. Os entrevistados narram o episódio:

Wolverine – Era virada do ano, duas horas da manhã do dia primeiro, o menininho [*referindo-se a Zé Bonitinho*] meteu a tarrafa nos dois [*matou os dois*]. Nós tava tudo lá na hora. Eu tinha certeza. O cara passou [*de carro, na frente do lugar onde o grupo estava*]. Se ele voltar [*com o carro*], a gente senta o aço nele. Foi batata, os caras travam de carro novinho.

Zé Bonitinho - Foi no ano novo, ele [*que Zé Bonitinho suspeitava ser o autor de tiros dados contra ele poucas semanas antes, em um bairro vizinho*] passou. Nós tava no bar e ele passou. Passou no sentido pra lá. Nós pegamos a moto, descemos a ripa atrás e ele deu um perdido na gente [*eles conseguiram despistar a moto*]. Nós paramos, né? Ficamo naquela fé: ele vai voltar, ele vai voltar. Duas e pouco ele passou. Passou gritando ‘eeeiii, feliz ano novo, feliz ano novo’. É a hora. Nós pegamos a motinho de cara limpa mesmo [*sem cobrir o rosto*], ele parou no posto e nós já descemos a ripa [*atiraram*]. Ele ainda gritou: “não, não, pelo amor de Deus”. Não, não o caralho. Pou. Pou. (MANSO, 2005: 142-143)

Era madrugada de réveillon. Wolverine e Zé Bonitinho achavam que os ocupantes do carro pertenciam a um grupo vizinho que era rival. No passado, integrantes de ambos os grupos já haviam se matado e novas mortes eram esperadas. Mas será que estes dois garotos que circulavam pelo bairro não estariam simplesmente festejando a virada do ano? Alguém que não estivesse ciente da tensão no contexto e dos riscos que corria poderia passar desejando feliz ano novo na virada do ano. Afinal, se eles tivessem realmente procurando ou querendo matar alguém do grupo, não passariam na frente deles, pela segunda vez, gritando “feliz ano novo!”, atitude que não condiz com a de alguém que planeja matar outra pessoa. Caso as vítimas não estivessem alheias aos acontecimentos, depois que os matadores passaram a persegui-las, elas não parariam desarmadas, na frente do posto, implorando para que

não fossem assassinadas. Mas estas dúvidas não atormentaram em nenhum momento a consciência dos homicidas. O critério entre quem deve ou não morrer deixa de fazer qualquer sentido e o homicídio passa a dar prazer ou vira uma espécie de vício. Como diz Flamarion a respeito da trajetória dele entre o primeiro homicídio e os dias de hoje, quando já matou dezenas de pessoas, os crimes vão ocorrendo e “parece que a adrenalina vai subindo, você vai gostando, eu não sei qual é que é. Sentamo a lenha [*matamos*] mesmo, já matei mais de cinquenta”. Flamarion diz que com o tempo passou a gostar de matar e as mortes deixaram de ter simplesmente a finalidade de se fazer respeitar e causam até prazer.

Alexandre, morador do Jardim Ângela, é outro protagonista dessa saga de vinganças e de caminhos, aparentemente, sem retorno. Ele nasceu em 1974 em São Paulo e foi o segundo filho de sete crianças de uma família que chegou ao Jardim Planalto, bairro do Jardim Ângela, no final dos anos 1960. Decidiu trilhar a carreira do crime ainda adolescente, no final dos 1980. Acabou se envolvendo em diversos conflitos que o levaram a inúmeros homicídios. Os pais de Alexandre, que eram primos, vieram de Iguai, no interior da Bahia. Primeiro chegou o pai, depois a mãe e outros integrantes da família, que compraram terreno na mesma região para que pudessem ajudar uns aos outros a sobreviver na cidade. Dos seis irmãos de Alexandre, dois morreram logo depois do nascimento, ainda na Bahia. Entre os que sobreviveram à infância, seu irmão mais velho, Bia, e o terceiro, Nenga, foram presos e acusados de roubos e homicídios no bairro ainda nos anos 1990. O quarto irmão, Mi, foi assassinado, em 1998. No mesmo ano, Alexandre foi preso, acusado de três homicídios depois de aparecer nas manchetes de jornais como um dos principais homicidas da cidade e mais de 50 mortes. Ele nega que tenha cometido tantos homicídios e, como estava preso durante a entrevista, evitou quantificar as mortes. Diz, no entanto, que muitos homicídios cometidos por outros haviam sido atribuídos a ele por causa da fama conquistada no bairro. O irmão caçula, Vando, que aos 13 anos já havia testemunhado oito homicídios, também pretendia seguir a carreira criminal no final dos anos 1990. Mudou de ideia depois que viu seu irmão Mi ser morto em frente de casa, em 1998. Mi era o único irmão que trabalhava e não seguia a carreira criminal. O

tio de Alexandre, que era irmão gêmeo de seu pai e morava na cada de trás, não teve melhor sorte com os filhos. Os três primos de Alexandre morreram assassinados nos conflitos vividos pela turma do bairro.⁴¹

Claramente não existe uma causa isolada que possa ter induzido Alexandre a entrar no crime e a começar a matar. Ele conta que teve pais violentos e ausentes. O pai bebia, segundo narra, batia na mãe, nele e nos irmãos com a mangueira. Os pais passavam o dia fora no trabalho e criaram os filhos com a ajuda de parentes. Tinha dificuldades na escola, não conseguia aprender, era nervoso e faltava às aulas com frequência. O cotidiano violento do bairro estava sempre presente. Ao analisar sua trajetória, ele consegue identificar fatos decisivos que o levaram a “entrar para o crime”. Em 1989, quando tinha 14 anos, houve sua primeira passagem pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Uma vizinha de Alexandre havia saído de casa e deixou as filhas sozinhas. A casa foi roubada. Quando ela chegou, chamou a polícia e acusou pelo roubo os garotos que conversavam em frente à casa de Alexandre. Ele diz que os autores foram outros três ladrões do bairro e cita os nomes na entrevista. Quando a polícia chegou, levou os garotos para o 100º distrito policial, recém-inaugurado, na zona sul, onde todos os suspeitos apanharam, pendurados no pau de arara, tomando choque para entregar as mercadorias. Nessa época, ele ainda trabalhava como *office boy* numa firma nos Jardins. Depois de quatro dias, acabou sendo demitido do emprego. Ele disse que ficou revoltado, o que contribuiu para que ele abandonasse a escola, que, por sinal, já não conseguia acompanhar. Na mesma época, Alexandre começou a frequentar mais assiduamente festas de baile funk, onde ajudava uma equipe de som; passou a fumar maconha e a cheirar cocaína. Ao sair das festas, de madrugada, ele e os amigos aproveitavam para roubar carros. Com o dinheiro do crime, compravam armas no bairro, que eram facilmente encontradas. Na família de Alexandre, somente um dos cinco filhos, Mi, não

⁴¹ Informações a partir de entrevistas gravadas feitas com Alexandre, Vando, Vander, pai de Chico, Paulo Enoc e outros três colegas que conviveram com a turma no período, sem seguir a carreira criminal. Também foram consultados processos de homicídio envolvendo Alexandre e sua turma que estavam na 3ª Vara do Tribunal do Júri no Fórum da Barra Funda.

havia ingressado no crime. Foi justamente esse menino que morreu assassinado, em 1998.

Sidney, conhecido como Chico, foi um dos integrantes da banca de Alexandre. Na opinião de entrevistados, Chico era um assassino violento, capaz de matar por divertimento, sem seguir os mesmos critérios do grupo de homicidas com quem ele andava. Era mais violento do que Alexandre, que acabou ganhando fama nos jornais depois de, segundo ele, ter sido equivocadamente acusado de matar um policial. Na primeira metade dos anos 1990, Chico contou para os amigos que matara em duas semanas 12 pessoas. Chico não entrou para o crime por necessidade. Era o terceiro de seis filhos de um metalúrgico que nasceu em Maraú, na Bahia, e chegou a São Paulo em 1964. O pai de Chico, Vander, foi criado na roça por familiares e amigos de parentes depois que o pai morreu e a mãe o abandonou ainda criança. Em São Paulo, Vander prosperou passando de emprego em emprego em metalúrgicas, ganhando o suficiente para comprar uma boa casa no Jardim Ângela. Chico começou a desviar da trajetória de trabalhador da indústria no final dos anos 1980, juntamente com Alexandre, Nenga, Bia, Giovani, Zé Carlos, Sun e outros jovens do bairro. Segundo testemunhos, inclusive do pai de Chico, a saga do grupo começou depois da surra dada nos jovens pelos policiais. Naquele episódio do roubo da casa dos vizinhos, Jurubeba havia sido apontado pelos amigos que apanharam na polícia como o autor do crime. Na delegacia, onde ficaram quatro dias, os garotos foram torturados pela polícia, mas não acusaram ninguém. Quase 20 anos depois, em 2008, Alexandre dizia sentir ainda as dores no estômago daquela surra dada pela polícia. A fama de roubar no bairro é motivo de desonra, já que pode implicar, inclusive, no homicídio daqueles que são vistos como ladrões. Como forma de resgatar a honra e ao mesmo tempo se vingar, os garotos foram para cima dos autores do roubo. E os assassinaram.

Alexandre tinha 14 anos; Nenga, 13; Chico já estava com 17 anos e havia outros garotos que participaram do linchamento que levou à morte de Jurubeba. Nem Vando nem Alexandre souberam precisar quantos. Sun, um dos irmãos da família que morava na casa que antigamente fazia Alexandre mudar de rua com medo dos irmãos, era um deles. Os jovens usaram paus,

pedras e facas e mataram Jurubeba perto da Escola Oliveira Viana, onde alguns deles estudavam. Jurubeba tinha cerca de 25 anos e veio do nordeste para São Paulo ainda criança. Passou a roubar casas no bairro e obrigava alguns estudantes mais novos a pagar lanches sob a ameaça de violência. Poucos dias depois do homicídio de Jurubeba, Chico e os outros jovens mataram Zoião, que também havia participado do roubo. Dessa vez, eles haviam arrumado dois revólveres e praticaram o homicídio com arma de fogo. Seis garotos participaram do segundo homicídio. Eram as primeiras mortes de uma série que, ao final de alguns anos, ajudariam a tornar um dos bairros mais violentos do mundo.

Os primeiros homicídios cometidos pelo grupo acabaram transformando a forma como esses jovens enxergavam o mundo e o contexto em que viviam. Como resultado, mudaram também a maneira de fazer escolhas e lidar com os conflitos e oportunidades que apareciam no tenso dia-a-dia que passavam a viver. Essa perspectiva que centra a análise no curso individual da carreira criminal ajuda a trazer para a discussão um fenômeno fundamental para compreender a dinâmica dos homicídios em São Paulo: é o chamado ponto de inflexão, que também foi identificado nas carreiras dos policiais matadores e dos justiceiros. Os pontos de inflexão são eventos capazes de mudar o rumo da vida das pessoas quando acontecem (SAMPSON; LAUB, 1995: 240; 2006: 38). No geral, podem ser mudanças na vida que resultam de oportunidades ou eventos aleatórios; outras mudanças resultam de choques em níveis macro, como guerras, depressões, revoluções. Nas décadas de 1980 e 1990, em São Paulo, a escolha homicida acabava funcionando como um ponto de inflexão em boa parte da vida daqueles que matavam, com diversas consequências na trajetória individual e nos cenários em que viviam essas pessoas.

Esse ponto de inflexão é uma decorrência do tempo e do espaço em que a ação tem lugar, assim como das próprias características dessa ação. Os homicídios, nesse caso, podem remodelar escolhas futuras por funcionarem como pontos de inflexão estruturais, que oferecem e reforçam o suporte do sistema social e leva o autor do crime a mudar de vida. Essas ações estão situadas no tempo e no espaço, sendo moldadas por um dado contexto moral onde as vidas estão ligadas e são interdependentes. Essa noção, ao mesmo

tempo em que permite incorporar experiências e características individuais, ressalta também a influência externa e situacional no curso do desenvolvimento da vida que não pode ser prevista quando se foca somente nos traços individuais (heterogeneidade das pessoas) ou nas experiências passadas (dependência do contexto). Considera-se assim que a vida é quase sempre dinâmica e imprevisível e que induções externas a mudanças estão sempre presentes. Trata-se de dar o devido peso às escolhas tomadas por cada um na construção do rumo das próprias vidas (SAMPSON; LAUB, 2006: 24).

No caso de Chico, Alexandre e Nenga, por exemplo, os dois primeiros homicídios que o grupo praticou foram motivados, aparentemente, pela tentativa de defender a honra do grupo e de punir os ladrões que roubaram a casa da vizinha. A decisão colocou esses indivíduos, jovens entre 13 e 17 anos, em uma nova posição social no bairro. Depois dos homicídios, eles se tornaram participantes na disputa violenta por “respeito” e autoafirmação, o que implicou na formação de novas rotinas, alianças e amizades, necessidade de identificar potenciais inimigos e receio permanente de serem vingados. Essa mudança estrutural acaba sendo determinante nas ocorrências futuras que eles viriam a se deparar e os obrigava a avaliar a situação e a tomar decisões a partir de uma nova perspectiva. Passam a escolher respostas ao monitoramento social feito pelos demais atores que vivem o mesmo cotidiano violento nesse território. Diante da nova condição e identidade, um simples conflito passa a ser capaz de provocar avaliações, escolhas e ações totalmente diferentes das que eram tomadas antes dos homicídios. Os homicídios aparecem cada vez mais como escolha principal no leque de alternativas que eles têm à disposição.

Depois dos dois primeiros homicídios, o grupo do Jardim Planalto chegou a fazer uma lista de pessoas que roubavam casas e que causavam problemas no bairro com o objetivo de assassiná-las. Apesar de terem alguns pontos em comum com os justiceiros, como a justificativa de proteger os demais moradores do bairro, eles já assumiam outro tipo de identidade relacionada aos novos tempos de violência na região. Alexandre, Chico e Nenga também ganhavam a vida roubando. Eram ladrões de carro, atividade

que exerciam em endereços distantes dos locais em que viviam. Também negociavam armas e drogas. Menosprezavam os justiceiros “porque recebiam dinheiro para matar”. Os homicídios não serviam para ganhar dinheiro, mas para lidar com as ameaças, a violência e o desmando no bairro em que moravam. Os conflitos com indivíduos que viviam no mesmo território eram inevitáveis, assim como os homicídios faziam sempre parte do leque de escolha.

Depois das primeiras mortes, surgiu uma sequência de homicídios, cuja frequência se acelerou por causa de inevitáveis desentendimentos com outros jovens do bairro. Em 1992, Chico, Alexandre e Nenga iniciaram uma briga com Dionísio, que era conhecido como Baianão. Dionísio e Chico se encontraram numa festa e se desentenderam. Segundo descrevem os entrevistados, Dionísio perguntou a Chico se ele sabia com quem estava brigando. Dionísio era um ladrão respeitado, com mais de 25 anos, que tinha conseguido dinheiro no crime por meio de roubos e venda de drogas quando o tráfico ainda era uma atividade pouco disseminada em São Paulo. No baile, Chico respondeu no mesmo tom: perguntou se Dionísio sabia quem ele era. Dias depois, o desentendimento resultou no homicídio do irmão de Dionísio, morto por engano. Dionísio ficou furioso e disse no bairro que iria matar integrantes da família do grupo de Chico, Alexandre e Nenga em vingança. Adílson, irmão mais velho de Sun, vizinho de Alexandre e que integrava a turma, foi um dos que morreu. Adílson não era envolvido com o crime e dava conselhos para alertar sobre os riscos na trajetória que estavam seguindo. A tensão e as ameaças levaram os familiares dos jovens envolvidos na disputa a se mudar do bairro temporariamente. Vander, pai de Chico, além dos irmãos e pais de Alexandre e Nenga, Vando e Mi, que não estavam envolvidos nos conflitos, se mudaram para o interior de São Paulo. Vando e a família foram para a casa de uma tia e tiveram que abandonar a escola. Os familiares só se sentiram seguros para retornar para as suas casas meses depois, quando Dionísio foi preso.

As mortes continuaram acontecendo no bairro. Entre 1992 e 1993, parte desses homicídios envolvia os “aliados” e os “adversários” dos grupos ligados a Chico e Dionísio. Como mostram os processos na 3ª Vara Criminal do Júri, em

fevereiro de 1992, segundo testemunhas, Chico, Pit e Alexandre mataram Moisés⁴². Depois foi a vez de Paulinho. Pit, um dos matadores, aos 17 anos, afirmou nos autos que comprou uma arma colt niquelada 357, seis polegadas, porque era ameaçado por Dionísio. No dia 7 de fevereiro de 1993, o grupo matou Maradona na saída de um salão de baile. Maradona tinha 15 anos e ajudava o avô no Mercado Municipal. O apelido havia sido dado por causa de sua habilidade no futebol. Maradona foi visto sendo arrastado em uma moto pelo braço pelos autores do crime. Cinco participaram do homicídio: dois fugiram de moto e três a pé. Cerca de 20 tiros foram disparados. Em 26 de fevereiro, conforme um dos processos, em um bar na Estrada de Guavirituba, no Jardim Ângela, Chico, Nenga, Alexandre e Bia, irmão mais velho dos dois, mataram Lola, de 17 anos. O grupo de jovens conversava com Magáiver. No inquérito, Magáiver contou que os jovens queriam saber se ele vinha passando informações sobre integrantes do grupo para a “turma de cima”, os integrantes da “turma do Dionísio”. Magáiver conhecia Chico desde criança e negou as acusações. Disse para Chico e seus amigos não caírem na “conversa fiada” dos outros. Nesse instante, Lola passou com a namorada. Ele cumprimentou Magáiver. Chico e os amigos disseram: “o Lola também está nessa”. E começaram a atirar. Dispararam 21 tiros e mataram Lola. Magáiver correu para a casa de Lola para avisar a mãe dele. Magáiver disse para os familiares de Lola que não iria testemunhar para não ser morto. Acabou narrando os fatos no inquérito, que não levou à condenação dos indiciados pela fragilidade das provas.

O que ocorreria se Chico, Alexandre e Nenga não tivessem apanhado da polícia? E se, assim, supostamente, não houvesse razões tão fortes para os jovens acreditarem que deveriam se vingar de Jurubeba? E se o roubo praticado por Jurubeba tivesse ocorrido em outro lugar e a polícia não suspeitasse dos jovens? Chico, por ser mais velho, segundo os entrevistados, tinha certa ascendência sobre os demais jovens do grupo. Se esse evento aleatório não tivesse ocorrido (Jurubeba roubado a casa e os jovens terem sido

⁴² Dados a partir dos processos consultados na 3ª Vara do Tribunal do Júri sobre os crimes praticados por Alexandre e sua turma.

acusados na polícia pelas vítimas do assalto para depois apanharem e serem torturados), Chico largaria a vaga em uma metalúrgica para começar a matar? E se antes desses eventos, Chico, que trabalhava em uma metalúrgica, tivesse se apaixonado e passasse a fazer programas com a mulher que amava? Eventos aleatórios podem ser decisivos na definição das trajetórias individuais. Por isso, por mais que existam evidências a respeito das relações causais ligadas à violência, prever os acontecimentos é sempre tarefa impossível e propensa a derrubar analistas que se sentem seguros para arriscar previsões a respeito. É possível analisar, no entanto, as armadilhas sociais existentes no contexto e as probabilidades e os incentivos para que determinadas ações aconteçam. Na São Paulo dos anos 1990, mesmo que Chico e seus colegas não iniciassem a carreira de assassinos naquele momento, podiam começar por causa de outra ocorrência. As chances de outros jovens serem provocados a seguir rumo semelhante também eram grandes pelas próprias características do contexto moral e dos acontecimentos que incentivavam a prática dos homicídios. Caso outros jovens começassem a matar, provavelmente ingressariam em disputas homicidas semelhantes, como ocorreu com outros jovens em bairros violentos da região. Talvez, as próprias características pessoais de Chico e de seus amigos, como criação e personalidade, os levassem a ingressar, mais cedo ou mais tarde, em uma trajetória semelhante. Fato é que se Chico e os amigos morassem em um bairro em São Paulo com taxas de homicídios baixas, de acordo com o que a tese acredita ter demonstrado, haveria grande possibilidade de suas escolhas terem sido outras e de suas vidas terem tomado rumos totalmente diversos.

Conforme os homicídios são praticados, as novas escolhas homicidas parecem ser feitas para conflitos cada vez mais banais. A escolha torna-se mais habitual e menos deliberada. Em 1995, teve início outro conflito importante entre jovens moradores dos bairros vizinhos, Jardim Planalto e Jardim Tupi. Nenga, seus primos e outros jovens do bairro passaram a se enfrentar em disputas violentas com jovens que depois iriam se identificar como a Gangue dos Ninjas, nome que pichavam nos muros do bairro. O apelido fazia referência à touca que eles vestiam ao cometer homicídios, para esconder suas identidades. A rivalidade entre os grupos começou em outubro

de 1995. Marquinhos testemunhou o duplo homicídio de Dorico e Edinho dentro de um bar. O crime foi praticado por Nenga, irmão de Alexandre, e Giovani, do Jardim Planalto. Segundo testemunhos, Marquinhos ainda fora obrigado pelos assassinos a lavar o chão com o sangue dos amigos dentro do bar. Ele só não teria sido morto porque a munição havia acabado. Nenga e Giovani foram acusados de duplo homicídio, condenados a sete anos, pena que foi aliviada porque ambos alegaram agir em legítima defesa. As vítimas, Dorico e Edinho, queriam assassinar Nenga e Giovani.

Marquinhos, que limpou o sangue no bar, era primo de Luisinho e Neno. Os três formariam a base da banca dos Ninjas, que anos depois cometeria uma série de homicídios no bairro, crimes que ocorreriam em grande quantidade até pelo menos 2001. Nesse mesmo ano, em 1995, Nenga, que era menor de idade, foi internado na Fundação Casa do Bem-Estar do Menor (Febem), e Giovani foi preso. A internação de Nenga durou dois anos. Quando voltou para as ruas do Jardim Ângela, no fim de 1997, soube que estava sendo ameaçado de morte por Guga e Belo, que passaram a fazer parte dos Ninjas. Este último, morador do Jardim Tupi, já havia cometido diversos homicídios desde os 15 anos de idade. Cinco destas mortes foram relatadas pelo próprio Belo à polícia. Outros jovens se agrupavam, portanto, motivados pelo desejo de vingança pelos homicídios cometidos em anos anteriores e pela possibilidade de se tornarem respeitados no território em que viviam.

A força do grupo do Jardim Planalto, ao mesmo tempo, já não era a mesma de anos anteriores. Boa parte dos jovens já estava presa, morta ou desaparecida. Chico, que era considerado o mais perigoso do grupo, e Pitty, por exemplo, tinham morrido. Bia, irmão de Alexandre, Giovani e Nenga foram presos. Alexandre estava foragido, trabalhando com falsa identidade em uma metalúrgica em Embu-Guaçu, depois de passar três anos no Nordeste. Já os Ninjas, que pichavam seus nomes nos muros e matavam usando gorros negros, tornavam-se o grupo mais temido no bairro. Um desses crimes ocorreu no Natal de 1997, em um churrasco no Jardim Copacabana, também no Jardim Ângela, quando Lusinho e outros integrantes dos Ninjas invadiram uma casa e praticaram uma chacina que resultou em seis vítimas fatais, entre eles os irmãos José Roberto e José Carlos, num crime que chocou a região porque

muitos dos mortos não tinham nada a ver com qualquer uma das rixas no bairro. Os homicidas queriam matar apenas um do grupo, mas executaram os demais por estarem no local na hora do homicídio.

No dia 31 de dezembro de 1997, Nenga se reúne com o primo José Carlos e com o colega Lano para assassinar um integrante dos Ninjas, Guga, que supostamente queria matá-lo. Eles assassinam o jovem na madrugada do primeiro dia de 1998. Os Ninjas armam a vingança. Na tarde seguinte, integrantes dos Ninjas, entre eles Marquinhos, o mesmo que três anos antes havia sido obrigado a limpar o sangue de vítimas em um bar, e Duduzinho, que segundo informações do Ministério Público Estadual matava desde os 13 anos, encontram José Carlos e Lano em um restaurante na Avenida Robert Kennedy. O grupo assassina os dois. No dia 9 de março, quando havia passado pouco mais de dois meses, Belo, dos Ninjas, vai sozinho à casa de Nenga para tentar matá-lo. Não acha ninguém e vai embora. Nenga e seus amigos ficam sabendo do ocorrido e partem em direção ao Jardim Tupi atrás de Belo. O grupo encontra Marquinhos, jovem que havia participado do homicídio de José Carlos e Lano, e Pitico, irmão de Luizinho e Neno, integrantes dos Ninjas. O grupo assassina os dois. A disputa parece não ter fim e, nesses casos, novos homicídios dependem somente de que uma oportunidade apareça para que os integrantes de um grupo matem alguém do rival. Nesses momentos de crise na rivalidade entre os jovens, é comum, inclusive, a criação de esquemas de vigília, onde integrantes dos grupos em conflito se revezam para que sempre haja vigilantes acordados 24 horas por dia a fim de evitar as investidas rivais.

No dia seguinte, depois da morte de Marquinhos, os colegas Belo, Neno, Luisinho e Magno, traficante do bairro e irmão de um policial militar, saem à caça de Nenga em um Passat branco. O grupo procura o inimigo em frente à sua casa, faz ameaças verbais e dispara rajadas de tiros em direção à residência. Vando, o irmão mais moço entre os cinco irmãos (Bia, o mais velho, estava preso; Alexandre estava foragido em Embu-Guaçu e Nenga, procurado pelo grupo, estava escondido), com 13 anos na época, atendeu ao grupo e disse a Belo que Nenga não estava. Mesmo com a ameaça feita por Belo,

Vando, aquele que já havia testemunhado pessoalmente oito homicídios, explicou que não se sentiu ameaçado porque havia um “proceder” a ser seguido entre os homicidas de matar somente aqueles “que deviam morrer”.

No dia seguinte às rajadas, o grupo volta para procurar Nenga, que permanecia escondido. Valdemir, o quarto irmão, o único a trabalhar e a não seguir o caminho no crime percorrido pelos irmãos, estava conversando com dois amigos em frente à casa do vizinho. Valdemir saía diariamente às 4 horas para entregar jornais e estudava no período da tarde. Não estava diretamente envolvido na disputa violenta entre os irmãos e os jovens rivais do bairro. Naquela tarde, Valdemir viu o Passat branco passar com cinco ocupantes, entre eles Belo, Magno e Neno. No depoimento dado à Justiça, Lucio, um dos amigos que o acompanhava, contou que alertou Valdemir para entrar. Ele teria respondido: “não vou entrar porque não devo”. Lucio montou em sua bicicleta e partiu. Quando estava de costas, ouviu tiros vindos da direção de onde ele estava. O grupo saiu do Passat e começou a atirar. Valdemir correu em direção à sua casa, ainda tentou pular o muro para escapar pela parte de trás, mas caiu morto antes disso. Vando e a mãe presenciaram a cena, mais sofrida por todos, segundo explicaram testemunhas, porque Valdemir era uma pessoa correta e não se envolvia nos problemas dos irmãos.

Ao mesmo tempo em que a morte de Valdemir realimentava a potencialidade do ciclo de homicídios ao provocar novos planos de vinganças, a ocorrência dessa morte acabou provocando mudanças em certas trajetórias individuais. No dia do homicídio do irmão, Nenga, que estava sendo procurado pelos Ninjas, estava escondido na chácara em Embu-Guaçu junto com Alexandre, o outro irmão, que trabalhava na metalúrgica com outra identidade e estava foragido de inimigos e da polícia. Logo após a ocorrência do homicídio de Valdemir, colegas do Jardim Planalto saíram em busca de Nenga para avisar sobre o crime. Os dois irmãos tentavam manter Valdemir longe da carreira criminal. Alexandre havia telefonado para ele no dia em que morreu, perguntando sobre o trabalho e recomendando cautela por causa da rivalidade entre os grupos vizinhos e por causa da intenção que eles já haviam manifestado de matar Nenga. Pouco depois, quando estava com Nenga no

Embu, sabe pelos colegas que Valdemir havia sido assassinado. Alexandre conta como foi:

Era 7 horas da noite e quando a gente tava conversando, chegou os amigos deles de carro. Olha, você não sabe o que aconteceu, acabaram de matar o seu irmão. Aí a gente ligou lá: mataram o Valdemir agora, a gente está com o corpo, passaram aqui o Belo e outros em um carro, passaram e atiraram nele, chegaram na esquina, desceu três, deram uns tiros nele, saíram correndo, pulou o muro, na outra rua os caras ainda deram uns tiros de pistola na casa dele. Na hora eu fiquei desesperado, aquele ódio, né?, raiva. A fama deles já estava alta, fizeram chacina, mataram cinco e os caras desceram varias vezes lá pra pegar eles, mas os caras estavam espertos. Depois que mataram meu irmão, a gente reuniu um monte de cara e falou: vamos pegar eles. Eles ficavam no Tupi. A gente ia pegar o Belo e todo mundo, ia ser uma chacina. E nesse dia me chamaram e eu fui. Naquelas de vingança, de vingar a morte do meu irmão, eles me chamaram, vamos lá também. Nós reuniu 20 caras num dia de domingo, alugamos um ônibus pra descer lá. Porque enquanto dormia uns, outros ficavam acordados, ficavam de plantão, né? Se chega lá, eles atiram, então tem que chegar já atirando, tinha preparado de domingo pra segunda, um dia que estava mais tranquilo, pra chegar lá e pegar quem estivesse lá. Então, nesse dia ia acontecer uma chacina, que um monte de gente queria, e os caras me chamaram 'vamos, vamos, vamos' eu acabei deixando me levar e fui, né? No dia do encontro, tinha um pessoal de outras regiões que era pra ir e não veio, tava aquele monte de armas, aí a gente falou, deixa pra outro dia, vamos voltar, eu voltei pra Embu-Guaçu. Nessas alturas, eu tô trabalhando também, e marcaram de novo. Tava tudo certo e a gente ia pegar uns cinco ou seis, tudo ia morrer. Vamos marcar pra acabar tudo com esses pau de miço. Mas na semana que nós ia eu fui preso. Em parte foi bom porque se eu tivesse solto, podia ter me complicado mais ou podia ter morrido, podia ter tomado um tiro e hoje eu tava numa cadeia maior do que hoje eu tô, então está certo, estava tudo na mão de Deus. Tinha o Marcelo, que também era amigo do meu irmão. Eu fui preso por causa dele. Ele roubava carro com o meu irmão. Ele pegou um carro de um amigo nosso e sumiu com o carro. Deu um chapéu. Depois esse Marcelo some com a droga do Coquinho, um quilo de maconha e não pagou. Os caras foram matar ele, esse Marcelo, na casa dele. Meu primo, o Zé, que já morreu, o outro que morreu também. Chama ele, ele sai pra fora, troca tiro, mas ninguém acerta ninguém. E o que o Marcelo faz? Ele troca cabeça com os policiais. O sargento Davi é que foi na casa desse Marcelo. Conversando com ele, o sargento Davi descobriu onde eu estava.⁴³

⁴³ Depoimento de Alexandre Rodrigues dado em 2008.

Nenga e Alexandre foram presos no dia 1º de abril de 1998. O irmão mais velho, Bia, estava preso desde 1996 e sairia somente em 2002. Os três primos, que moravam na casa ao lado, estavam mortos, assim como Chico e Pitty. Na turma vizinha, os rivais Belo, Luizinho, Neno, Magno (traficante e irmão de um policial militar), entre outros jovens do grupo, pareciam em vantagem. Os Ninjas ainda podiam se enganar com a ilusão de que eram fortes – ilusão que não duraria muito, já que Belo morreu em 2004; Neno em 2001; Luizinho foi preso no mesmo ano. A decadência e os reveses para a turma de Alexandre, que começou a matar em 1990, cujos integrantes durante os anos de adolescência e juventude pareciam se sentir imbatíveis, se repetia para os outros matadores que viveram tempo suficiente para constatar: em uma trajetória criminal duradoura, dezenas de homicídios não eram suficientes para que eles ficassem mais fortes, adquirissem respeito no território em que viviam, eliminassem os inimigos ou aqueles que “não mereciam viver”. Pelo contrário. Os homicídios serviam para aumentar a quantidade de inimigos e tornar seus autores mais vulneráveis, com laços cada vez mais frágeis, cuja proximidade implicaria em riscos. Os homicidas tornam-se indivíduos que “fazem hora extra na terra”, cuja morte a tiros é questão de oportunidade e tempo. Tanto que o final dessa trajetória tende a ocorrer com a morte, um grave acidente provocado por tiros ou a prisão – o sempre citado CCCC, crime, cadeia, cadeira de rodas, caixão. Improvável é seguir uma longa trajetória no crime diante do potencial de conflitos e da letalidade das alternativas escolhidas para lidar com esses conflitos.

Alexandre, no entanto, preso depois da morte do irmão, se converteu ao neopentecostalismo dentro da Penitenciária de Paraguaçu Paulista, no interior de São Paulo, quatro anos depois. Outra solução comum para alguns matadores que sobrevivem a ponto de terem oportunidade de rever a trajetória de vida e tentar mudá-la. Trata-se de uma alternativa cuja popularidade merece estudos à parte e já tem sido alvo de trabalhos específicos (CORTÊS, 2005). Ao se tornar evangélico e passar a frequentar os grupos dos religiosos, seguindo os mesmos hábitos que os deles (que inclui não fazer exercícios, não

usar shorts, etc.), a sua transformação foi aceita e mesmo as falhas antigas, nesse caso, chegam a ser perdoadas.

O homicídio de Valdemir também aparece como um ponto de inflexão na trajetória de Vando, o irmão caçula da família, que testemunhou o crime aos 13 anos e decidiu seguir um caminho diferente do que vinha imaginando até então. Para Vando, era natural que ele entrasse para o crime. Já tinha visto oito homicídios e não tinha medo da morte. A maioria dos colegas da época seguiu a carreira criminal. Vando afirma que pelo menos dez amigos mais próximos da turma que ele andava na Escola Estadual Raul Poletto, onde estudava, estavam mortos. Raros eram os que sobreviveram. Os irmãos Alexandre, Bia e Nenga, três dessas exceções que continuaram vivos porque passaram longas temporadas nas prisões, também ingressaram no crime e eram importantes referências para Vando. Até os dez anos, Nenga cuidava de Vando enquanto o pai e a mãe deles trabalhavam. Nenga, segundo Vando, apesar de matador na rua, era uma pessoa “doce e risonha” dentro de casa. Vando ouvia as conversas sobre homicídios dos colegas do grupo, narrando os crimes como se fossem histórias de aventura, e sempre se imaginou percorrendo o mesmo caminho. Desde os 12 anos, era comum Vando pegar a arma dos irmãos emprestada e levar para a escola, onde todos tinham medo dele. Por causa da arma e dos irmãos assassinos.

Era uma tendência natural seguir os passos dos meus irmãos porque eu acreditava que era o certo. Achava que aquele era o caminho e não havia outro. O crime em si, o futuro certo, meu futuro imaginava ser o sucessor do meu irmão. A fama que meu irmão tinha era grande e na escola me chamavam de Xandinho. Quando se falava Xandão, meu irmão, todo mundo tinha medo. Valdemir morreu e mexeu tudo. Minha vida mudou ali. Ele era o segundo mais novo e a gente era muito próximo. O meu espelho era mais ele porque meus outros três irmãos não viviam mais aqui. Um só tinha o outro. E eu sempre via pessoas morrerem, amigos, mas a gente acaba se acostumando. Mas eu sempre via pessoas morrer quando elas estavam ligadas ao crime. Aí meu irmão, que não devia absolutamente nada, quando eu vi ele morrer, aquilo mudou muito. Eu estava acostumado a ver pessoas próximas morrer. Mas como elas estavam envolvidas com o crime, a gente esperava isso acontecer. Se um dos meus outros irmãos morresse, era uma coisa que a gente esperava. Para a gente era normal. A gente estava esperando que um dos três fosse morrer. Vira e mexe eles eram presos, a gente sabia de troca de tiros,

baleados no hospital, a gente esperava algo assim. Depois da morte do meu irmão, acho que eu mudei minha cabeça. Eu fiquei mais apavorado. O pessoal ameaçou a família, depois ainda teve várias mortes, o pessoal passava atirando. Eu me tornei evangélico ainda com 13 anos, fui o primeiro da família a procurar. Eu fiquei depressivo, com síndrome do pânico. Você imagina, eu achava estranho porque eu sempre convivi com o crime, o crime estava dentro da minha casa. A gente trancou a casa toda, portão, janelas com grades na frente, a gente temia invasão, eu não saía de casa, não tinha como ir pra escola, não ia em Santo Amaro. Eu era independente com 13 anos e de repente tinha medo de por o pé ali fora, jogar bola com os amigos, abandonei tudo. Eu não conseguia ficar em um ambiente fechado, não conseguia dar as costas para ninguém, andava pelos cantos da rua e se chegava uma moto perto de mim meu coração começava a disparar. Se passasse um carro com três pessoas ou mais eu já procurava um poste pra me esconder. Meu pai tinha falecido, meus irmãos estavam preso, minha mãe tinha pouco tempo de casada com o meu padrasto, eu fiquei sem chão procurando uma alternativa. Meu irmão morreu em março e no começo de novembro eu comecei a frequentar a igreja. Só fui porque era em frente à minha casa, era só atravessar a rua. Então as pessoas começaram a me mostrar um caminho, procura uma religião pra isso que você está passando e eu comecei a procurar uma religião. Porque eu pensei: ou eu sigo um caminho diferente do deles ou eu vivo o caminho dos meus irmãos mais intensamente do que eles. A morte do meu irmão, eu acho que foi algo que me salvou, que me fez procurar uma alternativa. As amizades e o clima na igreja me ajudaram. Quando eu entrei pela porta da igreja a primeira vez, aquele medo que eu tinha desapareceu no primeiro momento. Isso foi o mais incrível, eu passei pela porta eu senti uma paz interior que me faltava. Na igreja eu não tive medo. De ficar de costas pra porta, numa rua perigosa que as pessoas passam atirando. Eu comecei a seguir, começaram a me motivar.

Os integrantes dos Ninjas continuariam atuando intensamente por pelo menos três anos, na tentativa de serem temidos e respeitados no território em que viviam. Mas sempre haveria um conflito pendente, vindo de outros focos de atritos, ou mesmo de pessoas que se sentiam agredidas ou ameaçadas pelo grupo e estavam dispostas a desafiá-los. Todas essas situações acabavam gerando novas rivalidades e ciclos de vingança e violência. Além disso, os indivíduos desses grupos acabariam sendo presos e mortos até que um novo grupo prevaleceria para ser sucedido por um novo e assim por diante. Foi o caso de Gê, primo de Fofão e sobrinho de Paletó, duas pessoas que haviam sido assassinadas por Belo, dos Ninjas, em 1995. Quatro anos depois, ele denuncia integrantes dos Ninjas no processo de formação de quadrilha que

corria na Justiça. Gê disse que seu grau de parentesco com as duas vítimas o levava a se sentir ameaçado e por isso ele e os amigos passaram também a cometer homicídios e organizavam vigílias 24 horas por dia para não serem atacados pelos Ninjas. Numa dessas vigílias, morreu Amanda, a namorada de um dos integrantes do grupo em um tiro acidental, no meio da madrugada. Essa morte levou os policiais a procurarem Gê, que passou a colaborar com a polícia na compreensão do funcionamento do grupo. Belo, integrante dos Ninjas, foi preso em 1999 e morreu em 2004. Outros integrantes seriam presos e mortos, em situações inusitadas.

O autor da morte de um dos líderes dos Ninjas foi Paulo Enoc, filho de um dos fundadores da Igreja Batista do Jardim Tupi, construída em um barracão do bairro. O pai veio de Serra do Alcorá, no sertão baiano, mesma cidade da mãe, que chegou ao bairro com nove anos em 1963, quando havia só mato e ruas de terra. Parte da família de nove irmãos do pai de Paulo já vivia no bairro, assim como alguns familiares da mãe. Com o passar do tempo, boa parte do Jardim Tupi estava povoada de muitos familiares de segundo e terceiro graus, oriundos do mesmo tronco familiar do sertão baiano. Enoc nasceu em 1974 e era da mesma geração de Alexandre e um pouco mais velho do que os jovens dos Ninjas que viviam em seu bairro. Sempre gostou de futebol e chegou a passar no teste da Portuguesa, mas não conseguiu frequentar as aulas e treinos por falta de dinheiro. Enoc diz que em sua grande família não havia um único registro de “malandro” e que a família é respeitada no bairro por ser “antiga e estar ligada à igreja”. Por esse motivo, desde pequeno ele afirma que sabia o caminho que queria seguir, longe da carreira criminal.

Eu sempre tive essa consciência. Vamos pro baile. Beleza. O cara faz os corres dele. Eu faço os meus. Eu nunca perdi as minhas amizades por causa disso. Essa sempre foi a minha consciência. Vai mais da mente. Não que não seja uma tentação. A gente vai dar um role os caras falam “mijão”. Ontem, estava o tempo frio, fogueirinha. Vai falar do Lula e do Serra? Fala da malandragem de antigamente. Você tem a história, a história da história. Lembra aquela briga do bar. E aquele esquema aqui? Nós quase entramos em cana. Mas tem o carro, a mina que você pegou em um lado. Da minha época, tem um menino que ficou oito anos no Carandiru. Quem tava na rua, no mundão, foi

tudo pro pau. Ou morreu ou foi pro pau. De 20, sobraram quatro ou cinco. O meu vizinho foi que eu mais senti. Dizem que ele roubou a boca. Falaram que foi outro, que ele só andava com o cara.

Andando no fio da navalha, Enoc conseguiu seguir sua trajetória mantendo uma distância segura do universo criminal. Aos 22 anos, teve um filho. Em pouco tempo, acabou se separando da esposa, mas manteve-se próximo à criança. Passou a trabalhar como motoboy e com o salário de R\$ 1 mil (relativamente bom para os padrões da época, final dos anos 1990), ele conseguiu comprar um computador para o filho e pagar um plano de saúde. Em 2002, com a ajuda financeira dos patrões, Enoc montou uma escolinha e um time de futebol no Jardim Tupi, chamada Família Tupi City. A ajuda veio porque Enoc precisava tentar se reerguer de um evento ocorrido em sua vida um ano antes, quando ele cometeu um duplo homicídio. Mesmo com uma vida estável, empregado, um filho para cuidar e consciente dos passos que podia e não podia dar no bairro, se envolveu involuntariamente em um conflito, ocorrido em outubro de 2001. Enoc acreditou que não lhe restava alternativa, a não ser conversar com a pessoa que ameaça matá-lo. Na pior das hipóteses, cometeria um homicídio.

A briga começou por causa de um conflito aparentemente banal. Em um domingo, Enoc chegou em casa e encontrou seu primo Tiago todo machucado. Perguntou o que tinha acontecido e soube que Luisinho, o irmão dele, Sidnei, e João Ricardo, integrantes dos Ninjas, haviam espancado o garoto. Segundo Enoc, Luisinho chegou a sacar a arma para matá-lo, mas o irmão chamou a atenção lembrando que estava de dia e havia testemunhas. Ninguém soube ao certo o motivo da surra. Mas Enoc acreditava que o motivo era um desentendimento de Tiago com uma ex-namorada de Luisinho. Depois da surra que os Ninjas deram em Tiago, a família passou a ficar em casa e a evitar sair às ruas. Não registraram boletim de ocorrência da agressão por temerem que a casa fosse invadida e todos os moradores fossem assassinados. Algo que ocorrera em 1997, com a chacina de seis pessoas cometida por Luisinho e os Ninjas. Nesse intervalo, enquanto o desfecho não ocorria, os recados começaram a chegar para Tiago e também para Enoc. No dia 7 de outubro, Debora, irmã de Enoc, avisou a ele que Luisinho queria conversar a respeito da

desavença no pagode do Bar do Sarará. Enoc não sabia o que esperar. Poderia ser uma armadilha ou uma tentativa de diálogo, segundo se recorda. Ele não tinha como prever o que se passaria na cabeça de homicidas contumazes, autores de inúmeros homicídios no bairro. Por seu lado, ele sabia que não adiantava matar Luisinho, porque seria fatalmente vingado. Tentaria resolver no diálogo, mas comprou uma pistola na favela para se proteger. Foi ao encontro no Bar do Sarará armado.

Enoc narra que estava nervoso e com medo quando chegou às 21h30 no pagode. Avistou Luisinho encostado no balcão. A casa estava lotada e ele foi direto tomar satisfação quando, segundo ele, viu que Luisinho levava a mão em direção à cintura. Enoc diz que, ao ver o gesto brusco de Luisinho, se desesperou e imaginou que receberia um tiro. Decidiu em fração de segundos apertar o gatilho da pistola 380 que carregava. Atirou e atingiu cinco pessoas. Morreram Luisinho, integrante dos Ninjas, e Rogério, que apenas se divertia no bar; ficaram feridos Sandra, José e Ricardo, que também eram frequentadores do forró. Enoc saiu correndo sem olhar para trás. Jogou a pistola na Represa Guarapiranga e pensou que a sua vida havia acabado. Depois do ocorrido, Enoc mudou de endereço e ficou cerca de um ano fora de casa, morando no interior do Estado. Com a ajuda de um advogado pago pelos patrões, colaborou sempre com a polícia, narrando o ocorrido desde o primeiro depoimento. Ele confessou o crime e diz que descreveu o que de fato havia acontecido. O apoio financeiro e a compreensão dos patrões o ajudaram a seguir em frente, segundo afirmou. Um ano depois do homicídio, Enoc voltou a frequentar o bairro. Voltou a jogar bola e montou um novo time com as crianças vizinhas, a família Tupi City, que conseguiu recursos e mão de obra para reformar a quadra do bairro. Foi inocentado pela Justiça.

Esse fato demonstra dois aspectos importantes relacionados ao trabalho: o primeiro deles, ligado à trajetória individual, deixa claro como mesmo alguém que vive com o suporte cotidiano de uma rede bem estruturada de familiares e amigos, que escolhe evitar os riscos do caminho do crime, está sujeito ao acaso e a eventos imprevisíveis que podem fazê-lo optar por escolhas que mudem o caminho que percorria e assuma trajetórias imprevisíveis. No caso de Enoc, o duplo homicídio que praticou não estava

relacionado a algo que ele planejava, mas à crença de que aquela era a única forma de defender a própria vida e a dos familiares. O início do conflito foi aparentemente banal, relacionado à agressão ao primo. Mas os agressores eram integrantes dos Ninjas, grupo que no bairro praticava homicídios contumazes havia pelo menos cinco anos. Enoc levou essas informações em consideração para decidir o que fazer. Nesse contexto de homicídios e de escolhas de vida ou morte, mesmo alguém com uma vida estruturada e consciência plena da trajetória que segue, é levado a praticar o homicídio mesmo contra a sua vontade. Enoc praticou um duplo homicídio e feriu três pessoas graças a um evento inesperado, que colocou à prova sua moral e o levou a agir de forma violenta por causa das circunstâncias. O segundo aspecto interessante, que o trabalho aprofundará capítulos adiante, diz respeito aos efeitos provocados pelo crime. Enoc está vivo até hoje. Quando voltou ao bairro, no final de 2002 e começo de 2003, parte dos integrantes dos Ninjas, como Belo e Neno, estava presa. Os homicídios e os ciclos de violência já ingressavam em nova etapa de queda acelerada de homicídios. Começava a ficar clara, com a disseminação das decisões homicidas, que o homicídio não interessava a ninguém, nem mesmo ao homicida. Eles matavam por achar necessário, seguindo a moral da sobrevivência num contexto onde todos matam. Parar de matar, da mesma maneira, seria interessante para todos.

5.3) Estrutura do crime em São Paulo

Três são os crimes mais praticados em São Paulo que ajudam a compreender as relações que os integrantes do universo criminal estabelecem nas periferias de São Paulo entre si e entre a cidade: o roubo, o furto e o tráfico de drogas. De acordo com os boletins de ocorrência, o roubo é a atividade violenta mais praticada no universo do crime em São Paulo, apesar do avanço do tráfico de drogas em todo o Estado. Em 1999, por exemplo, foram 219.654 casos no Estado, o que significa que pelo menos 602 pessoas diariamente sofreram agressões ou ameaças para dar a terceiros algum patrimônio pessoal. Normalmente praticada com o uso de arma de fogo, passa a vítima uma alta sensação de risco de vida, o que provoca naturalmente sentimentos

que a induz a respostas violentas. Conforme os registros criminais, entre os anos de 1981 e 1996, o roubo foi o tipo de crime que apresentou o segundo maior crescimento médio anual, com 8,95%, atrás apenas dos homicídios, com 17% dos registros (CALDEIRA, 2000). Cresceu mais do que os furtos, com taxas médias anuais de 2,44%. O crescimento dos roubos é ainda maior do que mostram os números, já que esse tipo de crime é subnotificado nos registros policiais. Pesquisas de vitimização feita entre outubro de 1987 e setembro de 1988 revelaram que 61,72% das pessoas que haviam sido vítimas de roubo ou furto não haviam relatado o incidente à polícia (CALDEIRA, 2000: 103).

Dessa maneira, ao longo da história de São Paulo, os crimes contra a propriedade – furtos e roubos – tornaram-se responsáveis por mais de 50% dos registros criminais desde os anos 1980. Os casos pularam de 30% entre o total de crimes, em meados dos anos 1970, para 69,4% em 1996. Em 1994, alcançou seu nível mais alto ao registrar 2.339 casos por 100 mil. No entanto, a principal mudança desse tipo de crime aconteceu entre 1983 e 1984, quando cresceram a taxas de 27% e 33,3% e estabilizaram em novo patamar. Em 1978 e 1979, esses índices já haviam crescido bastante (22% e 17%, respectivamente), mas nessa época a taxa ainda era metade da que seria nos anos 1980 (1.187 no final dos anos 70 para mais de dois mil de 1984 em diante) (CALDEIRA, 2000: 113 a 115). A sensação de insegurança, no entanto, que depende também da forma como o assunto circula e de como os meios de comunicação tratam do assunto, acaba sendo ainda mais importante para determinar a ação das pessoas diante dessas taxas. Essa reação, aliás, pode ser medida pela própria taxa de homicídios na cidade que, como a tese já demonstrou, é uma reação à ameaça de desordem provocada pelo crescimento dos roubos e principalmente pelo aumento do medo dos “bandidos”.

O roubo é um tipo de crime que permite ao indivíduo exercer sua autonomia de escolha e de ação, porque não depende da subordinação ao “patrão”, ao “chefe” ou a alguém com função hierárquica superior, como ocorre, por exemplo, nas estruturas do tráfico de droga dos morros cariocas. Podem ser planejados ou improvisados, realizados individualmente ou com

acompanhantes, podendo precisar ou não de receptadores para as mercadorias roubadas. A autonomia dos indivíduos que atuam nessa atividade criminal em relação ao grupo, contudo, não impede a existência de estruturas organizadas. Nessas estruturas de roubo, a divisão de tarefas e a compartimentalização das atividades são características que permitem a essa estrutura se manter intacta apesar das mortes e prisões permanentes de seus integrantes. É o caso do roubo de carros e de cargas de caminhão. Cada um é o responsável por suas ações e deve arcar com as consequências de seus atos. Em um contexto indutor de homicídios, essas ações aparecem como respostas recorrentes aos desvios de conduta no meio.

A estrutura horizontal dessas redes criminais em São Paulo leva seus integrantes a se relacionarem de igual para igual, o que acaba sendo determinante nas decisões que tomam no cotidiano, como ocorre com o tráfico de drogas e com as quadrilhas de roubo de carros e de roubo de cargas de caminhões. É uma organização bem diferente da que se estabeleceu no tráfico de drogas do Rio de Janeiro, onde em alguns territórios dominados pelo tráfico, tipo de crime dominante entre as atividades criminais locais, podia ter mais de 500 homens trabalhando no comércio de drogas, sob a tutela de um superior que determina as regras e os rumos dos negócios (AMORIM, 2003; DOWDNEY, 2003), num modelo de relação vertical. Os conflitos e os homicídios, contudo, ocorrem nos territórios. Em São Paulo, cada indivíduo tem autonomia de escolha e se relaciona e entra em conflito com outros indivíduos. No Rio de Janeiro, precisa agir com o conhecimento dos superiores. Essa diferença explica porque nos morros fluminenses os homicídios estão relacionados às disputas entre as facções, enquanto as motivações em São Paulo estão relacionadas aos conflitos interpessoais. Em outras palavras, em São Paulo se trava uma “guerra entre indivíduos”, enquanto no Rio de Janeiro há uma “guerra entre facções”.

O universo do crime em São Paulo, formado por aqueles que optam pelo ingresso nessa carreira, cresceu tendo o roubo como uma das atividades principais. Nos anos 1980, como mostram os números, esse tipo de atividade, que normalmente demanda o uso de armas e provoca conflitos insolúveis entre as partes envolvidas, se amplia ainda mais com a globalização do comércio de

drogas e a exportação da pasta base de cocaína, tornando as disputas territoriais nas periferias ainda mais tensas e criando novos conflitos que ampliaram as oportunidades e provocações que induziram aos homicídios. Todos esses componentes do universo criminal dos anos 1970, 1980 e 1990, contudo, devem ser compreendidos a partir do contexto moral indutor de homicídios que vem sendo tratado nesta tese. A ampliação das redes criminais e o crescimento do total de pessoas dispostas a ingressar na carreira do crime ocorrem em territórios já violentos, onde o homicídio se estabelece como meio de resolver conflitos e como instrumento para tentar se estabelecer o controle local. É nesse contexto que o aumento das atividades criminais deve ser compreendido. Se o meio criminal, por suas próprias características, já é indutor de homicídios por ser formado por integrantes armados, sem mediadores legais de conflitos, sempre dispostos a usar a violência, essa característica se torna ainda mais acentuada por surgir em um contexto onde as próprias instituições de segurança, encarregadas de conter a violência, lançam mão dos homicídios como instrumento de controle.

O tráfico de drogas, o jogo do bicho, a prostituição e a corrupção policial são tipos de ocorrências já descritas na São Paulo dos anos 1940 e 1950. Mas se antes o submundo ficava mais restrito à chamada boca do lixo e às contravenções, com o passar dos anos, principalmente na década de 1980, se tornou também uma fonte alternativa de renda e uma opção de carreira seguida por jovens urbanos que não encontram emprego e busariam forjar suas identidades a partir do consumo e da violência na RMSP (FELTRAN, 2008a; 2010a). Sobre as duas fases do crime, Misse (1999) diferencia o malandro da primeira metade da década passada da figura do marginal que seria socialmente construída na metade seguinte, normalmente associado à violência e à covardia diante das vítimas. É o marginal também que será o alvo das práticas violentas por parte da polícia, a figura que pode ser exterminada pelos esquadrões dos anos 1950.

O crescimento do crime, a reação violenta dos policiais e a articulação dos justiceiros nos bairros das periferias passam a afetar o cotidiano da cidade principalmente depois dos anos 1970, quando a globalização dos negócios criminais se intensifica e amplia seus contatos a partir da América Latina,

principalmente no tráfico de drogas e contrabando de armas, via cartéis colombianos, com efeitos importantes sobre o universo criminal em São Paulo (AMORIM, 2003). Esse contexto de novas oportunidades criminais precisa contar com uma maior disposição de pessoas para optarem pela prática dos crimes como alternativa de vida, o que pode ser encontrado nas novas gerações dos grandes centros urbanos. Novamente, é o processo de transformação do malandro em marginal. Como observa Coelho (2005), até a primeira metade da década de 1960, por exemplo, o assalto a banco era uma modalidade de crime virtualmente desconhecida no Brasil, bem como os sequestros para obtenção de resgate. O tráfico de drogas não havia ainda atingido as etapas das redes bem estruturadas de organização quase empresarial. Nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, o crime era ainda uma atividade predominantemente individual. O padrão organizado e coletivo é um fenômeno recente. Conforme Coelho, não apenas mudaram os padrões do crime, mas também as taxas de criminalidade cresceram consideravelmente nos últimos anos.

O punquista, que agia com base numa habilidade de prestidigitador, aprendida com os grandes mestres do ofício, cedeu lugar ao assaltante violento de rua. (...) Mesmo o homicídio, que há duas ou três décadas era predominantemente um crime de natureza passional, tornou-se, nos dias de hoje, uma atividade organizada no conflito entre quadrilhas que fazem o tráfico de entorpecentes e nas atividades clandestinas dos esquadrões da morte e das polícias mineiras (COELHO, 2005; 351-352).

Dessa forma, o crime passa por uma pequena revolução estrutural, deixando de ser uma atividade artesanal para virar uma rede de oportunidades em larga escala, com setores mais bem organizados e com divisão de tarefas, como ocorre nos roubos de carros e carga, além do tráfico de drogas (MINGARDI, 1998). Essa transformação vai ser determinante para a realidade violenta das grandes metrópoles, assim como a disposição de um número crescente de indivíduos em aceitar ser empregado nesse ramo de atividade criminal. Essas redes criminais se formam de acordo com o contexto de cada cidade – desde a disposição geográfica até a atuação das instituições de

segurança. Independentemente das causas, o objetivo é compreender como a configuração dessas redes e atividades acabam contribuindo para as decisões homicidas daqueles que fazem parte desse universo criminal.

Um artifício para compreender a realidade de São Paulo é usar o universo criminal do Rio de Janeiro como referência. Como grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro são cidades que vivenciaram os efeitos dessa mudança em esfera mundial das redes criminais que passaram a vender drogas – a novidade principal era a cocaína – para a América Latina nos final dos anos 1970. Mas os efeitos dessa globalização do crime atingiram cada território de forma diferente. A começar pelo tipo de crime que se tornou a atividade principal nas estruturas paulistas e fluminenses. No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas definiu a rede de relações no universo criminal com amplas redes de venda e de defesa montadas a partir dos morros, que transformariam as comunidades onde os traficantes se escondiam da polícia e disputavam mercados e territórios com grupos rivais. Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos proporcionaram disputas de mercado violentas que acabariam definindo o padrão altamente armado e a estrutura com hierarquias verticais que caracterizam essas facções. Em São Paulo, o tráfico de drogas não chegou a se impor como atividade criminal com a mesma velocidade e amplitude; o roubo continuou a ser o crime que definiu o tipo de relação entre os criminosos paulistas com a comunidade.

Uma das características do universo do crime em São Paulo, portanto, é que o relacionamento entre os integrantes está centrado no indivíduo em detrimento do grupo ou da facção. Mesmo os negócios ilegais que movimentam muito dinheiro em uma complexa rede de divisão de tarefas, como tráfico de drogas, roubos de carros e de cargas, nunca conseguiram funcionar na São Paulo dos anos 1980 e 1990 a partir de uma organização vertical (MANSO, 2003 e 2005). Facções ou estruturas centralizadas, com hierarquias e chefes como ocorreu com as máfias na Itália, na Rússia, no Japão e nos Estados Unidos e entre as facções criminosas no Rio de Janeiro, só passam a ter mais relevância no cenário criminal paulista a partir do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, com o fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC). Dessa forma, nos territórios onde moram e

trabalham, os integrantes das carreiras criminais precisam se relacionar como indivíduos e não como integrantes de facções. Todos ao mesmo tempo têm autonomia para tomar suas decisões e precisam arcar com as consequências em casos de falha em contextos violentos e indutores de homicídios que se formam nas periferias da cidade.

Nos anos 1980 e 1990, quando o crescimento dos homicídios faz com que todos passem a temer a morte violenta nesses territórios, os homicídios se disseminam porque passam também a ser vistos como a forma mais eficiente de evitar a própria morte. São ações e escolhas que envolvem principalmente integrantes e suspeitos de fazer parte do universo do crime. A autonomia individual coloca os integrantes desse universo do crime em um frágil e tenso equilíbrio, capaz de provocar as disputas incessantes e os círculos de violência que caracterizaram os conflitos interpessoais das periferias violentas.

Diferentemente do mercado coordenado pelas facções do Rio de Janeiro, o comércio varejista de drogas se estabeleceu nas periferias em São Paulo a partir dos pequenos traficantes, normalmente moradores de bairros onde os entorpecentes eram vendidos, adquiridos por meio de contatos com atacadistas ou de outros varejistas. No Rio de Janeiro, o processo foi diferente: facções criadas em presídios, já no começo dos anos 1980, colocariam em prática sua estratégia de investir no mercado de drogas dominando os territórios dos morros fluminenses (AMORIM, 2003). Esse tipo de pretensão nunca prosperou na rede do crime paulista, cujos integrantes precisaram se estabelecer cuidadosamente em territórios com elevadas taxas de homicídios, convivendo com policiais matadores, justiceiros, ladrões, trabalhadores e lideranças comunitárias. Os pequenos traficantes, ao mesmo tempo em que precisavam ampliar seus mercados com novas biqueiras em regiões vizinhas, tinham que transitar em territórios cujas disputas já estavam conflagradas há pelo menos uma década, repletas de homicídios. Os justiceiros, criminosos de diferentes atividades, policiais, indivíduos dispostos a matar, instituições como igrejas e escolas que começam a expandir e se fortalecer, sindicatos e entidades sociais, pequenos comerciantes, convivendo com a imensa maioria de vizinhos que levavam um cotidiano de trabalho duro, formando uma rede social heterogênea e bastante complexa.

Cabia aos pequenos traficantes, assim como aos demais moradores que ingressaram ou não na carreira criminal, aprender a conviver nesse contexto indutor de homicídios, com forças equilibradas e dispostas a matar. Impor-se pela violência, como iria ficar evidente, não seria suficiente para o sucesso do negócio e para o domínio territorial por parte do traficante. É preciso ser aceito na comunidade, buscar alianças, evitar conflitos, sabendo, em suma, respeitar o proceder nessa complexa rede social das periferias paulistas. Os homicídios, no entanto, diante do risco de ser assassinado e do convívio com homicidas em potencial, nos anos 1980 e 1990, sempre seria uma escolha recorrente dos integrantes desse meio contra outros integrantes vistos como ameaças rivais.

O desafio para o traficante é tomar decisões estratégicas que garantam, ao mesmo tempo, a sobrevivência e a conquista de respeito nesse contexto com forças de intensidade semelhantes que podem se sentir provocadas e entrar em ação diante daquilo que enxergam como um desafio. Os homicídios são sempre decisões a serem consideradas nesse contexto repleto de riscos. De qualquer maneira, os criminosos que vendem droga se articulam em torno de pequenas estruturas criminais que estabelecem relações de “parceria” em vez de “subordinação” entre seus integrantes. De forma geral, cada criminoso age fundamentalmente de maneira autônoma, interligado em uma rede onde a hierarquia é quase inexistente e os integrantes relacionam-se de “igual para igual”, onde “ninguém é melhor do que ninguém”, lemas que são invariavelmente repetidos em entrevistas com integrantes do meio. O Primeiro Comando da Capital (PCC), que surge no Presídio de Segurança Máxima de Taubaté, em 1993, ganha manchetes principalmente a partir do começo do ano 2001, quando uma megarrebelião ocorre em 25 presídios e quatro cadeias públicas do Estado (JOZINO, 2004). Essa foi a primeira demonstração de força do grupo, que buscava estabelecer uma ordem entre os internos nas penitenciárias do Estado. Em meados do ano 2000, a hierarquia também começa a ficar cada vez mais horizontalizada e o PCC volta a adotar a estratégia da igualdade entre seus participantes (BIONDI, 2009), que sempre marcou a cena do crime paulista.

Antes do PCC, no entanto, a ação dos criminosos em São Paulo não ficava sujeita à vontade de uma facção ou de lideranças. Tanto que o

crescimento dos homicídios no Estado nunca teve qualquer relação com disputas entre facções, elementos determinantes para compreender os homicídios em territórios fluminenses. Uma pesquisa mostrou que 57% dos homicídios cometidos contra jovens tinham relação com o tráfico de drogas na região metropolitana do Rio de Janeiro (SOARES, SÉ, RODRIGUES e PIQUET, 1993). Já em São Paulo, conflitos interpessoais do cotidiano, como demonstram uma série de levantamentos, estiveram por trás dos homicídios (NEV/USP, 1997; FERREIRA, 1998; LIMA, 2000; SILVA, 2001; MANSO, 2003). A configuração do universo criminal em São Paulo, estruturado a partir do indivíduo, de seus interesses e de suas escolhas, ajuda a compreender o contexto da violência e as motivações por trás dos homicídios. A decisão de matar em conflitos interpessoais considerados banais, contudo, não é simplesmente uma decisão emotiva ou comercial; nem uma decorrência do pouco valor dado à vida por esses indivíduos. Pelo contrário, esses indivíduos dão elevado valor à própria vida e por isso matam, em boa parte das vezes, na tentativa de preservá-la seguindo uma moral que justifica a violência como forma de sobrevivência. É o que fica claro nos depoimentos dos homicidas que concederam entrevistas nesta tese.

A chegada do crack e a venda dessa mercadoria nos territórios já violentos da periferia, no entanto, são também etapas fundamentais para a compreensão da escalada dos homicídios nos anos 1990 e o descontrole da violência nos bairros periféricos. Tipo de droga barata feita à base de pasta de cocaína, que se populariza em São Paulo entre o final dos anos 1980 e começo dos 1990 (UCHÔA, 1996; PROCÓPIO, 1999), acaba estabelecendo um novo patamar de violência e de desordem no comércio de entorpecentes e nas periferias. Quando os homicídios se disseminam e passam a fazer parte da rotina, mais escolhas homicidas são tomadas, em um círculo aparentemente ininterrupto. Ao mesmo tempo em que os homicídios ficam cada vez mais banais porque a chance de ser assassinado é cada vez mais considerada, mais aqueles que vivem nesse meio são induzidos a matar para não morrer.

5.3.1) Crack, desordem e as chacinas

A expansão das bocas nas comunidades de periferia ocorreu de maneira associada à venda do crack a partir do começo dos anos 1990. O crack surgiu em São Paulo no final dos anos 1980 e passou a ser negociado amplamente na década seguinte. Relatos de consumidores narraram que, no começo, o crack era oferecido de graça para experimentação aos consumidores de maconha e cocaína nas bocas de droga⁴⁴. O crack vicia mais do que as outras drogas a um custo mais baixo e por isso é considerado “droga de pobre”. Uma pedra custa entre R\$ 5 a R\$ 15 (valor de 2007)⁴⁵. Mas pensar no preço da droga a partir de sua unidade não faz jus aos gastos efetivos que o consumidor tem. Conforme depoimentos, há usuários que passam dias seguidos consumindo a droga, com gastos que ultrapassam os R\$ 300. Por isso é considerado um dos vícios químicos mais caros do mercado, tamanha a quantidade de unidades que precisam ser consumidas para aliviar a chamada “fissura”, sensação que aparece quando a droga acaba. No Rio de Janeiro, a venda da mercadoria foi proibida pelas facções, que queriam evitar eventuais prejuízos que a nova mercadoria implicaria na venda de cocaína (DUNN; FERRI, 1998; NAPPO; GALDURÓZ; NOTO, 1994).

A chegada do crack também ajudou a mudar o esquema do tráfico em São Paulo. Primeiro porque os traficantes passaram a importar pasta base em vez de cocaína em pó, já que a mistura da droga é feita da pasta base da cocaína com bicarbonato de sódio. O negócio coincidiu também com a mudança no perfil do traficante. No começo da década, segundo Mingardi (1998: 11), o perfil dos traficantes também mudou porque a expansão de oportunidades no mercado atraiu pessoas com idade média mais baixa para o negócio. Mingardi afirma que o crack desorganizou o tráfico porque os traficantes passaram a consumir a droga. Nas comunidades violentas, no entanto, a construção da figura do viciado em crack como alguém incontrolável, incapaz de seguir qualquer tipo de regra, transformou o chamado “noia” (termo

⁴⁴ Entrevista com a professora Solange Nappo, da Universidade Federal de São Paulo, sobre a chegada do crack em São Paulo a partir de relato feito a ela e a pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid).

⁴⁵ Entrevista com usuários e vendedores na cracolândia, região de concentração de venda e consumo no centro de São Paulo.

local usado para retratar o consumidor de crack, derivado de paranoia, já que ele entraria em tal estado sem a pedra) em um dos alvos preferenciais do assassino. O noia, afinal, sintetiza os defeitos dos novos inimigos nesse novo contexto moral em que a carreira criminal passa a ser tolerada por se tornar uma oportunidade de renda. Se antes o “bandido” devia morrer em defesa do trabalhador, os homicídios se voltam contra o “sangue-ruim”, quem não segue o procedimento no crime. O noia representa a essência do que não se pode tolerar nesse novo contexto.

Se a expansão da venda de drogas nas periferias ampliou o foco de conflitos cotidianos nos bairros das periferias, pequenas biqueiras com indivíduos armados tendo que tomar decisões rápidas em um contexto altamente indutor de homicídios, a venda de crack serviu para acelerar ainda mais a desordem, multiplicando os conflitos de mercado, vizinhança e, como consequência, os homicídios. Mais do que autores de violência, no entanto, os dependentes aparecem nos anos 1990 como vítimas preferenciais daqueles que matam. Nas entrevistas com assassinos de São Paulo, eles dizem que os “noias” são enxergados como uma espécie de “raça inferior”, um tipo de “praga que contagia o ambiente” e que por isso deve ser exterminada para evitar que se propague. No contexto em que a escolha pelo homicídio era praticamente habitual, matar noia era considerado medida de “saúde pública”. Segundo os entrevistados, os “noias” roubam nos bairros onde moram para comprar drogas e entregam os ladrões à polícia em troca da liberdade ou de drogas. Quanto mais noia se mata, mais a comunidade tem a ganhar. A referência aos consumidores de crack nas entrevistas foi constante e permite perceber um pouco a dimensão do problema, como pode ser visto abaixo:

Entrevistador – Morrem muitas pessoas viciadas em drogas?

Flamarion - Demais. Sem chance. Isso aí, noia, todo dia tem BO disso aí [*problemas ligados aos noias*]. Isso é tranqueira. É limpeza.

Zé Bonitinho - É como limpar a casa...

Wolverine - A gente não mata o cara na nossa área. Porque suja, entendeu? O que a gente faz? A gente derruba o cara. Põe o cara dentro do carro. Dá um role na represa. Rasga a barriga dele. Joga

ele dentro da represa. Ninguém vai achar o cara mais. Ninguém acha. Joga lá. Não vale a pena pegar no bar. Não é cara de treta, cê entendeu?

Flamarion - É tipo limpar um lixo da rua... Junta aquele lixo... sabe?

Baixinho – No lugar onde você trabalha, cê entendeu? Você não precisa limpar sua mesa? Esse noinha, até mesmo, é o seguinte: você sabe que por ali, né, meu, ele até pode trabalhar de infiltrador [*se infiltrar no grupo para fornecer informações aos inimigos ou a polícia*], porque ele sabe, ele pesquisa, é curioso e esse cara pode até te atrasar. Um dia ele cai com um bagulhinho, cê entendeu? Fala: ‘não, o seguinte, vamos trocar cabeça’ [*acordo em que a polícia propõe a liberdade dele em troca de um bandido procurado*]. Dá um peixão [*dá o nome de um bandido importante*] para safar o dele, quer dizer, um cara desse atrasa o seu lado por uma bituqinha.

Zé Bonitinho – Tipo assim, um dia eu fui ver uma pessoa lá e o traficante veio falar comigo, ‘você que é tal pessoa?’ Eu falei assim, ‘eu não, por que, quem gostaria de saber, não conheço, não’. Ele falou: ‘é, porque essa pessoa não tava deixando eu traficar lá, tal, tal’. ‘Quem que te falou isso?’ [*Zé Bonitinho perguntou*] ‘Quem me falou isso foi um noia ...’ [*o traficante respondeu*]. Foi um noia que falou isso. E uma hora dessa eu falo, ‘é, sou eu sim’, os caras tinham me enchido de bala.

Flamarion - E se são os homens? Seria uma informação infiltrada e pra gente não interessa informação [*vazar*].

Wolverine - Eu não gosto, de noia eu não gosto, sento o aço mesmo. Até esse aí não precisa nem sentar o aço, vai na pedrada.

Zé Bonitinho - Acabou a bala, dá pedrada na cabeça. Mata de qualquer jeito, o cara morrendo, não falando mais, pra nós já é suficiente.

Entrevistador - E a mãe dele, o pai dele, vocês não ligam, não suja com eles?

Flamarion - Qualquer serviço suja. É só você não deixar ver. Mas veja bem, a população em geral, gente boa, protege a gente. Jamais vai dar uma informação errada da gente. Porque a gente ajuda a população. Ninguém atrasa o lado, ninguém tá fazendo malvadeza. A gente está fazendo o bem da população.

Entrevistador - Já aconteceu de vocês sentarem o aço em um nóia e a mãe vir chorar pra vocês?

Flamarion – Eles não têm 100% da informação [*sobre quem foi o autor da morte do filho*], mas imagina da onde veio. Só que não tem 100% e não podem fazer nada. E ainda ficam falando... Mas tem que falar baixinho, porque ficam com medo. Porque sabe que se... [*a*

informação vazar para a polícia] o bicho pega.... Se sair a informação real e tal, o bicho pega. Já aconteceu fato de eu sair de noia [de não matá-los] porque a gente não gosta desse tipo de informação. Por causa do dedo-duro. Então esse pessoal não tem vez, é sem chance.

Entrevistador - Depois que o crack chegou, as tretas aumentaram?

Fumaça - A maioria das tretas é por causa de noia. Matei noia que não respeitava ninguém. Pegava um vídeo, uma arma, querendo trocar por droga. O cara fuma, fica loucão, não respeita mais ninguém.

Entrevistador - A droga é um problema onde vocês moram?

Ceará - Hoje morre muito por causa da pedra. 84 e 85 não tinha pedra. As pedras desandou tudo. As pedras transformam o cara. É uma droga maldita.

Paulista - Eu vi caso de mãe pedir para matar o próprio filho. Batia na irmã, batia na mãe, ela pagou para matar. Própria mãe, irmã, pai. Uma amiga minha perdeu casa, dinheiro, o filho começou a roubar no bairro, invadir varal, ficou jurado no bairro, a família ficou jurada, tiveram que deixar uma casa de seis cômodos no bairro, morar em favela. Essa não tem coragem de mandar matar.

Ceará – Que ser humano é esse que a própria mãe não aguenta? Agora me diz uma coisa: a mãe não aguenta um sujeito desse... e os de fora? Não trabalha, não ajuda, só fica atrasando a vida dos outros. Os parentes não vêm por causa desse pilantra. Mas se neguinho vem me pedir para matar parente, eu não faço. Depois se arrepende e cagueta para a polícia.

Paulista - É o que eu falei da pedra. Qualquer vila que você chega, os nória chega uma hora que fica tão fissurado, que ele entra dentro de um quintal, ele arromba um carro na garagem, porque tem um toca-fitas pra vender por 20 reais, um pai de família para roubar 20 reais do bolso pra comprar uma pedra. E você mora ali. Você tem uma coletividade no bairro. Você não é justiceiro, às vezes você até tem seu comércio, mas não aceita esse tipo de coisa. Eu conheço cara que não é justiceiro, nem ladrão e não aceita isso na vida. A gente é de uma coletividade, se reúne e fala: não pode acontecer isso aqui. A mulher não pode mais lavar o quintal, o filho não pode jogar bola na rua. Por que? Aí você tem que fazer isso mesmo, se não impregna. É igual pulga. Vai impregnar.

Wolverine – Meu primo ele é envolvido com esse papo de droga. E um cara andava junto com ele. O que que eu fiz? Eu vou acabar com o seu amigo pra você sair fora disso aí. Eu tive que derrubar o amigo dele e ele prometeu parar. Eu já bati nele e falei que se não parar vou derrubar ele. Aí deu uma manerada. É difícil eu chegar no meu primo, sangue, eu não tenho esse dom, só se ele abusar da minha mãe, aí não tem perdão.

Wolverine – Tinha um noia uma vez que estava na padaria com o meu primo. Falaram que ele tava com um 38 e uma calibre 12, falando que ia me derrubar porque eu era muito folgado. Ele já sabia do lance que eu tinha feito com o amigo do meu primo. Eu falei ‘firmeza’. Um dia eu fiquei esperando ele e mais um cara. Ele passou onde eu tava. Eu catei ele e falei ‘que papo é esse?’, fiquei sabendo que você ia me matar’. Fomos caminhando, caminhando, até perto da delegacia. Não, eu não ia te matar, não. Eu agora tô sossegado, minha mina tá grávida, minha mãe já falou comigo, eu tô virando crente, pelo amor de Deus, eu não vou fazer mais isso. Eu até comecei a ficar com dó. Mas você leva o cara daqui até lá longe, para sentar o aço no cara, vai voltar trocando ideia com ele de novo? O cara falou que ia te matar, não tem perdão, sem perdão, meu amigo. Levei perto da bocada, estourei ele, ninguém sabe, estourei ele perto da bocada. Fui dormir tranquilo, acordei no dia seguinte e falaram ‘pô, você viu? Seis horas da manhã, fulano morreu’. Meu primo ficou cabreiro. Deu uma maneirada, tá sossegado agora. Deve ser coisa de bocada. Meu primo veio falar pra mim. Eu ainda falei ‘o próximo é você’. Se eu vejo um cara derrubando meu primo, eu não vou gostar, porque eu vou ver minha tia sofrendo, aí eu vou querer criar treta com os caras. Se um cara derrubar ele um dia, que eu nunca fique sabendo. (MANSO, 2005: 170-175)

Há poucas informações sobre a chegada do crack ao Brasil. Esses dados, em sua maioria, são provenientes da imprensa ou de órgãos de segurança pública e estão baseados principalmente em números relacionados a atividades policiais. A apreensão de crack, realizada pela Polícia Federal, entre 1993-1997, aumentou 166 vezes (PROCÓPIO, 1999). A apreensão de pasta base, no mesmo período e, considerada por região, apresentou níveis decrescentes, excetuando-se a região Sudeste, onde aumentou 5,2 vezes (PROCÓPIO, 1999). A cidade de São Paulo foi a mais atingida pela chegada da droga. A primeira apreensão da substância no município registrada nos arquivos da Divisão de Investigações sobre Entorpecentes (DISE) aconteceu em 1990 (UCHÔA, 1996). Segundo o autor, algumas evidências apontam para o surgimento da substância em bairros da zona leste da cidade (São Mateus, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista), para, em seguida, alcançar a região da Estação da Luz (conhecida como Cracolândia), no centro. A partir daí espalhou-se para vários pontos da cidade, estimulado pelo ambiente de desordem e pela repressão policial nas áreas centrais. O preço do crack, apesar de similar ao da cocaína refinada em termos de unidade, possuía

apresentações para o varejo que variavam de 1,00 a 5,00 reais, tornando-o acessível para uma faixa grande de consumidores (DUNN; FERRI, 1998). Além disso, parece ter havido uma redução na oferta de outras drogas (NAPPO; GALDURÓZ; NOTO, 1994).

No contexto de violência que já marcava a vida principalmente de jovens moradores de bairros com elevadas taxas de homicídio, a chegada e a expansão da venda do crack aumentam a violência dos conflitos. “Cabecinha”, que trabalhou como pequeno traficante no bairro de Casa Grande, em Diadema, durante quase dez anos, entre o final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, antes de virar evangélico no começo dos anos 2000, era traficante de cocaína na cidade e chegava a distribuir um quilo da droga a cada dez dias. Ele vendia no atacado para seis microtraficantes, que faziam a distribuição no varejo. O dinheiro que ele ganhava, gastava no consumo da droga. Ele afirma que era mais fácil ser traficante antes da chegada do crack. Segundo conta, na época da cocaína, para vender a mercadoria bastava conhecer um fornecedor e “ter um conceito entre a bandidagem”, ou seja, ser reconhecido como alguém que “paga aquilo que deve”. Cabecinha recorda-se que os traficantes do seu tempo eram menos violentos. “Teve uma vez que eu ‘rodei’ [*fui preso*] com um quilo e meio de cocaína com os homens [*policiais*]. Tive que pagar R\$ 5 mil reais [*aos policiais*]. Não cheguei nem a ser preso, mas fiquei quebrado. Fui falar pro parceiro que tinha vendido os ‘bagulhos’, um quilo e meio, e ele esperou três meses pra eu pagar. Hoje, isso nunca aconteceria. Por causa de um papel [*de cocaína*], cinco, dez contos, o traficante tá matando”, compara⁴⁶.

O resultado da multiplicação dos conflitos e do aumento dos homicídios ficou também evidente na multiplicação dos casos de chacinas – tipo de homicídio em que morrem mais de duas pessoas em uma mesma ocorrência. Reforçando o depoimento dos entrevistados sobre os homicídios de “noias”, os inquéritos de chacinas mostram que os viciados em crack eram uma categoria de vítima bastante visada. Conforme os registros da polícia, as chacinas estiveram inicialmente ligadas ao comércio de drogas, apontado como o tema que mais motivou a ação dos matadores por quatro anos consecutivos neste

⁴⁶ Entrevista gravada, feita em 2003.

tipo de crime entre 1995 a 1999⁴⁷ (DHPP, 2006). Em muitos inquéritos de chacina, são recorrentes os casos em que “rodinhas” de garotos, que eram conhecidos na vizinhança por fumar crack, foram dizimadas. As chacinas começaram a chamar a atenção das autoridades e da imprensa em São Paulo em 1994, ainda sob o efeito da repercussão das chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, como as da Candelária e de Vigário Geral. No ano seguinte, em 1995, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa reagiu ao crescimento dos casos criando a Coordenadoria de Investigação sobre Homicídios Múltiplos para coletar e analisar as informações sobre este novo fenômeno. Nos primeiros anos do departamento, constatou-se uma rápida escalada desses tipos de casos: em 1994, foram 34 chacinas na RMSP; no ano seguinte, 49; esse número se manteve relativamente estável até 1998, quando saltou para 89 casos, total que se repetiu em 1999, para alcançar o recorde absoluto no ano 2000, com 95 ocorrências (MANSO, 2003; 2005). A partir de 2001, a diminuição passou a acontecer com relativa rapidez, chegando em 2003 aos patamares de meados dos anos 1990, sendo que a curva permanece em tendência de queda.

As chacinas, nesse sentido, acabam sendo um retrato da desordem e do critério usado pelos matadores do período, quando os homicídios batem o recorde no final dos anos 1990. Revelam como para os assassinos, cada vez mais habituados aos homicídios, matar um a mais deixa de fazer grande diferença. Se a chegada do crack é importante para explicar esse novo contexto, é fundamental compreender a trajetória da curva de homicídios e o acúmulo de violência que já ocorria desde os anos 1970. Se os justiceiros, em suas ações e discursos, buscavam inicialmente um propósito social para os seus homicídios, em defesa dos trabalhadores, os matadores das chacinas evidenciam como os seus discursos e ações perderam qualquer vínculo com o contexto local. Trata-se do homicídio e do terror sem causas, um tipo de ação habitual e extremamente cruel. Nas entrevistas, alguns deles falam a respeito das chacinas:

⁴⁷ VINGANÇAS motivam a maioria das chacinas em SP. *O Estado de S. Paulo*, 10 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2000/07/10/cid178.html>>. Acesso em 16 abr. 2003.

Entrevistador – Você já participou de casos onde morreu muita gente?

Zé Bonitinho - Já aconteceu de matar mais gente. Eu ia matar dois caras. Treta de bairro, discussão. Eu vou falar a verdade pra você. Eu fico dando uns rolês, pra cima e pra baixo, aí, tipo, sei lá, no olho gordo, tem muita inveja, entendeu? Aí o que acontece? Falam, fulano, sicrano, tá passando e fazem uma campana. Aí um dia eu falei, já que os caras querem ir atrás de mim, não vamos esperar, vamos atrás, né? Aí eu juntei meu time e fomos. Era para catar dois caras. Chegou lá tinha mais três. Só que na hora que a gente foi, era uma madrugada. Tá ali, não é gente boa. O que tiver nós vamos fazer ali, não tem jeito. Tá na madrugada, não é gente boa. Aí o que aconteceu? Nós chegamos, um ainda reagiu, trocou tiro. Aí foi o fim, o que tinha lá dentro, foi comerciante, foi tudo. Morreu cinco caras.

Entrevistador – Você não se arrependeu de matar pessoas que não tinham nada a ver?

Zé Bonitinho – Não, tudo que eu faço eu nunca me arrependi de nada. Me arrependo do que eu deixo de fazer. O que você faz, faz bem feito.

Entrevistador - Já houve casos em que vocês mataram mais que duas pessoas?

Wolverine – Aquele do bar, lá. Tem várias. Do bar lá de baixo foi cinco caras. Mas só tinha dois que tava devendo. Foi troca de tiro. Aí catou um de escudo assim e entramos, pá, pá, pá.

Baixinho – É o seguinte: nessa fita aí era pra ir só dois, só que tinha mais que tava lá, entendeu? Era um bar. Só que tem o seguinte: tava todo mundo de cara limpa, entendeu? É aquele esquema assim: ó, fulano tá ali. Não deu tempo de reunir toda a equipe. Fala assim, vamos pra cima, entendeu? Não deu tempo de pegar, foi de cara limpa. Só que chegou lá tinha cinco pessoas. Aí é sem chance, não tem jeito. Só que é o seguinte. Só saiu mais tiroteio porque o cara do bar, ele revidou, entendeu? Então, quer dizer, na hora de revidar, aquele tiroteio, neguinho que queria correr, segurou, né? Aquele cara lá é escudo, né?

Baixinho - A questão é se a gente estiver não mostrando a visão, aí tudo bem, a gente cata o cara certo. Porque se você vai de cara limpa, você não pode deixar testemunha. Você tá mostrando sua cara, entendeu? O depoimento que ele der, ele te cagueta, entendeu? Quer dizer, se você está coberto a cara e ele tá te vendo, ele não vai decifrar quem é você. Então, quer dizer, mas se você vai de cara limpa, não tem jeito. Ou deixa quieto ou então vai pra cima e

acaba logo com tudo. A cara [verdade] é essa (MANSO, 2005: 161-162).

Pode-se definir a epidemia de homicídios como um fenômeno social no qual as escolhas homicidas provocam novas escolhas homicidas, levando a um crescimento contínuo das taxas de homicídios. O final dos anos 1960 é um marco importante desse começo de epidemia justamente por revelar uma nova moral por trás das ações homicidas que serviriam para justificar os homicídios durante os anos que se seguem. O que se verifica no período é a construção da imagem do “bandido” como inimigo que deve ser eliminado e assassinado. O final dos anos 1990, com o crack e as chacinas, em contextos onde os homicídios fogem ao controle e exterminam toda uma geração de jovens de periferia, é o retrato final da curva de homicídios que antecede a queda. A queda dos homicídios, aliás, não era esperada por nenhum analista ou autoridades, que durante anos, com raras exceções, ainda se mantiveram céticos quanto à manutenção da tendência de queda e à veracidade dos dados⁴⁸. Mudanças nas instituições de segurança e na sociedade e novas formas de controle, no entanto, já vinham ocorrendo desde meados da década de 1990, no sentido de mudar as escolhas dos homicidas e induzi-los a alternativas não violentas. Na fase mais dramática da violência, no entanto, todos perdiam com os homicídios, até mesmo os homicidas. O mecanismo social que levou à queda dos homicídios só pode ser compreendido depois que se analisa o crescimento desta prática e se percebe como as instituições e a sociedade se tornam mais receptivas a medidas que induzam para escolhas não violentas a fim de evitar, inclusive, o autoextermínio. A queda abrupta dos homicídios é também um efeito do crescimento acumulado que foi verificado nos anos anteriores.

⁴⁸ Impressões relatadas por professores e autoridades a mim, jornalista e pesquisador interessado no tema e que sempre buscava saber opiniões a respeito da diminuição dos homicídios.

CAPÍTULO 6 – A DIMINUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO

A queda dos homicídios em São Paulo é confirmada por fontes diversas, tanto da área da segurança pública como da saúde. O Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), divulgado anualmente, registrou quedas ininterruptas dos homicídios tanto no Estado de São Paulo como na RMSP até 2009, quando houve um leve crescimento. Em 2010, contudo, as taxas de homicídios na cidade e no Estado voltaram a cair. Conforme esses números, em 1999, a taxa do Estado de São Paulo era de 44,1 homicídios por 100 mil habitantes; da RMSP, 63,5 homicídios por 100 mil. Onze anos depois, em 2010, as taxas do Estado haviam despencado para 13,9 por 100 mil e a da capital e da RMSP para 15,6 por 100 mil. Em 2010, a RMSP registrou a menor taxa em 30 anos, já que em 1980 a taxa era de 18,1 homicídios por 100 mil habitantes. Se entre 1980 e 1999, a RMSP registrou alta de 250% nas taxas de homicídio, a queda entre 1999 e 2010 acumulou 75,4%. Tanto o crescimento nos primeiros 20 anos como a queda na última década está acima da média nacional. Entre 1980 e 1999, os homicídios no Brasil cresceram a taxas de 4,3% por ano. Na RMSP, o aumento foi de 6,8% ao ano. Em relação à queda, enquanto a taxa brasileira se manteve estável entre 1999 e 2010, a da RMSP caiu 12% ao ano (WAISELFISZ, 2012: 220). A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) aponta redução ainda mais abrupta nas taxas entre 1999 e 2011 para o Estado e capital. Na contabilidade da SSP-SP, não são considerados latrocínios e resistências seguidas de morte entre os casos de homicídios dolosos. No período, de acordo com a Secretaria, as taxas do Estado passaram de 35,27 por 100 mil para 10,02 por 100 mil habitantes; na capital, de 52,58 por 100 mil para 8,95 por 100 mil ⁴⁹. Com bases nos dados do Programa de Aprimoramento de Informações sobre Mortalidade do Município (PRO-AIM), Peres et al. (2011) identificaram reversão na tendência de alta a partir de 2001 na capital, passando de 56,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2001 para 14,9 por 100 mil em 2008, queda acumulada de 74%.

⁴⁹ Ver <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=565>> e <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=E#>>. Acesso em 17/05/2012.

As quedas se concentraram justamente nos grupos mais vulneráveis aos homicídios, ou seja, jovens entre 15 e 24 anos e entre 25 e 34 anos, moradores de área de exclusão extrema ou alta (PERES et al., 2011: 22). Enquanto entre 2008 houve redução de 83,2% dos homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos em exclusão social extrema, essa redução foi de 41% entre jovens de 10 a 14 anos com média exclusão social (PERES et al., 2011: 23). Os autores apontam algumas hipóteses que merecem ser consideradas: aumento de 169,5% no investimento em segurança no Estado entre 1997 e 2008; crescimento da taxa de encarceramento/aprisionamento por 100 mil, que passou de 276,5 em 1996 para 524,6 em 2008; redução de armas de fogo em circulação; mudanças no policiamento; investimentos sociais e atuação do Primeiro Comando da Capital (PERES et al., 2011: 24). Apesar de citarem os estudos que abordam o tema, os autores não se arriscam em apostar em uma causa, mesmo porque a queda dos homicídios é multicausal.

Assim como foi possível explicar o processo de crescimento dos homicídios em São Paulo, as ferramentas da teoria da ação situacional permitem identificar os mecanismos sociais que levaram à diminuição das escolhas assassinas nos contextos e grupos violentos. Em primeiro lugar, deve-se compreender como o cotidiano desses bairros violentos em São Paulo forçou a mudança na percepção dos indivíduos que viveram e testemunharam os efeitos perversos dos homicídios nesses espaços. Anos e anos de sofrimento com os homicídios provocam o aumento da propensão dos indivíduos que vivem nesses lugares a fazerem escolhas alternativas e não violentas. Mães, pais, irmãos, amigos e toda uma geração que, ao longo dos anos 1980 e 1990, puderam perceber e testemunhar, inescapavelmente, os efeitos dos homicídios nos territórios violentos em que viviam. Se nos anos 1970 e 1980, policiais e justiceiros vendiam a falsa impressão de que os homicídios poderiam funcionar como uma profilaxia social, em defesa dos trabalhadores, ao longo dos anos 1990 essa ilusão desaparece, conforme os habitantes dos bairros violentos testemunham no dia-a-dia os efeitos dos homicídios. Longe de propiciar aquilo que os primeiros matadores pregavam nos anos 1980, a disseminação dos homicídios tornava todos, cada vez mais, sujeitos a serem vítimas dos efeitos da violência descontrolada. Quem morre

são os jovens, irmãos, colegas de escola, primos, amigos, em um processo que foge claramente ao controle da comunidade local e que por isso torna-se um fenômeno social altamente indesejado.

A redução dos homicídios, assim como o crescimento, são resultados de escolhas morais. A queda nas taxas só ocorre porque as pessoas passam a preferir escolhas não violentas alternativas aos homicídios. Como no final do período de crescimento da curva de homicídios todos ficam sujeitos a serem afetados pelos crimes, praticados por homicidas cada vez mais sem critérios e controles, cresce a receptividade a políticas que permitam fazer escolhas alternativas aos homicídios. Até os próprios homicidas sabem que serão vingados depois de matar, criando-se um contexto em que todos perdem com os homicídios. A própria sociedade vai buscar apoio de integrantes do crime, representados pelo Primeiro Comando da Capital, na tentativa de coibir os conflitos fatais, o que demonstra como a nova percepção sobre os homicídios acabou levando à busca de opções alternativas aos homicídios.

Como a tese demonstra, a epidemia de homicídios começa quando passa a ser visto como um instrumento de controle. Conforme os anos passam e os homicídios se acumulam, as infinitas tragédias revelam como os homicídios são escolhas equivocadas, apesar da percepção de que muitas vezes são escolhas necessárias. No período final da curva homicídios, a intenção de evita-los já havia se disseminado; faltavam ser criadas oportunidades para que as escolhas alternativas se tornassem viáveis. Mais do que saber o peso de cada uma das políticas para a redução dos homicídios, portanto, a compreensão dos mecanismos sociais que levam à queda dos homicídios só é possível ao se explicar como a transformação do contexto e da percepção daqueles que vivem nesses locais induz para escolhas alternativas aos homicídios. As transformações morais dos indivíduos são decorrentes do próprio processo de crescimento dos homicídios. Cabe ao Estado, portanto, diante dessa situação, encontrar formas de produzir políticas que induzam a essas escolhas alternativas aos homicídios.

Nesse sentido, há dois principais conjuntos de políticas públicas que podem explicar por que e como os indivíduos que antes optariam por

homicídios passaram a fazer escolhas alternativas. O primeiro conjunto está relacionado às mudanças profundas provocadas pelas instituições do Estado no universo criminal paulista. As transformações já começam a ocorrer ao longo dos anos 1980 e 1990. Na Polícia Militar, as mais importantes se iniciam a partir de 1987, com a implantação do Sistema de Radiopatrulhamento Padrão, chegando ao final dos anos 1990 com modelos de gestão que determinaram a eficiência da polícia no patrulhamento ostensivo, na prevenção ao crime e no aumento no número de flagrantes que resultavam em prisão. Juntamente às mudanças na PM, também dos anos 1990, ocorrem transformações na política carcerária, com o crescimento da quantidade de vagas em presídios e a melhoria da segurança contra fugas. Essas duas políticas são decisivas para multiplicar por oito a proporção de presos no Estado e mudar radicalmente a expectativa daqueles que haviam ingressado na carreira criminal. Depois dessas mudanças nas políticas de controle, seus integrantes passam a fazer escolhas levando em consideração a possibilidade de passar temporadas no presídio e ter que conviver com outros condenados. Esse novo contexto força os integrantes do universo criminal a evitar conflitos e a buscarem formas de conviver com outros presos.

Nas ruas, a principal mudança de comportamento ocorre depois da Lei Antiarmas e das buscas feitas pela polícia por armas frias nos bairros violentos. Essas medidas forçaram potenciais homicidas a deixarem a arma em casa. O aumento na eficiência dos controles formais e informais nos territórios violentos, principalmente por meio de mudanças na atuação das instituições de segurança e carcerárias, permitiu que as escolhas não violentas se tornassem mais atraentes nesses lugares. Independentemente do peso real de cada uma delas, no entanto, é fundamental compreender que resultado de queda acelerado é mais o resultado da percepção das comunidades que buscavam alternativas às escolhas homicidas do que da eficiência das políticas públicas. Outro aspecto a ser levado em consideração, como será exposto adiante, é que as políticas públicas de combate ao homicídio começam a ocorrer só no final de 1990. Nesse período, depois do sucesso da redução de violência em Nova York, pela primeira vez as autoridades do Estado de São Paulo passam a

considerar a possibilidade de reduzir os homicídios em curto prazo, o que muda o paradigma de ação.

Finalmente, um terceiro aspecto decisivo diz respeito ao efeito multiplicador dos homicídios. Assim como na fase de crescimento os homicídios dispararam um mecanismo que faz homicídios se multiplicarem, a redução aciona dispositivo semelhante em sentido inverso. Um homicídio a menos pode ser suficiente para estancar inúmeros homicídios que viriam na sequência. A queda de homicídios entra assim em um círculo virtuoso.

Esse processo revela uma característica das curvas epidêmicas de homicídios. Se, inicialmente, verifica-se um movimento acelerado de crescimento e de disseminação dos homicídios por meio dos círculos viciosos em contextos morais tolerantes a este crime, com o passar do tempo e com o acúmulo de mortes e de sofrimento nesses territórios acaba sendo inevitável o surgimento de mecanismos sociais de controle dos homicídios, quase uma necessidade de defesa para evitar o autoextermínio. Isso ocorre por transformações na moral dos próprios indivíduos que vivem aquela realidade. Conforme os anos passam e o processo sai do controle da comunidade local, o inimigo deixa de ser claramente identificável. Autores e vítimas cada vez mais se parecem e o discurso da diferença se enfraquece. É o momento em que começa a amadurecer a compreensão da vigência do processo de autoextermínio, quando essas comunidades começam a ficar prontas para repactuarem o contrato capaz de reverter o processo de crescimento dos homicídios. As políticas públicas de controle em comunidades que vivenciaram o trauma de anos de homicídios, portanto, tendem a reduzir mais rapidamente os homicídios.

Os mecanismos de queda dos homicídios também devem ser compreendidos, portanto, como efeito do próprio processo de crescimento. Tanto que a mesma tendência de queda se repete em outros locais onde foi registrado ritmo acelerado de crescimento dos homicídios, como mostram as curvas de homicídios em outras capitais brasileiras (WAISELFISZ, 2011). O estudo aponta que as sete capitais brasileiras que registraram maiores taxas de crescimento entre 1980 e 1999, foram também as que tiveram as principais

quedas na última década, acumulando 52% entre 2000 e 2010. Além de São Paulo (-78,4%), houve queda expressiva de homicídios no Rio de Janeiro (-59%) e em Recife (-35,9%) Por outro lado, as 17 capitais que tinham taxas de homicídios mais baixas, registram altas de 150% e continuam a crescer ao longo desta década. Os homicídios, portanto, ao mesmo tempo em que provocam novos homicídios, com o passar dos anos e o acúmulo da violência, também se tornam pedagógicos ao disseminarem os prejuízos da ação. Essa dinâmica reforça a ideia de que a tendência da curva epidêmica de homicídios em contextos urbanos é de ter o formato de sino, como a tese pretende demonstrar. O ritmo e o período do crescimento e da queda na curva dependem, no entanto, principalmente das características do contexto e do perfil das instituições que controlam o homicídio nesses territórios.

6.1) A transformação das instituições e do contexto

Mudanças nas políticas carcerárias, associadas a maior eficiência da Polícia Militar em realizar prisões em flagrante, podem agir no sentido de diminuir as oportunidades do assassino para praticar o crime e de levá-lo a ponderar sobre os riscos de ser preso caso pratique o homicídio. Mas o processo verificado em São Paulo tem peculiaridades que devem ser compreendidas em toda sua complexidade. Se os efeitos das políticas penais e carcerárias coibiram os homicídios depois dos anos 2000, durante toda a década de 1990 não obteve bons resultados, já que os homicídios continuaram crescendo, apesar do aumento nas prisões. Da mesma maneira, o crescimento do aprisionamento ainda não conseguiu bons resultados na diminuição dos crimes contra o patrimônio. As taxas de roubo e de roubo e furto de veículo continuaram a crescer na década de 2000, chegando a bater recordes históricos no período. O que se verifica, portanto, são indivíduos que seguem sua carreira criminal, apesar do risco crescente de serem presos. Eles praticam principalmente crimes contra o patrimônio ou vendem drogas, mas passam a evitar os conflitos com os demais integrantes do universo criminal ou a escolher ações alternativas para solucionar esses conflitos. O aumento da eficiência da PM nos flagrantes e o resultante crescimento nas taxas de aprisionamento,

portanto, se não coibiu o ingresso nas criminais, forçou os integrantes desse universo a aprender a conviver sem tanta violência.

Dessa forma, em um contexto de desordem e violência generalizada, indivíduos que optam pela carreira criminal passam a considerar a possibilidade de conviver no mesmo espaço que outros presos ao longo de sua trajetória, fator que acaba induzindo soluções que reduzam os conflitos ou que os solucione de forma mais justa para as partes envolvidas. É o chamado “proceder” no crime, tão mencionado e valorizado no universo criminal paulista. O que significa que os indivíduos desse meio devem “correr pelo certo”, respeitando o “proceder” criminal, ou seja, as normas e os valores do crime, porque em algum momento de sua trajetória eles vão precisar prestar contas quando estiverem no presídio aos seus colegas. As mudanças nas políticas penais e carcerárias, que começam a ocorrer vagarosamente ainda no final dos anos 1980, vão começar a reduzir os homicídios só a partir do ano 2000.

Estudos, entrevistas e números ajudam a identificar algumas das medidas que determinaram as mudanças mais profundas nas expectativas dos indivíduos que seguem a carreira criminal. Em primeiro lugar, é importante ressaltar, como foi feito no capítulo 4, o despreparo das instituições de segurança, especialmente das polícias Militar e Civil nos anos 1970 e 1980, para lidar com o crime comum em uma cidade que havia crescido em ritmo acelerado. A prática de homicídios nas periferias de São Paulo por integrantes da PM, aliás, é uma das evidências desse despreparo. Apesar de ter como principal tarefa o patrulhamento ostensivo, a corporação ainda não havia desenvolvido ferramentas e métodos adequados para gerir seus homens e viaturas no Estado. De acordo com oficiais da PM, no entanto, essa solução começou a ser colocada em prática em 1987, com a criação do radiopatrulhamento padrão (PINC, 2011).

Como afirma a autora, a literatura internacional indica que o policiamento com veículos tem sido a modalidade mais usada para reprimir o crime (PINC, 2011; REINER, 2004). Associados à comunicação, a mobilidade e o baixo tempo de resposta tornam o policiamento motorizado um dos principais recursos do trabalho policial. Como pioneiro no Brasil do radiopatrulhamento

padrão, São Paulo mudou o tipo de gestão do policiamento ostensivo, tendo uma base de cálculo para esquadrinhar o território e definir o que fazer nesses lugares com contingente e missões adequadas. A radiopatrulha é um serviço policial que já existia desde 1935 no Estado de São Paulo. No início, foram empregados 18 furgões no policiamento da capital, com rádios para comunicação que consumiam grande energia. O policiamento e o controle da comunicação eram desenvolvidos por agentes da Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil, que trabalhavam juntos na mesma viatura. O policiamento ostensivo, no entanto, dividido entre os homens da Força Pública e da Guarda Civil, sob o comando de um delegado de polícia, não eram tarefas prioritárias das chefias policiais. Só em 1968, o planejamento e a execução do serviço de radiopatrulha saíram da responsabilidade da Polícia Civil e foram transferidos para a Força Pública.

Em 1971, os investimentos e as soluções de gestão começaram a progredir com a criação do Centro de Operações da Polícia Militar, ainda com 20 troncos sequenciais de atendimento e o número do telefone pintado na porta das viaturas. O telefone 190 foi criado em 1981 e até 1983 era necessário usar fichas telefônicas para falar com a PM em ligações cobradas, situação que só mudou depois de parceria com a Telesp (PINC, 2011: 79). O investimento em viaturas ainda não havia se tornado prioridade e um policial, que atuava em 1962, narra para Pinc (2011) como precisou pegar um táxi para prestar atendimento a uma criança que passava mal. Ainda naquela época, eram comuns perseguições a pé. O policiamento a pé, inclusive, era uma modalidade feita a qualquer hora do dia e da noite. Em 1965, dois policiais faziam o patrulhamento, durante a madrugada, em um bairro pobre do interior, numa região situada na zona do meretrício.

O radiopatrulhamento padrão (RPP), criado em 1987, além de exigir a compra de viaturas, demandava investimentos no sistema de comunicação. Nessa época, foi implantado o Sistema de Informações Operacionais da PM – versão 1.0, que permitiu informatizar as rotinas, até então feitas manualmente. As chamadas eram assim distribuídas automaticamente para o computador de cabine de rádio da respectiva área. A eficácia dependeria do tempo de resposta ao chamado. A medida coloca a PM no rumo correto para patrulhar

ostensivamente o território do Estado, esquadrinhando a área e planejando conforme a necessidade. Essa eficiência ainda demoraria a ser alcançada e demandou investimentos. Mas o rumo para administrar o pessoal e equipamentos para as ocorrências havia sido encontrado – comunicação e rádio. Estudos apontavam que a meta ideal de resposta a uma ocorrência criminal seria três minutos. Para que essa meta fosse atingida, seria preciso redimensionar o policiamento na capital e as cidades do interior, distribuindo o território em células chamadas subsetores. Levantamentos da época dimensionaram que seriam necessárias 1.376 novas viaturas na capital para dar conta dos trabalhos (PINC, 2011: 85). A partir da aprovação do projeto do RPP, foi necessário aumentar efetivo, redefinir padrões de policiamento e retrainar cabos, soldados e oficiais. Para testar o RPP, foi desenvolvido um protótipo de viatura Opala. A viatura realizou patrulhamento em 43 quarteirões do Campo Belo. Dados da PM indicam que depois de 49 dias de teste, as ocorrências diárias caíram de 2,2 para 0,04. Documentos indicam que foram investidos R\$ 1,5 bilhão e que foram contratados 10 mil novos PMs, o que representa aumento de 15% no efetivo. A implantação do RPP, segundo Pinc, deu início à modernização do policiamento no Estado.

Por que, então, se a modernização da PM começa a ocorrer no final dos anos 1980, os resultados na curva de homicídios demoram tanto a aparecer? Porque os incentivos naqueles anos para as escolhas homicidas ainda eram mais fortes do que os freios criados ainda timidamente pelas instituições e pela sociedade. Os justiceiros ainda estavam bastante atuantes, agindo em parceria com os policiais. A lei do silêncio e a desconfiança nas instituições eliminavam a escolha das alternativas institucionais para os conflitos. O quadro ainda iria piorar com a expansão do comércio varejista de drogas nas periferias via chegada do crack nos anos 1990, multiplicando os conflitos que fariam rodar a engrenagem de homicídios.

6.1.1) Mudanças no mundo do crime: arma em casa e futuro na prisão

A partir da teoria da ação situacional, é possível identificar duas importantes mudanças no contexto dos integrantes do universo criminal,

capazes de induzir escolhas alternativas aos conflitos e aos homicídios. Essas mudanças foram produzidas por meio de políticas públicas implantadas ao longo da década de 1990. A primeira está relacionada ao aumento nos flagrantes e nas prisões efetuadas pela PM, um processo que já vinha se consolidando desde o final dos anos 1980. Associadas ao crescimento na vaga dos presídios, essas políticas multiplicaram por oito o total de presos no Estado. Conforme os anos passavam, aqueles que ingressavam na carreira criminal passaram a pensar no futuro com uma temporada na prisão, convivendo com outros detentos em algum momento de sua trajetória criminal. Essa situação induziu os integrantes do universo criminal a buscar formas de evitar conflitos ou de mediá-los de maneira considerada justa pelas partes. A segunda mudança está relacionada ao endurecimento da legislação contra o porte ilegal de armas e ao aumento da eficiência da PM em localizar essas armas entre os habitantes dos bairros violentos. O aumento do risco de ser preso ao sair de casa armado, no final dos anos 1990, desestimulou os jovens das periferias, envolvidos no contexto de violência, a andarem armados nas ruas, hábito que havia sido criado nos anos 1980 e 1990.

A mudança na política carcerária no Estado começa a ganhar corpo principalmente depois do fato conhecido como Massacre do Carandiru, ocorrido em setembro de 1992, que provocou a morte de 111 presos rebelados executados por PMs. Em janeiro de 1993, logo depois do episódio, como um de seus desdobramentos, foi criada a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que ganhou autonomia em relação à Secretaria de Segurança. É difícil quantificar o peso da tragédia do Carandiru nas escolhas políticas que seriam feitas em seguida. Mas o fato é que a ampliação física do sistema carcerário foi brutal nos outros anos, permitindo que o Carandiru fosse implodido no ano de 2005. As unidades prisionais foram descentralizadas em diferentes regiões do Estado.

No final do governo Quéricia, em 1990, havia 37 unidades prisionais. Em 1994, no final do governo Fleury, o número chegou a 43, abrigando 32 mil presos. Mário Covas e seu sucessor, Geraldo Alckmin, deram continuidade e acentuaram essa tendência de expansão. Em 1999, segundo ano da gestão Covas, a administração penitenciária já contava com 64 unidades para 47 mil

presos. Em 2006, final da gestão Alckmin, a estrutura penitenciária de São Paulo já alcançava a cifra de 130.814 encarcerados, distribuídos em 144 unidades prisionais. Segundo os últimos números divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional, em junho de 2010 a população carcerária de São Paulo chegava a 173.060 presos, distribuídos em 148 estabelecimentos prisionais (NUNES DIAS, 2011: 104). Essa mudança na política de encarceramento, portanto, está associada ao aumento da eficiência da PM, que já trabalhava com o sistema de radiopatrulhamento padrão. O aumento dos flagrantes feitos pelos PMs é responsável pelo crescimento do total de prisões.

O resultado da guinada na política de segurança pública, portanto, é o aumento no total de presos, crescimento que acumulou 720% entre 1990 e 2010, modificando o contexto criminal no Estado. Esse ponto é fundamental para compreender a reversão da curva de homicídios e revela peculiaridades nas escolhas tomadas no contexto criminal paulista. Isso porque, o aumento no número de presos não levou necessariamente a uma queda dos homicídios. Em 1988, havia no Estado de São Paulo 51 presos por 100 mil habitantes. Quatro anos depois, em 1992, quando o radiopatrulhamento padrão já estava implantado (apesar da necessidade de ajustes), essa taxa subiu para 94,4 presos por 100 mil habitantes. O aumento é ainda maior no ano 2000, com 149,2 presos por 100 mil habitantes. O crescimento da taxa de presos triplicou, portanto, justamente no período em que os casos de homicídios cresceram mais fortemente em São Paulo. Nesses 12 anos, entre 1988 e 2000, é possível dizer que os incentivos para as escolhas assassinas continuavam maiores do que os inibidores, provocados pelo aumento dos riscos de prisão.

A taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, no entanto, continua crescendo ao longo dos anos 2000. Os dados mostram que a taxa passa de 149,2 presos por 100 mil habitantes, em 2000, para 219,6 em 2003, alcançando em junho de 2010 a cifra de 418,18 presos a cada 100 mil habitantes (NUNES DIAS, 2011: 104). Nesses dez anos, os homicídios caem vertiginosamente em São Paulo. É possível levantar a hipótese de que a prisão passa a fazer efeito somente depois de atingir taxa ainda mais alta, acima de 150 presos por 100 mil habitantes? Não a partir dos números paulistas. Isso

porque, se os homicídios caem quando a taxa ultrapassa os 150 presos por 100 mil, as taxas de crime contra o patrimônio continuam a crescer e chegam a taxas recordes em 2009. Esses acontecimentos e evolução nos dados permitem observar aspectos fundamentais nas escolhas dos integrantes do universo criminal, que já haviam sido reveladas em entrevistas. A primeira delas é que a prisão e a morte violenta fazem parte dos cálculos daqueles que ingressam na carreira criminal. Em outras palavras, o aumento do risco de ser preso e de ser assassinado não chega a demover os integrantes do universo criminal da ideia de seguir carreira no crime. Nas entrevistas, uma das frases feitas a respeito do crime mencionava os famosos 4Cs para resumir a trajetória criminal, representando “crime, cadeia, cadeira de rodas e caixão”.

O aumento da prisão, no entanto, será determinante para induzir os integrantes desse universo a descobrirem formas de conviver sem se matar. Se a prisão e o risco de morte fazia parte da trajetória no crime, as futuras temporadas nos presídios exigiriam que os integrantes desse universo criassem regras e formas de regular o convívio entre homens sempre dispostos a matar. A criação dessa nova necessidade no universo criminal é o efeito principal da política de encarceramento em massa, assim como a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além do aumento de vagas e de presos, como vai apontar Nunes Dias (2011), houve mudanças nas condições de cumprimento de pena dos detentos. Até 1997, apenas 54% dos presos do Estado estavam sob a custódia da Secretaria de Administração Penitenciária em presídios, sendo que 45% dessa população se encontravam em distritos policiais (DPs), carceragens e cadeiões, sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública. Em 2006, o número de presos sob a custódia da SSP havia caído para 9,43%, em decorrência do investimento durante os dois governos Covas, cuja orientação política nessa área teve continuidade com Geraldo Alckmin. Em 2010, dos 173.060 no sistema, apenas 8.635 ou 5% permaneciam em unidades sob a jurisdição da Secretaria de Segurança. Um dos resultados dessa política foi a diminuição das fugas e dos resgates de presos (NUNES DIAS, 2011: 105-106). Como mostra a autora, nos primeiros quatro anos de 1990 as fugas variaram de um patamar entre 20 a 40 casos anuais, se aproximando de 80 casos em 1999 e chegou ao ápice em 2001,

quando foram perto de 100 fugas anuais. Nos dois anos seguintes as fugas praticamente cessaram, apesar da superpopulação carcerária, ficando sempre abaixo dos 10 anos anuais.

Dados de jornais e do Núcleo de Estudos da Violência usados por Nunes Dias (2011: 147) mostram que os mecanismos de regulação do convívio de presos demoram ainda para serem aperfeiçoados. Os homicídios de presos, que em 1995 estava na casa dos 10, saltaram para mais de 100 no ano 2000. Os casos de morte de presos caem nos anos que se seguem até voltar à casa dos 10 casos em 2004 e chegar perto do zero nos anos seguintes, com exceção de 2006, ano da megarrebelião provocada e liderada pelo Primeiro Comando da Capital. Isso significa que os presos encontraram mecanismos mais eficientes para intermediar conflitos só depois de 2001.

Um segundo acontecimento, conhecido como episódio da Favela Naval, ocorrido em abril de 1997, em Diadema, também vai apressar a implantação de políticas públicas inovadoras a partir do final da década de 1990. O episódio Favela Naval consiste no flagrante feito por uma câmera escondida em que PMs aparecem torturando civis que passavam pelas ruas das favelas. As imagens de tortura e de um homicídio acabaram sendo divulgadas pelo Jornal Nacional. As repercussões do episódio da Favela Naval causariam forte abalo na Polícia Militar, a ponto de colocar em risco o futuro da corporação. O governador Mário Covas chegou a enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a desmilitarização da PM. Para reverter o quadro, um novo paradigma que já vinha sendo discutido pelo Estado Maior da Polícia Militar ganha força, respaldado pelos bons resultados no combate aos homicídios em Nova York. A cidade norte-americana provava às autoridades paulistas que era possível reverter taxas de homicídios em prazos curtos.

Depois de passar toda a década de 1980 com mais de dois mil homicídios anuais, Nova York conseguiu transformar a situação em um curto período de cinco anos. Em 1992, foram 2.154 homicídios e 626.182 crimes graves. Em 1997, os homicídios despencaram 64,3%, para 770 casos, e os crimes para 355.893 (GLADWELL, 2000: 6). Pela primeira vez, passaria a ser discutido na Polícia Militar e ser implantado no Estado políticas públicas que

buscavam diretamente diminuir os homicídios. Antes, as políticas de redução de homicídios não faziam sequer parte da agenda da PM, que considerava o problema como uma questão fundamentalmente social. O secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, já afirmava em entrevista à Revista Veja em maio de 1977 que não cabia aos policiais militares atuarem na redução dos homicídios.

Nós dizemos que há crimes que dependem da ação da Polícia e crimes que independem. O homicídio, por exemplo, independe. Polícia pode impedir homicídios? Agressão? Desinteligência? Agora, assalto não. Quanto mais polícia você botar na rua, menos assalto terá porque o ladrão não se arrisca se não tiver um certo grau de segurança. (FERNANDES, 1992: 132)

Esse raciocínio iria se tornar um lugar-comum que acompanharia a PM ao longo dos anos 1980 e 1990, ajudando a compreender as omissões e erros cometidos por seus integrantes. O coronel Luiz Eduardo Arruda, que era diretor do Centro de Altos Estudos da PM, em 2008, ano em que foi entrevistado, conta que, mesmo na academia, quando um policial era questionado sobre como combater os homicídios, respondia que se tratava de um problema social a ser solucionado em prazos longos, “talvez numa outra geração”.

Era uma visão forte. Depois que desafios como a miséria, a má distribuição de renda, a educação, etc., fossem enfrentados, os homicídios cairiam. (...) A crise provocada pela Favela Naval aumentou dentro da polícia a força daqueles que já vinham pensando em maneiras de usar a tecnologia no combate ao crime. Esses projetos ganharam espaço político na corporação e provocaram uma pequena revolução nos métodos de gestão. Foi um momento histórico.⁵⁰

Depois de Nova York, não haveria mais desculpas para a omissão. Se estudiosos apontavam múltiplas causas para a redução dos homicídios na cidade norte-americana, da economia ao perfil demográfico, passando pela legalização do aborto, as políticas de segurança pública não puderam ser ignoradas e passaram a ser vistas como ações capazes de interferir no

⁵⁰ Entrevista dada em 2008.

comportamento dos homicidas. As repercussões negativas dos desmandos e desordens na PM, no entanto, associadas aos debates sobre segurança pública, no momento em que um novo paradigma de combate de homicídios em prazos curtos era apresentado, deram força para acelerar algumas das reformas que seriam implantadas a partir de 1999 dentro da corporação e que melhorariam a eficiência da PM por meio de tecnologia como instrumento de gestão. O coronel Alfredo Deak Júnior, que esteve à frente desses investimentos no departamento de tecnologia da corporação, conta como essas mudanças ganharam força no final dos anos 1990.

O maior exemplo em relação *[às mudanças]* *[é]* no paradigma de homicídios. Nós temos um curso na Segunda Seção, da inteligência da PM, no qual existe uma aula de gestão estratégica de tecnologia. Eu dava esse curso desde 1998. Colocamos essa pergunta no curso: homicídio se previne? É problema da PM ou da área social? Um oficial levantou a mão e disse: eu faço e provo que homicídio se previne. Manutenção da ordem pública é prevenção. Com que ferramenta? Na minha área, eu uso a abordagem policial. Eu uso cotas, cada PM tem que fazer 10 abordagens por dia, obrigo o policial a colocar nome e endereço do abordado e coloco planilha de auditores para checar. Com a abordagem aumento apreensão de armas, os crimes passionais diminuem, as pessoas sabem que vão ser abordadas, deixam de usar as armas e essa ação reduziu em 40% os homicídios em 1998. É um exemplo: a tecnologia não depende do terminal de computador, técnica como aborda, como se avalia, mas está relacionada à gestão. Criou-se um estudo de caso e esse paradigma foi sendo repassado para outras pessoas. A tecnologia só é importante quando usada como ferramenta de gestão

⁵¹.

As mudanças, que começam na PM a partir de 1998, serviram para direcionar as ações de combate a homicídios em diferentes esferas e instituições. Entre os policiais militares, a ideia tinha um eixo principal: usar dados estatísticos e a tecnologia para direcionar o policiamento para determinadas áreas com maior incidência desse tipo de crime. Seria criado um critério objetivo para evitar que motivações políticas fossem usadas para determinar a distribuição de homens. Outro objetivo era mudar uma antiga cultura da corporação de que determinadas companhias e batalhões, com taxas altas de criminalidade, eram lugares para se punir policiais. A cidade de

⁵¹ Entrevista dada em 2008.

Diadema, onde ocorreu o escândalo da Favela Naval, era uma das “geladeiras” da corporação, onde a desordem e a falta de critérios objetivos para a formação da tropa estavam mais evidentes. Mandava-se para a cidade policiais com problemas profissionais (MANSO; FARIAS; GALL, 2004: 11). Dos 10 PMs flagrados no vídeo de torturas na Favela, seis sofriam processos de auditoria militar, alguns deles com fichas criminais. O comandante do batalhão, dono de uma empresa de segurança privada, passava pouco tempo na cidade e havia perdido o controle da tropa. Em 1998, a PM montou um modelo de gestão chamado matriz organizacional, que consistia em um cálculo matemático que teria por base população flutuante, população residente, indicadores de crime contra a vida, de crimes contra patrimônio, área territorial, densidade demográfica, cujos dados formariam um indicador para determinar a distribuição do efetivo e da quantidade de viaturas.

Outro programa importante foi o Infocrim, criado em 1999, permitindo o georeferenciamento das ocorrências criminais, na região metropolitana, Santos, Campinas e municípios sede de departamento. O principal efeito ocorreu na intensificação do policiamento nos chamados *hotspots*, pontos com mais alta incidência de homicídios. O foco eram as armas ilegais. Vai contribuir para o impacto dessas intervenções as mudanças na legislação que tornavam o porte de armas ilegais um crime sujeito a punições mais severas. Em 1997, a aprovação da Lei nº 9.437 tipifica como crime o porte ilegal de armas, até então considerado uma contravenção penal. Também dificulta a concessão de armas. Em 2003, com a aprovação do Estatuto do Desarmamento, o porte de armas se torna crime inafiançável. No Estado de São Paulo, a legislação, associada às novas gestões de policiamento, vai ter efeito importante no comportamento dos jovens dos bairros violentos, que acaba sendo determinante para a redução dos homicídios. O número de armas no Estado já ajuda a ter uma ideia do impacto dessas políticas. Entre 1995 e 1997, a média de retirada de armas de fogo das ruas era de sete mil armas por trimestre, valor que se elevou nos anos seguintes para aproximadamente nove mil por trimestre, chegando a 12 mil em 1999. Paralelamente ao esforço de retirada das armas ilegais de circulação, a Polícia Civil restringiu fortemente a entrada de novas armas por meio da redução drástica do número de registros. Em

1994, foram concedidos 42 mil registros de armas na capital; em 1995, foram concedidos 31 mil registros e, no ano seguinte, 22 mil. Depois de 1997, observa-se uma queda abrupta até chegar a perto de 2.800 mil registros em 2003. Os portes de armas despencam de 69 mil por ano entre 1993 e 1994 para dois mil em 2003 (KAHN, 2004: 21-22).

Mais importante do que diminuir o estoque de armas à disposição, no caso dos homicídios, foi a mudança de comportamento dos jovens em relação ao porte de armas. Como sair armado passou a ser um risco real, já que a legislação tinha endurecido e a PM havia aumentado as abordagens nas ruas, a melhor decisão era evitar sair às ruas armado. O oponente, afinal, nunca saberia se o rival estaria ou não com arma. Como explicou um dos entrevistados, ao sair desarmado, o importante era manter a camisa solta, por fora da cintura da calça. Essa estratégia sempre manteria a dúvida nos outros em saber se a pessoa carregava ou não uma arma. Essa transformação, aliás, foi identificada em estudos sobre a violência em São Paulo, que descreveu como o tráfico de drogas deixou de usar armas para diminuir as chances de prisão (MALVASI, 2012). A mudança também foi relatada em entrevistas e acabou interferindo em uma das principais motivações dos homicidas em São Paulo, relacionadas à própria defesa, já que em muitos assassinatos as pessoas matavam por temer o risco de morrer primeiro. Dessa forma, pessoas que se matariam para evitar o risco de serem assassinadas em um contexto de homens armados nas ruas, poderiam fazer escolhas alternativas para resolverem depois o conflito, sem necessidade de violência.

6.2) Transformação na moral dos indivíduos

Os efeitos das políticas de aprisionamento e da apreensão de armas na redução das escolhas homicidas só podem ser compreendidos depois que se conhece mais sobre o cotidiano de homicídios nas comunidades violentas. Conforme esse tipo de crime cresce e os círculos de vingança passam a funcionar, todos perdem, já que as mortes afetam vizinhos, amigos, parentes, criando um contexto de desconfiança e sem qualquer perspectiva. Até mesmo os matadores, que, em tese, deveriam ser diretamente beneficiados com suas

próprias escolhas, têm consciência de que perdem ao praticarem os homicídios, já que são jurados de morte e o risco de morrer aumenta. Matam por se sentirem obrigados a matar para não morrer, em um contexto de ampla desordem. Nesse período, o processo de mortes e tragédias acumuladas transforma os indivíduos, que passam a compreender as consequências da violência disseminada, conhecimento que transforma sua própria moral e que acaba sendo fundamental também para a queda dos homicídios. Se em algum momento os moradores dos bairros violentos acreditam na possibilidade do homicídio trazer benefícios, essa percepção muda com o tempo e os homicídios passam a ser rechaçados. A própria vingança, que inicialmente parece exercer um efeito multiplicador dos homicídios, provocando círculos de violência, com o tempo se torna instrumento de controle. Conforme os homicídios se popularizam, os homicidas passam a temer a vingança e por isso são forçados a ponderar a respeito dessa escolha, já que se matarem correrão sérios riscos de também serem assassinados. O homicida, portanto, por causa do risco de ser vingado, tende a preferir escolhas alternativas para evitar sofrer ele próprio a violência.

Como isso pode ser demonstrado? Pelas próprias escolhas que passam a ser feitas a partir de 1999. Já foi dito no começo desta tese como durante os anos 1970 os homicídios passam a ser aceitos porque praticados na defesa dos valores da classe dos trabalhadores, que se sentia ameaçada pelos bandidos. Essa visão de mundo, que ainda persiste durante os anos 1980, vai induzir a ação de policiais e de justiceiros, até se esvaziar diante da crescente influência da visão de mundo dos integrantes do universo criminal nos territórios violentos. A principal transformação na moral individual desse período, portanto, que permite o crescimento dos homicídios, se deve à construção da figura de um inimigo. Quando a imagem do outro como sendo desprezível e perigoso é criada, as autorrestrições, como esta tese demonstra, podem ser suspensas por tempo suficiente para a ação homicida ocorrer. É justamente a criação do inimigo, representado na figura do bandido, que permite os homicídios e a tolerância da sociedade a esse tipo de ação. Os homicídios passam a ser tolerados, portanto, porque passam a ser vistos como instrumento de limpeza social e de controle territorial.

Nesses territórios, contudo, os efeitos da violência acabam sendo diferentes daqueles previstos pelos apoiadores da estratégia de se praticar homicídios como forma de limpeza social. Por mais que os assassinos defendam matar em defesa da sociedade, na verdade, eles fazem escolhas pessoais. Os efeitos dessas escolhas, da mesma forma, não se encerram na morte do suspeito. Elas se transformam em pequenas tragédias territoriais, com os corpos nas ruas, comentários de vizinhos, velórios, enterros e planos de vingança. A repetição dessas ocorrências cria jovens temerosos de serem assassinados. Nos territórios onde os indivíduos se enxergam como potenciais matadores, os conflitos podem provocar escolhas homicidas, que criam círculos viciosos e passam a fomentar disputas entre grupos vizinhos que podem durar e provocar inúmeras vítimas. O medo de ser assassinado por vizinhos é um tipo de emoção fortemente indutora de escolhas homicidas. Conforme os círculos de violência se disseminam, a curva de homicídios chega ao seu ápice nos anos 1990 e o que se observa são homicídios justamente entre iguais. As diferenças se diluem e torna-se evidente que todos estão sujeitos a sofrer, direta ou indiretamente, com os homicídios. É como se, primeiro, a sociedade criasse o monstro; depois, passasse a correr o risco de ser devorada por ele.

É nesse momento, quando os indivíduos percebem que os homicídios se voltam contra eles próprios, que eles passam a buscar escolhas alternativas e maneiras de coibir esse tipo de crime nas comunidades violentas. A reação aos efeitos dos homicídios, portanto, é resultado de uma percepção e de um sentimento que floresce entre os próprios integrantes das comunidades violentas, que viveram e testemunharam as perdas provocadas pelos homicídios disseminados na vizinhança. Em 1996, um ano depois de a Organização das Nações Unidas ter apontado o Jardim Ângela como o lugar mais violento do mundo, com 116 homicídios por 100 mil habitantes, o padre irlandês Jaime Crowe, da Igreja Santos Mártires, começa a organizar no Dia de Finados a Caminhada pela Paz, com parentes e amigos das vítimas de homicídios que percorriam cinco quilômetros em silêncio pelas ruas do bairro

até o Cemitério São Luís, o Cemitério dos Jovens⁵², onde a maioria das vítimas de armas de fogo havia sido enterrada. A caminhada ocorre até hoje, quando milhares de pessoas de branco se reúnem pelas ruas do bairro⁵³. O movimento hip hop, que se fortaleceu em São Paulo a partir do final dos anos 1990 com o sucesso dos Racionais MC, foi marcado pelas letras que tratavam de forma crítica do tema da violência. Um dos discos clássicos do movimento é o *Direto do Campo de Extermínio*, do grupo Facção Central, lançado em 2003, com a foto de uma pomba da paz assassinada na capa.

Nas periferias, conforme crescem, os homicídios já não respeitam mais essa divisão de bem e mal. Por isso, não provocam mais as mesmas reações em uma comunidade que foi apreendendo à base do sofrimento a conviver e a mediar seus conflitos. Essa transformação na moral dos indivíduos e a rejeição aos homicídios acabam, inclusive, fragilizando a posição social do assassino, que perde a proteção que tinha quando, supostamente, matava em defesa da sociedade e era considerado uma espécie de herói local. Esse processo pode ser demonstrado pelas próprias escolhas feitas pelos indivíduos que vivem nesses locais, buscando alternativas aos homicídios. A própria trajetória criminal dos entrevistados revelada que o homicida quase inevitavelmente acaba seu percurso de forma trágica. Em Diadema, o comerciante Laércio Soares já havia percebido, em 1988, como os justiceiros eram uma escolha equivocada. Vitão já se voltara contra os antigos apoiadores e a violência na cidade continuava crescendo. Naquele ano, foi eleito vereador na cidade. Achou que deveria parar de andar armado para não dar mau exemplo, apesar dos riscos que corria na cidade. Láércio nesse período perdeu entre 30 e 40 amigos assassinados, sem medo de errar.

No passado, toda semana morria alguém conhecido. Em 1988, quando me elegi vereador, eu achava que era impossível acabar com a violência. Mas nas discussões que a gente fazia já buscava solução para isso. Mas em 2000, eu estava convicto de que era possível

⁵² Matéria sobre o Cemitério São Luís publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 17 de novembro de 2004. No cemitério é para onde foi boa parte das vítimas de homicídios do Jardim Ângela.

⁵³ Entrevista feita com o padre Jaime Crowe, em 2004.

fazer. Mas não da forma que foi. Eu não sonhava que podia ser tão grande como foi.

Como presidente da Câmara de Diadema, em 1999, ajudou a mobilizar as lideranças locais num diálogo que culminou, três anos depois, na aprovação da Lei Seca. Bares teriam de ficar fechados depois das 23 horas. Polícia Militar e Polícia Civil seguiam em caravana junto aos fiscais da Prefeitura para fiscalizarem os bares de madrugada, horário de maior concentração dos homicídios. "A cidade é outra. Ano que vem inauguramos o primeiro shopping. Muitas indústrias voltaram e hoje discutimos no Plano Diretor para onde irão os empreendimentos de classe média alta na cidade, já que esse tipo de demanda começou a aparecer", afirma.

No Grajaú, na zona sul de São Paulo, em março de 2006, Zé Bonitinho, Wolverine e Flamarion, integrantes da banca entrevistada em 1999, foram assassinados por rivais que se articularam para eliminar aquelas lideranças que já duravam havia quase uma década. Os assassinos, segundo depois foi apurado no inquérito policial, eram traficantes do Primeiro Comando da Capital que chegavam ao bairro. Antes do crime, segundo testemunhas, Zé Bonitinho foi chamado para "debater" com as lideranças do partido. No debate, seria dada a ele a oportunidade para explicar seu proceder no crime. Ainda segundo o inquérito, antes do encontro, Zé Bonitinho passou na casa de Wolverine e de outros quatro amigos para irem ao "debate". No local, segundo testemunha protegida pela Justiça, cerca de 20 pessoas esperavam pelo grupo, com armamento pesado. Rendidos, cinco deles foram colocados dentro do carro, entre eles Zé Botinho e Wolverine. Em seguida, todos foram queimados vivos. Em março do ano passado, foi a vez de Flamarion ser assassinado. Ele vinha contribuindo com a polícia em investigações sobre essa chacina e foi morto a tiros na frente do filho de seis anos.

Também teve destino trágico os jovens do Jardim Ângela, onde moravam e se envolveram em disputas incessantes. Além das 156 mortes relacionadas aos confrontos, ocorridas entre 1993 e 1998, alguns dos entrevistados também tiveram que fazer escolhas decisivas para continuar vivendo no bairro. Alexandre, por exemplo, virou evangélico depois de ficar

preso por 12 anos. Por bom comportamento, conseguiu este ano progressão de regime e cumpre pena no aberto, vivendo com a mulher e os filhos. Sua rotina está vinculada à igreja do bairro, que frequenta com assiduidade, formando nova rotina e laços de amizade. A absoluta maioria dos seus antigos colegas morreu, inclusive os rivais da Gangue dos Ninjas, e Alexandre não tem mais nenhum tipo de contato com os grupos da adolescência. Também no Jardim Ângela, Paulo Enoc, depois do homicídio de um dos últimos integrantes dos Ninjas, em 2001, assumiu o crime na Justiça alegando legítima defesa. Na sua trajetória individual, Enoc havia trabalhado e, na medida do possível, se manteve distante do universo do crime. Depois do homicídio, enquanto esperava o julgamento, voltou à antiga vida e rotina, trabalhando na mesma empresa que o ajudou a pagar um advogado. Ele depois montou uma associação de bairro, a Família Tupi City, para organizar o time de futebol local, ginástica para idosos e montar uma cooperativa de costureiras. Em junho de 2008, foi inocentado por um júri popular. A Família Tupi City seguiu em frente e acabou revelando jogadores de destaque. Enoc não sofreu represálias nem ameaças de vingança, em um bairro em que os homicídios deixaram de ser resposta para todos os conflitos.

Na modernidade, a ameaça do círculo vicioso da violência foi interrompida com a substituição da vingança por instituições como o sistema judiciário, como escreve Renè Girard em seu clássico *A Violência e o Sagrado*. Segundo o autor, as decisões da autoridade judiciária afirmam-se sempre como a última palavra da vingança e, embora não haja diferença de princípio entre vingança pessoal e a pública, essa diferença é enorme no plano social (GIRARD, 1990). Com a decisão da Justiça, a vingança não é mais vingada, o processo de violência termina e o perigo de escalada de violência é afastado. Como a vingança é um processo infinito, não é dela que deve se esperar a contenção da violência, como ocorre nas ações de limpeza social defendidas e aplicadas por policiais e justiceiros nos anos 1980 e 1990 e até hoje muito populares; na verdade, a violência é que deve ser contida. Na lógica da vingança, quando a violência surge em um ponto qualquer da comunidade, tende a desencadear uma verdadeira reação em cadeia e a ganhar a totalidade do corpo social que vive em uma mesma realidade. A vingança é concebida

como uma represália, e como represália invoca outra represália. Dessa maneira, quando um homicídio acontece e não é punido, esse tipo de comportamento tende a se tornar altamente contagioso, criando um círculo vicioso, num processo que tende a ser interminável. Em cenários onde não existe mais a transcendência, nem religiosa, nem humanista ou qualquer outra que defina sua especificidade diante de qualquer justiça ilegítima, a legitimidade e ilegitimidade da violência encontram-se definitivamente à mercê da opinião de qualquer um (GIRARD, 1990).

A Justiça, de fato, se tornou mais eficaz no combate à violência. Entre as medidas que se tornaram mais efetivas nesse novo contexto está o Disque-Denúncia, criado em outubro do ano 2000, para tentar ampliar os canais de denúncia contra homicidas e fragilizar a lei do silêncio. Como não exige que o morador se identifique, diminuindo os riscos de retaliação, a medida acabou dando bons resultados. Especificamente com relação ao homicídio, entre 2000 e 2004, foram aproximadamente 96 mil ligações (6% de 1,6 milhões), que auxiliaram na captura de 2.236 criminosos procurados. Os matadores contumazes, que participavam de bancas territoriais e se envolviam em círculos de vingança ininterruptos, também se tornaram mais vulneráveis. Juntamente às mudanças de gestão no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), na capital, que passou a trabalhar de maneira mais integrada à Polícia Militar, foi criado um departamento de inteligência que passou a identificar e aprisionar os chamados “homicidas contumazes”. As novas políticas contribuíram para a retirada de um grande número de acusados das ruas de São Paulo. Entre 2000 e 2004, houve um aumento de 770% no número de homicidas presos na capital (KAHN; ZANETIC, 2005).

Mas, em São Paulo, esse processo de vingança não foi interrompido só pelo fortalecimento da Justiça, das medidas de controle ou pelo aumento nas chances de punição dos homicidas. As políticas públicas deram certo, acima de tudo, por oferecerem a possibilidade a indivíduos que matavam por “necessidade” a fazerem escolhas alternativas aos homicídios. Os homicidas puderam mudar de estratégia em sua carreira criminal, o que permitiu uma diminuição nos conflitos e aumentou suas chances de sobreviver. Os indivíduos que viviam em contextos violentos mudaram sua forma de enxergar

o mundo e passaram a rechaçar soluções violentas, que antes os fascinavam. Além disso, a escolha de não matar faz com que o indivíduo pudesse se concentrar em atividades-criminais-fins, que garantem ganhos patrimoniais, ao contrário dos homicídios, atividades-criminais-meio. Nesse contexto de círculos de vingança, em que o homicida fatalmente é vingado, a sobrevivência e a vida acabam sendo mais importantes do que a vingança e a honra. É por isso que as políticas públicas conseguem bons resultados nas medidas que induzem para escolhas de não matar. Porque os homicídios, quando se disseminaram, haviam perdido qualquer função social. A tentativa de controlar e exercer poder no território pelo homicídio fracassou quando outros se sentiram à vontade para matar e a ação se disseminou. Em um lugar onde todos podem ter o mesmo poder, na verdade, ninguém o tem.

6.3) Primeiro Comando da Capital

A criação e a forma de atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo podem ser compreendidas depois que se conhece o contexto de violência e de desordem vigentes em São Paulo antes e durante o surgimento da facção. O PCC, que a partir de meados dos anos 2000 passou a ter papel importante no fornecimento de drogas para o varejo em São Paulo, atua também como instância regulatória central das relações de integrantes do universo do crime. Dentro e fora das prisões, nos bairros que mais sofreram com a violência em São Paulo, virou lugar comum entre os habitantes locais atribuir a pacificação dessas regiões ao PCC. É comum ouvir em inúmeros relatos de campo, “ninguém mata sem a autorização do Partido”, opinião que foi também dada a outros pesquisadores (FELTRAN, 2008 a; HIRATA, 2010; NUNES DIAS, 2011). Como esta tese quer demonstrar, no entanto, a redução dos homicídios não é uma decorrência do controle do crime exercido pelo PCC, mas resultado de processos sociais capazes de serem explicados com instrumentos analíticos da teoria de ação situacional. O PCC é resultado desse processo e se torna uma referência e opção importantes numa sociedade que buscava alternativas para diminuir os homicídios e mediar conflitos.

A transformação da moral individual daqueles que vivem e convivem com a violência (que passaram a rejeitar os homicídios) e as novas políticas públicas de segurança e de encarceramento, capazes de induzir os integrantes do universo criminal a evitar os conflitos e a fazer escolhas não violentas, explicam a redução dos homicídios em São Paulo. Como a tese mostrou, a partir de reflexões, treinamentos e novas estratégias de gestão, o Estado foi capaz de coordenar políticas públicas capazes de induzir novos comportamentos. Essas medidas podem ser implantadas rapidamente, nos diferentes territórios do Estado, em resposta a uma ordem vinda de cima. O PCC não teve essa capacidade de elaborar a respeito de políticas antiviência e implantá-las nos territórios, apesar de exercer no universo criminal essa função de regular os conflitos que antes viravam homicídios. O PCC, no entanto, também é um dos efeitos do processo de redução dos homicídios, ao mesmo tempo em que contribui na mediação dos conflitos. Usando informações e dados sobre fatos e ocorrências que ajudam a compreender a criação e atuação do PCC, o objetivo é explicar como a facção interfere nos mecanismos de diminuição dos homicídios em São Paulo.

Mais do que uma decisão imposta por lideranças do crime, no entanto, a pacificação e a mediação do PCC ganhou força porque os integrantes do universo criminal e dos bairros violentos passaram a pedir a mediação de conflitos às lideranças do grupo, que deram resposta a essa demanda. Em outras palavras, a facção se tornou forte e se legitimou como representante da maioria dos detentos porque conseguiu viabilizar as mediações que resultaram em escolhas não violentas, que eram de interesse de integrantes do universo criminal. A vontade geral destes integrantes e dos moradores dos bairros violentos de conviverem com menos conflitos e mais lucro nas atividades ilegais, resultantes dos anos de mortes que passaram a não seguir mais critérios claros, levou ao fortalecimento da facção. Essas mudanças nos indivíduos e no contexto, que inibem as escolhas homicidas, são efeitos do próprio processo de disseminação da violência e de medidas adotadas pelo Estado via políticas de segurança e de encarceramento. O PCC, que também tinha interesse na diminuição da violência entre os presos, se aproveita desse processo, do qual seus integrantes também eram parte, aperfeiçoando formas

de mediar conflitos e evitar homicídios. A estrutura descentralizada da facção, capaz de exercer essa tarefa com mais eficiência, no entanto, só surge depois de 2006. A relação entre funcionários e presos, que era de 1 preso para cada 2,17 funcionários em 1994, passa para 1 preso para cada 4,99 funcionários em 2006. Considerada a proporção de agentes penitenciários e presos, em 2010 havia 1 agente para cada 7,3 presos (NUNES DIAS, 2011: 105).

A facção, aliás, tem sido tema de estudos recentes em São Paulo, que ajudam a entender seu funcionamento e trajetória (JOZINO, 2004; SOUZA, 2006; SOUZA, 2007; FELTRAN, 2008 a, 2010 a; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; TELLES; HIRATA, 2007; HIRATA, 2010). A história do começo e da fundação do PCC, relatada no livro *Cobras e Lagartos*, do jornalista Josmar Jozino (2004), tornou-se a versão “oficial” dos presos para o nascimento do PCC, em 31 de agosto de 1993 (BIONDI, 2009: 48). Segundo essa versão, o nascimento da facção ocorreu durante um jogo de futebol no anexo da Casa de Custódia de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do País. Antes da criação e do fortalecimento do PCC, segundo os detentos, eram comuns agressões, mortes por facas, agressões sexuais, exigindo homicídios e violências como resposta, que acabavam sendo incorporados à pena (NUNES DIAS, 2011: 165). A regulação de conflitos entre os próprios presos nunca foi prioridade das administrações penitenciária. A ausência de intermediários estatais legítimos acabou por impulsionar a constituição de uma sociedade autogerida, entregue a si mesmo na efetivação do controle social – ou no seu descontrole – e na moldura de seu quadro normativo, com a correspondente punição dos infratores (NUNES DIAS, 2011: 191).

Nos primeiros anos do PCC, no entanto, houve aumento nas rebeliões nos presídios, no resgate de presos, nos homicídios e nas fugas nos presídios (NUNES DIAS, 2011: 167-172). Em 2001, o sucesso da megarrebelião que atingiu 29 unidades prisionais no Estado, tendo o celular como principal meio para comunicação entre os participantes, contribuiu para a expansão do PCC (NUNES DIAS, 2011: 172). Pode-se dizer que, no período inicial de criação e estabelecimento da facção, que coincide, aliás, com a expansão de vagas na prisão e a proporção de presos no Estado, os homicídios aumentaram

rapidamente no sistema carcerário, alcançando em 2000 mais de 100 casos. Isso significa, portanto, que apesar da insistência do estatuto da facção sobre a necessidade dos “irmãos” se unirem e pararem de se matar, a proposta ainda estava mais para uma utopia do que para um objetivo real. Mecanismos ou interesse para encerrar a briga ainda não tinham começado a funcionar.

A partir de 2001, mesmo com a expansão do PCC para outras unidades penitenciárias depois da megarrebelião, a violência no sistema e as disputas com rivais de outras facções e entre as próprias lideranças do partido continuam. Em outubro de 2002, Ana Maria Olivatto, advogada e ex-mulher de Marcola, apontado como líder do PCC, é assassinada. As suspeitas recaem sobre duas das principais lideranças da facção, Geleião e Cesinha, iniciando uma cisão no PCC que resultaria em diversas mortes ao longo de 2003 e a mudança de comando. Na fase inicial do PCC, Geleião e Cesinha tinham organizado a facção de forma verticalizada, com processos decisórios hierarquizados, onde os generais davam as ordens para os pilotos executarem (NUNES DIAS, 2011: 224-225). Quando Marcola assume a liderança, sua gestão se caracteriza justamente pela descentralização do poder e dos processos decisórios, com criação de unidades regionais de controle a partir de 2003. A distribuição da liderança, depois da exclusão de Geleião e Cesinha, foi tema dos depoimentos de Marcola e de Geleião à CPI do Tráfico de Armas (BIONDI, 2009: 76). A construção e consolidação dessa nova estrutura organizacional, contudo, começam por volta de 2003, mas foi somente no final de 2006, depois dos ataques, que o PCC adquire formato mais acabado, com a disseminação desse novo modelo e discurso de distribuição de poder (NUNES DIAS, 2011: 221).

Pode-se dizer, portanto, que a partir de 2003, quando Marcola abre mão de determinar os rumos de forma vertical para descentralizar o poder e as decisões nas prisões e nos territórios, é que a estrutura do PCC se ramifica a ponto de interferir no cotidiano dos bairros. A regionalização dos “sintonias” nas favelas da capital e a criação da estrutura organizacional descentralizada, que iriam ajudar na regulação do “proceder” no crime e na mediação dos conflitos, no entanto, se fortalece aos poucos, quando os homicídios já seguem uma firme tendência de queda. Os debates, chamados nos jornais de “tribunais do

crime”, aliás, só puderam ocorrer com mais assiduidade a partir dessa descentralização e regionalização de poder, o que acontece mais fortemente depois de 2006 (NUNES DIAS, 2011: 224). O mais importante a se notar, no entanto, é que essa regionalização do processo decisório é fundamental por levar as lideranças a ouvirem a comunidade a respeito dos conflitos locais. A comunidade busca os integrantes do PCC; não é o PCC que chega com ordens para determinar o que a favela pode e não pode fazer. O PCC ganha legitimidade e influência por ser visto nos bairros violentos e “quebradas” como instância mais eficiente e confiável para fazer essas mediações em um mundo marcado pela informalidade. Os conflitos são julgados supostamente dando direito de defesa aos acusados. Em vez dos bandidos, os julgamentos punem de acordo com princípios de honra e moral vigentes no crime, condenando aqueles não respeitam o “proceder”. O homicídio como pena e as decisões injustas, no entanto, permanecem.

Os debates do PCC, que foram objetos de análise em diversos trabalhos (FELTRAN, 2008 a, 2010 a; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; TELLES; HIRATA, 2007; HIRATA, 2010), são instâncias informais de mediação de conflitos, organizados dentro e fora das prisões sob o comando de integrantes da facção. A propalada proibição dos homicídios sem o aval do PCC, portanto, garantida pelos “sintonias” espalhados pelos bairros de São Paulo e nas prisões, passa a funcionar mais efetivamente principalmente depois de 2006, assim como a ampliação da importância do PCC no comércio de drogas (NUNES DIAS, 2011). A ausência de uma instância central de mediação e resolução de conflitos em uma sociedade para a qual, por isso mesmo, a violência era o elemento balizador das hierarquias sociais e das relações interpessoais, estimulava a difusão do medo e da incerteza. O alerta constante, para se esquivar de possíveis ataques e agressões, e a permanente disposição para o revide a fim de manter a sua honra pessoal e sua moral junto à população carcerária ou vizinhos do bairro geravam um sentimento de insegurança nesses indivíduos, cuja visão de futuro era ofuscada pela necessidade de afirmação e de manutenção da vida e da integridade física a todo instante. Essa tensão começa a ser flexibilizada no final dos anos 1990, com efeitos que serão sentidos na década seguinte.

Para afirmar que a atuação das lideranças do PCC foi uma das causas da redução dos homicídios, contudo, seria preciso considerar que essas lideranças e os presos que participam dessa facção decidiram proibir os homicídios e que foram eficientes de tal maneira que transformaram as escolhas dos integrantes da carreira criminal em todo o Estado. Os homicídios praticados entre as próprias lideranças da facção até 2006, no entanto, mostram a dificuldade que eles mesmos tiveram em evitar ou fazer escolhas alternativas aos homicídios. Os próprios ataques do PCC, ocorridos em maio de 2006, revelam a confusão das lideranças da facção sobre os caminhos a serem tomados. Mais do que resultado de uma estratégia elaborada, voltada ao interesse dos criminosos, a motivação dos ataques estava mais associada a questões pessoais das principais lideranças, presas no sistema rígido do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e vítimas de achaques e chantagens por parte de policiais civis⁵⁴.

Em vez disso, o que se viu foi que os próprios homicidas em potencial e as pessoas que viviam a violência nesses bairros passaram a preferir alternativas aos homicídios no decorrer dos anos. Para transformar em ação essas novas percepções de mundo, porém, foi preciso a atuação de instituições do Estado, com capilaridade e capacidade de planejamento, como polícias e Justiça. O PCC e suas lideranças, que também tinham entre seus objetivos diminuir os conflitos e aumentar os lucros no crime, aproveitaram bem essa oportunidade criando novas alternativas de mediação de conflitos dentro e fora da prisão. A partir dos pedidos de intervenção de pessoas que preferiam alternativas aos homicídios, nas próprias comunidades, passou a fazer mediações a partir de debates entre as partes envolvidas, com punições degradantes que podem chegar até aos homicídios. Dessa forma, o PCC, ironicamente, assim como faziam os justiceiros e fazem os policiais matadores, mantém a crença na eficácia dos homicídios como forma de punição. A

⁵⁴ Informações constam no relatório São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006. As pesquisas foram feitas em outubro de 2006 por pesquisadores da organização não governamental (ONG) Justiça Global e pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard. Ver também: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,achaque-de-policiais-causou-ataques-do-pcc,716600,0.htm>>

diferença é que a decisão, tomada para punir “culpados”, ocorre depois de rituais informais que simulam julgamentos.

Nas periferias, como resultado da diminuição dos homicídios, os matadores contumazes, interligados nas bancas de jovens que se impunham nos territórios pela disposição de matar, deixaram de ter importância e/ou desapareceram, assim como já haviam desaparecido os justiceiros no começo dos anos 1990. A disposição para aniquilar inimigos, que resultava no próprio homicídio dos integrantes do grupo dos assassinos, deixou de fazer sentido por passar a ser enxergada como ação moralmente condenável e estrategicamente equivocada. Por isso os homicídios pararam de ser praticados, com a ajuda de políticas públicas que induziram comportamentos não violentos. O crescimento dos flagrantes por parte da polícia e a chance elevada de passar temporadas nas prisões foram incentivos para que os integrantes do universo criminal aceitassem e se esforçassem para respeitar e poder conviver quando estiverem nos presídios. Respeitar o proceder no crime pode ser a diferença entre o “convívio” e o “seguro” dentro das prisões (MARQUES, 2009: 14-15). Esse novo território em equilíbrio, nos anos 2000, criou outra configuração para o mercado de drogas, cujos integrantes passaram a atuar evitando portar armas, sempre em contato com os demais concorrentes (MALVASI, 2012). Ao mesmo tempo, mais pessoas passaram a atuar no ramo, cujo setor se transformou rapidamente no final da década como tipo de crime que mais cresce. Caso surjam conflitos nesse meio, há sempre a possibilidade de pedir ajuda aos integrantes do PCC e assim debater para evitar a solução mais violenta. Ninguém vai querer ser preso com dívidas da rua a serem pagas quando não há para onde fugir. Uma das regras, contudo, nos dias de hoje, é que morte se paga com morte. Quem matar sem autorização, deve morrer.

6.4) Por que a queda ocorreu nos anos 2000

Os próprios efeitos perversos criados pela disseminação dos homicídios em comunidades violentas mudaram a moral individual dos habitantes, que passam a testemunhar os resultados cotidianos dos homicídios para todos aqueles que vivem nesses territórios. Essas pessoas, inclusive os próprios

homicidas, passam a preferir escolhas alternativas, mas só não as tomam porque acreditam que podem ser assassinados se não matar. Se com o tempo, portanto, a tendência nas comunidades violentas é aceitar escolhas não violentas, a rapidez com que essas escolhas serão tomadas vai depender das garantias para que as escolhas não violentas sejam tomadas. Em São Paulo, a queda dos homicídios ocorreu justamente porque as instituições conseguiram adotar medidas capazes de induzir às escolhas não violentas. Depois, a própria sociedade que vivia e testemunhava o problema, conseguiu aperfeiçoar esses instrumentos. Por que os efeitos dessa mudança começam no ano 2000?

O massacre do Carandiru, por exemplo, acelerou as mudanças no sistema penitenciário durante toda a década de 1990. Foi um episódio inesperado, que acabou sendo o propulsor de iniciativas governamentais que talvez não fossem tomadas sem a ocorrência do massacre. Para que a ampliação de vagas resultasse em um crescimento no total de presos, foi preciso um policiamento ostensivo mais efetivo capaz de proporcionar número crescente de prisões em flagrante. O aumento na eficiência já vinha progredindo desde 1987, revelando empenho do Estado Maior da Polícia Militar de São Paulo em aprender a trabalhar com o crime comum. Durante esse processo de desenvolvimento, no final dos anos 1990 e começo do ano 2000, a PM aprende a trabalhar com informações, em tempo real, sobre os lugares com maior incidência de crime, o que permite um planejamento com mais eficiência (sistema Infocrime e Copom On Line).

A aceleração das mudanças, no entanto, segundo autoridades, foi impulsionada por outras duas ocorrências externas à realidade de São Paulo. Em 1997, ocorre o episódio da Favela Naval, cuja repercussão ameaça o futuro da PM e acelera reformas. No mesmo ano, os resultados das políticas públicas adotadas em Nova York no combate aos homicídios passam a repercutir com alarde por apresentar um novo paradigma no planejamento do policiamento ostensivo. Pela primeira vez, a PM passa a trabalhar com a ideia de que é possível combater os homicídios em curto período de tempo por meio de policiamento ostensivo. Desde que os homicídios começaram, era lugar-comum entre oficiais e praças afirmar que os homicídios eram um problema social, a serem resolvidos pelos políticos por meio de educação e de

programas de renda. A crença nessa nova possibilidade induziu a planejamentos focados nos territórios com mais alta incidência de homicídios, os chamados *hotspots*, revelados nas tecnologias de mapeamento criminal. As abordagens para retirar armas frias das ruas, nos lugares e horas onde mais ocorriam homicídios, foram determinantes para induzir os homens que mais se envolviam em conflitos a deixarem suas armas em casa. O endurecimento da legislação para punir o porte ilegal de armas, nesse sentido, que ocorreu em 1997, também acabou sendo fator determinante para estimular homicidas em potencial a deixar as armas em casa.

Dentro e fora das prisões, integrantes do universo criminal passaram a se comunicar a partir da popularização dos telefones celulares, que já havia sido decisivo para viabilizar a megarrebelião do Primeiro Comando da Capital (PCC) em 29 unidades do sistema penitenciário. No ano 2000, eles começaram a aparecer nos presídios e mais de 50 já haviam sido apreendidos em 2001. A apreensão ultrapassou a barreira dos 200 aparelhos em 2004, se aproximando dos 350 em 2007, segundo informações de sindicâncias feitas em unidades prisionais (NUNES DIAS, 2011: 67-68). A comunicação mais eficiente entre o lado de fora e de dentro das prisões, por meio da popularização dos telefones celulares, pode ser também apontada como um fator importante na transformação das escolhas dos integrantes do universo criminal que estavam do lado de fora das prisões. Isso ocorre porque, conforme foi dito nos tópicos anteriores, a prisão passa a ser vista como o futuro na carreira criminal. Isso faz com que os integrantes desse universo passem a se preocupar com a prestação de contas aos companheiros da prisão. A popularização dos celulares aproxima o lado de fora do de dentro, dando um peso maior à opinião daqueles que estão no interior dos presídios. O objetivo de chegar aos presídios com um número menor de conflitos no crime, portanto, passa a ser debatido e conversado no dia-a-dia entre integrantes do crime de dentro e de fora da prisão. O que já é suficiente para a transformação no hábito de praticar homicídios como se não fosse preciso prestar contas a ninguém ou a nenhuma instância.

Todas essas mudanças são relevantes o bastante para transformar as escolhas dos homicidas a partir dos anos 2000. Ajudam, inclusive, a

compreender porque os homicídios começaram a cair sem que houvesse nenhum tipo de iniciativa direcionada a um plano integrado de combate a este crime em nível estadual. As mudanças de escolha, decorrentes das medidas de políticas públicas e das transformações no contexto, dependeram também, fundamentalmente, das transformações das percepções individuais, que passaram a rejeitar os homicídios depois de testemunharem por anos os efeitos perversos da disseminação das mortes.

A velocidade da queda dos homicídios, aliás, também é efeito dessa vontade de se fazer escolhas não violentas, associada ao efeito multiplicador das escolhas não homicidas. Assim como um homicídio era capaz de provocar círculos de vinganças e propagar os conflitos, efeito multiplicador semelhante ocorre no sentido contrário. A opção de não matar é capaz de evitar tais desdobramentos e círculos de vingança. Um homicídio a menos, portanto, pode significar diversos outros homicídios a menos. Além disso, a figura do homicida contumaz, capaz de se impor pela violência, passa ser cada vez mais intolerável. A possibilidade de se comunicar com os detentos por celular e pedir a eles mediação em conflitos permite que os moradores das comunidades violentas solicitem intervenção externa. São formas eficientes de frear o apetite ou a pretensão dos matadores locais, que temem a hora de prestar contas na prisão não apenas pela morte, mas pela humilhação de serem acusados de não terem procedido. Assim, passa a se consolidar no universo criminal a ideia de que homicídios não devem ser praticados para medir forças nos territórios. São penas a serem aplicadas em última instância para graves desvios. Aqueles que continuam a querer mandar nos territórios são executados, como ocorreu com os jovens matadores do Grajaú.

CONCLUSÃO

Durante os 50 anos de violência na RMSP, entre os anos 1960 e 2010, uma infinidade de fatos e informações ajudaram a ter uma fotografia mais ou menos clara a respeito dos homicídios. Os dados observáveis foram abundantes e ajudaram a revelar as características dessas ocorrências, as principais vítimas, os locais onde se concentraram os eventos, os discursos dos matadores, suas motivações, os traços individuais dos personagens que protagonizaram essa violência, suas trajetórias, as ações e omissões das instituições do Estado, entre outras informações. A partir da reunião desses dados coletados por meio de trabalho empírico, esta tese tentou explicar os mecanismos difusos que atuaram na definição das escolhas homicidas e na sua disseminação na sociedade. A explicação desse fenômeno social permite também se chegar depois à compreensão de como essas escolhas se disseminaram e como depois foram coibidas, resultando no declínio das taxas de homicídios a partir do ano 2000.

O método qualitativo empregado e o uso das ferramentas da teoria da ação situacional possibilitaram filtrar as ocorrências e organizá-las de acordo com os princípios dessa teoria. Quatro foram os grupos de variáveis analisados nesta tese, sempre com o objetivo de integrar indivíduo e contexto em uma mesma análise. Entre os quatro grupos de variáveis analisados, dois deles se relacionam mais diretamente ao indivíduo e dois ao contexto. Essas variáveis permitiram investigar as características da escolha homicida e suas transformações ao longo dos anos, assim como identificar os fatores que induziram ou coibiram essas escolhas homicidas.

No que diz respeito aos indivíduos, foram analisados a moral individual e o autocontrole. Em primeiro lugar, como a tese tentou demonstrar, os homicídios cresceram em São Paulo depois que passaram a ser moralmente tolerados como um meio de se fazer limpeza social. Essa moral do extermínio e a tolerância aos homicídios são fatores decisivos para o começo e o transcorrer da epidemia de homicídios. A moral dos indivíduos muda, portanto, não porque os homicídios passam a ser aceitos, mas porque surge a figura de um inimigo a ser exterminado. Os homicídios são aceitos porque exterminam

os “bandidos” que ameaçam covardemente a vida da comunidade de trabalhadores. A moral individual e suas mudanças são, portanto, variáveis importantes para a compreensão do crescimento e queda da curva de homicídios. Em segundo lugar, ainda no que diz respeito ao indivíduo, o autocontrole também exerce papel fundamental na escolha. Como a tese tentou demonstrar, no contexto da tolerância à violência, o primeiro homicídio se transforma em um ponto de inflexão na trajetória individual, influenciando fortemente as escolhas futuras daqueles que matam. O freio moral diante de novas escolhas homicidas se afrouxa. Novos conflitos, que anteriormente seriam resolvidos de formas alternativas, passam a induzir ações homicidas. Depois que matou a primeira vez, os conflitos aumentam, mudam as companhias, a rotina e a forma do indivíduo enxergar o mundo, o autocontrole se afrouxa, crescendo também a propensão individual a novas escolhas homicidas.

Em relação ao contexto, o terceiro grupo de variáveis investigadas nesta tese se relaciona aos mecanismos de controle exercidos pelas instituições e pela sociedade. São esses mecanismos que determinam as alternativas à disposição dos homicidas na hora da escolha. Quanto mais rígidos os controles a determinada escolha, maior o incentivo de se optar pela escolha alternativa. Os controles institucionais e sociais voltados ao homicídio se afrouxam a partir do momento em que as próprias instituições policiais encarregadas de combater o crime passam a praticar homicídios como solução para exterminar bandidos. A escolha homicida chega até mesmo a ser incentivada pelas autoridades policiais. Nesse contexto, se a fragilidade dos controles para a escolha homicida já incentiva a ação, um quarto grupo de variáveis referente às oportunidades e aos conflitos existentes nesses territórios também acaba funcionando como fator indutor de violência. Em um contexto com mais homicídios, aumenta o total de conflitos e de oportunidades que provocam novas escolhas homicidas. Os homicídios, dessa forma, em um círculo vicioso, induzem a mais homicídios. A análise nas mudanças desses quatro grupos de variáveis é fundamental para explicar a reversão do quadro de homicídios em São Paulo.

Por meio do método qualitativo, portanto, a tese buscou as inferências causais que ajudam a dar respostas a algumas das questões mais instigantes e até hoje pouco abordadas a respeito dos homicídios em São Paulo. São essas quatro variáveis, da mesma maneira, que se alteram para reduzir o total de homicídios. Acompanhar esse processo longitudinal permite respostas simples, dadas de acordo com a teoria da ação situacional, cujos princípios foram explicados nesta tese, a partir de dados conhecidos e contestáveis. São fenômenos observáveis, mas incompreensíveis porque ainda faltam respostas capazes de explicar como esses fatores se relacionam e como esses fenômenos causais se relacionam entre si. Diante desse trabalho de investigação e análise, algumas respostas se tornam possíveis.

a) Por que integrantes de uma comunidade passaram a cometer cada vez mais homicídios em um período de tempo tão curto?

A tese descreveu o mecanismo social que leva ao crescimento dos homicídios. Como essas escolhas começam e como se multiplicam. O começo da prática assassina, situada na década de 1960 na RMSP, é decorrência da transformação do significado dos homicídios. Quando os homicídios passam a ser enxergados como uma ferramenta de limpeza social e de controle, passam a ser praticados e tolerados. Essa nova forma de enxergar o os homicídios está associada à construção da imagem do bandido como inimigo a ser exterminado. Ao contrário do que ocorria antes, quando as vítimas morriam em casa depois de discussões passionais ou em decorrência do baixo autocontrole do autor, que depois se arrependia, o homicídio se torna um instrumento de controle aos riscos existentes nas ruas. O homicida deixa de ser o pária social, responsável por escolhas e ações incompreensíveis, para passar a ser visto como o herói que mata em “defesa da comunidade”. Essa visão de mundo começa a ser posta em prática pela Polícia Civil, via esquadrão da morte; depois, na Polícia Militar, a partir de meados dos anos 1970, o homicídio se torna um instrumento de controle territorial. Conforme as próprias instituições de segurança, encarregadas de coibir a violência, passam a praticar homicídios como forma de tentar exercer o controle territorial, a situação foge do controle e

homicídios provocam novos homicídios, criando círculos viciosos em que a violência se reproduz.

b) Porque essas escolhas se concentram entre os habitantes de alguns territórios da RMSP e não chega a outros?

A tese mostrou como esse mecanismo de propagação das escolhas homicidas está relacionado a territórios da RMSP. Os homicídios, como revelam os números, são ações entre pessoas que vivem próximas umas das outras e convivem no cotidiano de seus bairros. Inicialmente, os territórios das periferias concentram as ações violentas e ilegais da Polícia Militar. Fenômeno semelhante de concentração territorial de homicídios é encontrado em outras localidades (FLAHERTY; SETHI, 2008). Nesses territórios, também surgem os justiceiros, indivíduos que agem nos anos 1980 com respaldo de empresários e comerciantes para exterminar “bandidos”, com a conivência dos próprios policiais. Os efeitos dessas ações nos territórios é a permanente conflagração de disputas entre aqueles que convivem em um contexto de tensão, onde decisões vistas como escolhas que envolvem matar ou morrer aparecem a todo instante. Tolerância aos homicídios, corpos nas ruas, medo da morte violenta, excesso de armas são indutores de novas escolhas assassinas nos territórios onde os homicídios ocorrem e vizinhos matam vizinhos.

c) Por que os homens, jovens e moradores da periferia matam e morrem mais do que os demais?

Tanto no Brasil (NEV, 1997; MELLO JORGE, 1998; CARDIA, 1998; PERALVA, 2000; LIMA; ADORNO; BORDINI, 1999; WAISELFISZ, 2002; GAWRYZEWSKI, 2002), como nos Estados Unidos (WILSON; HERRNSTEIN, 1985; SAMPSON; LAUB, 1995; 2006) e Colômbia (CARDONA et al., 2005) há uma farta quantidade de pesquisas em criminologia mostrando a relação entre crime e idade – no geral, jovens abaixo de 30 anos estão mais propensos a praticarem crimes. A tese buscou também mostrar como esses jovens, em São Paulo, foram também induzidos a optarem pelo homicídio mais do que as

demais fatias populacionais. Como viviam nos territórios violentos das periferias e eram tidos como representantes de uma geração urbana considerada perigosa, acabaram sendo escolhidos como vítimas preferenciais do extermínio. Esses mesmos jovens que viam seus pares sendo exterminados, diante dos conflitos, por se enxergarem com a vida ameaçada, eram também aqueles com a propensão mais elevada a praticar homicídios. Diante dos conflitos, as escolhas homicidas para esse grupo acabavam parecendo mais atraentes diante dos riscos que corriam.

d) Por que, depois da queda rápida e surpreendente dos homicídios nos anos 2000, os crimes contra o patrimônio continuaram crescendo?

Quando as taxas de homicídio começaram a crescer, essas ações foram vistas como capazes de controlar comportamentos e ações indesejadas nos territórios por meio do extermínio dos suspeitos de serem criminosos. Conforme os homicídios se disseminam e mais pessoas passam a matar nessas comunidades, aumenta a vulnerabilidade daqueles que vivem nesses territórios. Homicídios provocam novos homicídios. Parentes e amigos da vítima se veem obrigados a matar os assassinos, diante da falta de alternativas para obter justiça. Círculos viciosos começam a ocorrer e todos passam a perder com os homicídios, inclusive os próprios homicidas, que são vingados depois que matam. Se todos passam a perder com os círculos intermináveis de homicídios, no caso dos roubos, independentemente das taxas de crescimento, o ladrão continua a ter os mesmos ganhos e correr os mesmos riscos. Os incentivos para os roubos, portanto, continuam os mesmos, enquanto estão bem menores ou quase inexistentes para a prática homicida. Dessa forma, o aumento do número de prisões diminui as escolhas homicidas mais pelas próprias características do crime, que passa a ser visto como alternativa prejudicial ao seu autor. A mesma medida não afeta o roubo, que continua sendo visto como ação vantajosa. No caso do roubo, mais comum é a migração de uma atividade na qual a segurança se torna mais eficiente para uma com baixos riscos ou de atividades menos lucrativas para atividades mais lucrativas.

e) Por que a violência cresceu e nos anos 1980 se concentrou justamente nas comunidades onde os movimentos sociais também eram fenômenos importantes, como em Diadema e no Capão Redondo?

A solução homicida como forma de limpeza social em bairros e cidades violentas começou sendo praticada pelos justiceiros, com o suporte de lideranças comerciais e empresariais locais. Foram iniciativas da São Paulo dos anos 1980, que ocorreu paralelamente à eferescência dos movimentos sociais que lutavam por transporte, saúde e educação. Se esses últimos protestavam junto aos governos, organizando caravanas de ônibus e organizando comissões, na segurança pública as soluções eram imediatas e copiadas das forças de segurança que agiam no território. Os justiceiros reproduziam as soluções aplicadas pelos integrantes do Estado, representados pelos policiais militares, com quem chegavam a se unir em defesa dos “trabalhadores”. O começo dos homicídios nos bairros violentos era uma tentativa de lidar com o crescimento dos roubos nesses bairros e exigiu articulação e organização em sociedades com certo grau de eficácia coletiva. Se houve necessidade de articulação entre agentes em diferentes esferas e planos de ação para que a iniciativa fosse tomada, isso exigia sociedades mais complexas, com lideranças capazes de assumir as articulações. Os efeitos dessa escolha é que foram perversos e opostos aos esperados, contribuindo para o aumento da desordem e para fragilização dos laços sociais. Mas precisavam partir de comunidades mais bem estruturadas. Esses mesmos bairros e cidades, décadas depois, diante da eficácia coletiva que já se verificava desde aquele período, foram capazes de contribuir com a reversão desses processos de forma eficiente.

f) Por que os homicídios praticados por justiceiros quase desapareceram dos inquéritos policiais e do cotidiano das periferias nos anos 1990?

Porque novos valores veem à tona juntamente com a emergência de uma geração urbana que enxerga o universo do crime de forma diferente da

geração anterior, composta principalmente pelos migrantes rurais. As carreiras criminais relacionadas aos crimes patrimoniais e tráfico ganham importância diante da crise da economia e da diminuição de vagas de emprego. A carreira criminal que buscava exterminar “bandidos” em defesa dos “trabalhadores” e o que orientava a ação dos justiceiros deixa de fazer sentido. O “bandido” é respeitado no território em que vive desde que siga o “proceder” no crime e as normas vigentes no bairro. Além disso, os justiceiros passam a ser presos e mortos nas prisões. Os homicídios continuam a ocorrer principalmente em decorrência de conflitos interpessoais, agora como punição para os “vacilões” e “sangue-ruim”, os novos inimigos no meio.

g) Por que os chamados homicídios banais são praticados em São Paulo principalmente nos anos 1990?

Porque quanto mais pessoas morrem em determinado território, maior se torna o risco de ser assassinado naquele contexto, aumentando a propensão para se escolher pela prática do homicídio daqueles que vivem nesses locais. Em São Paulo, os homicídios eram execuções cometidas de surpresa, sem chances de defesa. Nesse contexto, qualquer conflito poderia se revelar um risco real de vida para as partes envolvidas, em que sobrevive quem matar primeiro. Um olhar demorado e desafiador, por exemplo, nesse contexto, como explicaram os entrevistados, pode significar uma ameaça de morte em que sobrevive quem matar primeiro.

h) Por que, depois da queda dos homicídios, houve dificuldade da sociedade em compreender o processo e até em aceitar o declínio como fato real?

Porque o sucesso das medidas de segurança que levaram à queda dos homicídios foi decorrência principalmente do aprendizado e das experiências testemunhadas nos bairros violentos. Quando todos aqueles que viviam nas comunidades violentas passaram a perceber o quanto perdiam diante dos efeitos perversos da disseminação dos homicídios, as medidas para coibir a

violência tiveram mais chances de obter bons resultados e de ser acolhidas. Os homicídios deixaram de ser vistos como alternativas vantajosas, apesar de necessárias. A própria vingança, que inicialmente causa um efeito multiplicador dos homicídios, provocando círculos de violência, com o tempo passa a coibir novos homicídios. Os homicídios deixam de ser vantajosos porque o autor do crime sabe que pode ser vingado. Medidas que permitissem escolhas alternativas ao homicídio, que passaram a se concentrar depois dos anos 1990 na RMSP, portanto, acabaram dando respostas além do esperado para uma população saturada com a violência. Os efeitos acabaram sendo maiores do que os esperados. Depois, a própria sociedade passou a buscar novas maneiras de viabilizar alternativas aos homicídios para lidar com os conflitos. Além disso, o efeito multiplicador da redução dos homicídios ocorre porque interrompe círculos de vinganças, fazendo com que o coeficiente de redução dos homicídios no agregado seja mais alto do que o individual. A interrupção de uma ação homicida, ao evitar os círculos de vingança que poderiam ter início, pode ser suficiente para evitar outros homicídios.

É importante frisar, no entanto, aquilo que King, Keohane e Verba (1994) já disseram a respeito tanto das pesquisas qualitativas como das quantitativas. A busca pela inferência causal em ambos os tipos de investigação é um processo imperfeito e as conclusões são quase sempre incertas. As conclusões desta tese, portanto, concorrem com outras conclusões feitas a partir de modelos diversos. O objetivo foi explicitar os métodos usados para deixar claros os princípios que orientaram a seleção dos dados e a lógica pela qual se chegou a cada conclusão. Para essa explicação ser contestada, portanto, basta serem apresentadas informações que contradigam os dados expostos no trabalho ou que apontem erros de interpretação da teoria usada para chegar a esta explicação ou equívocos da própria teoria.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Sujeito, História e Poder*. A presença de Michel Foucault na pesquisa brasileira em Ciências Sociais. Série Textos, Estudos de Sociologia, Editora Cidade. FFLCH, 1991.

_____. *A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático*. *BIB*: Rio de Janeiro, nº 35, pp 3-24, 1993.

_____. Conflitualidade e violência – reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 10, nº 1, pp. 19-47, 1998.

_____. Precocious delinquency: young people and gangs in São Paulo. In: Annual Meeting of American Anthropological Association, Chicago. São Paulo: NEV/ USP, 1999.

_____; CARDIA, Nancy. *Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio*. São Paulo, 1980-89. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (org.). *Violências em tempo de globalização*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 66-90.

_____; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, vol.21, n.61, pp. 7-29. 2007.

AKERMAN, Marco; BOUSQUAT, Aylene. *Mapa de risco da violência: cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedec/Ministério da Justiça, 1996.

AMORIM, Carlos. *PCC, a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. B. Mortalidade nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, v.31, n.1, pp. 5-56, 2001.

ARATO, A; COHEN, J. “Sociedade civil e democratização”. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e teoria social*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARENDT, Hannah. *Da violência*, Editora Universidade de Brasília, UNB, 1985.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASBURY, Herbert. *As gangues de Nova York: uma história informal do submundo*. São Paulo: Editora Globo, 2002.

BALIGA, Sandeep, David O. Lucca; SJÖSTRÖM. Arms races and negotiations. *Review of Economic Studies* 71 (2): 351-69. 2004.

BANDURA, A. The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F.M. Moghaddam & Marsella, *Understanding terrorism*:

psychological roots, consequences and interventions. Washington DC: American Psychological Association. pp. 121-150. 2004

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel C. S. A; MORAES J.C. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Caderno de Saúde Pública*, vol. 15, nº 4, Rio de Janeiro, 1999.

BARCELLOS Caco. *Rota 66. A história da polícia que mata*. Editora Globo. 1992.

BATITTUCI, E.C. O homicídio em quatro regiões brasileiras: dados do sistema de informações sobre mortalidade. Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade. <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:HYgkpGfRSDQJ:scholar.google.com/+batituci+ec+homic%C3%ADdio&hl=pt-BR&as_sdt=0>, acessado em maio de 2012.

BATTIBUGLI Thaís. Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964). Tese (Doutorado) apresentada ao programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo. 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BAYLEY, David H. *Police for the future*. New York City: Oxford University Press, 1994.

_____. Padrões de policiamento. São Paulo. Edusp, 2001. 1985

BEATO, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 37, 1998.

BEATO, C. C. e REIS, I. A. Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA. 2000

BECKER, Gary. *Crime and Punishment. An Economic Approach*. In *Essay in the economics of crime and punishments*, edited by G. Becker and W. Landes (1-54). New York: Columbia University Press, 1974.

BENEVIDES, Maria Victória. Linchamentos: violência e justiça popular. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BICUDO, Hélio P. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos avançados*. 14 (40). pp. 91-106. 2000

_____. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

BIONDI, Karina. Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado) em antropologia social na Universidade Federal de São Carlos. 2009.

BITTNER, Egon. *Aspects of Police work*. USA. Northeastern University Press, 1990.

BLOCK, Richard. *Violent crime. Environment, Interaction and Death*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.

BOONEN, Petronella Maria. *Sobre a vida em uma rua violenta*. Dissertação (Mestrado) em sociologia da educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O trabalhador preso no estado de São Paulo (passado, presente e expectativas)*. São Paulo: Cebrap (manuscrito), 1986.

BUTIAM, João Ribeiro Có. *A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais*. Lisboa: SOCIUS Working Papers, nº 6, 2006.

BUVINIC, M., Morrison, A. and Shifter, M. *Violence in Latin America and the Caribbean: A Framework for Action*, Inter-American Development Bank, March, Washington D.C., 1999.

CALDEIRA, César. Judiciário, um poder que continua na berlinda. *Revista Monitor Público*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 4, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 47, 1997.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CANO, Ignácio. Armas de fogo: a importância do microdesarmamento na prevenção da violência. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. *Insegurança Pública*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2002.

CARBONE, Silvia Maria. Justiceiros: agentes e vítimas da violência?. *Ponto-e-vírgula*, nº 3, pp. 170-187, 2008.

CARDIA, Nancy. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio, et al. *São Paulo sem Medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, pp. 97-121, 1998.

CARDONA, Marleny; GARCÍA, Hector Ivan; GIRALDO, Carlos Alberto; LÓPEZ, Maria Victoria; SUÁREZ, Clara Mercedes; CORCHO, Diana Carolina; POSADA, Carlos Hernán; FLÓREZ, María Nubia. Homicídios em Medellín, Colombia, entre 1990 y 2002: actores, móviles y circunstancias. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21 (3): 840-851, mai-jun, 2005.

CARDOSO, Ruth C. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Ana Maria Hermínia Tavares de (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARNEIRO, Leandro Piquet; MANSO, Bruno P.; FONSECA, Thiago N. *Queda do crime em São Paulo: revisão da bibliografia*. Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 2010.

_____; TORRIGO, Mírian. *Segurança pública e dinâmicas intra-urbanas: diagnóstico e desenho de políticas no município de Santos*. Relatório final feito para Instituto Futuro Brasil (IFB), 2006.

_____; OLIVEIRA JÚNIOR, Emmanuel. Estratégias de controle da violência policial: notas de pesquisa. In: Seminário Internacional: *Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

_____; FANJZYLBBER, P. La Criminalidad en las regiones metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo: factores determinantes de la victimización y políticas públicas. In: LADERMAN, D.; FANJZYLBBER, P.; LOYASA, N. (org.). *Crimen y Violencia em América Latina*. Banco Mundial/Alfaomega, 2000.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Luiz E.; et al. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 1997.

_____. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte*. Rio de Janeiro: Editora Planeta, 2006.

Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ). *O perfil do réu nos delitos contra o patrimônio*. São Paulo. Malheiros Editores, 2001.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W; CARVALHO, A. *Socioeconomic structure, self-fulfillment, homicides and spatial dependence in Brazil*. Texto para discussão – IPEA, Rio de Janeiro, nº 1105, 2005.

CERQUEIRA, D. R. C. Causas e consequências do crime no Brasil. Tese (Doutorado) em economia pelo programa de pós-graduação do Departamento de Economia da PUC-Rio. 2010.

CLARKE, R.V; FELSON M. *Routine activity and rational choice: advances in criminological theory*, vol. 5 New Brunswick, NJ: Transaction Books. 1993

CLOWARD, Richard; OHLIN Lloyd: *Delinquence and opportunity*. New York. The Free Press. 1960.

COELHO, Edmundo C. *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

_____. A criminalidade urbana violenta. Dados. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, nº 2, pp. 145-183, 1988.

COHEN Laurence E.; FELSON Marcus. Social change and crimes rate trends: a routine activity approach. *American sociological Review*, 44: 588-608, 1979

_____; KLUEGEL, James; LAND, Kenneth. Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*. 46: 505-524. 1981.

_____; TITA, George. Diffusion in homicide: exploring a general method for detecting spatial diffusion processes. *Journal of quantitative criminology*. 15: 451-493. 1999

COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). *Teoria da ação em debate*. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

COLVIN, Mark; PAULY, John. A critique of criminology: toward an integrated structural Marxism theory of delinquency production. *American Journal of Sociology*. 52. 170-183. 1983

CORDEIRO Ricardo; DONALISIO Maria Rita Camargo. Homicídios masculinos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1998: uma abordagem pictórica. *Cadernos de Saúde Pública* [periódico online], 17(3): [11 telas]. Disponível em <<http://www.scielosp.org>>, 2001.

CORNISH, Dereck B; CLARKE Ronald V. *The reasoning criminal*. New York. Springer-Verlag. 1986

CORRÊA, Astorige. Correinha, o caçador de bandidos, líder do verdadeiro esquadrão da morte, 2005. Edição supervirtual para ebooks. Ver <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/correinha.html>

CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. *O bandido que virou pregador*. Dissertação (Mestrado) em Sociologia, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. O medo social. In: *Veja 25 Anos – Reflexões para o Futuro*. São Paulo: Editora Abril, pp. 83-89, 1993.

COSTA Márcia Regina. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?. *São Paulo em Perspectivas*; vol. 13, nº 4, pp. 3-12, out/dez. 1999.

CRUZ-NETO, O.; MINAYO M.C.S. Extermínio: violentação e banalização da vida. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10, suplemento 1, pp. 199-212. 1994

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *A lei e a ordem*. Rio de Janeiro: Instituto Tancredo Neves, Fundação Friedrich Naumann, 1985.

DA MATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1977.

DELLASOPPA, E.E.; BERCOVICH, A. M.; ARRIAGA, E. Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 1980: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, nº 39, p. 155-176, 1999.

DENIZO, Valentina. Os produtos da política estadual de habitação na Região Metropolitana de São Paulo. Elementos para análise de uma política metropolitana de habitação. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2007.

DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIO E PROTEÇÃO À PESSOA (DHPP). *Anuário de atividades do DHPP entre 2004 e 2005*. São Paulo: Editora Roca, 2006.

_____. *Anuário estatístico dos anos de 1997 e 1998*. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. 2000.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico*: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.

DUNN J.; FERRI C.P. The price of cocaine in Brazil. *Addiction*, vol. 93, nº 2, pp. 287-8, 1998.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

_____. *Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. Lição 10. São Paulo: Edusp, 1983.

_____. *O suicídio – Estudo sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DURSTON, J. *Que és el capital social comunitário?* Santiago (Chile): division de desarrollo social e la Cepal, jul. 2000. Série Políticas Sociales.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994b.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984.

FELTRAN, Gabriel de S. *Margens da Política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo*. Lua Nova, São Paulo, 79: 201-233, 2010a.

_____. Sobre “trabalhadores” e “bandidos”. A trajetória de uma família de favela em São Paulo. 2010b.

_____. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Estadual de Campinas. 2008a

_____. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. 2008b.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Violência e modo de vida. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 4, nº 1-2, pp. 43-52, 1992.

_____. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social*. Revista Social. USP, São Paulo, vol 1 (1). pp. 121-134. 1989.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editora, 2002.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. *Homicídios na periferia de Santo Amaro*: um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida em um cenário de exclusão. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança*. Petrópolis. Vozes/Cedec, 1985

FLAHERTY Brendan; SETHI Rajiv. *Peaceable kingdoms and war zones*. Preemption, Ballistics and Murder in Newark. 2008

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

_____. O que é a crítica?. In: _____. Histórias e destinos de um pensamento. *Cadernos da Faculdade de Filosofias e Ciências*, São Paulo, volume 9, número 1, 2000.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Dedalus. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *História da Sexualidade I, a vontade de Saber*. São Paulo: Editora Graal, 2001.

_____. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1974.

FREUD, Sigmund. Por que a Guerra?. In: *Obras Completas*, vol.XXII. Buenos Aires. Amorrortu, pp. 237-259. 1979.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1º tomo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; KAHN, Túlio; MELLO JORGE, Maria Helena P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 39, nº 4, p. 627-633, 2005.

_____; COSTA, Luciana S. Homicídios e desigualdades sociais no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*; vol. 39, nº 2: pp.191-7, 2005

_____. *Homicídios no município de São Paulo: perfil e subsídios para um sistema de vigilância epidemiológica*. Tese (Doutorado) em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, São Paulo, pp 7-8, 2002.

_____; MELLO JORGE. M. Helena P. de. Mortalidade violenta no município de São Paulo nos últimos 40 anos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. vol. 3: 1-3, 2000.

GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GIVEN, James B. *Society and Homicide in Thirteenth-Century England*. Stanford University Press, 1977.

GLADWELL, Malcolm. *The tipping point: How little things can make a big difference*. Little, Brown and Company, 2000.

GLAESER, Edward L; SACERDOTE, Bruce I.; SCHEIKMAN, José A. The Social Multiplier. Working paper 9153. National Bureau of Economic Research. 2002.

GOTTFREDSON, M.R; HIRSCHI T. *A general theory of crime*. Stanford University Press. 1990

HARTUNG, Gabriel C. Ensaio em demografia e criminalidade. Tese (Doutorado) apresentada à escola de pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas. 2009.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 12ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HINDELANG, Michael J.; GOTTFREDSON M.; GAROFALO J. *Victims of personal crime*. Cambridge, Mass. Ballinger. 1978

HIRATA, Daniel V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado) apresentada ao programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade de São Paulo. 2010.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1976.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez. 1998.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

JOFFILY, Mariana. *A margem da suspeita*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

_____. No centro da engrenagem. Interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado) apresentada ao programa de pós-graduação em história social da FFLCH-USP. 2008

JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editora, 2001b

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2004.

JUSTIÇA GLOBAL. Violência policial e execuções: entre mortos e feridos: a letalidade da polícia. pp 53-67. In: *Direitos Humanos no Brasil: relatório Anual do Centro de Justiça Global*. 2002. No site: <www.global.org.br>. Acessado em set. 2003.

KAHN, Túlio. *Homicídios dolosos em São Paulo*. Texto produzido para a coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), 2007.

_____. *Ciclos econômicos e crimes contra o patrimônio*. Estudo feito na Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2006.

_____. *Tráfico ou favela: o que influencia mais os homicídios?* Estudo feito para a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2004.

_____; ZANETIC, André. O papel dos municípios na Segurança Pública. In: *Estudos Criminológicos*, vol 4, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. Transição Inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da devassa ao inquérito policial. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, vol. 16, pp 94-113, 1992.

_____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

_____; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB*, Rio de Janeiro, nº 50, pp. 45-123, 2000.

KING, Gary; KEOHANE Robert O.; VERBA S. *Designing social inquiry*. Scientific inference in qualitative research. Princeton University Press. 1994.

KILSZTAJN, Samuel; CARMO, Manuela Santos Nunes do; SUGAHARA, Gustavo T. L.; LOPES, Erika Souza. *Vítimas da cor - homicídios na Região Metropolitana de São Paulo*, 2000. Texto Para Discussão, São Paulo: PUCSP/Pós-Economia, 2003.

KOJÉVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel: aulas sobre a fenomenologia do espírito ministradas de 1933 a 1939 na École de Hautes Études reunidas e publicadas por Raymond Queneau*. Editora UERJ Contraponto, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Viver em Risco sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, nº 63, São Paulo, CEBRAP, pp 1-40, 2002

_____. Movimentos urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 1, 1987.

KRIVO, L; PETERSON, R. Extremely disadvantaged neighborhoods and urban crime. *Social force*, vol. 75 nº 2. 1996.

KRUG, E., Dahlberg, L., Mercy J., Zwi A Lozano R. *World report on violence and Health*. Geneva, 2002.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, Renato Sérgio de. *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____; ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana em São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 13, nº 4, 1999.

MAIA, Maurício. Como o Tribunal do Júri lidou com homicídios dolosos registrados na cidade de São Paulo entre 1960 e 1975. *Justiça e História*. Vol. 6. Nº 11. 2006

MALVASI, Paulo Artur. Interfaces da vida loka – um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência. Tese (Doutorado) apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2012

MANSO, Bruno Paes. *Homicídios e Homicidas – Uma reflexão sobre a atualidade urbana em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____; FARIAS, M.; GALL, N. *Diadema*. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Braudel Paper nº 37. 2004.

_____. *O Homem X* – Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

MARQUES, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado) apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de São Paulo. 2009.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil, *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, nº 25, set/dez. 1995.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MEAD, George Herbert. *Mind, self and Society*. University of Chicago Press. Chicago, 1934.

MEDNICK, Sarnoff. A bio-social theory of learning of Law-abiding behavior. In biosocial bases of criminal behavior, edited by S. Mednick and K.O. Christianses (1-8). New York Gardner, 1977.

MELLO JORGE. Maria Helena P. de: Adolescentes e jovens como vítimas da violência fatal em São Paulo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; et al. *São Paulo sem Medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, pp 97-121, 1998.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo. vol.15, pp.165-193, 1981.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

MELLO, J. M. P.; SCHNEIDER A. Mudança demográfica e as mudanças nos homicídios no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2007

MELUCCI, Albert. *Nomads of present* – Social movements and individual need in contemporary society. Temple University Press, Philadelphia, 1992.

MESQUITA NETO, Paulo de.; MATTOS RICARDO Carolina. O Fórum Metropolitano de segurança pública e a ampliação do debate sobre a violência em São Paulo. *Lusotopie*. 365-382, 2003.

MERTON, Robert. Estrutura social e anomia. In: *Sociologia – Teoria e Estrutura*, Mestre Jou, São Paulo, 1970.

MESSNER, Steven; ANSELIN, Luc; BALLER, Rob; HAWKINS, Darnell; DEANE, Glenn; TOLNAY, Stewart. *The spatial patterning of country homicides rates: an application of exploratory spatial data analysis*. *Journal of quantitative criminology* 15: 423-450. 1999

MINAYO M.C.S; SOUZA E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciências Saúde Coletiva*, vol.4, nº 1, pp.7-32, 1999.

_____. *Violência policial no Brasil: abordagem teórica e práticas de controle*. Paper apresentado no seminário internacional de Justiça e Cidadania do CPDOC-FGV e pelo Iser. 1997.

MINGARDI, Guaracy. Os matadores da periferia paulistana. *Revista do Ilanud*, nº 3, textos reunidos, pp. 31-42, 1991.

_____. *Tiras, ganços e trutas*. Cotidiano e reforma na polícia civil. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

_____. *O Estado e o Crime Organizado*. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo, 1998.

MIRAGLIA, Paula. Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores*. Centro de Estudos da Metrópole. São Paulo: Editora 34, 2011

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos*. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Artigo apresentado como conferência na Academia Brasileira de Letras. 2008.

MOLICA, Fernando (org.). *50 anos de crimes, reportagens que marcaram o jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

MONTES, Maria Lúcia. Violência, cultura popular e organizações comunitárias. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

MORENOFF, Jeffrey; SAMPSON, Robert J. Violent crime and the spatial dynamics of neighborhood transition: Chicago, 1970-1990. *Social forces* 76: 31-40, 1977.

NAPPO, Solange Aparecida; GALDURÓZ, José Carlos; NOTO, Ana Regina. Uso do "crack" em São Paulo: fenômeno emergente?. *Revista ABP-APAL*, São Paulo, vol. 16, nº 2, pp. 75-83, 1994.

NEPAD; CLAVES. *Estudo global sobre o mercado ilegal de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ/FIOCRUZ, 2000.

NÚCLEO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – NEV/USP. *A violência na Zona Sul de São Paulo – Um estudo sobre o homicídio e a geografia numa região urbana*. Universidade de São Paulo, coordenadores Paulo Sérgio Pinheiro e Guaracy Mingardi, 1997.

NUNES DIAS, Camila C. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.

Tese (Doutorado) apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. 2011.

OLIVEIRA, Isaura de Mello C.; PAVEZ, Graziela Acquaviva; SCHILLING, Flavia. *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: Educ, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, Emmanuel S. N. *A corregedoria e a ação letal da polícia paulista*. Relatório Final de pesquisa para Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2006

OLIVEIRA, Nilson V.; *O mito da lei seca da redução da criminalidade: o caso de Diadema e outros exemplos de São Paulo*. Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial. São Paulo. 2006.

OLSÉN, Örjan; CARNEIRO, Leandro Piquet; CASTRO, Paulo Furtado; CARVALHO, Alexandre; YOUNG, Clifford Alexander. *Desemprego, rendimentos e crime: um estudo no Município de São Paulo*. Estudos Criminológicos. CAP-SSP-SP. 2005

OUVIDORIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Informe Otite Crônica: Pesquisa mostra perfil do policial do Gradi*. Disponível em <<http://www.ouvidoria-policia.sp.gov.br/pages/OtiteE2.htm>>. Acesso em 7 set. 2002.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, pp 11-44, 1983.

_____. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, G. (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, pp. 168-199, 1988.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia – O Paradoxo Brasileiro*. São Paulo. Paz e Terra, 2000, p 95.

PERES MFT; VICENTIN, D; NERY, MB; LIMA, RS; SOUZA, ER; CERDA, M, et al. *Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva*. Ver Panam Salud Publica. 29 (1): 17-26, 2011.

PERILLO, Sônia Regina. Migração e mudanças: uma análise das tendências migratórias na região metropolitana de São Paulo no período 1980-1991. *Conjuntura demográfica*, São Paulo, vol. 22, nº 1-13, 1993

PEZZIN, Liliana E. *Criminalidade urbana e crise econômica: o caso de São Paulo*. São Paulo: IPE/USP, 1987.

PERILLO, SÔNIA Regina. Migração e mudanças: uma análise das tendências migratórias na Região Metropolitana de São Paulo no período 1980-1991. *Conjuntura demográfica* 22:1-13, 1993.

PIERSON, P. *Politics in time*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PINC, Tânia M. Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP. 2011

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 3, pp 5-24, 1979.

_____. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto. et. al. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. Violência fatal: conflitos policiais em SP (81-89). *Revista USP*, São Paulo, nº 9, pp. 95-112, 1991a

_____. Autoritarismo e Transição. *Revista USP*, São Paulo, nº 9, pp 37-56, 1991b.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. São Paulo, USP, vol. 9, nº 1, pp. 43-52, maio/1997.

_____. *O Estado de direito e os não-privilegiados na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PROCÓPIO, Argemiro. *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PUTNAM, Robert; GOSS, Kristin. Introduction. In: PUTNAM, Robert. *Democracies in flux*. The evolution of social capital in contemporary societies. New York. Oxford University Press, p. 3-21, 2002.

RAMOS DE SOUZA, Edinilsa. Violência velada e revelada estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias – RJ. Dissertação (Mestrado) apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

REISS, Albert J; ROTH, Jeff. *Understanding and preventing violence*, vol. I Washington, National Academy Press, 1993.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo: Edusp, 2004.

ROMANO, Roberto. O livro O Homem X. In: _____. *Ponta de lança*. São Paulo: Lazuli Editora, pp. 231-237, 2007.

SÁ, Alvin August de. Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. *Psicologia: teoria política*, São Paulo, vol. 1, nº 2, pp. 53-63, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, ed. 1, pp. 72-90, 2007.

SAMPSON, R.J; BEAN, L. *Cultural mechanisms and killing fields: a revised theory of community-level racial inequality*. Department of Sociology, Harvard University. 2005.

_____. WIKSTRÖM, Per-Olof H. *The explanation of crime: Context, Mecanisms and Development*. Introduction: 1-7. Cambridge University Press. 2006.

_____. WIKSTRÖM, Per-Olof. *Social Mechanisms of community influences on crime and pathways in criminality*. 118-148. The Guilford Press. 2003.

_____; LAUB. J.H. *Shared geginnings, divergent lives*. Delinquent boys to age 70. Harvard University Press. 2006.

_____; LAUB J.H. *Crime in the making*. Pathways and turning points through life. Harvard University Press, 1995.

_____; RAUDENBUSH S. W.; EARLS, F. *Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy*. Science. vol. 277. 1997. Sciencemag.org

SANTOS, Boaventura de Sousa (1980): *Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada*. Disponível em <<http://dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura1d.html>>. Acesso em 02 abr. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B. A Relação entre Desemprego e Violência na Sociedade Brasileira: Entre o Mito e a Realidade. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, pp. 1-24. Manuscrito, 2001.

SCHELLING, Thomas C. *Strategy of conflict*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1960.

SCHWARTZMAN, Simon. Os dinossauros de Roraima (ou uma ciência da sociologia e da técnica de Bruno Latour). *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, nº 39, pp. 172-179, 1994.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE: *Pobreza e Violência no Município de São Paulo*, coordenador Márcio Pochmann. 2002. No site: www.prefeitura.sp.gov.br. Acessado em jun. 2002

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SHAW, Clifford; MCKAY, Henry; *Social factors in juvenile delinquency*. Washington DC. 1931

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Justiceiros e violência urbana*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SILVA, José Vicente da. *618 mortos: o perfil do homicídio, um perfil em Diadema*. Trabalho para Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2001.

SOARES, Gláucio A. D. *Homicídios no Brasil: vários factóides em busca de uma teoria*. Trabalho apresentado à reunião da Latin American Studies Association, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo; CARNEIRO, Leandro Piquet. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: SOARES, Luiz Eduardo. (org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

_____; SANTO-SÉ, J.T.; RODRIGUES, J.; CARNEIRO, L. Piquet. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1996.

SOUZA ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: A violência na construção do poder*. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Sociologia da USP. 1998.

SOUZA, Fátima. *PCC: A facção*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007

SOUZA, Jessé de. *A construção social da subcidadania – Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Editora UFMG, 2003.

_____. *A Modernização seletiva – Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Unb, 2000.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo. 2000.

_____. *O Sindicato do Crime – PCC e outros grupos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 26.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

TELLES, Vera. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre o trabalho e família na Grande São Paulo*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TERRILL; REISIG. Neighborhood context and policie use of force. *Journal of research in crime and delinquency*, 2003.

_____.; HIRATA Daniel V. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados*. 21 (61), 2007.

TOURAINÉ, Alain. O retorno do actor. Ensaio sobre Sociologia. Instituto Piaget. *Conferência: A sociologia da ação – Uma abordagem teórica dos movimentos sociais*, Lisboa, 1999.

_____. An introduction to study of social moviments. *Social Research*, vol. 52, nº 4, 1985.

UCHÔA, Marcos. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

WASELFISZ, Jacobo. *Mapa da Violência: os jovens do Brasil, juventude, cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Edições Garamond, 2002.

_____. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência no Brasil*. Instituto Sagari. São Paulo, 2011.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1972.

_____. *Ensaio de Sociologia: rejeições religiosas do mundo e suas direções*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia USP*, São Paulo, vol. 9, nº 1, pp. 5-41, 1997.

WIKSTRÖM P.O. *Crime propensity, criminogenic exposure and crime involvement*. MschrKrim 92. Jahrgang – Heft 2/3. 2009a.

_____; TREIBER K.H. Violence as situational action. *ICJV*: vol, 3 (1), pp 75-96, 2009b.

_____; BOUHANA N. *Theorizing terrorism: Terrorism as moral action – a scoping study*. 2008

_____; LYNAM D.R; AYSHALOM C.; MOFFIT T.; LOEBER R. NOVAK S.: The interaction between impulsivity and neighborhood context on offending: the effects of impulsivity are stronger in poorer neighborhoods. *Journal of Abnormal Psychology*, vol. 109, nº 4. pp. 563-574, 2000

WILSON, James Q.; KELLING, George L. “Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety”. *Atlantic Monthly*, nº 249, pp. 29-38, 1982

_____; HERRNSTEIN Richard. *Crime and Human nature*. New York. Simon and Shuster. 1985.

WILSON, William Julius. *The truly disadvantaged, The inner city, the under class and public policy. Cycles of deprivation and the gueto underclass debate*, 1987.

ZALUAR, Alba. Gênero, Justiça e Violência. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 34, nº 12, 1991.

_____. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: _____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994a.

_____. Nem líderes nem heróis: a verdade da história oral. In: _____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994b.

_____. *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo: Moderna, 1996.

_____. Para não dizer que não falei do Samba. In: *História da vida privada no Brasil*, volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Um debate disperso – violência e crime no Brasil da redemocratização. In: *São Paulo em Perspectiva – Violência e Mal-estar na Sociedade*, São Paulo, vol. 13, nº 3, pp. 3-18, jul/set. 1999.

_____. Violência: questão social ou institucional?. In: OLIVEIRA, Nilson (org.). *Insegurança Pública*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2002.

Periódicos

ACUSADO comandava o tráfico da cadeia, *Folha de S. Paulo*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u81335.shtml>>. Acesso em 10 set. 2003.

CONEXÃO das drogas, *Rede Globo*. http://redeglobo.globo.com/cgi-bin/fantastico/mont_materia.pl?controle=2441. Acesso em fev. 2003

DENARC: Denarc realiza megaoperação com mais de 100 homens e prende quadrilha que dominava o tráfico em 50 favelas de São Paulo. <<http://www.policia-civ.sp.gov.br/denarc/news20020923.htm>>. Acesso em 23 set. 2002.

DENARC prende o traficante CL no Paraguai. Disponível em <<http://www.policia-civ.sp.gov.br/denarc/news20030602.htm>>. Acesso em 02 jun. 2003

GUERRA do tráfico matou 18 pessoas em dezembro, *O Estado de S. Paulo*, <<http://www.estado.estadao.com.br/jornal/00/02/26/news068.html>>, acesso em fev. 2003

INFOCRIM traça retrato da violência em São Paulo: menos mortes, mais assaltos. *O Estado de São Paulo*, 7 jul. 2002, c1, Caderno Cidades.

MÁFIA dá salário a policiais, diz procurador. *Folha de S. Paulo*, 13 set. 2003. C1, Cotidiano.

MORADORES começam a voltar para as Favelas Paraguai e Sem Terra, <http://www1.uol.com.br/fo/geral/guerratrafico.htm>. Acesso em fev. 2003.

OS padrões do tráfico. *O Estado de São Paulo*. Disponível em <http://www.estado.estadao.com.br/jornal/02/0925/news215.html>. Acesso em fev. 2003.

QUEM é quem na guerra do tráfico, *Folha de S. Paulo*. 15 dez. 1999 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>. Acesso em fev. 2003.

SECRETARIA nega que a morte de bandidos seja rotina na polícia. *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 2003, PP. C3, Cidades.

SOB suspeita, policiais foram promovidos. *Folha de S. Paulo*. 11 fev. 2004, p C1, Cotidiano

TRAFICANTE diz ser compadre de Beira Mar, *Folha de S. Paulo*, p. 5, Cotidiano

VINGANÇAS motivam a maioria das chacinas em SP. *O Estado de S. Paulo*, 10 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2000/07/10/cid178.html>>. Acesso em 16 abr. 2003.

